

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED
CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

JOSÉ WILSON GALDINO

EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS NA PESCA

ARTESANAL: o caso da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense

FORTALEZA - CE
2010

JOSÉ WILSON GALDINO

**EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS NA PESCA
ARTESANAL: o caso da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense**

Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação Brasileira.

Área de concentração: movimentos sociais, educação popular e escola

Orientador: Prfº PhD. José Ribamar F. de Souza

**FORTALEZA - CE
2010**

Ficha Catalográfica

G149e Galdino, José Wilson

Educação e movimentos sociais na pesca artesanal: o caso da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense./ José Wilson Galdino. - Fortaleza, 2010.

312 fl. il. 21 cm.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação, Fortaleza (CE), 2010.

Orientador: Prof. José Ribamar Furtado de Souza, PhD.

1- EDUCAÇÃO POPULAR. 2- MOVIMENTOS SOCIAIS. 3- COMUNIDADES COSTEIRAS. 4- PESCA ARTESANAL. I- Souza, José Ribamar Furtado de (Orient.). II- Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação. III- Título.

CDD. 370.194

Elaborada Por:

Margareth de Figueirêdo Nogueira Mesquita – CRB - 543/84 - Bibliotecária/UFC

JOSÉ WILSON GALDINO

EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS NA PESCA

ARTESANAL: o caso da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense

Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em Educação Brasileira, área de concentração em *Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola*.

Aprovada em: ___/___2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. José Ribamar Furtado de Souza, PhD.
Universidade Federal do Ceará - Orientador

Prof. Luiz Antônio Maciel de Paula, PhD.
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Raimundo Helio Leite, L.Doc.
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Ângelo Brás Fernandes Callou, L.Doc.
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Antonio Carlos Sant'Ana Diegues, L.Doc.
Universidade de São Paulo - USP

Aos meus pais, JOÃO AUGUSTO GALDINO (*in memoriam*) e MARIA NELSA S. GALDINO, pela educação e orientações que alicerçam minha vida.

Meu reconhecimento

A VALÉRIA, DAVI E MARTA
pelo amor, carinho, companheirismo,
estímulo e confiança.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Ao **Pai das Luzes**¹, pelo dom da vida e pela luz que me acompanhou desde a decisão até a conclusão deste trabalho; que me concedeu forças para não desistir diante de tantos obstáculos e desafios surgidos no decorrer desta pesquisa.

A TODOS os sujeitos que me concederam entrevistas para realização deste trabalho, em especial, às lideranças comunitárias da Prainha do Canto Verde, que me dedicaram horas de seu precioso tempo, em conversas e reflexões sobre a temática em apreço, por sua amizade, convivência, valiosas informações e observações, sem as quais não teria sido possível a consecução deste estudo.

Ao professor Dr. José Ribamar Furtado de Souza, pelo incentivo, acuidade nas críticas e sugestões no transcorrer de sua competente e segura orientação da pesquisa, assim como, a professora Dra. Eliane Dayse Pontes Furtado, por sua valiosa colaboração como coorientadora deste trabalho.

Aos professores, Dr. Luiz Antônio Maciel de Paula, Dr. Raimundo Hélio Leite, Dr. Ângelo Brás Fernandes Callou e Dr. Antonio Carlos Sant'Ana Diegues, pelas suas observações, construtivas críticas e modificações sugeridas na proposta inicial do relatório, como membros da Banca Examinadora.

Aos professores e funcionárias da Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, pelo apoio intelectual, novos conhecimentos transmitidos e pela amizade que conquistamos durante esses anos.

Ao professor Dr. Raimundo Hélio Leite, do Departamento de Fundamentos da Educação desta Universidade, pela orientação e colaboração durante a fase de processamento dos dados.

A todos os colegas, amigos e amigas que participaram deste trabalho, desde sua concepção, com críticas e/ou sugestões realizadas ao seu projeto inicial, durante nosso convívio em sala e discussões de grupo a respeito do assunto, pela amizade, convivência fraterna, companheirismo e integração.

À Universidade Federal do Ceará e à Secretaria da Educação do Ceará, pelo apoio e incentivo mediante cessão oficial desse servidor para sua qualificação.

Aos da minha família, pelo seu apoio e incentivo constante no decorrer dessa jornada.

¹ Conforme; Tiago 1:17 (Bíblia Sagrada).

Pesquisa para constatar, constatando, intervenho,
intervindo, educo e me educo. Pesquisa para
conhecer o que ainda não conheço e
comunicar ou anunciar a novidade.

Paulo Freire (2004, p. 29).

RESUMO

As comunidades tradicionais pesqueiras do litoral cearense são promotoras de movimentos sociais, característicos da pesca artesanal, que são constituídos com base em determinados problemas sociais (pesca predatória, habitação, saúde, educação etc.) enfrentados em seu coletivo, que normalmente só são superados nas lutas desses movimentos, produzindo uma pedagogia inerente a essa ação. Essa realidade ensejou a elaboração desta pesquisa, que se propôs estudar o papel do movimento social da Prainha do Canto Verde no processo educativo de comunidades tradicionais de pescadores artesanais litorâneos, com o propósito de contribuir com os sujeitos sociais e institucionais que atuam nessa atividade para a elaboração de políticas públicas que efetivamente permitam o exercício dos direitos sociais dessas populações. Para tanto, procurou-se seguir os passos instrumentais da pesquisa qualitativa, fundamentada em um estudo de caso descritivo, qualitativo-explicativo, com concepções etnográficas e da pesquisa-ação, pois se pesquisou e estudou uma comunidade singular que possui um valor em si mesma, durante um período de cinco anos. Também se utilizou o enfoque fenomenológico que teve como objetivo captar e compreender a essência do fenômeno buscado, sem, contudo, pretender uma universalidade de análise. Os dados primários foram obtidos de uma amostra não aleatória, do tipo intencional, por quotas. A coleta desses foi realizada mediante a aplicação de entrevistas (31) estruturadas, semiestruturadas e informais, individuais, as quais foram aplicadas, principalmente, com as lideranças locais. Também se recorreu à ajuda da observação participante e ao emprego de elementos da metodologia crítico-dialética, para ajudar no encontro das interconexões e contradições que formam o tecido social local; da ferramenta “diário de campo”, onde se registraram nossas impressões acerca das relações entre os principais sujeitos da pesquisa. Para organização desses dados, buscou-se o auxílio da informática, mediante a utilização do *software* QSR NUD*IST, como ferramenta de apoio para análise das transcrições das entrevistas. A análise dos dados evidenciou que o caráter educativo existente no movimento social da Prainha possui como pedra fundamental a mobilização e a organização comunitária, tendo como base a pedagogia libertadora de Paulo Freire, incorporada na prática utilizada pelos fundadores do movimento, que levou em conta a natureza política da educação por meio de uma autêntica relação dialógica. Esse processo é responsável pelo elevado grau de conscientização, formação política e cidadania a que chegaram os principais sujeitos desta pesquisa. O resultado do trabalho é a solidez do movimento social da Prainha, de sua mobilização e, por consequência, da organização da comunidade, traço evidente de sua identidade e fatores relevantes no papel social desse movimento, que se mostra como referência para as demais comunidades tradicionais pesqueiras litorâneas. Da mesma forma, as ações coletivas do grupo de pescadores dessa comunidade passaram a repercutir em todo o litoral do Estado, estabelecendo uma articulação, fortalecendo um movimento na contextura municipal-estadual que se amplia na união com o MONAPE. Esta pesquisa também concedeu a oportunidade de se identificar e apresentar ao universo acadêmico duas contribuições para a discussão da teoria sobre os movimentos sociais em comunidades tradicionais.

Palavras Chave:

(1) Educação Popular. Movimentos Sociais. Comunidades Litorâneas. Pesca Artesanal.

ABSTRACT

The traditional fishing communities in Ceará coast are promoters of social movements, characteristic of Artisanal Fisheries, which are made from certain social problems (fishing, housing, health, education, etc.). En-fronts in their group, they usually only is overcome by the struggles of these movements, the citizenship rights of their residents, producing a pedagogy inherent in this action. This reality gave rise to the development of such research, which aimed to study the educational process of the social movement in the community of Prainha do Canto Verde, Ceará coast in, trying to understand their role in organizing this community, with the aim of contributing to the social actors and institutional engaged in this activity for the development of public policies that effectively allow the exercise of social rights of these populations. To this end, we follow the steps of qualitative research instruments based on the following design: a case study descriptive qualitative explanatory concepts with ethnographic and action research, as researched and studied a unique community that has a value in itself for a period of five years. We also use the phenomenological approach that aimed to capture and understand the essence of the phenomenon sought, without, however, want a universality of analysis. The primary data were obtained from a non-random sample, intentional, by quotas. The collection of these was conducted from interviews (thirty-one) structured, semi-structured and informal, individual, which were applied mainly with local leaders. We also borrowed to aid participant observation and the use of elements of the critical-dialectical methodology, to help us in meeting the interconnections and contradictions that make up the existing social fabric. Tool of the "field journal", where we recorded our impressions about the relationship between the main actors and subjects of research. To organize these data, we seek help of computers, by using a software QSR NUD * IST, as a support tool to analyze the transcripts of our interviews. Data analysis showed that the existing character education in the social movement of Prainha has as a cornerstone the process of mobilization and community organization, based on the grounds of liberating pedagogy of Paulo Freire, incorporated through the practice used by deep-ers of the movement which took into account the political nature of education through an authentic dialogic relationship. This process is responsible for the high degree of consciousness, politics and citizenship to that reached the main subject of this research. The result of this work is the strength of the social movement of Prainha in their activity and consequently, community organization, a trait evident in their identity and relevant factors in the social role of this movement, which appears as a model for other traditional fishing communities coast. Similarly, the collective actions of the group of fishermen in this community began to pass around our coast, linking, a move to strengthen local-level state that expands in union with the MONAPE. This research also gave us the opportunity to identify and present to the academic world, two contributions to the formação/constituição theory on social movements in the field.

Keywords Keys:

Popular Education. Social Movements. Coastal communities. Artisanal Fisheries.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 Acesso e Localização da Prainha do Canto Verde no Litoral Cearense	81
FIGURA 2 Diagrama político-organizacional das representações sociocoletivas, identificadas na Prainha do Canto Verde	83
FIGURA 3 Livro Nossa História	134
FIGURA 4 Desenhos realizados por alunos da Escola Bom Jesus dos Navegantes	138
FIGURA 5 Área proposta para criação da RESEX da Prainha	164
GRÁFICO 1 Indicadores para Educação/Escolarização	142
GRÁFICO 2 Gráfico dos indicadores para Saúde	154
GRÁFICO 3 Gráfico dos indicadores para Pesca	167
FOTO 01 Amanhecer na Prainha - Tia Alzira, descendente das primeiras famílias	28
FOTO 02 e 03 Comunidade e seu tipo de habitação nos Anos 1975-1985	32
FOTO 04 Família do Pilé e lideranças do início do movimento	36
FOTO 05 e 06 Placas da Imobiliária em praias do mesmo município	39
FOTO 07 Jangada Comunitária, 1º projeto aprovado pelo Movimento (1985)	105
FOTO 08 Crianças brincam de Jangadeiros nos lagos/lagoas	108
FOTO 09 Dom Aluísio Lorscheider, presente à Prainha	111
FOTO 10 A comunidade juntava-se para momentos de oração e reflexão	112
FOTO 11 Primeira passeata da comunidade à cidade de Beberibe	113
FOTO 12 Reunião com a Sra. Renata Jereissati, 1ª Dama do Estado (1991)	123
FOTO 13 e 14 Missa e partida da SOS Sobrevivência; domingo de 04/04/1993	125
FOTO 15 Primeiro prédio público da comunidade: A Escola (1981)	132
FOTO 16 Prédio da escola antiga, reformado (bloco-1, 1986)	132
FOTO 17 Prédio (bloco 2) da Nova Escola na Prainha (1996)	135
FOTO 18 Novas instalações (bloco 3) da Escola na Prainha (1997)	135
FOTO 19 Discussão de Temas da Comunidade na Escola	136
FOTO 20 Apresentação do Coral da Prainha na Bienal do Livro em Fortaleza	137
FOTOMONTAGEM 21 Atividades da agroecologia orgânica na comunidade	140
FOTO 22 Aula de campo nos canteiros da horta escolar	140
FOTO 23 Barracão de Artesanato da Nova Escola da Prainha	143
FOTO 24 e 25 Prédio do CVT e Sala de Multimeios da Escola	146
FOTO 26 Vista panorâmica das instalações da Nova Escola da Prainha	147
FOTO 27 Posto de Saúde e Casa de Parto	151
FOTO 28 Prédio onde funcionava o Entrepasto (1993-2004)	156
FOTO 29 Produção nos Arrecifes Artificiais da Prainha	161
FOTO 30 Concludentes do Seminário de Ecoturismo Comunitário (1998)	173

FOTOMONTAGEM 31 Síntese da discussão grupal e aplicação de dinâmica de grupo	177
FOTOMONTAGEM 32 Recepção de alunos do Curso de Turismo da UFPE	181
FOTO 33 Jovens do projeto “Geração Muda Mundo” (2008)	187
FOTO 34 Turma I, Curso de Capacitação de Lideranças do Litoral Cearense	189
FOTO 35 Aula de Campo fora da comunidade - praia de Flecheiras, Trairi-CE.	195
FOTOMONTAGEM 36 Catamarã (Esperança), na praia, em manutenção (2009)	198
FOTO 37 Instalações do projeto “Estaleiro Escola” (2004)	200

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Indicadores da situação econômica do setor industrial lagosteiro, em fins dos anos 80 e em 2006, para o Nordeste brasileiro	22
TABELA 2 Indicadores para Educação/Escolarização	142
TABELA 3 Dados Demográficos da Prainha do Canto Verde, de 1993 a 2003	152
TABELA 4 Indicadores para Saúde	153
TABELA 5 Indicadores para Pesca	167
TABELA 6 Valores (casos positivos), frequência e percentuais encontrados nos “cruzamentos” entre algumas categorias destacadas na pesquisa, na opinião de 27 sujeitos entrevistados	210

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE 1 Levantamento das datas/períodos em que estivemos presente na comunidade da Prainha do Canto Verde, após início do Doutorado (2004.2)	276
APÊNDICE 2 Termo de Compromisso	280
APÊNDICE 3 Roteiros das entrevistas realizadas na Pesquisa de Campo	281
APÊNDICE 4 “Árvore de Raízes” do programa <i>Nud*!st</i> , para as entrevistas na PCV	287
APÊNDICE 5 Cronologia dos principais fatos da história da Prainha (1860 - 2009)	288
APÊNDICE 6 Principais eventos educativos realizados <u>na comunidade</u> da Prainha, a partir de 1997	299
APÊNDICE 7 Principais eventos educativos realizados por membros da Prainha, fora da comunidade da Prainha, desde 1996	303
APÊNDICE 8 Percentuais e frequências, encontrados para o cruzamento entre algumas categorias destacadas na pesquisa (Tabela 6 – completa)	308
ANEXO 1 Informativo Mensal da Confederação das Colônias de Pescadores do Pará	309
ANEXO 2 Jornalzinho “Terra Livre-Gente Livre”; capa do exemplar Nº 2, Ano II	310
ANEXO 3 Canto Verde faz um ano sem mortalidade; “Cidades”, O Povo, 03/02/1996	311
ANEXO 4 Plano Diretor; Regulamento para uso da Terra–Prainha do Canto Verde	312

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASTER-RO - Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia
AMPCV - Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde
BNB - Banco do Nordeste do Brasil
CDPDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEFET-CE - Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará
CERIS - Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais
CGSL – Comitê de Gestão de Uso Sustentável de Lagosta
CIPAT - Cooperativa Interdisciplinar de Pesquisa e Assistência Técnica
CNBB - Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil
CNPT - Conselho Nacional de Populações Tradicionais
COMPESCE - Comitê de Pesca do Estado do Ceará
COOPERCANTUR - Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde
CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRB - Conferência dos Religiosos do Brasil
CVT - Canto Verde Digital
DEA - Departamento de Economia Agrícola
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EACR - Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais
EJA - Educação para Jovens e Adultos
FAS - Fundação de Assistência Social
FACED - Faculdade de Educação da UFC
FBB - Fundação Banco do Brasil
FDZCC - Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FPPLC - Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileira de Geografia e Estatística
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPLANCE - Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará
IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
ICSF - *International Collective in Support of Fishworkers*
LABOMAR - Laboratório de Ciências do Mar
LBA - Legião Brasileira de Assistência
MEB - Movimento de Educação de Base
MONAPE - Movimento Nacional de Pescadores
MOPECE - Movimento dos Pescadores do Ceará
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura.
MSC - *Marine Stewardship Council* (Conselho de Manejo Marinho)
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NMS - Novos Movimentos Sociais.
NEA/IBAMA - Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA
OMT - Organização Mundial do Turismo
ONG - Organização Não Governamental
PESCART - Plano de Assistência a Pesca Artesanal
PISUS - Programa de Interiorização do Sistema Único de Saúde
PRODETUR/CE - Programa de Desenvolvimento Turístico do Ceará
PSF - Programa de Saúde Familiar
REDTURS - Red de Turismo Comunitário de América Latina
RESEX - Reserva Extrativista Marinha
SAS - Secretária de Ação Social
SEAP/PR - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
SEDUC - Secretaria de Educação do Ceará
SEMA - Secretaria do Meio Ambiente
SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente/CE
SETUR - Secretaria de Turismo
SUDEPE - Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca
TUCUM - Turismo Cearense Comunitário
TURISOL - Turismo Solidário
UECE - Universidade Estadual do Ceará
UFC - Universidade Federal do Ceará
UNIFOR - Universidade de Fortaleza
WWF - *World Wildlife Fund* (Fundo Mundial para Natureza)
ZEE - Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A PESCA ARTESANAL COMO PROPULSORA DE MOVIMENTOS SOCIAIS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS LITORÂNEAS	17
2.1 O Despertar de uma Comunidade; o Nascer de um Movimento	28
3. OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: Âncoras para Comunidades Tradicionais da Pesca Artesanal Litorânea	47
4. CAMINHOS PERCORRIDOS PARA OS ACHADOS DA PESQUISA.	76
4.1 Aspectos Epistemológicos: o ponto de partida	76
4.2 Apresentação da Unidade de Pesquisa: população e amostra	80
4.3 Caminhos Percorridos: da abordagem ao tipo de pesquisa	84
4.4 Os Dados, Sujeitos, Fontes e Instrumentos da Pesquisa	87
4.5 Método, Organização e Análise dos Dados	91
5. A CONQUISTA DE UM IDEAL COLETIVO: A Posse da Terra	97
5.1 A Mobilização e Organização da Comunidade: a conquista de um aprendizado coletivo	97
5.1.1 A Ajuda externa – os parceiros e as principais demandas no início do movimento	121
5.2 A Conquista da Cidadania na Prainha	130
5.2.1 A Escola e a Escolarização na comunidade	131
5.2.2 A Saúde como condição básica da sobrevivência humana	148
5.2.3 A Pesca como vetor do processo socioeconômico e produtivo	155
5.2.4 Turismo Comunitário: uma alternativa de renda; exemplo para outras comunidades	169
5.2.5 Outras conquistas para cidadania	182
5.3 O Legado do Movimento: o Processo Educativo	184
5.3.1 A Capacitação como processo educativo de conquista do conhecimento	185
5.3.2 Lições de Vida e Visões de Mundo, apreendidas na participação do movimento	204
5.3.3 Fortalecimento e conquista da identidade coletiva da Prainha	214
5.3.3.1 Sentimento de pertença: o movimento e a conscientização do cidadão local	217
5.3.3.2 A certeza de pertencer a uma comunidade diferente	222
5.4 O Movimento Local: Relações e Articulações	226
5.5 Problemas, Conflitos e Desafios Atuais	238
6. CONCLUSÕES: A Concretização de Sonhos	246
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	261
APÊNDICES	274
ANEXOS	308

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o 'como' de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato.

Paulo Freire (2002, p. 27).

A escolha do tema no qual resolvemos trabalhar é consequência de uma série de fatos e reflexões de situações pessoais e profissionais ocorridos durante uma trajetória como extensionista pesqueiro², os quais serão narrados mediante uma breve recuperação de nossa história profissional.

A identificação com o tema e seus questionamentos começou a ser constituída já no início do curso de graduação em Engenharia de Pesca, quando escolhemos a Extensão Pesqueira como a área de concentração na qual iríamos desenvolver todas as nossas atividades profissionais, desde a primeira ocupação até às atividades atuais. Desde então, estivemos sempre envolvido diretamente em atividades de extensão, nas sedes das comunidades pesqueiras artesanais, tais como; Guajará Mirim, Surpresa e Costa Marques, no Estado de Rondônia, durante um período de cinco anos em que estivemos como executor direto das atividades de extensão pesqueira naquela região.

Nesse tempo, tivemos a oportunidade de vivenciar e acumular uma riqueza de conhecimentos nativos sobre a pesca artesanal na Amazônia, suas práticas, tipos de pescarias, espécies capturadas, comercialização e, principalmente, acerca do seu principal protagonista, o pescador profissional. Apesar do nosso curso de graduação, naquele período, não nos ter qualificado para tal apreensão e compreensão daquela realidade, nossa convivência diária, residindo na sede da maior cidade ribeirinha (Guajará Mirim) em termos de produção de pescado, ao que se alia

² O extensionista é um agente de mudança, um educador na concepção de Paulo Freire. No caso específico, trata-se daquele profissional, de nível médio ou superior, que atua diretamente junto ao pescador artesanal em suas atividades e comunidades, com ações/atividades que disseminem conhecimentos tecnológicos e gerenciais, capacitando e incluindo esses profissionais e sua família no processo produtivo, priorizando sua qualidade de vida, tanto nos aspectos sociais quanto econômicos. Situamos sempre o pescador em primeiro plano, respeitando seus saberes nativos, para depois ampliar e/ou introduzir novos fatores de produção e tecnologia.

nossa participação em uma equipe multidisciplinar³, nos possibilitou esse aprendizado, a troca de conhecimentos. Com efeito, o trabalho e a prática extensionista, principalmente durante os diversos cursos de capacitação de pescadores, propiciaram essa formação conjunta, técnico-pescador. Tal formação, mesmo sem um entendimento desse referencial naquele momento, acontecia segundo uma perspectiva freireana, na qual;

O saber começa com a consciência do saber pouco (enquanto alguém atua). É sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais. Se tivéssemos um saber absoluto, já não poderíamos continuar sabendo, pois que este seria um saber que não estaria sendo. Quem tudo soubesse já não poderia saber, pois não indagaria. O homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber. E é por isto que todo saber novo se gera num saber que passou a ser velho, o qual, anteriormente, gerando-se num outro saber que também se tornara velho, se havia instalado como saber novo. (FREIRE, 2002, p. 47).

Naquele período, apesar dos programas oficiais de extensão possuírem uma característica tecnicista⁴ e pouco ou quase nada privilegiarem ações voltadas para a organização social e profissional do produtor, esse segmento já nos chamava a atenção pelo tipo e representatividade desses profissionais que existiam na comunidade; uma Capatazia⁵. Observando e acompanhando o descontentamento e a insatisfação da categoria com sua representatividade, fomos convidado a participar de reuniões para discutir sobre o assunto. Por intermédio de um outro companheiro extensionista, tomamos conhecimento de uma experiência pioneira⁶ em seu Estado e conseguimos o estatuto da entidade. Apresentamos a experiência em nossa comunidade e, após várias reuniões, a categoria deliberou sobre a formação da Associação dos Pescadores Profissionais de Guajará Mirim (RO). Essa experiência (1982) nos possibilitou uma visão diferenciada com maior acuidade para as questões sociais enfrentadas pela categoria, apesar da ausência de referências teóricas.

Saindo da Amazônia, estivemos durante os sete anos seguintes (1983-1989) à frente da Coordenação dos trabalhos de extensão pesqueira do Departa-

³ O escritório local da Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia (ASTER-RO), possuía, naquele período, um quadro com quatro técnicos graduados (agrônomo, engº. de pesca, zootecnista e veterinário), dois técnicos agrícolas e três técnicas agentes sociais.

⁴ Tratava-se de programas com estratégias de intervenção que levavam em consideração apenas os aspectos técnicos da produção, sem observar as questões sociais, culturais e/ou ambientais, como também não atentavam para as experiências e as demandas das populações atendidas.

⁵ É uma representação da categoria dos pescadores profissionais, cujo representante, o Capataz, era indicado pelo Presidente da Colônia. Essa representação, normalmente, fica distante da sede da colônia-matriz.

⁶ Formação e instalação, em Santa Catarina, da primeira Associação de pescadores profissionais, no Brasil, onde até então somente a colônia era reconhecida como órgão de representação da categoria.

mento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em sua administração central. Nessa autarquia, tivemos a oportunidade de acompanhar e participar diretamente, em diversas comunidades do interior do Nordeste do Brasil, na região denominada de “Polígono das Secas”, dos trabalhos de organização e reestruturação de colônias de pescadores, que habitam as margens dos açudes públicos administrados pelo DNOCS. Mais uma vez a questão social aparece com destaque nessa experiência, com o enfoque para o problema da representação profissional da categoria e a fome no período das “secas” – alguns açudes ficam com água imprópria para o consumo humano. Inexistiam infraestruturas de abastecimento e saneamento para essas populações marginais, geográfica e socialmente, segundo a visão de Timm (1993).

Chegamos à Universidade Federal do Ceará (UFC) no início de 1990, onde estivemos presente nas atividades de extensão pesqueira do Departamento de Engenharia de Pesca do Centro de Ciências Agrárias e de projetos comunitários da Pró-Reitoria de Extensão. Na academia, afloraram nossos questionamentos acerca daquelas experiências vivenciadas na prática do processo de extensão⁷ nas diferentes comunidades trabalhadas, e, naquele momento, conhecendo e participando de atividades extensionistas em comunidades pesqueiras litorâneas. Foi então que, em 1992, decidimos realizar curso de mestrado - Economia Rural-UFC, onde conhecemos mais “de perto” várias comunidades do litoral leste do Estado, com ênfase no Município de Icapuí, e, em especial, para a comunidade de Redonda, onde lá residimos por mais de dois meses e que resultou no estudo de nossa pesquisa intitulada: *A intermediação e os problemas socioeconômicos no defeso da pesca de lagostas em Redonda, Icapuí (CE)*.

Ainda na Universidade, após a realização do mestrado, resolvemos concluir o curso de Licenciatura Plena em Engenharia de Pesca. Nessa etapa, tomamos conhecimento de uma parcela da obra do educador Paulo Freire (1921 - 1997), a qual teve uma contribuição importante e decisiva para a continuidade de nosso avanço nos estudos de pós-graduação. Também foi de grande valia sua pedagogia, para a prática de sala de aula que estávamos vivenciando a partir daquele momento.

⁷ Este, entendido como um processo educativo, segundo a concepção de Paulo Freire, o qual compreende pelo menos dois sujeitos; um técnico e um produtor, cada um exercendo o seu verdadeiro papel social. Assim esse processo corresponde a uma ação educativa de caráter libertador (FREIRE, 2002; p. 19-36).

Nesse mesmo período, estivemos como professor substituto, no Departamento de Economia Agrícola (DEA), ministrando a disciplina Extensão Pesqueira e auxiliando na disciplina Extensão Rural, durante um período de quatro semestres. Ressaltamos ainda outras experiências dessa natureza que realizamos (2000-2004) em outras comunidades pesqueiras litorâneas⁸, dentro do projeto de extensão, em andamento, intitulado: “Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão do Ceará”, mantido pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), e Fundação Banco do Brasil (FBB) em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da UFC.

Durante nossa experiência como extensionista pesqueiro no Estado do Ceará, pudemos acompanhar⁹ alguns movimentos¹⁰ que se consolidaram com a constituição de associações comunitárias e de produção, e que hoje apresentam resultados relevantes em alguns de seus objetivos, como, por exemplo, associações de Ponta Grossa, Batoque e Balbino. Em outras localidades, em razão das suas conquistas, esses estão sendo seguidos como exemplos, como os casos dos movimentos nas comunidades de Redonda e Prainha do Canto Verde. Esta última, de março de 2000 a março de 2009, foi homenageada com cinco prêmios internacionais em feiras de turismo e outros eventos, pelos trabalhos da gestão direta do turismo ecológico e sustentável levado a cabo pelo seu Conselho Comunitário de Turismo¹¹.

Assim, levando-se em consideração essas realidades e, baseado na nossa experiência profissional vivenciada em atividades ligadas à extensão pesqueira, de inquietações pertinentes aos estudos realizados em comunidades pesqueiras litorâneas, junto às reflexões que desenvolvemos nos cursos de pós-graduação e em nossas atividades de docência na UFC, sentimos a necessidade de realizar um aprofundamento sobre questões (ver p. 44) que acontecem e permeiam os movimentos sociais na pesca artesanal. Emergiu, então, dessas vivências a questão norteadora de

⁸ Assessorando na mobilização e capacitação de alguns grupos de pescadores para a formação de cooperativas populares nas comunidades litorâneas de Icapuí, Ponta Grossa, Prainha do Canto Verde, Praia da Baleia e Acaraú, exercendo assim “[...] um papel tão importante quanto uma liderança do grupo” (GOHN, 2005; p.18).

⁹ Esse acompanhamento acontece por meio de visitas, participando de reuniões, ministrando cursos e em alguns casos residindo na comunidade por curtos períodos.

¹⁰ Dentre outros, podemos citar o *movimento popular* que surge em 1993, na comunidade da Prainha do Canto Verde, que teve como objetivo chamar a atenção da opinião pública e das autoridades sobre a situação precária dos pescadores artesanais cearenses. Denunciava temas ainda não resolvidos, como a situação da pesca predatória, da ameaça a moradia em virtude da especulação imobiliária e do crescimento selvagem do turismo irresponsável em suas comunidades.

¹¹ Esse Conselho foi capacitado (2001) em associativismo/cooperativismo e passou a receber assessoria e acompanhamento nesta área, pela Incubadora de Cooperativas Populares da UFC.

nossa pesquisa, que se propôs investigar qual o papel do movimento social no processo educativo em comunidades tradicionais de pescadores artesanais litorâneos, tendo como unidade de pesquisa a comunidade da Prainha do Canto Verde (Beberibe-CE); um desafio que resolvemos concretizar.

Para tanto, nossa missão começa nesta explanação e segue apresentando a justificativa e relevância do estudo, juntamente com a contextualização do problema a ser pesquisado. Nesse sentido, discorreremos sobre a importância da pesca artesanal no cenário internacional, nacional e cearense, mostrando sua importância no contexto da problemática econômico-social e seus desdobramentos, assim como os principais problemas sociais inerentes a essa modalidade de pesca, seus profissionais e as comunidades tradicionais. Em seguida, dizemos da importância deste estudo para a academia e para as comunidades tradicionais de pescadores litorâneos, sua originalidade e viabilidade como uma produção acadêmica. Fechamos o capítulo 2, com a narrativa dos principais fatos e acontecimentos que firmaram a história daquele movimento, na qual, se estruturam os pilares de sustentação para o entendimento do processo educativo e seus resultados, nele contido. Concluimos com a exposição dos objetivos, gerais e específicos, que planejamos atingir com a realização desta pesquisa.

Para conseguir nosso intento, apresentamos no capítulo 3, além de nossa experiência aqui expressa, a base dos estudos teóricos dos autores que se inserem na abordagem dos Novos Movimentos Sociais (NMS), os quais excluem de sua análise central um sujeito específico, preexistente, e direciona seu foco para os elementos do grupo. O “sujeito” coletivo predomina em todos os sentidos, como protagonistas sociais, nas ações e na identidade dos grupos gestados na organização do movimento social. Para realizar a “conexão” movimentos sociais-educação, recorreremos à teoria da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, que nos auxiliou no entendimento do processo educativo construído durante as lutas e nas histórias de vida daqueles que vivenciam e participam de movimentos sociais, como o caso da Prainha do Canto Verde.

De posse desses conteúdos, procuramos seguir os passos instrumentais da pesquisa qualitativa que, segundo os autores (apresentados no capítulo 4) que fundamentam seu percurso, ficou estruturada dentro do seguinte delineamento: um estudo de caso descritivo, qualitativo e explicativo, com as concepções etnográfica e

da pesquisa-ação, pois pesquisamos e estudamos uma comunidade singular que possui um valor em si mesma, durante um período que foi de março/2004 a outubro/2009. O enfoque fenomenológico teve como objetivo captar e compreender a essência do fenômeno buscado, sem, contudo, pretender uma universalidade de análise. Possui também natureza descritivo-analítica, pois foi realizada por meio da coleta de dados primários e secundários.

Nossos indicadores foram obtidos com base em uma amostra não aleatória, do tipo intencional, por quotas. Nesse modelo de seleção, a amostra é composta por elementos da população, selecionados intencionalmente pelo investigador, baseado em observações daqueles elementos que possuam características típicas e/ou representativas da população. A coleta foi realizada durante as entrevistas estruturadas, semiestruturadas e informais, individuais, as quais foram aplicadas, principalmente, com as lideranças locais. Também recorremos a ajuda da observação participante e do emprego de elementos da metodologia crítico-dialética, para auxiliá-los no encontro das interconexões e contradições que formam o tecido social; e da ferramenta do “Diário de Campo”, onde registramos nossas impressões acerca das relações entre os principais sujeitos da pesquisa. Para organização desses dados, buscamos o auxílio da informática, mediante a utilização de um *software* do sistema CAQDAS, o programa QSR NUD*IST, versão 5.0, como ferramenta de apoio para análise das transcrições de nossas entrevistas.

No capítulo 5, apresentamos os achados da pesquisa, onde realizamos a discussão, a análise desses dados e os resultados que apuramos com os resultados da aplicação das “ferramentas” expressas neste estudo, desnudando a realidade durante nossas entrevistas, observações e inserções de campo. Nesse sentido, discorreremos sobre todos os setores da comunidade, envolvidos no processo educativo inserido no movimento social local, apresentando suas lutas e conquistas, dificuldades e virtudes.

Finalmente, no capítulo 6, concluímos nosso intento, com a explanação e apresentação final dos resultados, procurando responder aos questionamentos iniciais, na perspectiva de resposta de nossa inquietação principal, com a visão sempre focada em nossos objetivos. Nesse sentido, também realizamos algumas recomendações, contribuições de natureza teórica, bem como sugestões aos elaboradores de políticas públicas, aos comunitários da Prainha e aos que fazem a academia.

2 A PESCA ARTESANAL COMO PROPULSORA DE MOVIMENTOS SOCIAIS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS LITORÂNEAS

Para mim, a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade.

Paulo Freire (1990, p. 35).

O mar constitui uma das últimas fronteiras na busca de recursos naturais pelo homem. A pesca pode ser considerada uma das derradeiras atividades de caça realizada em grande escala em todo o Mundo (DIEGUES, 2004). A pesca artesanal, no panorama contemporâneo mundial, investe-se de uma importância significativa por desempenhar um papel em duas circunstâncias. A primeira, por afiançar às nações costeiras representadas, em virtude da regulamentação do novo direito do mar, a requerer e estabelecer uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE)¹² para exploração da pesca. A segunda resulta do contingente de profissionais vinculados a essa atividade, para a manutenção dos direitos à exploração da ZEE, visto que, em razão da sua magnitude, ocupam a maior parte desses limites geográficos (BEN-YAMI *et al*, 1985 & McGOODWIN, 1990).

O Brasil, com seus 8,5 mil quilômetros de litoral, possui uma ZEE de 3,5 milhões de km². Essa definição resulta dos estudos técnicos realizados pela equipe do Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (Programa Revizee), criado como um dos requisitos para assegurar ao Brasil os direitos de exclusividade sobre a exploração do potencial das biomassas e das capturas sustentáveis dos recursos vivos dentro da ZEE. Os resultados apontam para valores estimados entre 1,4 a 1,7 milhão de toneladas/ano,

¹² Criadas por acordo firmado em 1982, e retificado em 1989, numa convenção entre 130 nações coordenadas pela *United Nations Law of the Sea* (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar-CNUDM, UNLOS-1982), organismo das Nações Unidas. O tratado assegura ao país costeiro a oportunidade de exercer a exclusividade sobre a jurisdição e a exploração dos recursos pesqueiros marinhos até o limite de 200 milhas marítimas da costa nacional. Para tal, os signatários obrigaram-se a realizar pesquisas sobre o potencial da ZEE e definir as quantidades, métodos e períodos permitidos à pesca, sob pena de não auferirem seus direitos se assim não procederem (McGOODWIN, 1990).

muito além das 500.116,00 toneladas produzidas pela pesca extrativa marinha brasileira no ano de 2004 (MONITORAMENTO..., 2006).

Assim como nos demais países pesqueiros em desenvolvimento, a pesca artesanal no Brasil, apesar de sua reconhecida importância no desenvolvimento econômico e social do País, sofre da escassez de informações, tanto de cunho biológico como, principalmente, socioeconômico. A obtenção de dados e de estatísticas pesqueiras confiáveis fica limitada pelas conhecidas carências de recursos humanos e materiais das agências governamentais encarregadas desses registros (op. cit., 2006). Algumas dessas limitações referem-se à renda líquida; tipos de ocupação e trabalho; de tecnologias empregadas; e dos aspectos organizativos de ações e lutas comunitárias dos pescadores artesanais. As principais causas apontadas para esta ausência de informação estão vinculadas à complexidade da atividade e, também, à falta de políticas públicas específicas para o setor (VASCONCELOS et al, 2005).

A pesca artesanal no Brasil apresenta relevância fundamental para o Estado, essencialmente se considerarmos a função social da atividade como geradora de alimentos para a população¹³, produzindo proteínas de alta qualidade, num país onde a carência de alimentos é uma constante em comunidades de baixa renda, principalmente nos estados do Nordeste. Estimativas indicam que esta atividade é responsável pela geração de 800 mil empregos diretos, envolvendo um contingente de aproximadamente quatro milhões de brasileiros que vivem ao longo da zona costeira¹⁴ e possuem a pesca como o único meio de sobrevivência (op. cit., 2006). Segundo essa mesma fonte, esse setor também é o responsável por mais de 60% da produção pesqueira extrativista no país.

Num país imenso como o Brasil, o segmento artesanal apresenta distintas realidades regionais, tanto no que concerne à produção de pescado¹⁵ quanto em relação às tendências de mercado e distribuição. Se nos reportarmos ao Nordeste

¹³ Segundo a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (**SEAP/PR**), no Brasil, o pescado é uma das quatro maiores fontes de proteínas animal para o consumo humano.

¹⁴ Instituído pela Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro definiu, em legislação para efeito ambiental, a zona costeira brasileira, como uma unidade territorial que se estende, na sua porção terrestre, por mais de 8,5 mil quilômetros, incluindo a faixa marítima formada pelo mar territorial, com largura de 12 milhas náuticas a partir da linha de costa. São regiões de transição ecológica que desempenham uma importante função de ligação e trocas genéticas entre os ecossistemas terrestres e marinhos, fato que as classificam como ambientes complexos, diversificados e de extrema importância para a sustentação da vida no mar (SEAP/PR, 2003).

¹⁵ Quando nos reportamos ao termo "produção de pescado", estamos nos referindo às produções de peixes, de crustáceos (camarão, caranguejos, lagostas, etc.) e de moluscos (polvos e lulas, mexilhões, ostras etc.), conjuntamente.

brasileiro (representado por nove Estados litorâneos; Maranhão; Piauí; Ceará; Rio Grande do Norte; Paraíba; Pernambuco; Alagoas; Sergipe e Bahia) o setor artesanal torna-se ainda mais representativo e importante, econômica e socialmente, uma vez que ele, em 2007, por exemplo, foi responsável por 94,3% das 155.625,5 toneladas de pescado (IBAMA, 2007) oriundos da pesca extrativa marinha nessa região, impulsionada por uma frota¹⁶ artesanal que corresponde a 87% do total de embarcações desses Estados (op. cit., 2006), mobilizando o maior contingente de profissionais no País, com cerca de 164.854 (42,19% do total)¹⁷, pescadores e pescadoras que participam de 253 tipos e formas de pescarias artesanais regionais (IBAMA, 2005).

A pesca artesanal no Ceará é responsável por um elevado nível de emprego e ocupação em postos de trabalho nas comunidades litorâneas, nos setores de captura e comercialização do pescado. Segundo o Relatório Técnico Final - Monitoramento da Atividade Pesqueira no Litoral do Brasil - da SEAP/PR, em 2005, esse segmento foi responsável por 54,07% da produção de pescado desembarcada no Estado (cerca de 18.421,4 toneladas, das quais 81,8% são exclusivamente da pesca de peixe) e pelo emprego direto de um contingente estimado em 17 mil pescadores, os quais funcionam como ponto de sustentação da economia local, distribuídos em suas mais de 100 comunidades pesqueiras, ao longo de seus 21 municípios litorâneos. Esta atividade também é importante na manutenção da grande *diversidade cultural*¹⁸ que está vinculada às atividades desenvolvidas pelos profissionais da pesca (extrativistas), espalhados por todo o litoral do Estado. Este legado constitui um patrimônio cultural inestimável frequentemente esquecido pelas elites governantes.

O segmento artesanal cearense, com uma frota de 6.259 embarcações – representando 84% do coletivo estadual – foi responsável, em 2007, por uma receita que correspondeu a 114,97 milhões de reais, destacando-se os Municípios de Camocim (22,7%); Acaraú (17,0%); Itarema (15,1%); Fortaleza (9,7%); Icapuí (6,5%) e Beberibe (4,3%) como os principais responsáveis pelo montante. Outro destaque

¹⁶ Essa frota artesanal é representada por botes a vela; botes a remo; botes motorizados; paquetes; jangadas; catamarãs e canoas, de propriedade de pequenos armadores, associações e/ou pescadores profissionais.

¹⁷ Os dados são do Registro Geral da Pesca, documento apresentado em 28/12/2006 pela SEAP/PR, com os resultados do Recadastramento Nacional dos Pescadores do Brasil. Disponível em: www.presidencia.gov.br/seap/documentos, acesso em: 23 abr. 2009.

¹⁸ Dentre as manifestações culturais nessas comunidades, podem ainda ser encontradas; o Pastoril, o Reisado, o Papangu, a dança do coco de roda, as festas religiosas e a reverência aos mortos. Atualmente em algumas comunidades, a maioria destas festas permanece apenas na lembrança dos mais velhos, apesar de ser observado um movimento crescente de resgate dessas tradições.

fica por conta da renda auferida com a produção de lagosta¹⁹, que representa 45,4% do valor total, haja vista o seu elevado valor no mercado internacional, tornando-se assim um fator determinante na composição da receita do setor no Estado (IBAMA, 2007). Não restam dúvidas de que no Ceará a pesca artesanal possui enorme importância social e econômica, especialmente naqueles municípios possuidores de comunidades costeiras.

Segundo o documento básico do Plano de Assistência a Pesca Artesanal (PES CART), SUDEPE (1974), a pesca artesanal é aquela que não é praticada por sociedade de capital; os pescadores artesanais, por sua vez, não são sócios ou empregados de empresas de pesca; suas atividades são complementares e auxiliares a estas. Esses profissionais agrupam-se em colônias, podendo organizar-se em cooperativas e/ou associações, embora, no caso específico do Estado, as experiências exitosas nesse sentido sejam consideradas como contingentes, como, por exemplo, o caso da comunidade de pescadores da Prainha do Canto Verde, objeto de nosso estudo.

Nosso principal sujeito social, o pescador artesanal do litoral cearense, pode ser enquadrado como um profissional de "baixa e instável renda". Tal nível é caracterizado pela incerteza de quantos dias poderá pescar, quantidade e qualidade das espécies capturadas, e pela oscilação de preços em face da oferta de safra e entressafra, fatores estes responsáveis pelo baixo padrão de vida encontrado em suas comunidades (GALDINO, 2001). Aliado a outros problemas de ordem social, esses sujeitos são os principais protagonistas dos movimentos desencadeados nas comunidades pesqueiras artesanais no litoral do Ceará.

O pesquisador Fonteles-Filho (1982), nos anos 1980, caracterizava a pesca artesanal litorânea como uma atividade tecnologicamente estagnada, do ponto de vista da tecnologia da pesca e do pescado, e economicamente deficiente. Afirmava que os pontos de estrangulamento para o desenvolvimento da pesca artesanal estavam na ausência de literatura especializada, na escassez de informações técnico-científicas e na falta de assistência financeira e administrativa por parte dos órgãos públicos responsáveis pelo setor. Atualmente, pouco se avançou para suprir tais deficiências, apenas a literatura e a informação técnico-científica melhoraram; as demais permanecem.

¹⁹ O Estado, desde o início da exploração comercial da pesca de lagostas, em 1955, foi sempre o maior produtor nacional, com média histórica, nos últimos 13 anos (1991-2004), de 4.020,9 toneladas (IBAMA, 2008).

Atualmente, ainda podemos asserir que o setor artesanal, como atividade produtiva, é caracterizado por: (a) utilizar embarcações de pequeno porte (menos de 20 toneladas brutas de arqueação -TBA), com propulsão manual, eólica, mecânica ou mista (eólica e mecânica); (b) empregar métodos rudimentares em relação à tecnologia de pesca e do pescado; (c) possuir relações específicas de produção, como a meiação²⁰, a parceria e o "cangaeiro"²¹; (d) produtor de uma grande diversidade de espécies; (e) apresentar a fragmentação do processo produtivo e, nesse, ter a participação da mão de obra familiar; (f) ter sua comercialização subordinada a um amplo mercado comandado por uma cadeia de intermediação; (g) apresentar pequena parcela de remuneração aos pescadores e uma baixa capitalização de suas atividades; e (h) por possuir uma cultura própria baseada no tradicionalismo da região e cujo saber é transmitido de pai para filho (GALDINO & IGARASHI, 1999).

A pesca artesanal marítima é praticada em toda a extensão do litoral cearense com 573 km de costa, totalizando 11.539 milhas quadradas representando 15,65 e 8,5% em relação ao Nordeste e ao Brasil, respectivamente (MONITORAMENTO..., 2006). Caracteriza-se pela utilização de uma tecnologia rudimentar, com um sistema de produção que varia desde uma atividade de subsistência até aquele que se submete ao processo de subordinação ao capital comercial. Diferencia-se, portanto, do setor industrial em relação à quantidade e qualidade da mão de obra empregada, composição da produção, produtividade, meios de produção, métodos de captura, volume de inversões e organização empresarial (op.cit.).

A partir da crise do setor industrial – 1980-87 (TEIXEIRA, 1992) –, o setor artesanal passou a ter uma maior importância para a economia cearense, tornando-se o principal fornecedor da matéria-prima para as indústrias de beneficiamento de pescado, sobretudo às do setor lagosteiro. Após esse período, estima-se que mais

²⁰ Na pesca artesanal, o sistema tradicional de "meiação" é aquele em que o proprietário da embarcação (armador ou pescador) fornece os apetrechos de pesca, o rancho, a isca e, às vezes, o gelo, e, na divisão da produção, este fica com a metade da captura. O restante é dividido entre os tripulantes, inclusive com o proprietário, se este tiver participado da pescaria.

²¹ Modalidade identificada por nós quando da realização de sua dissertação de mestrado. Esse tipo surgiu com a propriedade e utilização da armadilha cangalha, por uma larga parcela (78,5%) dos pescadores donos de apetrechos. Nesse modo, o proprietário da embarcação, normalmente pescador embarcado executando a função de mestre, é o responsável pela quimanga, ficando os insumos (isca e gelo) por conta de cada tripulante. Estes, também, são proprietários das cangalhas utilizadas no processo de produção, sendo que o dono da embarcação fica com 50 a 65% do total da capacidade que a navegação possui de transporte desses apetrechos. Os outros pescadores prestam sua força de trabalho no serviço geral da faina e, no final da pescaria, cada tripulante fica com a produção capturada pelas próprias armadilhas. Acredita-se que seja esse o modo da divisão de produção mais socialmente justo dentre os já observados na pesca artesanal.

de 60% da produção de lagostas exportada pelas empresas são originários da pesca artesanal (IBAMA, 2008). Como esta atividade ocupa a quinta posição na pauta de exportações do Estado (IPLANCE, 2005), torna-se evidente a importância da pesca artesanal para a economia cearense, no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico do setor pesqueiro, funcionando inclusive como indução de atividades correlatas na indústria de frigorificação, equipamentos e aparelhos da pesca, transporte e serviços, na geração das divisas com exportação, impostos e criação de empregos diretos e indiretos.

Com o agravamento da crise na pesca industrial (Tabela 1), a pesca artesanal no Estado passa por um processo de especialização da produção e concentra seus esforços no produto lagosta, especialmente naquelas áreas onde a participação da iniciativa privada era uma constante –Aracati, Acaraú, Camocim e Icapuí.

Tabela 1: Indicadores da situação econômica do setor industrial lagosteiro, em fins dos anos 80 e em 2006, para o Nordeste brasileiro

Características do setor	Períodos	
	Anos 80	2006
Barcos industriais em operação	315	0
Barcos motorizados	744	821
Barcos a vela	479	3.562
Empresas de captura	18	1
Empresas processadoras	12	2
Empresas exportadoras	26	5

Fonte: IBAMA (2008)

Esse processo alterou de forma significativa a atividade exploratória de certas espécies de pescado nestas localidades. Isto ocorreu em virtude da imposição dos grupos exportadores empresariais, que levou a uma modificação nos apetrechos²² e métodos de captura. Isto coincidiu, não só, com a exploração da força de trabalho do pescador, como também com a sobrepesca²³ e a pesca predatória, principalmente em decorrência da difusão no emprego do uso da rede-caçoeira e da pesca de com-

²² Termo utilizado/empregado para representar utensílios, aparelhos e/ou armadilhas utilizadas para a captura de um determinado recurso da pesca.

²³ Esse “estágio” acontece quando a quantidade de apetrechos utilizados (intensidade de pesca) na captura de um determinado recurso pesqueiro se encontra acima do nível máximo (ponto em que o crescimento individual do recurso não iguala as mortes causadas pela pesca) sustentável por esse recurso. No médio prazo, esse fator provocou uma redução de cerca de 90% na produtividade das pescarias de lagosta, com sérios reflexos para a socioeconomia da atividade (IBAMA, 2008).

pressor²⁴, como apetrecho principal na pesca de lagostas. Essas modificações nos apetrechos e métodos da pesca artesanal, de certo, "[...] representou o atendimento a uma imposição do capital em busca de um incremento maior da produção, do que uma oportunidade de conquista dos pescadores". (RIBEIRO-NETO 1993, p.101).

A especialização da pesca artesanal com ênfase no produto lagosta, a curto prazo, significou aos profissionais dessa atividade um ganho real, pois, para se obter uma renda equivalente à venda de 10 kg de peixes (na média das espécies de valor comercial), seria necessário apenas 1 kg do crustáceo (IBAMA, 1994a). Essa relação intensificou a produção artesanal da pesca de lagosta e direcionou os pescadores a deixarem de ser produtores de subsistência de peixes, enquanto ofertavam para o mercado interno apenas o "excedente" e passassem a produzir fundamentalmente para o mercado externo (lagostas). Essa nova forma de direcionar a captura levou esses profissionais a passarem por transformações em suas relações sociais de produção, nas práticas tradicionais de captura e na organização social de suas comunidades (GALDINO & IGARASHI, 1999).

Da mesma maneira, esse processo, além de incentivar mais ainda a pesca artesanal de lagosta com métodos predatórios, intensificou, também, os problemas socioeconômicos nas comunidades, visto que a maioria de pescadores e armadores deixou a captura de peixes e se concentrou na captura de lagostas. Tal prática resultou em que, segundo o IBAMA (2008), no ano de 2004, cerca de 3.181 embarcações²⁵ (53% da frota nacional), a maioria de pequeno porte (67%), passassem a atuar na pesca desse crustáceo, sendo que, oficialmente, apenas 707 (22,3%) operaram com apetrechos permissionados. Foi um verdadeiro fracasso no processo da gestão do uso sustentável desse recurso, desembocando, há mais de uma década,

²⁴ A prática da pesca consiste de um compressor conectado por polia e correia ao motor da embarcação, com a finalidade de fornecer o ar necessário, via mangueiras, aos mergulhadores que descem a uma profundidade de até 33 metros, utilizando-se de um cinto de chumbo, pés-de-pato e máscara. Ao constatar a presença de lagostas, utilizam-se do arpão ou espeto, do bicheiro ou usam o mangote (pequena rede de arrasto) para cercar o cardume, capturando lagostas de todo tamanho, independentemente do sexo ou do estágio de maturação sexual. Segundo o IBAMA (1994b), de todas as modalidades de pesca utilizadas na captura de lagostas, "o mergulho" é a que se apresenta com um maior poder de destruição do meio ambiente.

²⁵ Outro fator que contribui na ampliação do número de embarcações, principalmente de pequeno porte, na pesca de lagostas, foi a criação, em 1991, do seguro-desemprego durante o período de defeso, para pescadores que comprovem estiveram embarcado na pesca de lagosta, mesmo que a embarcação não tenha permissão para a pesca deste crustáceo. A maioria desses barcos é de permissionados para a captura de peixes e realizam de uma a três viagens por ano para capturar lagostas, apenas com o objetivo de preencher os requisitos para habilitar seus pescadores ao benefício social (IBAMA, 2008).

numa crise de depleção dos estoques, com reflexos sociais e econômicos devastadores. Também está claro que a exploração racional desse importante recurso passa, fundamentalmente, pela diminuição do esforço de pesca²⁶, ou seja, uma redução drástica da quantidade de embarcações em operação, o que, certamente, ocasionará maiores prejuízos sociais, se não forem ouvidas e respeitadas as expectativas dessas comunidades.

Outro estímulo à prática da pesca predatória, por meio do segmento industrial, vem, indiretamente, da ausência de investimentos das empresas na aquisição de embarcações lagosteiras²⁷ (ver Tabela 1), em virtude dos seus altos custos de manutenção, preferindo dessa maneira financiar armadores e intermediários locais, que repassam esses custeios aos pescadores, fomentando a atividade com a aquisição de redes-caçoeiras²⁸ e equipamentos de mergulho (para pesca com o compressor). É dessa forma que a problemática da pesca da lagosta no Estado do Ceará caminha ao lado de questões sociais, da preservação ecológica e do meio ambiente nas comunidades pesqueiras artesanais.

E foi por causa do aumento exagerado da pesca com o compressor e da falta de atuação do Estado e dos órgãos responsáveis pela fiscalização que se iniciaram os primeiros conflitos em “mar aberto”, em 1989, entre “cafanguistas”²⁹ e pescadores da comunidade de Redonda, no Município de Icapuí, que culminou com a morte de um mergulhador e cinco pescadores feridos (BEZERRA, 1992). O episódio teve vários desdobramentos e em 2009 voltou a se repetir mais duas vezes.

A comunidade, por intermédio de sua Associação de Moradores, vinha alertando as autoridades municipais e estaduais sobre o possível desfecho desse fato, caso não fossem tomadas as providências necessárias. O episódio também

²⁶ Um conjunto de artes e/ou métodos de captura, atuando sobre um determinado estoque pesqueiro, num dado período.

²⁷ Em 2005, a pesca industrial operou com apenas uma embarcação dessa categoria na pesca de lagostas no Estado do Ceará (MONITORAMENTO..., 2006).

²⁸ Embora a rede-coçoeira fosse um apetrecho largamente utilizado de maneira ilegal, sua liberação (Instrução Normativa do MMA, nº 08, de 29 de abril de 2005) foi um estímulo enorme para que mais barcos pequenos e médios passassem a exercer a pesca com esse equipamento. Trata-se de um petrecho de pesca de elevado impacto ambiental e, embora não haja estudos suficientes, sabe-se que ela provoca graves consequências (pesca predatória) sobre os estoques e o meio ambiente onde vivem as lagostas (IBAMA, 2008). Em julho de 2007, a SEAP/PR, em virtude da sobrepesca, resolveu proibir a utilização da caçoeira nas pescarias de lagostas.

²⁹ Os comunitários utilizam, na linguagem popular, o termo “cafanguistas” para identificar o mergulhador que pratica a pesca predatória com o compressor. O vocábulo “cafanguistas” é uma corruptela do substantivo escafandrista= mergulhador usando escafandro, aparelho de imersão a grande profundidade.

serviu para desencadear um processo local de lutas em defesa dos interesses da preservação da principal espécie marinha que sustenta toda a atividade econômica do Distrito e Município. Esse processo findou com a autorregulamentação e fiscalização da área de mar defronte a todo o litoral da costa de Icapuí, com aquisição de uma embarcação pela associação local, alocada com o fim específico para tal (LIMA, 1997). Daí em diante, comunidade, Município, Estado e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) passaram a atuar juntos em defesa do meio ambiente e da principal atividade socioeconômica da comunidade. Esse “modelo” foi copiado pelas comunidades de Balbino, Batoque e Caponga, em Cascavel, e Prainha do Canto Verde, em Beberibe (litoral leste).

Após o episódio de Redonda, com a finalidade de buscar opções que amenizem a prática da pesca predatória, o IBAMA, por meio de seu núcleo de Educação Ambiental, procurou o envolvimento das comunidades pesqueiras na defesa do meio ambiente, desenvolvendo um trabalho de educação nessa área, no período do defeso³⁰ da lagosta, junto aos municípios litorâneos, com a distribuição de *spots* nas rádios, adesivos, *folders* e reuniões nas comunidades (IBAMA, 1994b). Segundo ainda esse órgão, o maior impacto e alcance socioeconômico referente ao período do defeso está nos transtornos sociais de enorme gravidade, produzidos pelo desemprego temporário de 200 mil pessoas que sobrevivem direta ou indiretamente dessa atividade, principalmente no Ceará, onde se concentra a maior parte da produção.

Além das questões e conflitos já mencionados, outro problema presente nas comunidades de pescadores artesanais diz respeito à posse e permanência na terra onde nasceram seus pais e manutenção e reprodução de suas culturas inerentes a essas populações tradicionais. Na luta pela terra, esses profissionais estão perdendo o elemento fundamental para sua agricultura de subsistência que passa a ser apropriada por empresários ligados à agroindústria, setor fruticultura-caju (LIMA, 1997); por especuladores de empreendimentos imobiliários e turísticos – Prainha do Canto Verde, Batoque, Balbino, Canoa Quebrada, Litoral Leste e Pecém, Tatajuba e Camocim, Litoral Oeste – atuantes em todo o litoral do Estado do Ceará.

³⁰ Trata-se de um período anual de interdição (atualmente, de 01 de dezembro a 31 de maio) que coincide com a época de reprodução, ou seja, da desova da lagosta vermelha (*Panulirus argus*) e da lagosta cabo-verde (*Panulirus laevicauda*). São as espécies mais capturadas na região do mar territorial brasileiro, e o defeso visa a proteger o recurso na época de maior atividade reprodutiva, dando possibilidade a que os indivíduos tenham um período de crescimento sem serem capturados.

Esses problemas e transformações pelos quais tem passado as comunidades tradicionais de pesca litorânea no Ceará levaram, desde os anos 1980, ao surgimento de alguns movimentos populares, partindo dessas comunidades pesqueiras, levantados em defesa dessa categoria, e seus comunitários, tão marginalizados pelas elites urbanas deste Estado. Dentre alguns, podemos citar: o movimento informal que nasceu em 1993, na comunidade da Prainha do Canto Verde, que tinha como objetivo chamar a atenção da opinião pública e das autoridades sobre a situação precária dos pescadores artesanais cearenses, denunciando temas como a situação da pesca predatória; a ameaça às suas moradias em virtude da especulação imobiliária e do crescimento “selvagem” do turismo de massa. Esse movimento, que nasceu dentro de outro movimento social local da comunidade, teve como ponto de partida a viagem da jangada “SOS Sobrevivência”³¹, que zarpou da comunidade no dia 04 de abril de 1993, com destino à cidade do Rio de Janeiro.

Tais manifestações de reivindicações e pressões sobre o setor executivo e demais instituições representativas da categoria dos pescadores no Estado do Ceará contribuíram para a criação de um “Conselho de Desenvolvimento Sustentável para a Pesca Artesanal”. Em seguida, foi instalado o “Fórum da Pesca”, além do Comitê de Pesca do Estado do Ceará (COMPESCE), todos no ano de 1995. Para agilizar as proposições do Fórum da Pesca, foi criado o “Comitê de Ordenamento da Pesca da Lagosta” (1995) e, com o fim de manterem uma articulação permanente, as principais lideranças das comunidades pesqueiras litorâneas constituíram o Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense (FPPLC)³².

Nas áreas em foco, as comunidades de pescadores, mediante a luta pela terra, pela preservação do meio ambiente e de seu principal recurso de sobrevivência, constituíram várias associações de moradores, tais como: a Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, a Associação de Moradores do Batoque, a Associação de Moradores dos Esteves (Canoa Quebrada), a Associação de Moradores de Balbino, a Associação de Moradores de Redonda, dentre outras. A importância dessas associações é que elas passam a funcionar como um espaço, um “fórum” da

³¹ A partir do item 5.1.1, apresentaremos detalhes a respeito desse “marco” no movimento social da pesca artesanal cearense.

³² Detalhes sobre a formação, criação e instalação desses e de outros “espaços” de debate sobre as questões do movimento serão apresentados no item 5.1, deste trabalho.

comunidade, onde são discutidas, examinadas e encaminhadas as reivindicações e propostas que expressem suas demandas sociais e interesses comuns.

Assim, como os demais, os movimentos sociais característicos da “pesca artesanal” são constituídos com base em determinados problemas sociais. O coletivo na pesca artesanal enfrenta dificuldades (habitação, saúde, educação, alimentação etc.) que normalmente só são superadas na sobrevivência cotidiana e por intermédio das lutas pelos direitos de cidadania.

As experiências e vivências adquiridas nas lutas enfrentadas por essas comunidades litorâneas alcançaram alguns efeitos de ressonância no conjunto da sociedade onde se inserem e na própria máquina estatal do Executivo local. São experiências questionadoras do *status quo*, preocupadas não apenas com a conquista de bens materiais, mas também com a qualidade de vida que estão experimentando, como um projeto para as futuras gerações. Nessa perspectiva, de um modo geral, a questão do meio ambiente e ecologia inserem-se nesse processo; o qual produz outro, de caráter educativo popular. Esse será o cerne de nosso trabalho, que possui a Prainha do Canto Verde como unidade da pesquisa.

Dessa forma, torna-se relevante trazer à luz da academia uma reflexão/discussão sobre o processo de formação dos movimentos sociais de comunidades pesqueiras litorâneas no Estado do Ceará, suas lutas, suas demandas, conquistas e desafios enfrentados em busca de seus direitos de cidadania e autoafirmação no segmento produtivo primário cearense. Tais comunidades são responsáveis pela colocação de cerca de 80% da produção do pescado consumido internamente pela população do Estado, além de fornecedores do maior contingente de mão de obra para os produtores (fazendas) de camarões, responsáveis por uma produção que “trilha” as primeiras colocações na pauta de exportações do Estado (IPLANCE, 2005).

Da década de 1990 em diante, com a intensificação das mobilizações dos trabalhadores na luta pelos seus direitos de cidadania, a academia, partindo das suas funções básicas de produzir e reproduzir o saber, passou a desenvolver pesquisas, algumas delas buscando subsidiar comunidades rurais e as instituições que atuam em seu meio com informações, estudos e procedimentos de ações extensionistas, visando a contribuir com o desenvolvimento sustentável e sociocultural dessas comunidades (GOHN, 2003b). Sendo assim, nossa pesquisa torna-se ainda mais relevante quando verificamos que, dentre esses estudos, não observamos pesquisas

específicas sobre as questões sociais do movimento social, existente na pesca artesanal cearense. Mais ainda: quando verificamos que esse mesmo movimento, no concerto nacional, nem sequer é citado nos “manuais” teóricos sobre o tema. Nesse sentido, essa pesquisa tem a possibilidade de oferecer subsídios aos da academia, bem como aos elaboradores de políticas públicas e profissionais ligados ao setor.

2.1 O Despertar de uma Comunidade; o Nascer de um Movimento

Desde agora, iniciando nosso estudo, procedemos com a exposição de um relato histórico³³ a respeito de como a comunidade-alvo de nossa pesquisa desperta e descobre – assim como Tia Alzira (falecida), na foto abaixo, contempla o amanhecer de um novo dia –, o problema que ensejou e alavancou o seu movimento social. Apresentaremos a localidade antes e logo após o levantamento do problema, ou seja, da instalação do movimento comunitário local, da descoberta, pelos nativos, do que se passava entre os escritórios de uma imobiliária, seus aliados, autoridades municipais, proprietários de cartórios e até representantes do Judiciário.



Foto 01: Amanhecer na Prainha - Tia Alzira, descendente das primeiras famílias
Fonte: Acervo do CDPDH - alterada pelo pesquisador³⁴

³³ Conforme posto em nosso referencial, os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais (GOHN, 2006).

³⁴ Todas as fotos postadas nessa pesquisa foram “trabalhadas” pelo pesquisador mediante um *Software* gratuito identificado pelo nome de *Photoscape* versão 3.4.

Segundo a narrativa dos moradores mais antigos da localidade e de dados postados na cartilha historiada da Prainha, intitulada: *A História da Prainha do Canto Verde - Beberibe-Ceará (1870-2004)*³⁵; os primeiros habitantes da área, onde depois se constituiria a Prainha do Canto Verde, começaram a chegar ao seu território ainda no século XVIII, no período da libertação dos escravos. Eles teriam sido libertos, nos anos 1870, por um senhor de engenho de um povoado vizinho, hoje chamado de Campestre da Penha.

As primeiras famílias da comunidade foram formadas pelos casais: Joaquim Fernandes do Nascimento Girão – “Caboclo” (1853-1949), que esposou Maria da Conceição “Filismina”, e o “Zé Cariri”, que se casou com a Sra. “Chica Benvinda”, irmã do Joaquim Caboclo. Juntos, eles construíram a primeira habitação do local, uma casa de taipa, que foi habitada pelos doze filhos gerados pelo primeiro casal que ajudaram a compor a base da árvore genealógica da comunidade. Depois apareceram outras famílias parentas do Zé Cariri; como também os Baratas e Raimundo Caboclo que tinha um filho com o nome de Raimundo Canto Verde, que morava na vizinhança e constantemente vinha pescar. Daí, em decorrência da grande quantidade de “verde”, na época existente no local, ele passou a chamá-lo de Prainha do Canto Verde, que deu nome à comunidade.

Outras famílias de pescadores, como os Correias, os Quinins, os Firminos e os Dantas, foram atraídas pela tranquilidade do local, por sua beleza e pela facilidade que o mar proporcionava na aquisição do alimento de origem animal, o que favorecia sua sobrevivência. Por conta disso, as famílias daquele período eram sempre muito numerosas, porquanto suas descendências chegavam até 15 filhos, todavia, dada a inexistência de uma orientação nutricional adequada, muito deles morriam durante os seus primeiros meses de vida. Não existia orientação educacional nesse período, os pais eram analfabetos e os filhos daqueles que se interessavam eram direcionados para estudar na comunidade vizinha do Jardim, com o professor Joaquim Nel.

A comunidade virou notícia (*O Povo* – quarta feira, 29/08/1928) pela primeira vez em agosto de 1928, quando três de seus moradores, os bravos pescado-

³⁵ Elaborada por professores e alunos da escola Bom Jesus dos Navegantes, foi editada com ajuda da ONG, Instituto Terramar e Patrocínio dos “Amigos da Prainha” e Cooperativa de Turismo e Artesanato da Comunidade. Serve como material de estudo, orientação e pesquisa aos alunos da escola local.

res Bernardino³⁶ Fernandes do Nascimento (mestre - 1896-1955), filho do Zé Cariri; José Izidoro dos Santos (Deca) e Joaquim Fernandes do Nascimento partiram no dia 24/08/1928, do porto de Barrinhos, com destino à cidade de Belém no Pará. A viagem da Jangada de piúba com cinco “paus”, denominada de “Sete de Setembro”, navegou durante quinze dias, após três paradas, até chegar ao seu destino, com o desembarque da tripulação acontecendo exatamente no dia da comemoração da Independência do País. Vale salientar que esta foi a segunda viagem nesse tipo de embarcação, de uma série³⁷ de oito, que partiram do Ceará com destino ao sul do País (CARUSO, 2004).

A aventura também foi destaque no Jornal do Norte (Belém) e no, *Vida Praiana* (Anexo 1), informativo mensal oficial da Confederação das Colônias de Pescadores do Pará, em cinco, das trinta páginas editadas do nº 04, do Ano I. O “Deca”, que foi morar no Pontal do Maceió - Fortim-CE, faleceu (1999) com cem anos de vida, 71 anos após a viagem. O intento foi patrocinado pela Sociedade Brasileira dos Estivadores da Borracha do Pará, e seus “heróis” retornaram de navio em 1º de outubro do mesmo ano. Esta experiência inspirará, 65 anos depois, seus companheiros pescadores da mesma localidade a empreenderem uma viagem de protesto contra a pesca predatória da lagosta, para a cidade do Rio de Janeiro.

Até o final dos anos 1970, a Prainha era apenas uma comunidade tradicional de pescadores do litoral leste do Estado, que vivia exclusivamente do extrativismo pesqueiro e tinha a comercialização da sua produção de pescado, numa dependência total dos intermediários e atravessadores da praia. Esses senhores eram os “patrões” da praia e tinham na figura do “Capitão” sua representação maior, aquele que era o proprietário de todos os “meios de produção³⁸”. Era ele também quem monopolizava a mão de obra local, porque

³⁶ É considerado como a primeira liderança comunitária, pois foi presidente da Colônia, construtor de jangadas e o líder que articulou a viagem para a cidade de Belém. Diz a “Dona Belina” que ele era autodidata, e levava a cartilha do ABC para o mar no chapéu. Sua esposa, D^a Lorentina, foi a primeira pessoa a ocupar o cargo de professora na comunidade. Um de seus filhos, Sr. Nilton, afirma que ele viveu na comunidade até 1930, quando se mudou para Parajuru. Faleceu com apenas 59 anos, onde gostava mais de estar, no mar, junto com o filho caçula.

³⁷ Para conhecer melhor sobre a saga desses extraordinários personagens, veja: CARUSO, Raimundo C. **Aventuras dos jangadeiros do Nordeste**. Florianópolis: Panam Edições Culturais, 2004.

³⁸ Numa concepção socialista/marxista, o **objeto** mais os **meios de trabalho** constituem os **meios de produção** (BOTTOMORE, 1998). No caso da pesca artesanal, os ‘meios de produção’, são todos aqueles apetrechos e materiais utilizados para a faina (ações e atividades utilizadas no processo de obtenção da produção pesqueira) da pesca, inclusive alimentação (quimanga) da tripulação e a

[...] os pescadores eram trabalhadores dele que viviam em regime de exploração mesmo. O que o pescador trazia, depois da prestação de conta, o que ficava só dava para ele comer um dia com a família, no outro ele tinha que voltar pro mar de novo. (Assessor; CDPDH).

Por conseguinte, o preço do pescado também era monopolizado, de uma forma que tal valor somente era informado ao pescador na semana seguinte à venda de sua produção. Nesse período, “não existia grupos organizados como existem hoje, não existia organização da comunidade” (Professora; 31 anos); por isso

[...] o atravessador aqui pagava o preço que queria e depois que levava a produção todinha da semana e que ele vinha pagar na terceira semana e dizer porquanto tinha vendido, e você tinha que aceitar aquele preço porque já tinha vendido. Isso era uma situação que pescador nenhum gostava. Depois do movimento essa história mudou. (Proprietário jangada; 47 anos).

Essa maneira de conduzir e controlar a comercialização da produção pesqueira local acontecia, e ainda acontece, naquelas comunidades litorâneas mais isoladas (geográfica e socialmente). Esse monopólio acarreta, além de uma dependência econômica financeira a esses comerciantes, um castigo para toda a população, em virtude da evasão da renda, proporcionada pela atividade da pesca, para fora da comunidade, visto que, esta se concentra nas mãos desses senhores; ou seja, a renda promovida pela faina das pescarias não fica com aqueles que promovem sua produção, não permitindo a geração de capital local para reinvestimentos nas famílias e no setor. Observamos também essa ocorrência na comunidade de Redonda-Icapuí, em 1994, quando de nossa pesquisa de mestrado. Essa situação agrava-se ainda mais, quando os profissionais da pesca não estão orientados para questionar e enfrentar essa condição adversa (GALDINO, 2001).

Na Prainha, essa forma de comercialização foi aplicada tanto para a comercialização do pescado fresco – pois, não existindo gelo na comunidade, esse produto tinha que ser transportado diariamente pelos atravessadores que vinham à praia em animais – quanto para o pescado salgado/seco, que ficava armazenado até a sexta-feira, quando então era transportado, em surrões, por animais de carga ou no *Jeep* do “doutor”. Esse veículo era considerado pelos moradores como o “ônibus” da comunidade, pois era nele que se transportava de tudo, desde as cargas e mer-

embarcação, utilizada como o transporte desses. Também é bom frisar que alguns autores empregam indiferentemente os termos ‘meios de produção’ e ‘meios de trabalho’, o que de certo modo pode ocasionar uma divergência na análise (GALDINO; 1995, p.30).

cadorias dos comerciantes e intermediários da pesca, até os doentes e alunos que iam estudar fora da comunidade, a partir da 5ª série.

Essa situação de dependência no transporte e deslocamento da população amplificava as demais demandas básicas da localidade, mesmo porque,

A principal dificuldade nesse período era com as doenças; e quando as mulheres iam ganhar neném, a parteira vinha lá da Lagoa de Dentro. Ela vinha na garupa do animal. O parto era feito na dor mesmo, porque não tinha injeção, não tinha essa estrada aqui, não tinha nada. [...] O *Jepe* levava o pessoal até o córrego, ficava do lado de cá, e o povo passava em cima dum bote pro outro lado. Era ali que atravessava todo tipo de mercadoria que vinha pra praia. Passava tudo pelo bote, e o peixe voltava pelo mesmo canto. (Pescador; 33 anos).

Além dessas demandas, a Prainha daquele período, assim como qualquer outra comunidade litorânea quase que praticamente isolada no litoral, também não possuía uma escola que, pelo menos, suprisse a necessidade das crianças em idade de alfabetização e do ensino primário. Em única sala de aula improvisada nas dependências da representação da Colônia dos Pescadores, funcionava a escola com alunos da alfabetização até a 4ª série. Essa situação foi agravada com a enchente de 1974, quando o local foi destruído e a sala de aula foi transferida para a residência do pai do Capataz da praia; no ano seguinte, para outras residências, até quando foi construída a primeira escola com duas salas de aula – isso somente no ano de 1981.



Fotos 02 e 03: Comunidade e seu tipo de habitação nos Anos 1975-1985

Fonte: Acervo CDPDH

Estruturalmente, a comunidade possuía poucas residências sem arruamento definido nem prédios públicos. Suas casas, como podemos observar nas fotografias 02 e 03, quase na totalidade, eram construídas de taipa, de palha, de madeira e, uma ou outra, de tijolo, alocadas aleatoriamente entre os espaços não ocupados pelas lagoas que se formavam com águas da chuva entre as dunas mó-

veis. Esse tipo de construção rústica, no entanto, também tinha suas vantagens naquele período e local, porque

[...] se de repente desse um vendaval que começasse a enterrar ou cavar, você levava ela pra outro espaço, sem a preocupação de alinhamento ou arruamento, sem se preocupar com o vizinho; não existia essa preocupação, porque era pouca gente e tinha muito espaço e segundo porque você aproveitava 80% do material que era construído quando ia remover ela pra outro canto. (Pescador; líder comunitário, 34 anos).

Não existia estrada de acesso à comunidade e o deslocamento era realizado a pé, por animais de transporte e carga ou por veículos com tração, no caso *Jeep* ou “picapes”, pois os morros e as dunas dificultavam esse percurso. Essa comunidade que estamos apresentando já se fazia presente no espaço geográfico onde hoje se encontra a nova Prainha. A Prainha antiga, que ficava mais ao oeste de onde se encontra a de agora, foi “levada” pelas águas da lagoa do Jardim que, com as chuvas do inverno de 1974, transbordou e destruiu a pequena aldeia, arrastando a maioria de suas casas para o oceano. Naquele local, ou na Caucaia, como é chamado hoje, as residências eram construídas bem mais próximas da praia e era visível a diferença na organização das moradias, existindo a rua das casas dos pescadores e outra onde se estabeleciam os comércios.

Nesse período, que vai até por volta de 1980, a principal liderança formal da comunidade era focada na pessoa do Capataz da Praia, o representante da Colônia. Como a renda e a economia da comunidade provinham quase que exclusivamente da atividade da pesca artesanal, essa pessoa era quem representava a “vila”. Ele exercia uma liderança a “mão de ferro”, sem ouvir os demais moradores e, na maioria das vezes, executando orientações da Colônia³⁹ dos Pescadores e da Capitania dos Portos, quando, em outras situações, tomava decisões de acordo com o que ele pensava, sem compartilhar com os companheiros da labuta.

³⁹ Criadas desde 1919 pela Marinha, por meio da “Missão do Cruzador José Bonifácio” que, segundo Callou (2007), possuiu uma característica extensionista, com ações de educação formal; organização das atividades pesqueiras; de ‘educação militar’ que tinha em vista o desenvolvimento, o progresso e a modernidade da pesca e seus profissionais; entretanto, seus resultados foram negativos, do ponto de vista sociopolítico para essas comunidades, haja vista que o comando dessas entidades ficou, durante décadas, sob a ingerência da Marinha e seus comandados, prejudicando e inibindo a estruturação e organização do movimento social dessa categoria no decorrer do século XX. Na região, esse fato também estava presente, pois, “na verdade, a colônia era outra chapa branca que favorecia a ação da especulação imobiliária. O pessoal que fazia parte dela era tudo doido por dinheiro, a partir do Capataz da Prainha, que o pessoal o chamava de traidor”. (Assessor, CDPDH).

A comunidade dessa época era um “povoado sem vida, sem direção, sem nada. Era como as ondas do mar. Se alguém chegasse e dissesse alguma coisa, a gente acreditava, e a gente ia acreditando naquelas, sem saber de nossos direitos⁴⁰. Vivía aqui por viver”. (Agente de saúde; 41 anos). Não possuía uma estruturação, uma organização formal ou informal (movimento) que representasse seus moradores, era uma comunidade pacata, sempre muito calma, sem movimento, mas com

[...] muita amizade e muita conversa entre vizinhos e um grupo unido que se reunia em roda atrás da casa, na sobra da tarde, no local onde hoje se situa a escola. E ali, no final das tardes, sempre existia uma roda de conversa. Conversas na tarde e conversas a noite, porque a gente não tinha o que fazer, quando não tinha as novenas, a gente se juntava na casa de alguma “personalidade”, atrativa na comunidade, pra juntar pessoas na casa dela pras conversas. (Professora Inez).

E foi com base nessas conversas que um grupo de mulheres da comunidade, estimuladas, instigadas e acompanhadas por uma professora de alfabetização de adultos, passou a questionar e levantar os principais problemas vividos naquele instante. Iniciou-se dali um processo de mobilização comunitária que veio a mudar a história e a vida de todos aqueles que habitam a Prainha do Canto Verde. Esse processo começa com a descoberta de um problema que, desde então, passou a fazer parte do cotidiano da comunidade e assim “o movimento comunitário, propriamente dito, começou desse grande problema que foi a questão da terra. Agora nasceu num espaço que era prioritariamente educativo”. (Líder comunitário, 31 anos).

Da mesma forma que uma relevante pesquisa nasce com arrimo na identificação de um importante problema, o movimento comunitário na Prainha do Canto Verde, seguindo essa concepção, também nasceu da descoberta de um proeminente problema⁴¹, que alavancou, mobilizou e organizou toda uma comunidade para enfrentá-lo. Para felicidade dos protagonistas dessa história, essa revelação aconteceu dentro de uma sala de aula. Com suporte nos questionamentos e das discussões em sala a respeito do problema em curso, surgiram as primeiras propostas para o desafio de resolvê-lo. Iniciaram-se, então, os primeiros encontros e reuniões

⁴⁰ Segundo Teixeira (2001), os direitos fundamentais (de cidadania) são garantidos por leis que estabilizam a sociedade civil. Infelizmente, a maioria deles, nas populações marginalizadas por essa mesma sociedade, só é reconhecida no decorrer das lutas históricas dessas comunidades. “Tais leis não são suficientes para evitar a exclusão social, pois as minorias proprietárias mantêm-se no poder, mas podem constituir-se em instrumento de luta contra a dominação, na medida em que os excluídos tenham acesso aos espaços públicos e possam discutir temas e ações coletivas que representem seus interesses”. (Op. cit., p. 45).

⁴¹ Segundo Gohn (2006), enquanto a sociedade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, exclusão e opressão, haverá lutas, existirão movimentos.

que promoveram esse movimento, cuja questão principal foi “a defesa da posse da terra”, onde eles habitavam e residiam. Hoje, praticamente, todos os moradores da comunidade sabem do porquê do movimento social local e de seus resultados que modificaram por completo a face da comunidade da Prainha do Canto Verde.

Para melhor entendermos a questão, primeiramente vamos atentar para os fatos antes da problematização ter sido discutida em sala de aula. Segundo a narrativa do Capataz da praia na época, foi assim que tudo começou.

A história aqui da terra é o seguinte: o finado Zé Domingo, era um cidadão que era o dono dessa frente aqui. Eu cansei de ver ele dizer: o Henrique Jorge com o atravessador, viam comprar as terras, aí ele dizia; rapaz eu vendo os fundo (que era no pé dos morro) mas a frente eu não vendo porque eu respeito os moradores. [...] Então um tal de Magalhães, comprou os fundos e vendeu pro Henrique Jorge. Nós soubemos que o Henrique Jorge foi no Aracati, (o Juiz de Beberibe, estava de férias) comprou o Juiz e fez Usucapião de toda a área aqui. (Pescador aposentado; 63 anos).

Essa é uma parte das narrativas contadas por uma parcela de moradores locais, que informa qual a origem do movimento social na comunidade. Em todas elas aparecem as figuras do Sr. Magalhães (Antônio Sales Magalhães) e do Sr. Henrique Jorge (Henrique Jorge de Oliveira Pinho) proprietário da Imobiliária Henrique Jorge, protagonistas responsáveis por ações de desrespeito às leis sobre uso e ocupação de terras, em todas as suas nuances, com o fim de alcançar seus objetivos, mesmo que, para tal, fosse necessário utilizar-se de qualquer tipo de ação, inclusive as desonestas. Observem noutro trecho dessa mesma conversa:

Esse tal de Magalhães veio, porque as terras ainda não eram do Henrique Jorge, e disse que respeitava os moradores daqui e que daqui não ia sair ninguém. [...] Pro Juiz, o Henrique Jorge disse que não tinha nenhum morador; ora se tinha morador aqui há mais de cem anos, que era a mãe da finada Boi, que era avó do Pilé, o finado Tim da Rosa, que era pai do Pilé, tudo foi fundador daqui. (Pescador aposentado; 63 anos).

Os antecedentes de José Firmino de Lima – o “Pilé”, como é conhecido – foram uma das raízes na formação populacional da comunidade e, sua família – que pode ser observada na fotografia 04, juntamente com outras lideranças do início do movimento – foi uma das bases de sustentação do movimento, que tem na pessoa da Sra. Raimunda Ribeiro de Lima - “Dona Veínha”, sua esposa, “uma figura histórica que tem força na Prainha” (Assessor, Terramar), até hoje, reconhecida por ampla maioria de moradores e lideranças locais.



Foto 04: Família do Pilé e lideranças do início do movimento
Fonte: Acervo CDPDH

Segundo “Dona Veíinha”, sua principal liderança feminina nativa, o movimento local

Começou quando a gente viu esse comprador de terra, esse Antonio Sales, comprando os terrenos por aqui. Só que ninguém sabia de nada, não desconfiava de nada. Depois que o “Til”⁴², um nativo daqui, especulador dele, chegou aqui, debaixo do meu alpendre e falava assim: “olha Veíinha, aqui ainda vai ser uma rua de casa e o resto da terra vai ser toda loteada”. E eu perguntava, por quê? Ele respondia: “porque vai ser”. Mas nós não se tocava né. Aí nós começamos a ver o pessoal da Imobiliária trabalhando, marcando, inficando pau, marcando as terras com aquelas máquina, entre 1977 e 1979. (Veíinha, líder comunitária).

Observa-se, nesse relato, que aparece a figura de outro protagonista na história do início do movimento; desta vez, um nativo, que chegou a representar e incorporar a presença dos especuladores da terra naquele período. Segundo moradores mais antigos, no princípio, ele também não queria que as terras fossem vendidas, mas depois, não se sabe como, ele foi envolvido pela Imobiliária Henrique Jorge e passou a ser uma espécie de corretor, recebendo até “salário” pelas informações e indicações de pessoas que queriam vender seus pedaços de imóveis (faixas de morro que rodeavam a comunidade). Mesmo assim, alguns comunitários, com a ajuda da escola, logo percebem mais uma das estratégias de seus adversários. Esse fato é identificável na continuidade do depoimento.

⁴² O “Til” é outro protagonista histórico desse movimento comunitário da Prainha. Ele também foi arrolado, pela Imobiliária, como testemunha no processo de usucapião das terras e foi um dos líderes que iniciou a formação do grupo dos “contra”, como ficou conhecido na comunidade. Sua liderança passa a provocar, a partir de agora, vários conflitos internos entre demais da comunidade.

Depois de alguns anos eu participei de uma escola mas o Pilé. Então nós vimos o comentário que aqui também eles iam comprar, porque já tinham comprado o pé do morro. Depois, eu conversando mais o Pilé, sobre aquilo que o “Til” andava falando que isso aqui ia ser loteado e as casas ia ser rua; foi aí eu me toquei. (Veíinha, Líder comunitária).

Desse momento em diante, o problema chega até a escola, que passa a realizar um papel – inicialmente na pessoa da professora Vilanir – preponderante e altamente significativa na história do movimento na comunidade. Ainda na narrativa da “Veíinha”, ela nos conta como iniciou esse processo em sala.

Na escola a professora Vilanir, abria um momento pra gente dizer como é que era a comunidade, essas coisas. Nesse momento, lembro como hoje, eu escorada na parede com o Pilé, a gente começou a conversar sobre esses homens, loteando a terra. Aí ela disse assim: “se vocês quiserem eu tenho uma irmã que trabalha com a Arquidiocese e lá tem uns advogados que eles defendem os direitos dos pobres. Eu falo com ela, marco o dia pra trazer eles aqui, pra vocês conversar sobre isso”. Então a gente decidiu; vamos fazer isso mesmo. (Veíinha, Líder comunitária).

Ainda em sala, entre dezembro de 1980 e janeiro de 1981⁴³, entra em cena a professora Maria Inez de Lima Almeida – professora Inez, como ficou conhecida. Ela vem substituir sua irmã, a professora Vilanir (trabalhava com educação de adultos)⁴⁴, que havia sucedido a professora Helena, que tinha substituído o professor Zacarias, que sucedeu a Maria Dantas, a primeira professora “oficial” da comunidade. Vilanir ausentou-se de suas atividades na escola por conta do nascimento de sua primeira filha, mas já havia iniciado o processo de debate do problema da terra, com o grupo de mulheres. Passa o trabalho a sua irmã, que chega à comunidade sem nenhuma experiência com o trabalho de alfabetização de adultos, mas; “ela bem conhecia o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) e tinha uma consciência política já formada, por participar dos movimentos promovidos pela Arquidiocese nas CEBs”. (Professor, 31 anos).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram como alicerce metodológico o trabalho implementado pelo Movimento de Educação de Base (MEB). Esse surgiu quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1961,

⁴³ Ano que a comunidade recebeu o seu primeiro prédio público; uma escola com duas salas de aula, dois banheiros e uma pequena cantina.

⁴⁴ Houve quem dissesse; ‘educação informal’. “Eram pessoas cujo trabalho educativo começava dentro da cultura popular e buscava inovar os caminhos de acesso ao conhecimento das ciências e técnicas não populares. Esse caminho de inovação buscava transformar a escola. [...] Aquilo que se chamava ‘educação de adultos’ foi sendo melhorado por alguns grupos que pelejavam e conquistavam uma ‘legítima’ educação que não descuidasse da cultura popular”. (FREIRE, 2005, p. 61).

concordou em expandir a experiências pioneiras das escolas radiofônicas, do meio rural, das Dioceses de Natal e Aracaju para as áreas menos desenvolvidas do País, no caso, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Segundo seu projeto de fundamentação, o MEB objetivava desenvolver um programa de educação de base, por meio dessas escolas radiofônicas, tendo como princípio um conjunto de ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o soerguimento das comunidades (FÁVERO, 2006; KADT, 2007).

O MEB teve sempre sua prática educativa direcionada pelo pensamento de Paulo Freire, seus princípios filosóficos e pedagógicos. A ação educativa desenvolvida visava à conscientização das pessoas, ensinando-as a ler criticamente sua realidade e atuar em sua transformação, ou seja, uma educação libertadora, que possibilitava a esses cidadãos assumir o seu papel de criador e sujeito de cultura da sociedade local. O processo de alfabetização de jovens e adultos implementado pelo programa pressupunha, como metodologia, a leitura pedagógica do Ver, Julgar e Agir? – esse entendido como um planejamento onde os objetivos a serem alcançados eram previstos em todas as suas etapas (op. cit., 2007).

As CEBs surgem em meados dos anos 1960, como resultado da experiência de catequese popular em Barra do Piraí (1956), do movimento da Diocese de Natal e do MEB. Tratava-se de pequenos grupos (de 20 a 80 pessoas) articulados no trabalho de agentes pastorais, animadores de comunidade, padres e membros de ordens religiosas, que se encontravam para refletir e transformar a realidade à luz da palavra de Deus e das motivações religiosas (BETTO, 1986).

Após sua organização, essas comunidades passavam a reivindicar pequenas melhorias em seus locais, ao mesmo tempo em que o grupo se conscientizava de sua situação social e política. Em seu I Encontro Nacional de CEBs (1975 - Vitória-ES), contabilizaram-se 50 mil dessas unidades, e, cinco anos após, esse número saltava para a casa dos 80 mil. Tinha denominação de “comunidades” porque proporcionavam um relacionamento pessoal, possibilitando a convivência, com frequência, entre seus membros. Quanto ao termo “base”, advinha do fato de sua organização se dar no local onde habitavam e se relacionavam (BETTO, 1986; BOFF 1991).

As CEBs possuem um papel que ultrapassam seus limites religiosos. Essas comunidades são muito mais do que um instrumento de evangelização nos

meios populares: “Elas significam o modo próprio de ser Igreja no meio do povo” (BOFF, 1991, p. 91) para a promoção de

[...] um cidadão crítico, participante, democrático, agente não de um sistema preestabelecido mas de uma nova esperança social. E estes são os mais humildes de nosso povo, os ‘novos bárbaros’, que sacodem os fundamentos do império com uma criatividade reveladora de uma sociedade. Eles são os novos sujeitos históricos emergentes, ao lado de todos os outros das bases da sociedade, que organizam e lutam por uma sociedade diferente. (Op. cit., p. 89).

A professora Inez, que possuía uma consciência política trabalhada nas CEBs, utiliza-se desse conhecimento, do trabalho lá realizado e procura ajuda na Arquidiocese de Fortaleza, que prontamente passa a investigar o problema por ela expresso. Segundo um dos assessores, quando “essa denúncia chegou através das CEBs, nós passamos a levantar toda aquela situação, e em pouco espaço de tempo percebemos que se tratava, talvez, de uma das maiores especulações imobiliárias que iriam acontecer naquela região”. (Assessor, CDPDH).

Esse mesmo assessor nos informou que, no centro desse processo, estava o Sr. Antônio Sales Magalhães, um verdadeiro testa de ferro de imobiliárias e especuladores de áreas litorâneas; profundo conhecedor das propriedades rurais da região do litoral de nosso Estado, assim como dos procedimentos e normas de processos jurídicos envolvendo transações imobiliárias. No caso da Prainha, seu contratante e comprador era o proprietário da Imobiliária Henrique Jorge, o Sr. Henrique Jorge de Oliveira Pinho, maior loteador de áreas da região do litoral leste do Ceará, como podemos observar nas fotografias 05 e 06 das placas de sua “empresa”, na região.



Fotos 05 e 06: Placas da Imobiliária em praias do mesmo município
Fonte: Acervo Terramar e Caderno Virtual de Turismo, 2003

Os assessores da comunidade descobriram o *modus operandi* desse grupo especulador que, segundo eles, foi articulado da seguinte maneira:

Existia uma tramóia formada por esses caras. Como era a tramóia: um deles tinha interesse numa determinada área; no caso a Imobiliária Henrique Jorge, então ela pagou, financiou, empreitou um sujeito chamado Antônio Sales Magalhães. Então ele trabalhava para ganhar a terra. Pra isso ele comprou terras no Campestre, numa área de, mais ou menos, dois quilômetros de distância da praia. (Advogado, CDPDH).

Essa área adquirida, nesse caso legalmente, ficava logo antes, por detrás dos morros/dunas, antes da comunidade. Para armar a situação que se estenderia até à solicitação de usucapião, o Sr. Antônio Sales necessitava adquirir outra área que estivesse de frente para esses mesmos morros. Entretanto, como ele

[...] não havia comprado nenhuma gleba de frente para a praia, ele arranhou dois pescadores que moravam há tempos na comunidade; o Sr. Raimundo Abidom e o seu irmão, e comprou essas duas glebas de frente à praia (terrenos de marinha), aí ele armou o cerco. Ele passou a fazer escritura particular de compra e venda (sem registro) com seus vendedores, das quatorze glebas que foram compradas, incluindo as da praia, então ele entrou com uma ação de usucapião na Comarca de Beberibe. (Advogado, CDPDH).

Desde o momento da identificação do problema, os assessores descobriram também que alguns pescadores – no caso, aqueles que venderam “suas glebas” – haviam cometido um gravíssimo erro: tinham assinado papéis em branco, o que depois veio favorecer a “legalidade” dos interesses dos especuladores. Isso era uma prática do grupo que se aproveitava da situação econômico-financeira da comunidade e do analfabetismo de sua população. Daí, o Sr. Antônio Sales

[...] passava fins de semana naquele lugarejo, promovendo muito churrasco, com muita cachaça, muita festa, etc. Qualquer dificuldade daqueles ‘amigos’ ele resolvia, arranjando carro para transportar doentes e enfermos para hospital, comprando remédios, etc. Em pouco tempo, aqueles nativos passavam a ver ele como um pai, um irmão, um colega, um amigão extremamente generoso. Feito isso então vinha o golpe. O golpe era o ato de exatamente levar os ‘amigos’ a assinar papel em branco. (Assessor, CDPDH).

A assinatura no papel, que era realizada até com o dedo polegar, significava dizer que, a partir dali, o “amigão” gerava um processo de usucapião⁴⁵. Com esse comportamento, ele arregimentava toda a região interessada, tanto as glebas adquiridas como aquelas terras defronte a essas, as quais ele passava a incorporar como se fossem por ele ocupadas. No caso da Prainha do Canto Verde, essa incorporação, foi mais do que a área total das terras onde a comunidade estava inserida.

⁴⁵ Para entender melhor todo esse processo de usucapião das terras da Prainha do Canto Verde, ver detalhes e datas do processo, inseridas no Apêndice 5 deste trabalho.

Os assessores da Arquidiocese, por meio do trabalho das CEBs, possuíam um domínio do conhecimento da problemática de terras do Estado do Ceará, e já conheciam o Sr. Antônio Sales desde a mesma “armação na praia do Pacheco, no Icaraí, no Cumbuco e na Iparana. Para se ter uma ideia, ele aplicou esse mesmo ‘golpe’ até em Miami. O cara é um profissional nessa área”. (Assessor, CDPDH). Na verdade, o trabalho dele sempre foi muito bem articulado/relacionado com cartórios, funcionários do Ministério Público e com o Judiciário local. Ele tinha uma relação muito grande com essas instituições e com as prefeituras⁴⁶, também.

No momento em que foram descobertos os erros e a “esperteza” da questão da terra, a comunidade se dividiu. Passou a haver uma ruptura na visão de futuro para a sociedade local. Para um grupo/segmento, existia a esperança de que a Imobiliária não conseguiria expulsar os moradores daquele local; de que a terra não deveria ser negociada; julgavam importante iniciar uma luta de resistência porque se consideravam verdadeiros posseiros da terra; tinham que garantir aquela terra para suas futuras gerações; que precisavam preservar o meio ambiente e consideravam a Imobiliária como agressora e exploradora. Já o “outro lado”, o dos “contra”, acreditavam que o Sr. Antônio Sales e a Imobiliária viessem expulsar, por intermédio da “justiça”, a comunidade daquele local; também questionavam o porquê de “tanta terra” para uma coletividade tão pequena; acreditavam que a Imobiliária traria o “progresso” para a região.

Surgiu, então, um conflito interno na comunidade que interferiria nos relacionamentos familiares, causado por essas visões e posições políticas que produziram, como consequência, novas atitudes daqueles que assessoravam e lideravam a oposição contra a exploração da Imobiliária. Segundo um desses assessores,

Essa divisão atrapalhou muito e custou muito caro, porque para o Centro de Defesa, teria que existir uma certa maioria daqueles que agiriam contra os especuladores. E esses especuladores, até o último momento, gastaram o que puderam na forma de ‘comprar’ as pessoas. O caso ia ficando mais complicado, principalmente porque já rolava a moeda, o dólar americano. (Assessor, CDPDH).

Era dessa forma que os especuladores iam conquistando a confiança e ampliando o número daqueles moradores que acreditavam no “progresso” que a Imobiliária vinha disseminando na comunidade. Para esse grupo, os especuladores

⁴⁶ A Prefeitura do Município de Beberibe era outra aliada da Imobiliária Henrique Jorge, nesse período.

bancavam todas as necessidades deles, enquanto os demais tinham que acreditar e confiar na experiência de seus assessores, em suas perseveranças, mesmo sabendo que eles estavam

[...] dentro de uma briga de cachorro grande, porque se tratava de muito dinheiro, grandes possibilidades de ações de pistoleiros. [...] O próprio povo da região falava que os nossos dias estavam contados. Então era ameaça e intimidação direta por conta do nosso trabalho de ajuda na comunidade. (Assessor, CDPDH).

Então, o trabalho educativo da professora Inez, com relação à questão da terra na comunidade, passou a contar com uma equipe profissional que trazia consigo uma experiência do cotidiano real de comunidades que estavam passando e enfrentando problemas semelhantes. Esse fato, aliado à vivência do trabalho da docente adquirido nas CEBs, fez com que sua chegada à comunidade fosse antecipada por uma expectativa de que ela pudesse motivar a participação e reflexão da luta dos nativos contra os grileiros, estimulando e dinamizando um movimento em torno da questão que estava se tornando cada vez mais clara para os moradores. Essa expectativa se confirmou quando

[...] naquela sala de aula discutíamos o dia a dia da comunidade, primeiro como uma mera informação corriqueira, depois, como conteúdo de aprofundamento curricular e político, relacionando com os aspectos da invasão imobiliária; estávamos também construindo, a partir dali, um processo histórico de participação. (Professora Inez).

Desde então, as mulheres da comunidade passaram a ter um papel de destaque na formação do movimento e Dona “Veíinha” iniciou seu exercício de liderança dentro de um grupo de mulheres que se formou em consequência das discussões em sala. A primeira conquista desse grupo foi a de levarem seus maridos, mesmo depois de chegarem cansados das pescarias, para participar das discussões em sala de aula. Mais adiante, esse grupo, com a participação de alguns maridos, passou a formar o então chamado “Grupo de Coordenação” ou “Grupo Pensante” – o grupo da luta pela terra – que foi o responsável, com a ajuda dos assessores, por planejar todas as articulações e ações do movimento local até a organização e formação da Associação dos Moradores.

As duas correntes teóricas (literaturas europeia e ianque) sobre os Movimentos Sociais reconhecem a “centralidade dos fundadores”. O surgimento de fundadores do movimento social é o ponto de partida para sua análise. De maneira

quase literal, os fundadores são o sujeito social que, ao mesmo tempo, organiza uma massa descentralizada e orienta suas ações em direção à mudança, e que, no exercício desse papel, constitui o coração do movimento social (ALBERONI, 1991; TARROW, 2003; TOURAINE, 1977). Em nosso caso, o grupo de coordenação, juntamente com a docente, passa a ser o grupo de fundadores (sujeito social) desse movimento social da Prainha.

A professora Inez, juntamente com a Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais (EACR) da Arquidiocese de Fortaleza, passou a ser a coluna principal na formação inicial⁴⁷ desse movimento, com desdobramentos que marcaram a história da comunidade. Segundo ela, “nunca mais a Prainha seria a mesma”. A docente passou a ser a articuladora, a mediadora da comunidade com as entidades que deram apoio nessa fase do movimento, mas, sem se esquecer da importância da continuidade do trabalho em sala, sem se esquecer de que

[...] a luta pela terra movia todas as ações. Tudo estava ligado à ela como uma condição lógica e isso era refletido nas reuniões; olhávamos ao nosso redor e víamos que muito podíamos. [...] A minha sala de aula era a convivência com os alunos, e naquela época eu não tinha muita noção de didática, de metodologia pedagógica. Eu tinha uma experiência que eu considero nata, porquanto eu era muito ligada a igreja e a promover eventos de religião e coisas da comunidade. (Professora Inez).

Sua experiência e as “coisas da comunidade” a docente trazia de seu aprendizado⁴⁸ junto às CEBs, as quais foram incorporadas ao trabalho que vinha sendo realizado pela professora Vilanir, em sala de aula, como nos disse a Professora.

Na sala, a gente foi trabalhar um processo que prendessem a atenção deles, pra que eles continuassem na sala de estudo. E isso foi impactando, porque as conversas que a gente tinha na sala foi trazendo mais pessoas pra escola. Em poucos dias a sala não cabia mais aquele fluxo de pessoas da comunidade com interesse pelo assunto. (Professora Inez).

Um dos frutos desse trabalho aplicado em sala foi que a maioria dos comunitários desse grupo inicial já estava concordando com o início de uma luta, de um movimento que defendesse seus direitos de cidadania e de seus interesses em

⁴⁷ Segundo Munck (1997), um movimento social nasce de uma identidade coletiva; entretanto, tal conceituação está diretamente relacionada a uma interpretação do surgimento dos fundadores desse movimento, que deve levar em consideração a estrutura do conflito existente nessa determinada coletividade.

⁴⁸ Esse aprendizado e experiência junto às CEBs advêm de sua atuação junto à Igreja Católica na base do povo e apresentando-se neste momento como uma Igreja Popular que assimila as características do povo e através da qual ele “pode expressar sua fé no registro próprio de sua cultura, de seus valores e de sua ânsia de libertação para a participação e comunhão na Justiça. (BOFF, 1991, p.81).

preservar o local onde haviam nascido. “Isso daí foi no que eu me agarrei pra poder respaldar a minha reivindicação junto à Arquidiocese; de uma assessoria jurídica”. (Professora Inez).

A equipe de assessoria, pesquisando nos autos da Comarca de Beberibe, descobriu que faltavam pouco mais de noventa dias para que os adversários da comunidade passassem a ter ganho na causa do processo de usucapião, referente às terras onde se estabelecia toda a comunidade da Prainha. Foi então que a maioria dos comunitários decidiu partir para a luta.

Aí nós chegamos juntos e interrompemos toda essa história que deu no que deu, que você já sabe do final dessa vitória da comunidade hoje. [...] Mais esse processo, ele não é tão simples assim como se narra. Começou numa sala de aula, mais teve vários desdobramentos. (Professora Inez).

Os principais desdobramentos dessa luta, desse movimento inicial, assim como suas estratégias, mobilização e organização da comunidade para enfrentamento de suas demandas, estão sendo apresentadas no capítulo 05, deste trabalho.

Na visão da acadêmica Maria da Glória Gohn, não existe movimento social puro, isolado, formado apenas pelos comunitários da base, mas haverá sempre a presença de sujeitos externos ao grupo, externos no sentido de pertencerem a outra categoria social. Entre estes existirá um lastro de entendimentos ideológicos que comporão laços de afinidades e objetivos semelhantes (GOHN, 2005).

Observando como um “sujeito externo”, por meio de nossa prática extensionista (18 anos), trabalhando e/ou assessorando diretamente essas comunidades desde 1992, bem como outras que ainda não conseguiram resultados concretos de suas reivindicações – principalmente naquelas comunidades do litoral oeste do Estado – alguns questionamentos desses processos afloram de nossa acuidade reflexiva, os quais gostaríamos que fossem respondidos mediante o desenvolvimento desta pesquisa, a saber: **a)** Como se origina e como acontece o processo de mobilização e participação nessas comunidades?; O que as motiva? Que conflitos são gerados? **b)** como e por que algumas comunidades tradicionais pesqueiras litorâneas conseguem, mediante sua prática cotidiana, alcançar e vivenciar com clareza política o exercício da cidadania?. Por que outras não conseguem? **c)** Qual o papel dos “sujeitos externos” envolvidos na formação/construção do movimento e como acontece o processo educativo nesses movimentos?

Tais questionamentos estão inseridos nas formas e dimensões que se articulam e fazem parte do processo de construção do caráter educativo desses movimentos. Segundo Gohn (2005, p. 17-21), são três as dimensões em que se edifica o caráter educativo dos movimentos sociais: 1) a dimensão da organização política; 2) a dimensão da cultura política; e 3) a dimensão espaciotemporal. Esse assunto será discutido mais adiante e com aprofundamento, quando da apresentação do referencial teórico e das discussões dos resultados. É por intermédio dessas dimensões que procuraremos aprimorar nossa pesquisa.

Constatando as realidades expostas anteriormente, juntamente com a nossa experiência e vivência em atividades ligadas à extensão pesqueira, participando de projetos e estudos em comunidades litorâneas, sentimos a necessidade de realizar um aprofundamento sobre aquelas questões. Nesse sentido, nos motivamos a realizar o curso de doutorado em educação e, assim, desenvolver estudos cujos aportes teóricos conceituais nos possibilitassem analisar e compreender **o papel do movimento social da Prainha do Canto Verde no processo educativo de comunidades tradicionais de pescadores artesanais litorâneos**. Nesse âmbito, buscaremos responder e aprofundar os questionamentos anteriormente levantados, os quais poderão contribuir para a nossa formação acadêmica, como participante dos quadros da UFC e da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC), bem como poderão colaborar para um avanço na formação das teorias que dizem respeito ao tema focalizado.

Ao estudarmos a formação do processo educativo nos movimentos sociais nessas comunidades, esperamos fornecer elementos que contribuam para analisar o seu cotidiano, suas formas de lutas em busca de seus direitos como cidadãos, subsidiando outras populações litorâneas a refletir e enfrentar suas lutas na conquista de uma identidade coletiva.

O percurso da investigação nos levará a desnudar a importância e o papel desempenhado por tais comunidades no âmbito da cultura política e da economia local, desmistificando a imagem corrente que existe nos meios urbanos, nas administrações governamentais e da pesca, que ainda veem no segmento artesanal um “setor marginal” ou uma “peça de folclore”. (TIMM, 1993).

Nesse sentido, nos propomos estudar o processo educativo do movimento social na comunidade da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense, buscando compreender seu papel na organização dessa comunidade, com o propósito de contribuir com os sujeitos sociais e institucionais atuantes nessa atividade para a elaboração de políticas públicas que efetivamente permitam o exercício dos direitos sociais dessas populações. Para tanto, necessário se fez:

- a) conhecer e compreender o movimento social da comunidade da Prainha do Canto Verde; suas origens, trajetória, história de luta, sua relação com o movimento da pesca artesanal litorânea cearense, como elementos constituintes da organização e da política local;
- b) estudar o processo educativo existente na dinâmica do movimento social da Prainha do Canto Verde; e
- c) compreender o papel do movimento social na organização da comunidade, aprofundando-nos no estudo da forma, trabalho de atuação e tipos de intervenção na defesa dos interesses e da formação da sociedade local.

Esses são os objetivos que procuramos perseguir e que tiveram como base conceitual os referenciais e aportes teóricos apresentados no próximo capítulo deste trabalho acadêmico.

3 OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: Âncoras para Comunidades Tradicionais da Pesca Artesanal Litorânea

Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro antes que foi novo e se fez velho e se 'dispõe' a ser ultrapassado por outro amanhã. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente.

Paulo Freire (2004, p. 28).

No desenvolvimento desta pesquisa, quando nos reportarmos ao contexto teórico o qual fundamentará nossos achados empíricos, queremos enfatizar que, no âmbito em que a Filosofia da Ciência pode nos dar sua maior contribuição com vistas à produção do conhecimento, procuraremos trabalhar segundo a argumentação de Severino (1994), quando anuncia:

O que realmente interessa como referencial teórico não é um esquema geométrico, uma espécie de organograma, um encaixe, onde forçáramos os dados para que eles se adequassem bem. Mas é o impulso criador que aquela metodologia epistemológica nos dá. Poderia dizer então, embora exagerando um pouco, que em toda pesquisa o próprio método avançaria. Nunca haveria uma repetição pura e simples de um mesmo estágio do referencial. Assim, o referencial teórico não pode ser concebido e utilizado como uma malha pré-fabricada. [...] Mas quando adequadamente usado, ele vai ser um apoio para nossa criatividade, um apoio que realmente fecunda nosso espírito levando-o a novas descobertas e a novos conhecimentos. (SEVERINO, 1994, p. 32-33).

Na busca de uma explicação para a descoberta/surgimento de novos conhecimentos e teorias, o físico estadunidense Tomás Samuel Kuhn (1922-1996) tornou-se o responsável pela difusão mundial do termo “*paradigma*”⁴⁹, mediante sua principal obra⁵⁰ “*A Estrutura das Revoluções Científicas*”, publicada em 1962. Nela ele acentua que, na ciência, o paradigma surge toda vez que se torna difícil envolver novos dados em velhas teorias. Mostra, de maneira convincente, como um sistema de pensamento é posto em xeque, em um contexto teórico que exige a definição de conceitos inéditos, podendo nascer, então, a constituição de um novo paradigma.

⁴⁹ Paradigma – termo que deriva da palavra grega “paradeigma”, que significa “padrão” (CAPRA, 2004).

⁵⁰ O pesquisador escreveu um pós-escrito à sua obra em 1969, refinando conceitos como os de “paradigma”, onde esclarece que o termo também foi usado como resultante do conhecimento tácito que é apreendido ao se fazer ciência, e não no aprendizado das regras de como fazer ciência (KUHN, 2007).

Nesse sentido, o autor oferece-nos caminhos⁵¹ para o entendimento da produção teórica dos Novos Movimentos Sociais (NMS). Ele assinala que, quando existe crise/tensão/conflito de paradigmas, ocorre uma volta à filosofia e ao debate sobre seus fundamentos. Esse processo se desenvolve mediante uma busca via fundamentos da ciência, não apenas por meio de experiências – exercício de critérios e procedimentos empiricamente verificáveis – mas também por tentativas de situar os contextos e as falas dos sujeitos que estão sendo objeto de estudo. Dessa forma, esses “discursos” ganham relevância, na afirmação e formação de novas teorias/paradigmas⁵², principalmente os sociais. Outros autores que fundamentam e articulam teorias cunhadas no discurso dos sujeitos e na ação dos indivíduos são Habermas (2005) e Foucault (1926-1984), (2008).

As matrizes teóricas que compõem a formação do “novo paradigma” sobre os movimentos sociais vieram dos que participaram da Escola de Frankfurt⁵³, principalmente de Theodor Adorno (1903-1969) e Jurgen Habermas (1929-...), e dos novos idealistas contemporâneos nas figuras de Felix Guattari (1930-1992), Giles Deleuze (1925-1995) e, sobretudo, de Michel Foucault. Foram eles os principais teóricos contemporâneos a subsidiar as formulações, os fundamentos epistemológicos e estudos sobre os chamados movimentos sociais alternativos, tais como: ecológicos, estudantil, feministas, de homossexuais, de minorias étnicas (povos indígenas e negros, por exemplo), mobilização de consumidores, pela paz etc. Adicionem-se a esses as contribuições e influências dos socialistas utópicos (MORE, 2004), dos

⁵¹ Segundo Kuhn (2007), a escolha entre paradigmas alternativos, **não** se fundamenta em aspectos teóricos, mas em fatores históricos, sociológicos e psicológicos, ou seja, numa certa subjetividade e até mesmo irracionalidade. Ele ressalta a necessidade de examinar as relações entre os diferentes grupos de pesquisadores e, sobretudo, as “relações de autoridade” e de dependência.

⁵² A vitória/estabilização de um “novo paradigma” pode decorrer de uma grande variedade de fatores, quais sejam: **a)** a sua capacidade para explicar fatos polêmicos persistentes, **b)** a sua utilidade na resolução de problemas e realização de previsões adequadas e **c)** a “aura” e o prestígio dos cientistas que inventam uma nova teoria e a defendem. Segundo *Kuhn*, o prestígio pessoal de um cientista é muitas vezes considerado como sendo o resultado ou a prova de um “*excepcional engenho e inteligência*”, mas pode também se dever ao fato de ter “*apoios e amigos influentes no mundo das finanças e da política*”. Para que uma nova teoria se imponha, o seu inventor deve ter uma posição relativamente elevada na hierarquia universitária e facilidade no acesso a financiamento para a investigação (KUHN, 2007).

⁵³ É conhecida como uma das mais importantes tendências filosóficas e de teoria sociológica do século XX. Foi uma extraordinária interligação de trabalho e ação de destacados intelectuais de esquerda, a saber: Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Erich Fromm, Jurgen Habermas, entre outros. Os frankfurtianos tiveram como ponto de partida o marxismo, no entanto fizeram reelaborações que acabavam por discordar do pensamento marxista. É o caso da teoria crítica da sociedade, que se opõe à herança da teoria marxista, a teoria tradicional (WIGGERSHAUS, 2003).

anarquistas do século passado, assim como as críticas ao marxismo realizadas por Cornelius Castoriadis⁵⁴ (1922-1997), (1983), na formulação do referencial.

Com base nessas matrizes, expressamos que o paradigma teórico da nossa pesquisa parte do pressuposto de que, habitualmente, toda demanda social proveniente de comunidades organizadas enseja ou constitui-se num processo educativo para a população reivindicante (GOHN, 2003a). A autora ressalta que; “o caráter educativo deste processo é dado pela aprendizagem obtida, quanto aos assuntos em questão; pelo papel dos agentes e atores envolvidos; e pelas estratégias ou resistências que são elaboradas”. (Op. cit., p. 175). Nosso trabalho em campo mostrou que, no movimento social da Prainha, essa afirmação se tornou realidade para aqueles que participam da vida comunitária local, transmitindo os seguintes ensinamentos:

Primeira lição: essa luta da terra que a gente luta em prol do bem comum de todos; porque, na verdade, essa comunidade tem lutado há muito tempo pensando só no bem de todo os moradores. [...] Todas essas lutas que nós enfrentamos aqui dentro, sobre a terra, a pesca, o turismo, todas essas coisas são lições de vida pra quem participa do movimento. (Pescador, 65 anos).

As pressuposições teóricas com assento nas quais definimos, anteriormente, o objeto de estudo desta pesquisa, serão apresentadas em três eixos analíticos. O primeiro destaca a contribuição de alguns autores sobre o tema central, isoladamente, ou seja, movimentos sociais; no segundo, apresentamos os autores que realizam sua interligação com a educação. No terceiro, apresentamos alguns estudos relacionando o tema central aos locais onde este se manifesta. Um melhor entendimento sobre as teorias que fundamentam os movimentos sociais afluíram com a realização das reflexões e observações que realizamos durante a pesquisa de campo.

Os autores que serviram como base do estudo teórico que norteou a elaboração desta pesquisa fazem parte daqueles que se inserem na abordagem dos “NMS”, a qual exclui de sua centralidade um sujeito específico, preexistente, e direciona seu foco para os elementos do grupo, como sujeitos sociais; ou seja, os teóricos europeus dos “NMS”, ao contrário dos ianques, caracterizam-se por fundamentar suas análises em uma noção mais estrutural de identidade coletiva ou simplesmente de identidade. Nessa análise, considera-se que a identidade de um movimento social se forma no interior da estrutura de conflitos de uma determinada sociedade (MUNCK, 1997).

⁵⁴ Para entender melhor sobre essa “crítica”, consultar: CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou barbárie**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

Com efeito, o sujeito coletivo predomina em todos os sentidos, nas ações e na identidade dos grupos gerados na formação do movimento. Tais teóricos analisam o surgimento de “fundadores de movimento” (sujeito social) com base na experiência comum de um grupo de pessoas que, no contexto de uma crise estrutural, acreditam que as coisas podem ser diferentes (TOURAINÉ, 1977; ALBERONI 1991; MUNCK, 1997 e GOHN, 2006). Essa afirmação fica evidente durante a leitura da contextualização histórica e constituição do movimento social da Prainha, postado no capítulo anterior a este apresentado.

Analisando os NMS, segundo suas posições discursivas que se inserem na sociedade, criando identidades sociais⁵⁵ e políticas, Laclau & Mouffe (1990) acentuam que a “novidade” dos novos movimentos europeus – os quais serviram como base para os novos movimentos latino-americanos – deriva de novas formas de subordinação ao “capitalismo tardio”, do tipo: a banalização da vida social ou a expansão das relações capitalistas na cultura, no lazer (turismo) e na sexualidade; a burocratização da sociedade; e a massificação ou “homogeneização” da vida social pela avassaladora invasão dos meios de comunicação coletiva.

A pesquisadora Ilse Scherer-Warren (1996) assevera que os NMS desempenham um papel no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado⁵⁶ e sociedade civil⁵⁷. Nesse sentido, a autora identifica na práxis dos NMS um potencial transformador, no sentido de modificar a sociedade não apenas com amparo no aparelho do Estado, mas, também, no plano das ações concretas da sociedade civil. Conclui afirmando que “os NMS, atuando mais diretamente no seio da sociedade civil, representam a possibilidade de fortalecimento desta em relação ao aparelho de Estado e perante a forma tradicional do agir político por meio dos partidos”. (Op. cit., p. 53).

Foweraker (1995) ressalta que o paradigma dos NMS define-se com a constituição de uma identidade coletiva. Ela é parte constitutiva da formação dos movimentos, que crescem em função da defesa dessa identidade. Só que esta “centralidade” deixa de lado o “novo” que nomeia o paradigma. Para o autor, eles são novos porque não possuem uma clara base classista, como os “velhos” movimentos

⁵⁵ Estão definidas no item 5.3.3, p. 215, deste trabalho.

⁵⁶ Nesse caso, entendido como o campo da política institucional: do governo e seus aparelhos burocráticos de dominação e dos partidos (op. cit., 1996).

⁵⁷ Enquanto o campo da organização social que se realiza nas classes sociais ou em todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do aparelho burocrático do Estado (op. cit., 1996).

operários ou camponeses. Já Alberto Melucci (2001), considerado como um dos fundadores do paradigma da identidade coletiva, assegura que o “novo” nos NMS é ainda uma questão aberta, a ser trabalhada. Para Offe (1988), o “novo” está no paradigma da ação, que possui caráter eminentemente político. Segundo Gohn (2006, p. 124), em ambos os casos, o que há de “novo” é, na realidade, “[...] uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas”.

Em trabalho mais recente, a autora indica que essa “nova” forma de fazer política nos movimentos, no panorama social atual, não é fruto apenas do desdobramento de formas participativas que estão sendo produzidas⁵⁸ há mais de duas décadas no País. Nesse sentido, o “novo” resulta, também, de inovações introduzidas recentemente na sociedade civil, em face da nova conjuntura sociopolítica e cultural do mundo globalizado e de alterações na própria conjuntura brasileira. Conclui, assinalando que existe um “novo” ativismo que atua em redes sociais⁵⁹, voltado para execuções de ações coletivas propositivas, geradoras de trabalho e renda, que convive ao lado de movimentos que demandam por direitos sociais e políticas de inclusão social (GOHN, 2007b; 2009).

Percebemos, então, que nenhum sujeito social⁶⁰ (movimento) contemporâneo luta sozinho, mas atua em redes, numa articulação que pode ser global, mas sua ação é local. Dessa forma, os movimentos sociais não se restringem à luta de um sujeito privilegiado, que passa a existir como protagonistas, os quais, naquele determinado contexto de interesses e oportunidades, estão conectados. A articulação em “redes” permite extrapolar a exigência de delimitação do raio de ação dos sujeitos sociais envolvidos. Nesse sentido, Scherer-Warren (2002) faz a análise da ação coletiva na perspectiva das redes sociais, as quais, dentre outras, desempenham um papel estratégico de “empoderamento” coletivo, além de serem formas

⁵⁸ Nesse sentido, a autora destaca que as formas associativas se apresentam como *locus* de produção de saberes e aprendizagens, apontando caminhos para a construção de formas democráticas e cidadãs de vida social coletiva. Exemplificando: no caso de nosso estudo, como os conselhos comunitários e a COOPERCANTUR, ambos, da Prainha do Canto Verde (ver item 5.2).

⁵⁹ No caso do movimento popular da Prainha, este está inserido nas seguintes redes: TUCUM - Turismo Cearense Comunitário; REDTURS – Red de Turismo Comunitário de América Latina; TURISOL - Turismo Solidário; Projeto Bagagem - Rede de Economia Solidária para o turismo de base comunitária no Brasil; ICSF - International Collective in Support of Fishworkers, na pesca; FDZCC - Fórum de Defesa da Zona Costeira do Ceará; FPPLC - Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense; dentre outros.

⁶⁰ Em nosso caso podemos considerar como sendo todos os indivíduos, grupos, organizações e movimentos comunitários envolvidos por decisões tomadas que afetem e interfiram diretamente no gerenciamento dos recursos costeiros de seu território.

mais expressivas das articulações políticas contemporâneas, tais como os fóruns sociais mundiais e as grandes marchas (antiglobalização, por exemplo).

Em sua obra específica sobre **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos, a pesquisadora Maria da Glória Gohn, baseada nos estudos dos teóricos de, Alain Touraine, Alberto Melucci, Claus Offe, Chantal Mouffe, e Ernest Laclau, dentre outros, os quais partiram para a formação de esquemas interpretativos que enfatizavam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade e o seu processo de identidade, criado entre as pessoas de um grupo ou movimento social, apresenta-nos cinco características gerais básicas dos novos movimentos, a saber: (GOHN, 2006, p. 121-123).

Primeira: “a construção de um modelo teórico baseado na cultura”. Apesar dos teóricos dos NMS trabalharem com as bases marxistas do conceito, que vê a cultura como ideologia, esses deixaram de lado a questão da ideologia como falsa representação do real.

Segunda: “a negação do marxismo como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea tal como efetivamente ocorre”. Mesmo com a simpatia dos teóricos dos NMS pelo neomarxismo, o qual enfatiza a importância de consciência, ideologia, lutas sociais e solidariedade na ação coletiva, o marxismo foi descartado, porque trata da ação coletiva apenas no nível das estruturas, da ação das classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade. Assim sendo, ele não daria conta de explicar as ações que advêm dos outros campos, tais como o político e, principalmente, o cultural.

Terceira: “o novo paradigma elimina também o sujeito histórico redutor da humanidade, predeterminado, configurado pelas contradições do capitalismo e formado pela ‘consciência autêntica’ de uma vanguarda partidária”. Um novo sujeito surge como um coletivo difuso, não hierarquizado, que luta contra as discriminações de acesso aos bens da Modernidade, criticando seus efeitos nocivos aos valores tradicionais comunitários. Essa nova abordagem elimina a centralidade de um sujeito específico e passa a ter como novos sujeitos sociais os que fazem parte das ações coletivas.

Quarta: “a política ganha centralidade na análise e é totalmente redefinida. Deixa de ser um nível numa escala em que há hierarquias e determinações e passa a ser uma dimensão da vida social, abarcando todas as práticas sociais”. Nessa dimensão, a política é utilizada principalmente no âmbito das relações microsociais e culturais, em contrapartida ao paradigma estadunidense em suas várias teorias, o qual trata a política no nível macro das instituições e seus aparelhos estatais, detentores do poder na sociedade.

Quinta: “os atores sociais são analisados pelos teóricos dos NMS prioritariamente sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo”. Verifica-se que a ênfase dada/dirigida à identidade coletiva⁶¹ é aquela criada por grupos e não a identidade social criada por estruturas sociais que podem configurar certas características dos indivíduos. Segundo Melucci (1994), os sujeitos locais produzem a ação coletiva porque são capazes de se definir como grupo e com o seu relacionamento com o meio ambiente. O destaque fica por conta da lógica que cria a identidade coletiva que vai permear as ações do grupo. Essa identidade nos NMS é parte constitutiva da formação dos movimentos e se refere à definição dos membros, fronteiras e ações do grupo. Os movimentos crescem em função da defesa dessa identidade (MELUCCI, 2001; GOHN, 2006).

Com esse mesmo intuito e tentando mostrar a fusão entre os argumentos dos paradigmas ianques e europeus, Johnston, Laraña e Gusfield (1994) nos apresentam mais oito características básicas dos novos movimentos, a saber:

- 1) Não há clara definição do papel estrutural dos participantes. Há uma tendência para a base social dos NMS transcender a estrutura de classes.
- 2) As características ideológicas dos NMS apresentam nítido contraste com os movimentos da classe trabalhadora e com a concepção marxista de ideologia, como elemento unificador e totalizador da ação. Os NMS exibem uma pluralidade de ideias e valores e têm tendências a orientações pragmáticas e para a busca de reformas institucionais que ampliem o sistema de participação de seus membros no processo de tomadas de decisões.
- 3) Os NMS envolvem a emergência de novas dimensões da identidade.
- 4) A relação entre o individual e o coletivo é obscurecida.
- 5) Os NMS envolvem aspectos pessoais e íntimos da vida humana (sic.).
- 6) Há o uso de táticas radicais de mobilização de ruptura e resistência que diferem fundamentalmente das utilizadas pela classe trabalhadora, como a não violência, a desobediência civil, etc.

⁶¹ Definidas e caracterizadas no item 5.3.3, p. 215, desse trabalho.

- 7) A organização e a proliferação dos NMS estão relacionadas com a crise de credibilidade dos canais convencionais de participação nas democracias ocidentais.
- 8) Os NMS organizam-se de forma difusa, segmentada e descentralizada, ao contrário dos partidos de massa tradicionais, centralizados e burocratizados (JOHNSTON, LARAÑA e GUSFIELD, 1994, p.7-8; apud GOHN, 2006, p. 126-127).

Outros autores, como Riechmann & Buey (1999), que também se propuseram caracterizar os novos movimentos sociais, procuraram ressaltar a radicalidade daquela novidade social. Eles indicam, assim como os anteriores, oito pontos fundamentais que parecem nos revelar pistas teóricas a se fundirem com as tentativas de formulação de novas formas da gestão pública⁶², articuladas ao conceito de capital social. Segundo esses autores, as características são as seguintes:

1. São movimentos de sobrevivência e emancipação. Seus objetivos podem ser esboçados, segundo os autores, na fórmula de uma humanidade livre e justa sobre uma terra habitável, vaga, “mas precisa para os diferenciar de outros movimentos sociais contemporâneos como os neofascistas, neoconservadores (por exemplo os movimentos antiaborto ou as maiorias morais), ou certos nacionalismos”;(p. 58)
2. São movimentos de autodefesa social contra a burocratização e a mercantilização da existência. Entretanto, não são movimentos meramente reativos. Possuem um caráter antiestatalista⁶³ e pró-sociedade civil;
3. Possuem uma orientação, até certo modo, antimodernista, pois não compreendem uma crença no progresso entendido como desenvolvimento material e moral intermináveis, ou a fé na capacidade do ser humano para moldar e recriar indefinidamente as condições de sua própria existência;
4. Possuem uma composição social heterogênea;
5. Possuem objetivos e estratégias de ação diferenciados. Ou seja: pensar globalmente, mas atuar localmente, segundo a máxima ecologista europeia;
6. Possuem uma estrutura organizativa descentralizada e antierárquica;
7. Politizam a vida cotidiana e o âmbito privado;
8. Desenvolvem métodos de ação coletivos não convencionais, como a desobediência civil, a resistência passiva e ação direta. (RIECHMANN & BUEY, 1999; p. 58-60 – tradução nossa).

Com relação ao conceito de “capital social”, aqui entendido para o estudo e caracterização dos movimentos sociais, ficamos com a formulação sugerida por Kliksberg (2002). Segundo o autor, capital social é aquele que se apresenta silêncio-

⁶² Segundo Ricci (2000), os NMS assumem uma “nova” prática de intervenção na decisão de políticas territoriais macrorregionais, ampliando os espaços públicos e construindo mecanismos mais permanentes de formulação de políticas públicas, o que amplia a noção da gestão pública para além da gestão estatal.

⁶³ Na verdade, este termo foi originalmente desenvolvido por Claus Offe, para ilustrar o grau de dependência que o cotidiano das práticas sociais passou a ter em relação aos órgãos estatais, durante o ápice da experiência do Estado de Bem-Estar Social europeu (OFFE, 1998).

samente, junto com o capital econômico, como um dos elementos fundamentais e ferramenta essencial para o desenvolvimento local. É composto pelos seguintes elementos: valores partilhados, cultura, tradições, saber acumulado, as famílias, as pessoas, as redes de solidariedade, expectativas de comportamento recíproco. Também pode ser visto “como um fenômeno subjetivo, composto por valores e atitudes que influenciam o modo como as pessoas se relacionam entre si”. (Op. cit., p. 21).

Ainda a respeito da caracterização dos NMS, Gohn (2006) chega a uma conclusão, ao ressaltar que a teoria que os suporta poderá estar incompleta, pois os conceitos que a sustentam não estão suficientemente claros. Argumenta que o material existente “é um diagnóstico das manifestações coletivas contemporâneas que geraram movimentos sociais e a demarcação de suas diferenças em relação ao passado”. Esses movimentos teriam produzido mudanças significativas, tanto na sociedade civil como na política (GOHN, 2006; p. 129).

Diversos pesquisadores, teóricos dos NMS (Gohn, Gusfield, Johnston, Melucci, Offe, Touraine, Scherer-Warren) concordam com a ideia de que a teorização sobre os movimentos sociais é a parte mais difícil, na qual se encontram as grandes lacunas na produção acadêmica. Provavelmente, é porque os movimentos sociais “[...] transitam, fluem e acontecem em espaços não-consolidados das estruturas e organizações sociais. Na maioria das vezes eles estão questionando estas estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política”. (GOHN, 2006; p. 12).

Na mesma referência, a autora continua exprimindo que, por essa razão, os movimentos são inovadores e destacam os indicadores de mudança social. Concorda com esse pensamento, está Alberto Melucci, quando assinala que os movimentos são “[...] uma lente por intermédio da qual problemas mais gerais podem ser abordados, e estudá-los significa questionar a teoria social e tratar questões epistemológicas tais como: o que é a ação social?” (MELUCCI, 1994; p. 190).

Gohn (op. cit.) enfatiza a ideia de que analisar as teorias que fundamentam os movimentos sociais é como acompanhar os próprios movimentos, que se apresentam em ciclos e exibem ênfases particulares a cada momento histórico. As categorias⁶⁴ criadas para sua análise e os conceitos produzidos, também são data-

⁶⁴ Segundo a autora, o paradigma dos NMS parte de explicações conjunturais, localizadas em âmbito político ou dos microprocessos da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos sujeitos sociais. “As categorias básicas deste paradigma são: cultura, identidade, autonomia,

dos historicamente. Nesse ponto, concordamos com a noção de que não há um conceito fechado/completo sobre movimento social, mas vários, apresentando significados distintos, conforme a concepção e o paradigma utilizado. Esse fato é manifesto perceptível nos congressos, seminários, encontros e palestras sobre o tema. Nós como participantes num desses eventos, questionamos aos palestrante e saímos insatisfeito sobre o conceito que foi explicitado acerca do movimento social na pesca artesanal.

Segundo a pesquisadora Gohn (2006), até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais fazia referência apenas à organização e ação dos trabalhadores sindicalizados. Somente a partir da década de 1960, com o avanço e ampliação desse campo de estudo pelas Ciências Sociais, os conceitos, embora ainda pouco imprecisos, assumiram maior consistência teórica, principalmente após os estudos de *Alain Touraine*, para quem, os movimentos sociais são o próprio objeto da Sociologia. Em pesquisa recente (2007a e 2009), a autora enfoca o avanço que os movimentos tiveram até o início do século XXI, no entanto, apesar do desenvolvimento do conceito entre os pesquisadores, ainda hoje não existe um consenso sobre seu significado, ele continua sendo uma das lacunas da produção acadêmica a respeito dos movimentos sociais.

Nos parágrafos seguintes, procuraremos empreender a tarefa de recuperar e apresentar os sentidos e significados que alguns autores e pesquisadores conferem ao conceito de movimentos sociais, num determinado momento histórico no interior da própria Sociologia. Sob tal aspecto, Pierre Bourdieu nos adverte de que conceitos são elaborações históricas e, como tais,

La historia de la génesis de los recursos intelectuales que utilizamos en nuestros análisis del mundo social es uno de los principales instrumentos de la crítica inseparablemente epistemológica y sociológica a la que debemos someter nuestras categorías de pensamiento y formas de expresión... (BOURDIEU, 1991; p. 59).

Paul Singer, por sua vez, assinala que os movimentos sociais são originados das contradições que colidem com os interesses da população. Geralmente, nascem com uma quantidade limitada de membros de grupos ideologicamente motivados a trabalharem na defesa dos interesses desta população (SINGER, 1983).

subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc.. Os conceitos e noções analíticas criados são: identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impacto das interações políticas etc.” (GOHN, 2006; p. 15).

Segundo Offe (1988), os movimentos sociais são elementos novos dentro de uma nova ordem que está se criando, reivindicando seu reconhecimento como interlocutores válidos, atuando na esfera pública e privada, objetivando a interferência em políticas do Estado, em hábitos e valores da sociedade, articulando-se em torno de objetivos concretos.

Procurando conceituar movimentos sociais, Touraine (1989) acentua que eles são fruto de uma vontade e ação coletiva que se desenvolvem sob a forma de lutas ao redor do potencial institucional de um modelo cultural, num dado tipo de sociedade. Eles fazem parte do sistema de forças sociais dessa sociedade, disputando a direção de seu campo cultural. Dessa forma, um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. O autor, em sua obra seguinte, *Critica da modernidade* (2008), elabora uma revisão⁶⁵ sobre sua teoria em relação ao tema e identifica uma crise na noção de movimento social, advinda de mudanças na natureza do conflito social.

Para Melucci (1989, p. 57), movimento social pode ser definido “[...] como uma forma de ação coletiva: a) baseada na solidariedade; b) desenvolvendo um conflito; e c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”⁶⁶. Segue assinalando que os movimentos sociais não são personagens de um roteiro previamente escrito, mas se constituem como redes de produção de sentidos, emergindo como mobilizações coletivas, baseados em articulações multissetoriais, apenas em momento de amadurecimento de determinadas contradições em meio às quais operam. Noutra obra (1994), o autor enfatiza que, por serem mais fluidos e mais flexíveis, os NMS são menos forma organizacional e mais formulações analíticas. São menos forma e mais conjunto de representações significativas, de expressões culturais. Conclui, declarando que os movimentos sociais são difíceis de definir, existindo mais definições empíricas do que conceitos analíticos. Propõe uma redefinição para mo-

⁶⁵ Essa revisão é fruto das transformações ocorridas nos movimentos, e, fundamentalmente, no sistema capitalista, em decorrência das transformações da sociedade e no mundo do trabalho. As mudanças ocorridas na Era da globalização levaram o autor a assinalar a perda da importância do processo de produção, a transformação do mundo do consumo como o grande espaço de socialização das relações sociais e o avanço das comunicações. Tais mudanças incentivaram o crescimento do individualismo. Os indivíduos passaram a ficar mais centrados em si próprios, sobre seus desejos/interesses. As demandas não estão organizadas em torno de um princípio central. Houve uma dissociação/ruptura entre o mundo dos negócios e o da cultura – base do paradigma (TOURAINÉ, 2008).

⁶⁶ No movimento social da Prainha, podemos observar, durante a aplicação, execução e análise dos dados desta pesquisa, todas as etapas referentes a essa conceituação, as quais estão apresentadas e discutidas no capítulo 5(cinco) deste trabalho.

vimentos sociais e ações coletivas, considerando-os não como fenômenos empíricos, mas como categorias analíticas.

Concordando com esse remate, estão Johnston, Laraña e Gusfield (1994), quando admitem que definir movimentos sociais é tarefa difícil de se construir “[...] por se tratar mais de uma forma de abordagem do que de uma teoria propriamente dita”. (JOHNSTON, 1994, p. 6; apud GOHN, 2006, p. 125).

Segundo Tarrow (2003, p. 2-4, tradução nossa), os movimentos sociais são “[...] desafios coletivos construídos por pessoas solidárias e com propósitos comuns, em processo de interação que incluem as elites, os oponentes e as autoridades”. Os desafios são marcados por interrupções e obstruções de atividades por terceiros. Para o autor, os movimentos são formados quando cidadãos comuns, algumas vezes encorajados por líderes, respondem às mudanças trazidas por novas oportunidades políticas, ou seja, quando as crises no ambiente político tornam favorável o engajamento das pessoas em ações coletivas por afetarem suas expectativas de sucesso ou fracasso.

Tentando conceituar movimentos sociais, Gohn (2005) assevera que eles não são instituições, portanto possuem um “fluxo e refluxo⁶⁷”. Podem até se materializar em alguma organização, mas isso é uma provisoriedade. A organização pode morrer, mas a ideia geradora certamente persistirá. Assim sendo, “...movimentos são frutos de ideias e práticas”, são fluídos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais (op. cit., p. 101). A autora, após o estudo de vários teóricos e teorias, mesmo correndo o risco de cometer equívocos, sintetiza e estabelece sua conceituação, descrevendo movimentos sociais como ações sociopolíticas constituídas por atores coletivos de classes sociais diferentes, articulados numa conjuntura específica de relações de força na sociedade civil. Suas ações e práticas se desenvolvem mediante a criação de identidades em espaços coletivos não institucionalizados, ensejando transformações na sociedade, de caráter conservador ou progressista (GOHN, 2006; p. 251-252). Em sua última obra sobre o tema, a autora junta ao conceito mais alguns elementos constituintes, como: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; organizam-se e articulam-se em redes de mobili-

⁶⁷ Esse fluxo e refluxo não se referem a relações mecânicas de causa e efeito. “Os movimentos vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo ou reposição/conservação do velho”. (GOHN, 2006; p. 248)

zações; práticas comunicativas diversas; projetos e/ou visões de mundo que dão suporte as suas demandas; e culturas próprias na maneira de encaminhar suas reivindicações (GOHN, 2009, p.14)

Para o pesquisador João Francisco de Souza (2007), há mais de quarenta anos atuando nesse campo, os movimentos sociais, especialmente os populares, podem ser entendidos como forças sociais, correntes de opiniões e proposições sobre/para o conjunto social que, atuando nos mais diferentes âmbitos das problemáticas humanas, ensejam processos de transformação social e garantem sua autonomia em relação ao Estado e aos partidos, pela orientação social de sua ação que incide sobre as mentalidades e as práticas cotidianas.

Touraine, em discurso de abertura na Conferência Internacional sobre Movimentos Sociais e Classes Sociais, em Santa Cruz, Califórnia (1996), já assinava que precisávamos rever/revisar o conceito de movimento social. Não somente em relação ao movimento das classes trabalhadoras, mas, principalmente, em relação à produção recente, em virtude das mudanças e do impacto da globalização na territorialidade, na soberania das nações; na crise e no declínio das instituições, nas tensões individuais e dos grupos sociais, dentre aqueles que almejam assumir valores/posições e os que estão realmente representados na sociedade.

Até aqui verificamos que as caracterizações e definições sobre movimentos sociais apresentam significados distintos, conforme a concepção teórica com amparo na qual este foi desenvolvido. Nesse sentido, observamos que não existe um consenso sobre o conceito do tema. Em alguns, são apresentados elementos de uma noção muito ampla, pela qual todas as formas de ação coletivas são contempladas, até, conceitos bastante restritivos, que impõem características e objetivos com impacto social determinado. Concluímos, também, que se trata de um conceito num *continuum* de revisão e construção dentro das ciências sociais.

Acreditamos, pois, que, para a análise do movimento social popular da Prainha do Canto Verde, baseado nas contextualizações apresentadas e nos achados da pesquisa, tomaremos para aquele a seguinte estruturação conceitual, ou seja: o movimento social popular local, origina-se das contradições que vão de encontro aos interesses da comunidade, mobilizando uma coletividade; é resultado de uma vontade, de uma ação coletiva, desenvolvendo-se e evoluindo sob a forma de lutas e conflitos, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação; suas ações

e práticas se desenvolvem construindo identidades coletivas, provocando mudanças na sociedade onde está inserido; articula-se com outros movimentos regionais, estaduais e nacionais, participando, também, de redes de mobilização de interesses comuns; trata-se de uma força social que enseja processos de educação e transformação na sociedade local, influenciando em sua autonomia com relação ao Estado e aos partidos políticos.

Realizando breve recuperação histórica no concerto do Estado brasileiro, verificamos que os movimentos sociais emergem dos regimes populistas que vão dos anos 1930 ao início dos anos 1960. Tinham como protagonistas os movimentos de trabalhadores rurais e urbanos, fortalecidos por outros segmentos como os dos professores e estudantes. Esses tinham como base de reivindicações os problemas advindos com o processo de industrialização, substituição de importações e políticas corporativistas implementadas pelo novo Estado (RIBEIRO, 1998).

Durante os anos 1960, com a presença dos militares entrando na cena política do jogo do poder, os movimentos sociais passaram a revisar e modificar suas estratégias de ação/atuação. A centralização na política, no planejamento econômico, o bipartidarismo, um novo modelo de desenvolvimento, baseado no tripé empresário nacional, capital internacional e militares, passou a predominar, embasado na ideologia da segurança nacional e desenvolvimento (IANNI, 1993). Nesse período, a Igreja Católica mudou o eixo de sua política na América Latina, antes, voltada para a sociedade política. Agora, ela desenvolve estratégias a fim de voltar-se para a sociedade civil, passando ela mesma a ser um agente ativo na organização dessa sociedade, por meio das pastorais e das CEBs, principais células de formação dos futuros movimentos sociais brasileiros, fundamentadas na Teologia da Libertação sob inspiração do método de Paulo Freire para alfabetização de adultos, almejando a transformação da sociedade (BETTO, 1986; CATÃO, 1986).

A Teologia da Libertação, desenvolvida depois do Concílio Vaticano II, é uma corrente teológica importante e controversa da Igreja Católica, dando ênfase à situação social humana. O movimento foi forte e intenso durante as décadas de 1960 e 1970, quando se espalhou por toda a América Latina, entre os jesuítas. Suas orientações serviram como direção para as CEBs. Seus principais teóricos foram os teólogos Gustavo Gutierrez, do Peru, o estadunidense Cornell West e o brasileiro Leonardo Boff. Suas principais referências estão embasadas nas escrituras sacras e

nos ideais de amor e libertação de todas as formas de opressão, principalmente a econômica. Atualmente a Teologia da Libertação não possui a mesma força de outrora, como movimento isolado, entretanto, muitas de suas ideias difundiram-se pelo clero. Hoje, grande parcela dos sacerdotes latino-americanos está ligada em maior ou menor grau aos ideais de libertação dessa escola teológica (CATÃO, 1986).

Já nos anos 1970, as contradições advindas das transformações impostas pelo modelo desenvolvimentista⁶⁸, pela crise do Estado, expressas na conjuntura dos regimes militares que se seguiram – os quais interviam com todo o aparato estatal disponível na vida dos cidadãos – impulsionaram o aparecimento de movimentos urbanos de iniciativas diferentes, trazendo à cena “novos atores sociais”. (SADER, 1995). Esses movimentos caracterizaram-se pelas lutas por demandas⁶⁹ dos serviços públicos e pela sua atitude de oposição, de negação às políticas públicas impostas pelo Estado e às suas formas de suprimir a organização social e política (SCHERER-WARREN, 1996).

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, com a redemocratização⁷⁰ do País, a sociedade civil brasileira ganhou contornos mais nítidos, distanciando-se da situação de enorme subordinação aos aparelhos estatais e à lógica patrimonialista, marca da cultura política nacional (op. cit., 1996). Nasceram, concomitantemente, ao vácuo deixado pela atuação dos partidos e sindicatos fragilizados pela repressão do regime militar, os “novos” movimentos sociais no País (op. cit., 1996; RICCI, 1999). Apareceram embasados na noção do direito, politizando carências, buscando interferir na sociedade política, ampliando espaços pela via da democratização dos direitos – sociais, eleitorais, de imprensa, de representação política etc. – e da sociedade civil. Nesse sentido, verifica-se o fortalecimento dessa sociedade em contraposição ao Estado autoritário (op. cit., 1996). A autora, nesse mesmo período,

⁶⁸ Tipo de política econômica baseada na meta de crescimento da produção industrial e da infraestrutura, ajustado aos interesses do capital internacional, com participação ativa do Estado, marcando a ascensão do Governo de Juscelino Kubitschek, que herdou essa posição de Getúlio Vargas (MÜLLER, 2003).

⁶⁹ Nesse período, a agenda estatal foi inflacionada por uma explosão de demandas dos serviços públicos básicos, ao mesmo tempo em que o País ingressava numa profunda crise fiscal. Alguns autores brasileiros denominaram este período como a “Era da Participação: 1978-1989”. Para entender melhor, consulte: Gohn, (2006; 2007b).

⁷⁰ O professor Leonel Itaussu Almeida Mello é um dos autores que defendem a tese segundo a qual a transição do regime militar para o democrático no Brasil não chegou a ser uma “redemocratização”, mas uma “liberalização”, na medida em que a abertura política aconteceu por meio de algumas concessões entre o setor brando do regime militar e o setor moderado – eleito pelos primeiros como interlocutores – da oposição. Outro ponto destacado pelo autor é a definição de uma agenda política de transição, limitada pelos próprios militares (MELLO, 1998).

estudando o surgimento dos “novos” movimentos, incorporou alguns elementos básicos em seu discurso que constituem a base de sua identidade e de sua organização, quais sejam: democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade, respeito à individualidade, identidade local e regional, liberdade individual associada à liberdade coletiva. A nova identidade social nutre-se do sentimento de exclusão e de injustiça, estando diretamente relacionado com a geração de novos direitos, de categorias sociais em decurso de conformação (SCHERER-WARREN, 1998).

Ainda no mesmo estudo, a pesquisadora enfatiza que a identidade política⁷¹ em formação, por sua vez, se nutriu daqueles elementos que constituíam a sociabilidade comunitária da base, da Teologia da Libertação, ou seja: ausência de autoridade discriminada e de hierarquia de funções, relações afetivas e contraprestação de serviços na comunidade. Esses elementos apareceram nas manifestações e nas novas formas de mobilização social após a segunda metade da década de 1970. Foram movimentos portadores de um discurso⁷² que valoriza a participação ampliada da base, via instalação de mecanismos de democracia direta (op. cit., 1998).

Os anos 1980 foram a década de consolidação dos NMS no Brasil. Eles trouxeram um panorama novo na prática e na teoria sobre os movimentos sociais populares urbanos. Na prática, surgiram lutas como: acesso à terra e por sua posse, pela moradia, expressas nas invasões, ocupações de casas e prédios abandonados; articulação do movimento dos transportes; surgimento de organizações macro entre as associações de moradores; movimentos de favelados ou novos movimentos de luta pela moradia; movimentos de desempregados; movimentos pela saúde etc. Na teoria, os analistas passaram a focar com maior ênfase a identidade dos movimentos, ouvir suas falas e captar suas práticas cotidianas, como objetivos centrais de suas pesquisas. Foi um período em que as teorias dos NMS mais cresceram e se firmaram (GOHN, 2006). Segundo Singer (1983), existia também um grande entusiasmo dos pesquisadores pelo caráter inovador daquelas ações, de tal forma que

⁷¹ A formação dessa identidade não aconteceu de forma linear e alheia à realidade. Nesse sentido, entendemos como Castells (2008), que a identidade é o cenário e objeto de combates políticos e a existência social desse grupo se constrói sempre no conflito de realização de suas demandas sociais.

⁷² A autora identifica a origem desse discurso nas elaborações que a Igreja católica então realizava, em especial nas CEBs, que unificavam a multiplicidade de movimentos surgidos no país, a partir da categoria “pobre”. Essa categoria sedimentou a unidade entre os “*excluídos do desenvolvimento*”, e foi a base para se pensar um projeto de sociedade fundado numa proposta democrática que mantinha distância e desconfiança em relação aos mecanismos de representação e, por conseguinte, à institucionalidade pública vigente. Daí a emergência de mecanismos de democracia direta que se multiplicou em inúmeras assembleias e plenárias (op. cit., 1998).

aquela euforia confundiu, por vezes, a questão do novo com o da novidade que os movimentos traziam à tona. Isto levou alguns pesquisadores a exaltarem as novas práticas como ações pioneiras, como se jamais tivessem acontecido.

Essa década, porém, não foi somente de euforia para os movimentos no Brasil. As noções de movimento popular ou social passaram a ser utilizadas comumente para denominar as ações coletivas⁷³ desenvolvidas por organizações populares localizadas e específicas. Segundo Gohn (2006), eles passaram, no plano da atuação concreta e no contexto das análises realizadas, da fase do otimismo para a perplexidade e depois para a quadra da descrença. Vários foram os fatores que contribuíram para essas variações, com destaque para

[...] as alterações nas políticas públicas e na composição dos agentes e atores que participam de sua implementação, gestão e avaliação; o consenso, a generalização, e o posterior desgaste das chamadas práticas participativas em diferentes setores da vida social; o crescimento enorme do associativismo institucional, particularmente nas entidades e órgãos públicos, [...]; o surgimento de grandes centrais sindicais; o aparecimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares, especialmente no setor moradia; e, fundamentalmente, o surgimento e o crescimento, ou a expansão, da forma que viria a ser quase que uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90: as ONGs. (GOHN, 2006, p. 285-286).

De 1982 até o final da década, com a eleição de governadores de oposição e com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder, em várias prefeituras municipais, houve uma redefinição de posições políticas e o problema principal passou a ser a da capacitação técnica das lideranças⁷⁴ populares para atuar como co-participes das políticas públicas locais. Foi um período de muitos estudos e seminários sobre o poder local, pois algumas secretarias de governo vinculadas às áreas sociais, bem como várias direções de órgãos públicos ligadas a esse mesmo setor, passaram a ser dirigidas/comandadas por lideranças vinculadas direta ou indiretamente à movimentos sociais (RICCI, 1999; GOHN, 2003b).

⁷³ É uma expressão que possui formulações teóricas em muitas áreas das ciências sociais. Em nosso caso, trata-se da busca de realizações de interesses comuns por um grupo de pessoas, de uma determinada comunidade ou classe social. Segundo Gohn (2006, p.25), cinco grandes correntes teóricas realizaram abordagem clássica sobre a ação coletiva, e em três delas os movimentos sociais são especificados.

⁷⁴ Para Gohn (2006), as lideranças possuem papel importante na representação de análise dos NMS, os quais são utilizados como instrumentos de formação dessas lideranças, durante suas atuações em grupos, constituindo correntes de opiniões, o que resulta na criação de uma rede de troca de informações e cooperação entre os movimentos.

Ainda nesse período, a temática da participação social⁷⁵ foi ponto de pauta na agenda das elites políticas nacionais, tornando evidentes dois fenômenos: primeiro, a crise de governabilidade das estruturas de poder do Estado, desgastadas e deslegitimadas pelo autoritarismo; segundo, a legitimidade das demandas expressas pelos movimentos sociais e a conquista de espaços institucionais com interlocutores confiáveis (RICCI, 2000; GOHN, 2003b).

O início dos anos 1990 foi marcado pela ascensão de novos elementos, advindos da Nova República⁷⁶, tais como a emergência do mercado como centro das relações políticas. Também acontecia uma mudança na orientação política do Vaticano, o que ensejou o afastamento da Igreja Católica⁷⁷ dos movimentos sociais, corroborado pela consolidação de organizações nacionais de representação de trabalhadores e das classes populares (RICCI, 2000). A redução gradativa do Estado como elemento regulador e a tendência à institucionalização dos movimentos, induzida, entre outros, pelo forte assédio desse mesmo Estado, mediante a implementação de políticas assistenciais, ocasionaram uma profunda crise dos movimentos sociais no começo da década (GOHN, 2005).

Destaque-se, entretanto, o fato de que, nesse período, os movimentos que permaneceram, ou que foram criados, tornaram-se mais qualificados, em virtude de suas aproximações com as ONGs. (movimento da Prainha; ver item, 5.1.1, p. 117, nesta pesquisa). Outro destaque fica por conta das políticas formuladas para os segmentos sociais, na perspectiva de que privilegiaram áreas temáticas/problemas e não mais os atores sociais organizados em movimentos (GOHN, 2007a).

⁷⁵ Entendido como um processo mediante o qual as diversas camadas sociais possuem parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade, com o intuito de efetivamente melhorar as condições de vida de sua população. Atualmente, a participação social não ocorre unicamente em espaços institucionais, em instâncias formalmente reconhecidas de interlocução da sociedade com o Estado, ainda que esses espaços se destaquem (TEIXEIRA, 2001; FÁVERO, 2006).

⁷⁶ A “Nova República” foi o período de governo compreendido entre os anos de 1985-1989, comandado pelo presidente José Sarney, a qual se caracterizou como um regime de transição entre o modelo de desenvolvimento autoritário estatal para o liberal. Segundo Mance (1999), porém, esse “liberalismo” que atingiu a esfera política e ensaiou os primeiros passos no campo econômico efetivou-se praticamente como um regime de caráter populista, com forte intervenção estatal. Cresciam no país a concentração de renda, a marginalização social e a favelização das principais cidades brasileiras. Estes fatos aconteceram em virtude dos vestígios do modelo autoritário que saía de cena, como também em razão do modelo neoliberal que dava os primeiros passos.

⁷⁷ No Brasil, ao longo dos anos 1970, e na maior parte dos anos 1980, a Igreja Católica, por meio da sua ala da Teologia da Libertação, foi a instituição com maior aliança e que proporcionou apoio irrestrito aos movimentos sociais populares (CATÃO, 1986), dentre esses o da Prainha do Canto Verde.

Vencidos os obstáculos do início da década de 1990, a mesma autora os define como sendo os anos que redefiniram o campo das lutas sociais no Brasil, assim como deslocaram alguns eixos de atenção dos analistas⁷⁸. Dessa maneira, o “novo” dos movimentos sociais se redefine nesses anos. Segue afirmando, que foi o período mais repleto de movimentos e de lutas, pois esta fase corresponde a um período de intensa movimentação social, dado pelas “[...] características da conjuntura política e bastante ampliado pela dimensão dos problemas sociais, pelo aumento do contingente populacional do país e pela facilidade de divulgação e reprodução das ações coletivas pelos meios de comunicação de massas”. (GOHN, 2003a, p. 123). A Pesquisadora ressalta que as ações coletivas dos movimentos sociais não criaram novos valores, mas apenas redefiniram os existentes, com origem na reconquista de valores já seculares como os dos direitos humanos, da cidadania, da liberdade de expressão e da autonomia (op. cit.).

Concluindo essa cronologia, verificamos que, no final da década de 1990, ou seja, do século XX e início do novo milênio, a discussão acadêmica sobre os movimentos sociais insere-se num campo mais amplo, – o da crise da Modernidade. Por sua vez, esta se inclui na crise paradigmática, dominante da Modernidade, ou seja; das mudanças societárias decorrentes da globalização, das alterações dos padrões nas relações sociais e, no avanço das inovações tecnológicas (GOHN, 2009, p. 41). Na esfera internacional, o tema retoma um lugar de centralidade, tendo como objeto de investigação o movimento antiglobalização. Nesse sentido, a ênfase é dirigida às “redes” e aos fóruns que realizam seus principais momentos de visibilidades. Mediante a formação e o adensamento dessas redes temáticas, os movimentos sociais deixam de ser objetos de pesquisa exclusivos da academia e passam, também, a ser fontes para entidades do terceiro setor, que buscam dados para fomentar a elaboração de planos e projetos de intervenção na realidade social daqueles cidadãos (op. cit. p. 43).

Em suma, observamos nessa trajetória histórica, segundo a literatura, que os movimentos sociais no Brasil, como sujeitos sociais coletivos, não podem ser pensados fora de seu contexto histórico e conjuntural, nos quais suas identidades são “moldadas” e construídas, por intermédio de um processo de socialização dire-

⁷⁸ A tendência predominante nesse período, para a maioria dos analistas dos movimentos sociais, foi unir abordagens elaboradas, baseadas em teorias macrossociais até as teorias que priorizam aspectos micro da vida cotidiana, por meio de conceitos que fazem mediações sem excluir uma ou outra das abordagens (GOHN, 2006).

cionada por essas novas conjunturas. Nesse sentido, o atual teatro social que vivenciamos enseja a necessidade para que os movimentos sociais populares busquem articulações e passem, também, a atuar em redes e a anotar agendas anuais de congressos e manifestações públicas⁷⁹. Tais articulações direcionam-se à busca de um sujeito que relacione o global com o local — no caso do movimento da Prainha, o Terramar. Assim, e com base nos achados desta pesquisa, verificamos que os movimentos sociais originados na pesca artesanal, de maneira geral, também se apresentam e se enquadram consoante a mesma dinâmica social.

Conforme proposição anteriormente expressa, doravante, apresentaremos nossos referenciais sobre a relação entre movimentos sociais e a educação. Nesse sentido, num estudo específico sobre essa interligação (GOHN, 2005) enfatiza a ideia de que a questão da cidadania é o elemento de união na relação movimentos sociais-educação. A educação ocupa o lugar central na acepção coletiva da cidadania, isto porque ela se constrói na luta, que é, em si própria, um movimento educativo. Esse processo educativo dos movimentos sociais inclui-se em processos estabelecidos fora das instituições escolares formais, implicando a existência de “[...] uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico”. (Op. cit., p. 17). A educação é autoconstituída no processo e o educativo surge de fontes diferentes.

Glória Gohn enumera as cinco principais fontes dessa concepção:

1. Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder;
2. Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras;
3. Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem;
4. Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apoiam o movimento; e,
5. Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento. (Op. cit., p. 50-51).

Nossa pesquisa sobre o movimento social da Prainha nos proporcionou acrescentar mais uma “fonte”, a esse rol, apresentada no transcorrer do item, **5.3**, desta tese.

⁷⁹ No caso da Prainha, além da participação em várias “redes”, as lideranças do movimento local apresentaram resultados de suas ações, nas últimas quatro edições do Fórum Social Mundial, como também, participaram da Coordenação Geral da 1ª Conferência Nacional da Pesca Artesanal, realizada em Brasília de 28 a 30/09/2009, organizado unicamente pelas bases da categoria e seus órgãos representativos.

A autora em discussão fundamenta sua análise ressaltando que: “[...] os movimentos sociais são uma extensão das práticas educativas desenvolvidas pelos programas de educação popular progressista”. (Op. cit., p. 50). Conclui declarando que os movimentos sociais dessa década superam a cultura refratária à sua institucionalização e apontam para uma profunda reforma da institucionalidade pública tipicamente moderna, como atesta Ricci (2002, p. 74), “Uma verdadeira revolução em curso”.

Conforme podemos observar nesses relatos e verificamos, durante a prática desta pesquisa, essa “revolução” passa pelo processo educativo, não formal – educação popular⁸⁰ – contido no seio dos movimentos populares. Nesse sentido, não podemos deixar de inserir como teórico desse referencial analítico o educador Paulo Freire como expressão de uma Pedagogia Libertadora (2001), fundamental na concretização dos sonhos, durante as lutas, nas histórias de vida daqueles que vivem e participam desses movimentos. Por meio da Pedagogia Libertadora, homens e mulheres consegue se compreender como sujeitos da história, seres não apenas no mundo, mas com o mundo e com os outros. Freire explica a nossa capacidade de romper com a aderência ao mundo, de emergir dele como consciência forjada na práxis que transforma a determinação em condicionamento.

Uma das coisas mais significativas de que nos tornamos capazes mulheres e homens ao longo da longa história que, feita por nós, a nós nos faz e refaz, é a possibilidade que temos de reinventar o mundo e não apenas de repeti-lo, ou reproduzi-lo. [...] É exatamente porque somos condicionados e não determinados que somos seres da decisão e da ruptura. E a responsabilidade se tornou uma exigência fundamental da liberdade. [...] Somos ou nos tornamos educáveis porque, ao lado da constatação de experiências negadoras da liberdade, verificamos também ser possível a luta pela liberdade e pela autonomia contra a opressão e o arbítrio. (FREIRE, 2000; p. 121).

Para o autor, “não haveria como falar em liberdade sem a consciência da determinação que se torna assim condicionamento”. (Op. cit., p. 122). O entendimento da razão de ser das situações que desumanizam e negam a vocação ontológica dos cidadãos possibilita-lhes a luta pelo atestado desta vocação, a qual é negada nas injustiças, na dominação de raça, gênero e classe, na exploração, mas também, que se afirma na busca da liberdade, da justiça, da organização, da luta e da utopia que move os oprimidos na recuperação de sua humanidade roubada (FREIRE, 2001).

⁸⁰ Essa educação renovada transforma não apenas os métodos de educar. Modifica as pessoas que são educadas em uma sociedade em transformação. Ela transforma também a participação das pessoas ‘educadas’. Essas consideram-se em atos de conhecimento em todo lugar onde estão: [...] Não se compreende, então, Educação como um banco de dados, mas sim como uma série de envolvimento (FREIRE, 2005; p. 62).

Nessa luta pelo direito de firmar-se como cidadão é que se concebe a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, aquela presente no seio da organização e da luta dos movimentos populares, principalmente daqueles que nasceram após os anos 1940, no Brasil. Uma “pedagogia do oprimido”, aquela

[...] que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e re fará. (FREIRE, 2001; p. 32).

Investigando com maior profundidade a obra de Paulo Freire, passamos a entender a “Pedagogia do Oprimido⁸¹” como ponto de partida de uma elaboração teórica mais apurada, consistente e rigorosa, em especial quanto à sua base de fundamentação socioeconômica e política. Esse aspecto fica evidente quando o autor observa e faz sua leitura de realidade, considerando as questões relativas às classes sociais e ao conflito entre elas (sua aproximação com Karl Marx), resultando daí uma visão educacional “revolucionária”. É mediante esse referencial que o autor começa a perceber a “politicidade” do ato educativo com maior clareza, muito embora a educação ainda não seja explicitada em sua plenitude política, mas apenas em seus “aspectos” políticos.

Investigando a relação entre educação e movimentos sociais, Roseli Caldart (2000) considera o pedagogo Paulo Freire como o teórico que abriu um vasto caminho para entendermos esse diálogo, na medida em que ele edificou sua obra em torno da produção do “ser humano como sujeito, e da potencialidade educativa da condição de oprimido e do esforço de tentar deixar de sê-lo, [...], de tentar transformar as circunstâncias sociais desta sua condição, engajando-se na luta pela sua libertação”. (Op. cit., p. 204).

Dessa forma, a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire é um dos instrumentos para a descoberta crítica – “a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestações da desumanização”. (FREIRE, 2001; p. 33). Nesse sentido, ela constitui um dos instrumentos fundamentais no processo de conscientização e, portanto, na constituição dos movimentos sociais populares, pois

⁸¹ Trata-se da principal obra do autor, de maior repercussão e impacto internacional, traduzida em dezenas de línguas, dentre as dezenove de sua autoria. Com manuscrito em português datado de 1968, foi editado pela primeira vez em 1970, com 218 páginas, pela Editora Paz e Terra, com prefácio de Ernani Maria Fiori.

não está em si a circunstância de exclusão, de opressão, que leva cidadãos a se engajarem na luta social, mas sim o entendimento da razão de ser de seu estado de oprimidos. A compreensão crítica dos fatos, aliada à utopia da mudança, ao saber de que mudar é difícil, mas possível, possibilita que os cidadãos excluídos da história se organizem e se engajem na luta dos movimentos sociais, para modificá-la.

Para nós essa “revolução” que passa pelo processo educativo, no caso do movimento social da Prainha, pode ser apresentada pela formação de lideranças, forjadas na luta de seu movimento, e que hoje representam exemplos de líderes no plano nacional, como no testemunho narrado a seguir, dentre outras ações que “marcam” a presença do movimento local.

Eu acho que foi na perspectiva da formação das pessoas. A formação de um ‘Beto’, por exemplo, passa muito pela formação política das pessoas. E algumas outras mudanças que a gente não pode creditar somente ao Terramar⁸² - porque nós somos sujeitos, dentro de um consenso maior -, mas que são importantes, como a questão do preço da lagosta, que saiu de R\$ 26,00 para 47,00 reais, com a implantação do entreposto. (Assessor, Terramar).

Esse mesmo relato serve para afirmar as outras duas tendências que se fortaleceram no panorama social brasileiro nos anos 1990, possuindo relações diretas com a temática dos movimentos sociais, a saber: “[...] o crescimento das ONGs e as políticas de parcerias implementadas pelo poder público, particularmente no âmbito do poder local”. (GOHN, 2006; p. 309). Essas passaram a ampliar a base social que sustenta os movimentos.

Sobre esse princípio, Sader (1987) ressalta que a maioria dos movimentos sociais é composta de uma base nitidamente popular, ou seja, daqueles setores da comunidade que se veem diretamente afetados nas suas condições de vida. Isso, todavia, não significa desconsiderar a própria heterogeneidade que lhes é inerente, na medida em que muitos movimentos se organizam com suporte na percepção de carências comuns.

Contextualizando a respeito da base social dos movimentos, Jacobi (1993) reporta-se a este como sendo o fator relevante, pela importância de reaver o caráter progressista ou reacionário do movimento, assim como influenciar na dinâmica da sua relação com as autoridades e caracterizar sua organização. Segue as-

⁸² O Instituto Terramar é uma ONG que foi concebida por intelectuais e lideranças, com base nas demandas e do exemplo que vinha mostrando o movimento popular local, mediante sua organização e mobilização, durante a viagem de protesto da SOS sobrevivência. Os fatos estão melhor apresentados nas narrativas do item, 5.1.1, do capítulo 05, desta pesquisa.

sinalando que os movimentos sociais são frequentemente analisados em termos bastante genéricos, tendo como objetivo “[...] verificar o caráter das manifestações coletivas de acordo com a base social envolvida e sua relação com um processo de mudança social”. (JACOBI, 1993; p. 14).

Na mesma esteira reflexiva, Scherer-Warren (1996) exprime que atualmente é conferida atenção especial aos movimentos sociais. Segundo essa autora (op. cit., p. 7), eles são “[...] laboratórios de criatividade, nos quais se testam novas alternativas societárias”. Não se trata, porém, de projetos globais de aplicação discutida, mas de experiências localizadas e concretas, talvez mais eficazes e com potencial efeito multiplicador que certamente modificam a vida no cotidiano do cidadão. O movimento popular da Prainha é uma dessas experiências que se multiplicam, que servem de lição,

[...] são esses conhecimentos que a gente busca. Por exemplo: eu acho que nós não podemos nos isolar. A gente tem que fazer uma ligação com outras comunidades que a gente sabe que tem Associação, pra gente fortalecer e até ajudar elas. [...] Nós não temos que se limitar só na Prainha. Porque nós conseguimos o conhecimento? [...] Tem que sair da comunidade pra aprender e ensinar mais. Essa é a lição que o movimento deixa pro cidadão. (Pescador, 30 anos).

Segundo Gohn (2005), na medida em que o capitalismo se consolida no País, as lutas sociais vão deixando de ser apenas pela subsistência e surgem concepções alternativas pelos direitos do cidadão. “O cidadão é o homem civilizado, participante de uma comunidade de interesses, solidário com seus pares”. (Op. cit., p.15). Dessa mesma forma podemos caracterizar um profissional da pesca artesanal, com suas lutas em suas comunidades litorâneas, aos quais nos reportaremos doravante, apresentando algumas delas e os desafios que esses cidadãos enfrentam em suas localidades, com o intuito de conseguir melhor qualidade de vida.

A miséria crescente ora observada nas comunidades tradicionais pesqueiras litorâneas, aliada à desorganização do seu modo de vida por uma integração perversa com a economia capitalista, se refletem e são ao mesmo tempo causadas pela degradação do meio natural onde essas populações sobrevivem. As comunidades tradicionais litorâneas dos estados do Nordeste são exemplos de comunidades que estão sendo desorganizadas por esse processo (DIEGUES, 2001).

Na perspectiva, ainda, desse autor, um dos critérios fundamentais para definir uma população como “tradicional”, além do seu modo de vida, é, sem dúvida,

a questão da identidade; é reconhecer-se como pertencente àquele grupo social em particular (DIEGUES, 2004a). A comunidade da Prainha do Canto Verde, assim como as demais culturas e sociedades tradicionais, se caracterizam principalmente, segundo Diegues (op. cit.), pelas principais evidências:

- ✓ Dependência e até mesmo simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis, a partir dos quais se constrói um *modo de vida*;
- ✓ Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Este conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- ✓ Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- ✓ Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para centros urbanos e voltado para a terra dos seus antepassados;
- ✓ Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- ✓ Reduzida acumulação de capital;
- ✓ Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- ✓ Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- ✓ A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobresaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- ✓ Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- ✓ Auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2004a; p. 87-88).

Observando as transformações estruturais e sociais ocorridas numa comunidade pesqueira tradicional do litoral cearense – Paracuru –, Silva (1993) concluiu que o turismo no local, provocou uma intensificação da degradação ambiental que se refletiu tanto na poluição da área costeira quanto na ocupação física desordenada da cidade. Esse fato provocou o afastamento do pescador das áreas onde historicamente eram ocupadas por eles, colocando-os em favelamento e periferização.

No estudo sobre o pescador artesanal da foz do rio São Francisco e o seu meio ambiente socioeconômico, Marques (1995) identificou conflitos pela questão da posse da terra quando esse “*bem*” estava em transição da Igreja para os usineiros da região. Essa questão desencadeou um movimento das comunidades locais e culminou com a instalação de uma área de proteção ambiental (APA) na região.

Também analisando conflitos em comunidades litorâneas, Loureiro (1985), observando a comunidade de Vigia, no litoral do Estado do Pará, concluiu: o cerne da questão no conflito pelo espaço físico de produção entre os pescadores artesanais consistia na disputa pelo próprio espaço social da existência dos pequenos pescadores, na medida em que as empresas de pesca se apropriam do produto destes e reduzem-lhes a remuneração necessária à reprodução como grupo social. Assim ficou expressa a contradição básica entre capital e trabalho.

Realizando um estudo comparativo entre duas comunidades – Suape e Itapissuma – de pescadores artesanais na costa pernambucana, Ramalho (2006), observou que elas estão perdendo suas características tradicionais, em virtude do crescimento urbano desordenado. Em nome do “desenvolvimento” urbano-industrial da região costeira, seus mangues estão sendo aterrados para produção de camarão para o mercado internacional (Itapissuma) e para a construção de portos de grande movimento comercial (Suape). Segundo o autor, trata-se de uma situação que não as diferencia da maioria das comunidades litorâneas situadas no Nordeste brasileiro, colocando em risco o meio ambiente pesqueiro, “mar-estuário”, ampliando o conflito nos espaços da pesca, um local de constantes disputas sociais.

No mesmo segmento de análise, Bezerra (1992), estudando e observando o conflito social (pescadores **Versus** cafanguistas) vivido na comunidade pesqueira de Redonda-Icapuí-CE⁸³, concluiu: o conflito se configura como reflexo do abandono a que o setor artesanal foi submetido durante mais de duas décadas e tende a se intensificar e se propagar em praticamente todas as comunidades litorâneas do Estado, caso as autoridades e órgãos responsáveis pela fiscalização e preservação do meio ambiente marinho não exerçam seu papel social.

As previsões de Bezerra se confirmaram. Com a falha constante no processo de fiscalização, a comunidade de Redonda realiza essa atividade por meio de interceptações de embarcações ilegais que utilizam o compressor na pesca da lagosta. Os últimos incidentes aconteceram em 2009, em junho e novembro, envolvendo os mesmos grupos, sendo mais um profissional seriamente ferido. Por conta desses fatos, pescadores locais já perderam a vida, vários barcos foram queimados em sinal de protesto contra o descaso das autoridades responsáveis pelo setor.

⁸³ O primeiro conflito na Redonda data de 1989 e está registrado no poema de cordel "A Guerra dos Redondeiros contra os compressores", de Chico de Marina, editado em 2001, com apoio do Prêmio BNB de Cultura, organizado pela professora Maria Cecília Silvestre.

Apesar desses fatos, porém, o estudioso em comunidades litorâneas, Antônio Carlos Sant'Ana Diegues, acentua que, nos últimos anos, mesmo timidamente, aumentou o interesse pela pesca artesanal, tanto nos meios governamentais quanto nos acadêmicos. Segundo o autor, isto decorre das seguintes principais razões: (a) o pouco sucesso da política governamental em desenvolver o setor pesqueiro do Brasil, apoiando-se quase que exclusivamente na pesca industrial; (b) o reconhecimento crescente da importância da pesca de pequena escala, abastecendo os mercados locais e regionais; (c) inúmeras pressões que nos últimos anos recebem as comunidades pesqueiras artesanais pela expansão dos interesses dos grupos imobiliários e turísticos que frequentemente obrigam os pescadores a migrar para as cidades após perder suas terras; (d) o destaque dado na imprensa a esses conflitos; (e) a recente abertura política no Brasil, permitindo que segmentos da sociedade de explorados e esquecidos pudessem se manifestar, tendo em vista, sobretudo, a defesa de seus direitos e aspirações; (f) o trabalho realizado por instituições não governamentais e partidos políticos, em particular a Igreja Católica, por meio das atividades da Pastoral dos Pescadores, principalmente nos estados do Norte e Nordeste; e, (g) a instalação e atuação do Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE⁸⁴ (DIEGUES, 1995).

O mesmo autor, noutra referência sobre a pesca e suas sociedades, continua afirmando que, apesar desses fatores, o desenvolvimento da pesca artesanal e suas comunidades tradicionais constituem ainda um grande desafio, pois são raras as experiências concretas que resultam em melhoria das condições de vida das comunidades de pescadores e sua melhor organização (DIEGUES, 2004b). Uma dessas raridades encontramos, quando decidimos pesquisar o movimento social popular em curso na Prainha do Canto Verde, o qual será apresentado e analisado no capítulo 05, desta pesquisa.

Analisando os estudos dos autores aqui apresentados, observamos que a maioria deles confirma que a base social dos movimentos sociais envolve fundamen-

⁸⁴ O MONAPE surge no período que vai de 1985-88, com base na articulação política criada por pescadores artesanais de vários estados do Norte e Nordeste (com o apoio da CPP, destes), denominado de Constituinte da Pesca. Tinha como objetivo defender os interesses e buscar a autonomia política e sindical da categoria, durante a campanha da Constituição Nacional, de 1988. Segundo Silva (2003), o movimento na década de 1990, se constituiu numa referência para aquelas lideranças nacionais mais destemidas, com ênfase para as do Nordeste. Encontra-se em decurso de renovação dessas lideranças, em virtude da conduta de seus antecessores. De 28 a 30/09/09, em Brasília, o movimento articulou e organizou, juntamente com a CPP, a 1ª Conferência Nacional da Pesca Artesanal, um evento nacional em confronto a outro oficial, promovido pelo recente Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

talmente os setores populares e componentes da classe trabalhadora, aglutinados em torno de reivindicações vinculadas ao espaço de moradia, defesa do meio ambiente, melhores condições de trabalho e o exercício de sua cidadania.

Quanto ao exercício da atividade de pesquisar, produzir e, teorizar, concordamos com a reflexão da pesquisadora Maria Barbosa Franco, quando sugere que esse sujeito, ou seja, o pesquisador, não deve ser entendido como um ser meramente especulativo, o qual deve controlar sua subjetividade e “sair de si mesmo”, para poder produzir uma série de conhecimentos que, por hipótese, deveriam ter a capacidade de explicar a realidade como se essa caminhasse à margem da existência do investigador (FRANCO, 2001). Esse pensamento é consubstanciado na afirmação de que,

[...] a teoria não surge baseando-se na observação neutra e na quantificação rigorosa de fatos isolados. Ao contrário, a construção de uma teoria está intimamente vinculada à prática social de seu produtor, isto é, não pode ser concebida como algo desvinculado da forma como os homens relacionam-se entre si e com a natureza para a produção e reprodução de suas condições de subsistência. A produção de idéias, de representações, da consciência está diretamente entrelaçada à atividade prática dos homens, enquanto asseguram as condições necessárias à sua existência. (Op. cit., p. 216).

A autora continua sua análise assinalando que essa produção inicia-se a partir da atividade real dos homens, vivendo suas relações sociais coletivas, historicamente determinadas, produzindo a realidade, ainda que esses homens não tenham a consciência de suas produções. Reitera sua asserção, de que os homens, em sua atividade concreta, são o ponto de partida para a construção do conhecimento, ou seja, a ciência real começa na vida real, por meio da práxis (FRANCO, 2001). Dessa forma,

[...] a verdadeira atividade - a "práxis" - é teórico/prática, e, neste sentido é relacional, é crítica, é transformadora, pois é teórica sem ser mera contemplação e é prática sem ser mera aplicação da teoria [...] Teoria aqui entendida como uma aquisição histórica construída e produzida na interação que se estabelece entre os homens e o mundo. (Op. cit., p. 216).

Com tal concepção, com a qual nos identificamos, também situamos como referencial para a execução desta pesquisa nossa vivência na prática do extensionismo pesqueiro, no cotidiano das diferentes comunidades pesqueiras, atuando como um “sujeito externo”, dentre as quais; Guajará Mirim, Surpresa e Costa Marques, no Estado de Rondônia, como executor das atividades de extensão pesqueira naquela região; em comunidades do Nordeste, que habitam as margens dos açudes públicos administrados pelo DNOCS, coordenando os trabalhos de extensão pes-

queira dessa autarquia e, nos anos em que estivemos presente nas atividades de extensão do Departamento de Engenharia de Pesca e de projetos comunitários da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Ceará.

Como destaque desses anos de experiência na prática de extensão em comunidades tradicionais pesqueiras, vale ressaltar a pesquisa que concluímos, quando da realização do mestrado, quando conhecemos de perto as comunidades do litoral leste do Estado, com ênfase no Município de Icapuí e, em especial, para a comunidade de Redonda, onde habitamos por mais de dois meses. Desde essa pesquisa, passamos a perceber que;

A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar. E se seu pensar é mágico ou ingênuo, será pensando o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. [...] Quanto mais investigo o pensar do povo com ele, tanto mais nos educamos juntos. Quanto mais nos educamos, tanto mais continuamos investigando. (FREIRE, 2001, p.119-120).

Da mesma forma, ressaltamos as ações de mobilização e capacitação que vínhamos realizando em outras comunidades de pescadores, citadas no capítulo anterior, participantes do projeto de extensão em andamento, intitulado “Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão do Ceará”, financiado, especialmente, pela FBB e FINEP, dentre outros, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da UFC.

Estas experiências vivenciadas e em andamento, aliadas aos conhecimentos teóricos e acadêmicos adquiridos na UFC, bem como aos novos aportes teóricos e conceituais incorporados durante a realização do Curso de Doutorado, nos capacitaram a responder aos questionamentos abordados na execução deste ensaio. As observações e anotações de campo, interpretações e descrições foram necessárias para contextualizá-los, respondendo às proposições iniciais.

No próximo capítulo, apresentaremos os principais caminhos metodológicos percorridos para a obtenção dos indicadores qualitativos e quantitativos que fomentaram e deram sustentação à análise e à conclusão deste trabalho.

4 CAMINHOS PERCORRIDOS PARA OS ACHADOS DA PESQUISA

Esta é a razão pela qual não se trata de ter nos homens o objeto da investigação, de que o investigador seria o sujeito. O que se pretende investigar, realmente, não são os homens, como se fossem peças anatômicas, mas o seu pensamento-linguagem referido à realidade, os níveis de sua percepção desta realidade, a sua visão do mundo, em que se encontram envolvidos [...];

Paulo Freire (2001, p. 103).

No decorrer deste capítulo, traremos os principais procedimentos metodológicos percorridos para a obtenção dos dados, que fomentaram e deram sustentação à análise e à conclusão desta pesquisa. Iniciamos com a apresentação da ideia dos principais aspectos epistemológicos que fundamentam a apreensão da realidade estudada, seguindo-se da exposição detalhada de nossa unidade de pesquisa, bem como da amostra que privilegiou nossos achados. A seguir, mostramos as principais abordagens que tipificam, caracterizam e delineiam o estudo, seguidos da apresentação das fontes de dados, sujeitos e instrumentos utilizados na coleta das informações. Por fim, aduzimos sobre os métodos utilizados para a organização, sistematização e análise dos dados apurados durante a etapa de campo.

4.1 Aspectos Epistemológicos: o ponto de partida

De acordo com alguns autores, numa pesquisa acadêmica, antes de se definir a metodologia a ser utilizada, devemos ter uma atenção direcionada à natureza do objeto de estudo, às propriedades inerentes ao seu ser. Nessa perspectiva, a metodologia será “[...] concebida como um processo globalizante de acesso ao real, dentro do qual estão os instrumentos necessários, escolhidos de acordo com os tipos de dados que queremos obter”. (HAGUETTE, 1990, p. 173).

Com a mesma atenção voltada para o objeto da pesquisa, está a professora pesquisadora Magda Soares, quando em sua apresentação no painel intitulado “Metodologias não convencionais em teses acadêmicas, apresentado na sexta Conferência Brasileira de Educação (São Paulo)”, defendeu a ideia de que, “[...] não é absurdo dizer

que todas as metodologias de pesquisa são válidas e importantes, tudo dependendo do objeto da pesquisa e das opções do pesquisador”. (SOARES, 1992, p.127).

A apreensão da realidade operada nesta pesquisa ocorreu por meio do emprego de uma metodologia, num sentido ampliado, segundo a concepção de Becker⁸⁵ (1999), baseada em contribuições teóricas que permitiram estabelecer uma interlocução com a empírica. Esta interação foi fundamental para desvendar a percepção dos sujeitos sociais em inter-relação com os outros protagonistas e com o ambiente interno e externo, numa ação elaboradora, na qual são recorrentes a descontinuidade, a diferenciação, a subjetividade e a objetividade, enfim, elementos de uma realidade complementar que integram as mais diversas fontes de informações possíveis, promovendo a elaboração do conhecimento.

Essa ideia de investigação também é corroborada por Franco (2001), quando proclama que, no âmbito da Filosofia da Ciência, a metodologia examina o processo da investigação científica como movimento do pensamento humano, do empírico ao teórico e vice-versa. Assim, para a autora “é também, neste contexto, que as questões metodológicas voltam-se para a análise da problemática gnoseológica que, de diferentes maneiras, busca explicar a relação que se estabelece entre o **sujeito** que conhece e o **objeto** a ser conhecido, resultando, dessa interação, o **conhecimento**⁸⁶”. (FRANCO, 2001, p. 208). Ela entende que o conhecimento sucede-se mediante uma interação específica do sujeito (pesquisador/observador) que conhece o processo e do objeto (a ser conhecido) do conhecimento, tendo como resultantes os ‘produtos mentais’ que identificamos como o saber. O entendimento desta relação é concebível no enquadramento de alguns modelos teóricos.

No mesmo estudo, essa pesquisadora apresenta e faz a explicação desses modelos: do “objetivista”; representado por $S \leftrightarrow O$, no qual o objeto (**O**) do conhecimento atua sobre o aparelho perceptivo do sujeito (**S**), que é concebido como um agente passivo, contemplativo e receptivo. O produto desse processo (o conhe-

⁸⁵ Para esse autor, “A metodologia é importante demais para ser deixada aos metodólogos. [...] Chamo a metodologia de especialidade proselitizante por causa desta propensão muito forte dos metodólogos a apregoar uma ‘maneira certa’ de fazer as coisas, por causa de seu desejo de converter os outros a estilos de trabalho apropriados, por causa de sua relativa intolerância com o ‘erro’”. (BECKER, 1999, p. 17-18). Para entender melhor veja: BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

⁸⁶ Grifos da autora, Maria Laura Puglisi Barbosa Franco. O conhecimento, aqui posto, não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa.

cimento) é o reflexo, a cópia do objeto, reflexo cuja gênese está em relação com a ação mecânica do objeto sobre o sujeito; da abordagem “subjetivista” (ou idealista), configurada por $S \Rightarrow O$, pela qual se admite a supremacia do sujeito que conhece sobre o objeto do conhecimento, ou seja, somente aquilo que passa a ser significativo para o sujeito é que pode e deve ser considerado objeto do conhecimento. Nesse modelo, não existe preocupação explícita que garanta a objetividade do saber, pelo contrário, declara-se que ele é parcial e determinado pelo sujeito que conhece com base em suas experiências e valores (FRANCO 2001).

Como os dois modelos descritos anteriormente são “[...] insuficientes para a melhor explicação da realidade, por negligenciarem o caráter histórico e transitório dos fatos”, identificamo-nos com a pesquisadora, quando defende e se posiciona a favor do modelo descrito como o “vínculo indivíduo-sociedade”, representado por: $S \Leftrightarrow O$ ⁸⁷. Esse é o modelo mais adequado e que melhor explica a apreensão da realidade concreta, aquele em que o sujeito e o objeto interagem de forma a explicar as relações entre indivíduo/sociedade e produção do conhecimento. De outra maneira, existe relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, parte integrante do conhecimento que interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado (FRANCO, 2001, p. 214).

Esse movimento, do objeto para o sujeito e deste para o objeto, que caracteriza a interdependência ativa entre as diversas partes do real, que não se somam, não são dadas, mas que se fazem historicamente com base em contradições intrínsecas, é também o movimento que vai da totalidade para a contradição e desta para a totalidade (característica do método dialético). A contradição, ao interpretar o real, capta-o, como resultado de uma inadequação pugnativa entre o que é e o que ainda não é, numa síntese contraditória. Por isso, todo o real é um processo que contém, sem encerrar, o possível numa unidade de contrários. Esse modelo apresenta a realidade social dos homens como união dialética entre o sujeito e o objeto, ou seja, a realidade não é mais naturalizada, mas historicizada, ao ser considerada como

⁸⁷ Segundo a autora, nesse modelo não dá para desvincular o sujeito cognoscente do objeto a ser pesquisado/conhecido. Esse sujeito não deve ser compreendido como um ser meramente especulativo, “[...] que deve controlar sua subjetividade e ‘sair de si mesmo’ para poder produzir uma série de conhecimentos que, por hipótese, teriam a capacidade de explicar a realidade como se essa caminhasse à margem da existência do investigador”. (FRANCO, 2001, p. 217).

produto da práxis humana, já que o mundo histórico é o mundo dos processos dessa práxis. Assim, será possível a explicação dessa realidade em sua provável e desejada totalidade contraditória, rompendo “[...] com as análises micro, mecanicistas ou ‘psicologizantes’”. (FRANCO, 2001, p. 214-218).

Cientes de nosso papel, na pesquisa e no relacionamento com os sujeitos desta, mantivemos, na medida do possível, certo distanciamento da “realidade observada”, para não nos envolver como “um dos”; não que almejássemos ser um pesquisador sujeito ao elitismo da produção do conhecimento, mas,

De fato, se o objetivo do pesquisador é contribuir para uma problematização e uma clarificação da prática vivida pelo grupo, ele deve preservar uma distância crítica em relação à realidade e à ação cotidiana do grupo. A verdadeira inserção implica, portanto, uma tensão permanente entre o risco de identificação excessiva do pesquisador com os protagonistas da situação em que está inserido e a necessidade de manter um recuo que permita uma reflexão crítica sobre a experiência em curso. É preciso, justamente, alcançar uma síntese entre o militante de base e o cientista social, entre o observador e o participante, sem sacrificar nenhum dos dois pólos desta relação. (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 1990, p. 28).

Mantivemos, entretanto, o espírito de pesquisador, inserido no processo, mas cientes do risco que se corre nesse tipo de pesquisa, ou seja, simpatizarmos com os protagonistas e/ou com as experiências de vida/vivida, mesmo estando, algumas vezes, diretamente envolvidos na evolução do movimento local. Uma vez ciente de que, todavia, observando aquela realidade, constatávamos seus anseios, suas ações, conflitos e comportamentos, também estávamos conscientes de que,

Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela. É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem estuda, seja o físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático, ou o pensador da educação. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. (FREIRE, 2004, p. 77).

Nesse sentido, concordamos com as pesquisadoras Lüdke & André (1988), quando atestam que não existe a possibilidade de se estabelecer uma separação nítida entre o pesquisador e o seu objeto de estudo, assim como dos resultados do seu exame. Esse profissional não consegue se abrigar em uma posição de neutralidade científica, pois está imbricado, necessariamente, nos fenômenos que conhece e nas consequências desse conhecimento que ajudará a se estabelecer.

Dessa forma, assim como Paulo Freire, também estamos convencido de que, “Quanto mais me torno rigoroso na minha prática de conhecer tanto mais, porque crítico, respeito devo guardar pelo saber ingênuo a ser superado pelo saber produzido através do exercício da curiosidade epistemológica”. (FREIRE, 2004, p. 64), visto que,

[...] a rigorosidade, a séria disciplina intelectual, o exercício da curiosidade epistemológica não me fazem necessariamente um ser mal-amado, arrogante, cheio de mim mesmo. Ou, em outras palavras, não é a minha arrogância intelectual a que fala de minha rigorosidade científica. Nem a arrogância é sinal de competência nem a competência é causa de arrogância. (FREIRE, 2004, p. 146).

Assim sendo, nos tornamos consciente do nosso ato e da função que assumimos quando decidimos pela execução desta pesquisa acadêmica.

4.2 Apresentação da Unidade de Pesquisa: população e amostra

Nosso universo e população amostral são compostos pelas comunidades tradicionais de pescadores artesanais atuantes no litoral do Estado do Ceará, as quais representam, com maior significado, a categoria de pescadores profissionais, registrados na Federação das Colônias de Pescadores do referido território.

A comunidade eleita, coberta pelo objeto/unidade desta pesquisa, foi a “Prainha do Canto Verde”, localizada no Distrito de Paripueira, Município de Beberibe, situado no litoral leste do Estado do Ceará, distando 116 km da cidade de Fortaleza, tendo como acesso principal a CE-040 (Figura 1). O trajeto de 05 km, da CE-040 até a comunidade, somente foi asfaltado em março de 2000. Até então, somente carros com tração realizavam esse percurso sem maiores problemas. Trata-se de uma comunidade típica de pescadores artesanais litorâneos e que, nos últimos vinte anos, foi “palco” de várias mobilizações que perpassam os movimentos sociais litorâneos do Estado. Nessa perspectiva, ela é considerada como uma referência de organização comunitária, que apresenta resultados relevantes em suas lutas e reivindicações pelos seus direitos de cidadania.



Figura 1: Acesso e Localização da Prainha do Canto Verde no Litoral Cearense
 Fonte: Governo do Estado do Ceará/DER, 2007

A comunidade possui sentimento associativista intenso, calçado pela luta dos moradores em defesa de seu território de moradia/habitação, em virtude da especulação imobiliária de seu litoral, desencadeada por agências turísticas e empreendedores imobiliários, por meio de seus “grileiros”, principalmente a Imobiliária Henrique Jorge. Sua principal atividade econômica vem da pesca extrativista artesanal (item 5.2.3), a qual se constitui na principal fonte de renda de suas 390 famílias (IBGE-2000), que ocupam um aglomerado de 190 casas (ALMEIDA, 2002), onde reside um total de aproximadamente 1.300 habitantes (1.200; IBGE-2000). Outra fonte de renda que despontou nessa década vem do tipo de turismo comunitário (item 5.2.4) implantado na Prainha, que serve de referência para diversas outras comunidades tradicionais do litoral. Sua estruturação político-social está assim representada:

- 1º) Associação dos Moradores: Representação maior; composta por uma diretoria com 12 membros os quais representam aproximadamente 300 sócio-comunitários;
- 2º) Conselho de ética e cidadania: alocado dentro da Associação de Moradores é composto por 12 membros, ex-diretores e participantes da representação política local;
- 3º) Conselho de Educação: composto por 14 membros, todos, professores/educadores das duas Escolas existentes na sede da comunidade;

- 4º) Conselho de Pesca: possui 15 membros em sua gestão; trata-se de um grupo de pescadores profissionais que “pensam” e discutem os problemas da categoria na comunidade;
- 5º) Conselho de Turismo: possui em sua administração, 09 membros, que representam um grupo de aproximadamente 70 comunitários;
- 6º) Conselho de Saúde: composto por 12 membros que trabalham e/ou prestam serviços na área de saúde da comunidade;
- 7º) Capatazia dos Pescadores (representa a Colônia Z-11); que possui em seu quadro social atual (outubro/2009) um contingente de aproximadamente 250 pescadores.

A comunidade também dispõe de pequenas infraestruturas como: centro comunitário, posto de saúde, casa de parto, uma igreja evangélica, auditório-refeitório comunitário, loja de artesanato comunitária, uma padaria, dois minimercados, uma pizzaria, uma sorveteria, três bares, duas mercearias, dois restaurantes e escola em dois blocos. A escola (item, **5.2.1**), além do ensino fundamental, possui turmas de Educação para Jovens e Adultos (EJA) onde, em fevereiro de 2002, estudavam alunos (jovens e velhos pescadores) em turma especial no projeto denominado de “Escola dos Povos do Mar”, com horários e conteúdo pedagógico adaptados ao calendário e contexto da pesca local. A comunidade ainda dispõe de um estaleiro-escola, inaugurado em 2005, que já formou duas turmas de mestres-alunos, os quais participaram da construção de cinco embarcações do tipo catamarãs⁸⁸.

Tomando conhecimento dessa realidade e baseados nos questionamentos estabelecidos no plano de pesquisa, trabalhamos com uma amostra não aleatória, do tipo intencional, por quotas. Nesse modelo de seleção, a amostra é composta por elementos da população, selecionados intencionalmente pelo investigador, orientados por observações daqueles elementos que possuam características típicas e/ou representativas da população (BOLFARINE, 2005). Segundo esse autor, as amostras são obtidas, dividindo-se a população por categorias e/ou estratos sociorepresentativos, dos quais se escolhe certo número de sujeitos (quota) de cada grupo especificado.

A amostra dos protagonistas entrevistados foi tomada de observações realizadas após um período de adaptação, permanência e inserção entre os da comunidade, que já se estendia por mais de dezoito meses. Durante esse período, fomos convidado a participar de reuniões, encontros, seminários e, assembleias da Associação dos Moradores e de algumas outras dos conselhos comunitários. Também estivemos

⁸⁸ São embarcações do tipo multicascos ou flutuadores (normalmente dois), independentes e paralelos, presos lado a lado por fortes travessões (estruturas de madeira, em fibras ou ainda mista) sobre os quais se monta uma plataforma com camarim (KOOGAN, 2007). De propulsão eólica, são mais rápidos, mais estáveis, leves e compactos do que as tradicionais jangadas, botes e outras embarcações, ordinariamente utilizadas na pesca artesanal da costa cearense.

presente (31/05 a 03/06/2007) ao segundo Encontro de Avaliação do movimento local, convocado pela comunidade e gerenciado pelo Instituto Terramar.

Uma vez tendo participado desse evento, tivemos uma visão nítida das representações sociocoletivas e da estrutura político-organizacional da comunidade, como se estruturaram, agem e funcionam. Apresentamos essa “estruturação e representação” (Figura 2) ao professor orientador, que nos indicou ao professor doutor Nicolino Trompieri Filho e, sob sua orientação e supervisão, decidimos quantas lideranças iríamos entrevistar em cada “núcleo/estrato” representativo, identificado na comunidade. Vale ressaltar que esta decisão foi tomada em sintonia com o referido docente e o orientador.



Figura 2: Diagrama político-organizacional das representações sociocoletivas, identificadas na Prainha do Canto Verde

Fonte: Pesquisa de Campo

Arrimado nas nossas observações de campo e nas conversas informais que mantivemos com lideranças atuantes desde o início do movimento local, identificamos, inicialmente, três representantes de cada “núcleo/estrato”, que poderiam ser entrevistados. Após a entrevista dos quatro primeiros protagonistas, e revendo cada uma delas, introduzimos mais um questionamento em nosso roteiro. Reorganizamos a sequência das perguntas e retornamos aos entrevistados anteriormente, para complementação do roteiro. Fizemos, assim, um teste-piloto do roteiro, com o objetivo de adequá-lo aos objetivos da pesquisa.

Também elaboramos um roteiro específico para os atravessadores, isto é, aqueles comerciantes que vivem da intermediação na comercialização do pescado, desde o início da luta desse movimento. Da mesma forma, para a professora Inez (introduzida no “rol” dos entrevistados a partir de informações e citações colhidas durante as seis primeiras entrevistas) e para o engenheiro de pesca, assessor e representante do Instituto Terramar.

Quando havíamos concluído a entrevista dos três primeiros componentes de cada núcleo da comunidade e, conforme nos tinha observado o professor doutor Nicolino, passamos a verificar uma repetição nas respostas aos questionamentos indagados. Mesmo assim, resolvemos entrevistar mais uma liderança dos três conselhos considerados importantes/atuentes no movimento e outra, integrante da Diretoria da Associação. Quando estávamos finalizando as transcrições das entrevistas, apareceu-nos a oportunidade de entrevistar mais dois sujeitos externos (CDPDH), influentes e determinantes, que vivenciaram a primeira etapa do movimento popular da Prainha.

Dessa maneira, nossa amostra intencional ficou composta por 31 protagonistas, assim distribuídos: quatro representantes dos Conselhos de Educação, de Pesca, de Ética e Cidadania, da Diretoria da Associação, do Grupo dos “Contra” e dos “Sujeitos Externos”; três representantes dos Conselhos de Saúde e Turismo Comunitário; e do Presidente da Capatazia local. O fato de só havermos realizado uma entrevista no grupo da Capatazia decorre de os representantes do Conselho de Pesca, em sua maioria, também fazerem parte dela.

4.3 Caminhos Percorridos: da abordagem ao tipo de pesquisa

A pesquisa procurou observar e identificar características dos fenômenos sociais de uma comunidade tradicional de pescadores artesanais no litoral do Estado do Ceará, objetivando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. Segundo Gil (2008), o delineamento da pesquisa se refere ao seu planejamento numa dimensão mais ampla, envolvendo sua estrutura de investigação, procedimentos de coleta, previsão de análise e interpretação dos dados.

Sob tal aspecto, nossa pesquisa foi fundamentada como um estudo de caso descritivo-qualitativo, de natureza etnográfica, pois pesquisamos e estudamos uma comunidade singular que possui um valor em si mesma (LUDKE & ANDRÉ, 1988). Como instrumento de pesquisa abrangente, o estudo de caso, em virtude de sua característica de lidar com ampla variedade de evidências, fatos e elementos, permite a utilização de vários meios para observar a realidade, tais como; documentos, artefatos culturais, vídeos, fotografias, entrevistas, conversações e observações direta e/ou participante, na geração de dados qualitativos e quantitativos, bem como também permite descrever e analisar a evolução dos eventos ao longo do tempo, em ordem cronológica, preservando as características holísticas e significativas dos fenômenos da vida real (YIN, 2005). Segundo ainda esse autor, o estudo de caso é "uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real [...]", no qual os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas onde é possível se fazer observações diretas e/ou ocasionais, bem como entrevistas sistemáticas (YIN, 2005, p. 19).

Nesse sentido, estivemos atento durante os procedimentos de estudo de campo, pois, como nos alerta Martins (2006), a concepção de uma pesquisa baseada num estudo de caso exige mais atenção e habilidades do pesquisador do que a condução de uma pesquisa com abordagem metodológica convencional. Adverte ainda para noção de que, como os procedimentos de um estudo de caso não são rotinizados, as habilidades do pesquisador devem ser maiores, isto porque se faz necessário controlar vieses potenciais que surgem em grande intensidade ao longo de todo o estudo.

Como citado, esta pesquisa possuiu uma concepção etnográfica, pois realizamos uma imersão real no objeto pesquisado, no cotidiano dos sujeitos. Essa prática nos possibilitou uma observação direta dos comportamentos sociais com suporte numa relação humana, visto que o estudo da totalidade de um fenômeno social supõe a integração do observador no próprio campo de observação, envolvendo-o na vida própria da comunidade em todas suas atividades essenciais e acidentais (LÜDKE & ANDRÉ, 1988; TRIVIÑOS, 1995).

Consoante, ainda os autores, vários são os desafios enfrentados pelo observador na abordagem etnográfica em pesquisas educacionais; dentre eles estão o papel e as tarefas exercidas por esse pesquisador; também está a de selecionar e

reduzir a realidade sistematicamente. Além disso, o observador/pesquisador deverá preocupar-se em ser aceito pela comunidade, decidindo o quão envolvido deverá estar nas atividades, procurando não ser identificado com nenhum grupo interno (op. cit., 1988).

Na avaliação de André (2004, p. 41), as pesquisas dessa natureza, “[...] caracterizam-se fundamentalmente pelo contato direto do pesquisador com a situação pesquisada, permitindo reconstruir processos e as relações que configuram o cotidiano dos sujeitos”. Especificamente com relação ao trabalho etnográfico, François Laplantine (2009) nos adverte para a noção de que estudar os homens

[...] ...é antes a experiência de uma imersão total, consistindo em uma verdadeira *aculturação invertida*, na qual, longe de compreender uma sociedade apenas em suas manifestações ‘exteriores’ (Durkheim), devo interiorizá-la nas significações que os próprios indivíduos atribuem a seus comportamentos. (Op. cit.; p.150).

Nessa perspectiva, durante a nossa prática de investigação, adotamos uma atitude metodológica flexível, aberta e criativa, realizando um aprofundamento, um mergulho maior na realidade e na vida da comunidade estudada, com o fim de melhor compreendê-la e interpretá-la. No decorrer da leitura deste trabalho doutoral, haja em vista nossa opção teórico-metodológica, é perceptível essa imersão, essa proximidade com o objeto/sujeito pesquisado, mediante registro do cotidiano de nossas relações com os grupos envolvidos no movimento comunitário social da Prainha.

Nesse sentido, como mencionado, estivemos presente (de 1999 a 2009) sempre como convidado e/ou convocado para eventos (reuniões, assembleias, seminários, capacitações, workshops, comemorações etc.) de natureza diversa; como instrutor, agente de extensão e pesquisador interessado na temática daquele evento que acontecia na comunidade ou por ela organizado (ver Apêndices 1; 6 e 7). Nessa perspectiva, nosso trabalho possui também uma concepção da pesquisa-ação, pois, durante todo esse período, principalmente aquele compreendido entre 2004 e 2009, de participação e observação em campo, estivemos sempre atento

[...] a voz do sujeito, sua perspectiva, seu sentido, mas não apenas para registro e posterior interpretação do pesquisador: a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação. Nesse caso, a metodologia não se faz por meio das etapas de um método, mas se organiza pelas situações relevantes que emergem do processo. (FRANCO, 2005, p.486).

A autora sustenta sua afirmação, argumentando que nessa concepção, a metodologia assume caráter emancipatório, mediante a participação consciente dos sujeitos da pesquisa que passaram a usufruir de oportunidades de se libertar de preconceitos e mitos que ordenam suas defesas, passando a reorganizar sua auto-concepção de sujeitos históricos. Portanto, reportar-se à pesquisa-ação é relacionar-se a “uma pesquisa que não se sustenta na epistemologia positivista; que pressupõe uma integração dialética entre o sujeito e sua existência; entre fatos e valores; entre pensamento e ação; e entre pesquisador e pesquisado”. (Op. cit., p. 488).

Segundo uma tipificação apresentada por Gonsalves (2001, p. 64-68), nossa pesquisa enquadra-se, igualmente, como sendo de natureza descritivo-explicativa, pois foi realizada mediante a coleta de dados primários e secundários. Esse tipo caracteriza-se por enumerar e descrever as características dos fenômenos com base nos dados levantados, assumindo diferentes peças de informação, realizadas dedutiva e indutivamente. De acordo com a natureza dos indicativos, utilizamos uma abordagem qualitativa, sem, contudo, desprezar alguns dados quantitativos que se mostraram relevantes, principalmente na etapa exploratória de campo e nas etapas em que estes dados mostraram uma relação mais extensa entre fenômenos particulares. Autores como Becker (1999) & Gil, (2008) nos advertiram para o fato de que, em pesquisas dessa natureza, as limitações se encontram na fase de levantamento dos dados primários, visto que estes estão fundamentados na memória e na credibilidade dos informantes. Várias evidências e comprovações consistiram em declarações e/ou narrações realizadas por membros da comunidade em estudo, sobre acontecimentos que ocorreram e/ou estavam em decurso.

4.4 Os Dados, Sujeitos, Fontes e Instrumentos da Pesquisa

Esta pesquisa apresenta dados quantitativos somente quando necessários ao entendimento de aspecto específicos do objeto. Os dados qualitativos deste estudo foram coletados interativamente, mediante idas e vindas ao campo (Apêndice 1), durante as diversas etapas da pesquisa e na interação com seus sujeitos, pois estávamos ciente de que,

Os dados não são coisas isoladas, acontecimentos fixos, captados em um instante de observação. Eles se dão em um contexto fluente de relações: são 'fenômenos' que não se restringem às percepções sensíveis e aparentes, mas se manifestam em uma complexidade de oposições, de revelações e de ocultamentos. É preciso ultrapassar sua aparência imediata para descobrir sua essência. (CHIZZOTTI; 2006b, p.84).

Ainda segundo esse autor, numa pesquisa qualitativa, todos os comunitários que participam da pesquisa são identificados “[...] como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam” (CHIZZOTTI; 2006b, p. 83). Em nosso estudo, entenda-se por sujeitos do processo os pescadores, proprietários ou não de embarcações; intermediários (barraqueiros), lideranças formais e não formais, técnicos e dirigentes de ONGs, extensionistas, profissionais que atuam como consultores, assessores, capacitadores e demais formadores de opinião, acadêmicos (sujeitos internos e externos). Esses foram os responsáveis pelas informações dos dados primários, qualitativos e quantitativos, obtidos na exploração do trabalho de campo.

Um dos instrumentos metodológicos utilizado na coleta dos dados primários em campo foi a entrevista estruturada, semiestruturada (roteiros no Apêndice 3) e informal. Estas foram aplicadas individualmente, com o auxílio de dois gravadores digitais (tipo *mp4*), principalmente, com as lideranças locais e os sujeitos externos. Representou um dos principais instrumentos de registro e informação da pesquisa, juntamente com as histórias de vida, conversas informais, análise de conteúdo e outros documentos dos quais conseguimos captar representações subjetivas e/ou sobre a vida dos participantes.

Essas entrevistas com os protagonistas da pesquisa foram agendadas, previamente, tendo eles escolhido o horário e o local. Foram explicados a esses sujeitos os objetivos do estudo e ainda deixamos claro que os seus resultados seriam utilizados para o fim específico de pesquisa acadêmica. Também foi garantido o anonimato das identidades dos autores das narrativas utilizadas/apresentadas, excetuando-se as daqueles que autorizaram sua identificação, mediante assinatura do Termo de Compromisso (Apêndice 2). Tais procedimentos foram tomados levando-se em consideração os alertas de Triviños (1995) e Gil (2008), segundo os quais esses cuidados durante a aplicação das entrevistas visam a preservar o registro dos fatos e opiniões, que são parte fundamental da aplicação do método fenomenológico, durante a coleta dos dados.

Com essa mesma finalidade, realizamos também o registro desses momentos, por meio de fotografias por nós efetuadas, assim como pesquisamos e colhemos⁸⁹ as existentes sobre fatos decorrentes antes do início da pesquisa e que serão utilizadas com o fim de comunicação e diálogo com o leitor, de testemunho e comprovação dos fatos. Nesse sentido, queremos que nosso trabalho tenha não apenas uma concepção “etnograficamente correta, mas ‘etnopoeticamente’ bonito, e que a fotografia faça uma correspondência com isso” (BRANDÃO, 2007, p. 206), com o texto que existe para dar ênfase e sentido às próprias fotos.

Outro instrumento utilizado, com destaque especial, na coleta dos dados primários, foi a observação científica, com enfoque para: (a) observação sistemática ou ocasional, pois, segundo Gil (2008), tem seu papel mais evidente na fase de coleta de dados e se constitui como um elemento essencial para a pesquisa, e (b) observação participante, na qual o pesquisador passa a se envolver indiretamente na vida da comunidade, participando em interação constante nas situações espontâneas e formais. Caracterizou-se pela convivência e participação ativa e também real do observador na vida e na atividade dos participantes (comunitários), identificando-se com eles, vivenciando todos os aspectos possíveis de suas ações e dos seus significados, rompendo com a díade sujeito-objeto, como uma dinâmica do trabalho de campo (BECKER 1999; GIL, 2008 & CHIZZOTTI, 2006a).

Com essa concepção, no período de março/2004 a outubro/2009 (fase de campo), foram realizadas⁹⁰ **64** visitas/viagens à comunidade, que representaram **212** dias de presença nas ações de observação, inserção, contatos, pesquisa, entrevistas; participando de **14** reuniões, **quatro** assembleias, **cinco** eventos locais e preferimos **duas** palestras com comunitários-protagonistas, sujeitos de nossa pesquisa acadêmica. Também nesse período, realizamos **31** entrevistas com os sujeitos da tese (27 na comunidade e quatro fora dela), perfazendo um total de **1.760** minutos de gravações (média de 57 minutos por entrevista). Também realizamos alguns trechos de gravações em três eventos na comunidade - **268** minutos; mais **90** minutos em duas palestras de que participamos pertinentes ao tema abordado na pesquisa.

⁸⁹ Além dos momentos que registramos, também conseguimos agregar fotos de outros fatos, conseguidas nos acervos da CDPDH, da Associação dos Moradores, por meio de seus conselhos, do Instituto Terramar e do Sr. René Schärer.

⁹⁰ Todas as nossas visitas e períodos de permanência na comunidade, que tiveram a preocupação do autor em registrar, observar, participar de eventos e colher dados para a pesquisa, estão apresentados no Apêndice 01, assim como a síntese de cada ação realizada/executada naquela ocasião.

Durante todo o transcorrer das observações e do trabalho de coleta dos dados em campo, que perduraram por cerca de 44 meses, utilizamos a ferramenta do Diário de Campo, onde registramos nossas primeiras impressões acerca das relações entre os principais sujeitos, bem como o acompanhamento de ações e de processos de formação e avaliação do movimento social local. Nesse sentido, o diário de campo da pesquisa foi utilizado como instrumento importante, tanto na coleta de dados como no registro do cotidiano da produção do conhecimento, com base na relação dinâmica e interativa do pesquisador com a comunidade pesquisada.

Nesse contexto, segundo Lourau (1993), além de instrumento importante na fase de recolha dos indicativos, o Diário de Campo, também, funciona como um elemento indicador do conhecimento sobre a temporalidade da pesquisa, permitindo ao pesquisador um acesso ao cotidiano do exercício de produção do saber. Trata-se de um instrumento que aproxima o leitor com o processo da feitura do trabalho, permitindo-lhe maior compreensão das condições que produziram seus resultados, ensejando maior transparência da cientificidade da pesquisa.

Também nos foi possível constatar durante o trabalho de campo, o que nos ensina Chizzotti (2006a), quando enfatiza que, na pesquisa em que empregamos a observação-participante, o pesquisador pode obter uma descrição apurada dos

[...] ...sujeitos em seus aspectos pessoais e particulares, o local e suas circunstâncias, o tempo e suas variações, as ações e suas significações, os conflitos e a sintonia de relações interpessoais e sociais, e as atitudes e os comportamentos diante da realidade. (Op. cit., p.90).

Segundo Becker (1999), no recolhimento dos indicadores primários, o pesquisador que se utiliza da observação-participante recolherá informações/dados por meio de sua participação na vida diária da comunidade em estudo, observando seus integrantes, sujeitos de sua pesquisa, verificando e registrando as situações que encontra em seu cotidiano e como se comportam diante delas. “Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observou”. (BECKER, 1999, p. 47).

Brandão (2008) nos adverte para o fato de que os pesquisadores que pretendem perceber o real com base na observação-participante necessitam entender que a cultura dos comunitários (sejam eles agricultores ou pescadores artesanais)

não é conservadora, como tradicionalmente se diz, mas concretamente, realista e dinâmica. É nesta realidade que o pesquisador deverá articular o conhecimento científico com o popular, o teórico com o empírico. Para garantir a eficiência dessa articulação, adota-se um movimento regular que vai da ação à reflexão e da reflexão à ação. Deve-se, entretanto, observar a importância de se manter uma sincronização ativa entre reflexão e ação no trabalho de campo, a fim de se sustentar um equilíbrio no entendimento das interlocuções do pesquisador com os pesquisados, ou seja, estabelecer uma completa integração e participação entre os sujeitos que estão vivenciando a experiência da pesquisa (CHIZZOTTI, 2006b).

Os dados secundários que complementaram as informações necessárias ao desenvolvimento e análise da pesquisa foram obtidos por intermédio de múltiplas fontes, junto aos órgãos oficiais (IBAMA, IPECE, IBGE, MPA, Prefeitura de Beberibe e bibliotecas da UFC e UNIFOR). Consultamos, ainda, bibliotecas virtuais e *websites* institucionais e de pesquisa, no levantamento de publicações sobre a área e temática em estudo, e de pesquisas (dissertações e teses) acadêmicas relacionadas ao nosso tema. Recorremos também à documentação de arquivo da Associação dos Moradores, do Conselho de Turismo, da escola da comunidade e do CDPDH, além de estudos históricos sobre a pesca artesanal, seus movimentos de lutas no Ceará, bem como o registro nos jornais de grande circulação no Estado.

4.5 Método, Organização e Análise dos Dados

Pelas características, até aqui apresentadas, a respeito do percurso metodológico que implementamos na pesquisa em busca do registro do conhecimento e, dentre os métodos de pesquisas aplicados às ciências sociais, especificamente em educação, podemos concluir que o tratamento fenomenológico foi o enfoque mais adequado, mesmo porque, segundo Triviños (1995), a fenomenologia é uma filosofia baseada na interpretação dos fenômenos, na intencionalidade da consciência e na experiência dos sujeitos, procurando estabelecer em todas as etapas

[...] ...um conhecimento intersubjetivo, isto é, verdadeiramente objetivo, de validade geral para todos. [...] Isto significa que a fenomenologia estuda o universal, o que é válido para todos os sujeitos. O que eu conheço, o que eu vivencio, é vivência para todos, porque foi reduzida a sua pureza íntima, a sua realidade absoluta. (Op. cit., p. 46).

Com efeito, o enfoque fenomenológico teve como objetivo captar e compreender, mediante as descrições e/ou discursos dos sujeitos e de suas experiências vividas em seu mundo real, a essência do fenômeno buscado. Dessa maneira, a fenomenologia nos explicitou a consciência daquilo que estava latente na vida cotidiana, mas que se encontrava dissimulado. “O entendimento da vida cotidiana não deve ser a mera aceitação do senso comum, mas a busca dos significados sociais dos fenômenos que servem para configurar os fatos cotidianos”. (GOHN, 2006, p.137). Consoante Machado (1994), sob a perspectiva fenomenológica, todas as formas de objetividade indicam um relacionamento entre pesquisador e sujeitos. Estes últimos são atribuidores de significados, nos quais procuramos buscar e compreender pela aplicação desta pesquisa àquela realidade.

Tratando-se de uma pesquisa descritivo-explicativa, com enfoque na fenomenologia, sua análise tem por finalidade enumerar e descrever as características dos fenômenos (coisas, objetos, conhecimentos e eventos) com base nos dados recolhidos, assumindo diferentes peças de informação, realizadas dedutiva e indutivamente, na forma verbal. Dessa maneira, os significados e as interpretações dos resultados surgiram como a totalidade de uma ‘especulação’ que teve como base a percepção de um fenômeno num determinado contexto (TRIVIÑOS, 1995). Nesse sentido, tomamos como unidade temporal de análise para nossa pesquisa os principais fatos sociais ocorridos, entre 1979 e 2009 (20 anos), na comunidade em estudo.

Em virtude de elaborarmos uma pesquisa qualitativa, a etapa entre a obtenção dos dados e sua análise é de vital importância, haja vista a enorme variabilidade nas formas de coletas e sua estruturação (FLICK, 2009). Com efeito, todas as entrevistas realizadas para a consecução deste trabalho foram por nós transcritas e organizadas. Essa foi uma forma de realizarmos um retorno ao encontro de cada sujeito entrevistado, revendo fatos, posições, conceitos, realizando interpretações. Durante a fase de análise final, foram estabelecidas articulações entre os dados das entrevistas, dos registros etnográficos (diário de campo) e conceitos dos referenciais teóricos da pesquisa, procurando traduzir e explicar os significados expressos pelos

protagonistas. Assim procedendo, identificamos com maior objetividade as principais categorias de análise, específicas deste estudo, a saber: participação, conscientização, organização social, além daquelas básicas dos NMS – dentre elas identidade, em virtude de sua relação com o “sentimento de pertença” (item 5.3.3.1) –, apontadas em nosso referencial. Vale salientar que seus conceitos foram sendo estabelecidos na medida em que essas foram discutidas durante a fase de análise dos dados, no módulo seguinte desta pesquisa.

Quando tivemos de enfrentar as dificuldades inerentes a uma pesquisa desta natureza, procuramos agir segundo os referenciais, como compreende Chizzotti (2006a; p. 85), quando, em relação às técnicas da investigação, atesta que,

A pesquisa é uma criação que mobiliza a acuidade inventiva do pesquisador, sua habilidade artesanal e sua perspicácia para elaborar a metodologia adequada ao campo de pesquisa, aos problemas que ele enfrenta com as pessoas que participam da investigação. (Ibidem).

Também recorreremos ao emprego de elementos da metodologia crítico-dialética, para ajudar-nos no encontro das interconexões e contradições que formam o tecido social, entre os vários objetos que se apresentavam diante da realidade em estudo, objetivando atingir a essência daquele mundo real, a gênese e suas transformações (DAMASCENO, 2005, p. 9-37).

Nosso estudo qualitativo, utilizando-se dos dados e informações protocolizadas e agrupadas pela pesquisa, foi efetuado com base nos resultados das entrevistas (gravações; anotações) e observações realizadas no campo, os quais foram organizados por “temas” e por grupo de informações. Para organização desses dados, recorreremos ao auxílio da informática, mediante a utilização de um *software* do sistema CAQDAS⁹¹ (*Computer Aided Qualitative Data Analysis Software*), que designa programas de computador orientados para auxiliar na análise de dados qualitativos.

A utilização de *software* do sistema CAQDAS estabelece facilidades, anteriormente privilégio da pesquisa quantitativa. Alertam alguns autores, todavia, para a noção de que tratar dados qualitativos com o auxílio de um *software*, não significa ser um processo mecânico, padronizado, muito menos trabalhar material qualitativo como

⁹¹ Esse sistema é desenvolvido desde os anos 1980 e refere-se a uma série de *softwares* criados e estruturados especialmente para organização e apoio na análise de dados qualitativos. Estão sendo constituídos por renomados pesquisadores sociais, em colaboração com especialistas da área de computação (TEIXEIRA & BECKER, 2001).

se fosse quantitativo. A utilização desses programas deve ser entendida como ferramentas, como catalisadores da pesquisa, que possuem recursos poderosos para armazenamento e indexação, que podem ser planejados de acordo com as necessidades da busca, permitindo ao pesquisador ter acesso aos seus dados de forma rápida e precisa, sem perder-se em emaranhado de papeis e painéis (LAGE & GODOY, 2008).

Assim, o emprego de um CAQDAS em pesquisa qualitativa não substitui o uso contínuo da intuição do pesquisador, sua criatividade, seu bom senso, seu olhar sociológico, sua necessidade de realizar julgamentos ou saber “o que” consultar e, “como” interpretar os resultados (TEIXEIRA & BECKER, 2001). Tais programas são destituídos de capacidade analítica, mas possuem recursos avançados para tratamento e consulta de dados, agilizando e facilitando nosso trabalho, principalmente quando possuímos em mão grandes amostras (entrevistas, textos, relatos de vida, entre outros.).

Vivenciamos esse fato quando decidimos utilizar em nossa pesquisa o *software* QSR NUD*IST (*Non-numeric Unstructured Data, Searching and Theorizing*), versão 5.0, como ferramenta de apoio para análise das transcrições de nossas entrevistas. Essa decisão foi orientada e acompanhada pelo professor Dr. Raimundo Hélio Leite, membro da Pós Graduação em Educação da UFC, em seminários e encontros, em classe, com apoio de manual traduzido pelo docente, tendo como base o tutorial do programa e sua experiência na utilização deste *software*.

Seu tutorial informa, e verificamos na prática, que o programa NUD*IST produz um ambiente computacional em que, após a investigação de documentos de texto (tipo **txt**) e/ou planilhas, incorporados e armazenados (*Document Explorer*), se pode criar, gerenciar e explorar conceitos e categorias, minimizando rotinas de trabalho, maximizando tempo, flexibilizando a análise do material qualitativo anexado. Sendo assim, o programa tem por base o princípio da codificação de textos, por meio do exame, pesquisa e estabelecimento de palavras-chave (**nós**⁹²), para cada conceito, assunto e/ou categoria (preestabelecida ou não).

Sumariamente, em nosso caso, o decurso aconteceu da seguinte maneira: a) transcrevemos as entrevistas em documentos do tipo “txt”; b) importamos esses documentos para o programa; c) criamos os **nós** (mediante os textos) com arri-

⁹² Os **nós** são recipientes que armazenam a codificação, ou seja, eles irão conter uma porção de cada texto codificado, que possua referencia com aquele **nó** (TUTORIAL).

mo em nossos questionamentos e/ou assuntos expressos em nossas entrevistas; d) transferimos (armazenamos) cada parte, destacada do texto (codificação), referente àquele **nó** – no final dessa etapa, obtemos a formação da árvore de raízes indexadas (*index tree root*); e) solicitamos (impressão) os resultados referentes a cada **nó**, identificados durante a pesquisa dos textos.

Após a realização desses passos, da leitura criteriosa do relatório de cada **nó**, voltamos ao programa para ajustes em nossa “árvore de raízes” (hierarquização dos **nós** - *tree nodes*), bem como para uma limpeza (exclusão de repetições e/ou sobreposição de fragmentos de textos e ideias) dos relatórios iniciais. Com nossa “árvore” definida (Apêndice 4) e os resumos dos **nós** em mão, estávamos pronto para realizar as explorações e pesquisas (sistema de indexação) que o programa comporta. Vale ressaltar que, de posse desses relatórios e da estruturação da “árvore” (serviu de guia para definição das seções que formam o capítulo das discussões), o pesquisador, se o quiser, pode iniciar a escrita da discussão e análise de seus resultados.

Em nosso caso, não obtivemos muito sucesso com os métodos de exploração e pesquisa de nossos **nós**, por meio do NUD*IST. Dessa maneira, foram de suma importância o acompanhamento e a assessoria do professor doutor Hélio Leite, coorientador nesse segmento. Aproveitando-nos de sua experiência, realizamos um procedimento de decodificação em treze dos **nós** mais significantes para a análise da pesquisa. Para cada um deles, estabelecemos a seguinte relação: código= **1**, se no estrato existisse o conceito, referente ao assunto daquele **nó**; código= **0**, se no estrato **não** existisse o conceito e; código= **9**, se o entrevistado não respondeu ou não lhe foi perguntado sobre aquele assunto.

Com esse desse enquadramento, obtivemos como resultado uma tabela composta de zeros (**0**); uns (**1**) e noves (**9**), aplicada noutro programa denominado SPSS⁹³, versão 8.0. De posse dos dados, executamos o programa, obedecendo às seguintes etapas: elaboração da planilha de codificação e digitação dos dados; digitação dos dados em PC; checagem da codificação e digitação dos dados, com o

⁹³ O SPSS é um *software* aplicativo (programa de computador) do tipo científico, acrônimo de *Statistical Package for the Social Sciences* – “pacote” estatístico para as ciências sociais. Este “pacote” é utilizado no apoio e tomada de decisão e inclui: aplicação analítica, *Data Mining*, *Text Mining* e estatística que transformam os dados em informações importantes... (WIKIPÉDIA, 2009). Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/SPSS>; acesso em: 14 nov. 2009.

comando *Frequencies*; e aplicação do programa mediante os comandos *Statistics*; *Summarize*; e *Means*. Após a execução dessas etapas, chega-se a vez da interpretação das listagens geradas, resumindo as informações em tabelas e gráficos (quando solicitados).

Após a leitura de seus primeiros resultados, resolvemos excluir desses dados, especificamente para essa aplicação, dois dos entrevistados, por apresentarem distorções significantes em relação aos demais. Um deles não reside na comunidade e o outro participou da entrevista somente com o intuito de defender-se (um intermediário). Essa última etapa resultou no tratamento qualitativo aplicado e apurado com alguns dados primários da pesquisa. O resultado final foi bastante significativo, e encontra-se explicitado na apresentação de itens do capítulo seguinte, reforçando e fundamentando a análise subjetiva das narrativas dos protagonistas da pesquisa.

Outros dados quantitativos, que serviram para mostrar/fundamentar uma relação mais extensa entre alguns fenômenos particulares pesquisados, apareceram em virtude de uma sondagem socioeconômica que realizamos com os pescadores da comunidade. Também recorreremos aos dados da pesquisa acadêmica de autoria de Henrique Luís de P. S. de Almeida, sobre os **Indicadores de Qualidade de Vida da comunidade da Prainha do Canto Verde** (2002), com a mesma finalidade.

Na continuação, realizaremos a discussão final dos resultados da aplicação da metodologia apresentada neste trabalho, depois, apresentaremos as conclusões e recomendações achadas oportunas com a aplicação da pesquisa.

5 A CONQUISTA DE UM IDEAL COLETIVO: a posse da terra

Eu me lembro de quando era criança e participava das reuniões com minha mãe, que eram debaixo dos barracões, e lá as pessoas se mobilizavam, com músicas e instrumentos e muita animação para buscar unir a comunidade para lutar por algo de nosso interesse coletivo.

Professora (31 anos).

Neste capítulo, exibiremos os principais achados e a análise dos dados da pesquisa, com base nas narrativas e depoimentos de seus protagonistas, nas observações e anotações realizadas em nosso diário de campo. Após a apresentação de um relato histórico a respeito da comunidade antes e logo após o início do movimento na Prainha – no capítulo 2, neste segmento, mostramos, discutimos e analisamos os resultados das demais questões levantadas durante as entrevistas, correlacionando-as, sempre que possível, aos referenciais apresentados anteriormente.

5.1 A Mobilização e Organização da Comunidade: a conquista de um aprendizado coletivo

Porque a gente tem que se organizar, levantar trabalhos e criar ideias novas, conversar com as pessoas, discutir pra chegar a um consenso no que devemos fazer pra melhorar a comunidade da Prainha, em todas as áreas. [...] Participando sem nenhum interesse como se fez no começo dessa luta...

Ex-agente saúde (60 anos).

Paulo Freire (2005) entende que o decurso da mobilização e a organização das classes populares na luta pela conquista de seus direitos de cidadania são um componente da “educação popular⁹⁴”, que produz um “saber” sistematizado no interior desses processos. O autor descobre nisso que, dependendo do seu “saber-fazer próximo aos grupos populares”, ela possui graus diferentes, com formas diversas. (Op. cit., p. 19-20).

Na Prainha, a mobilização e a organização para enfrentamento da luta iniciaram-se após o problema da terra ter sido desnudado e discutido amplamente

⁹⁴ Segundo a concepção freireana, aquela que nasce não apenas da cultura de livros ou de museus, mas também e principalmente da cultura que os movimentos populares usam e criam em suas lutas; “...essas lutas geram sonhos, geram esperanças de uma amanhã diferente” (p. 21). Dessa forma, “educação popular e mudança social andam juntas”. (FREIRE, 2005; p. 62).

em sala de aula. O grupo de mulheres lá formado, juntamente com alguns de seus maridos, passou a trabalhar as questões e estratégias para discussão do problema em outro local. Então,

...as reuniões saíram de dentro da sala de aula e ficou acontecendo às noites, nas casas de algumas lideranças. Após um pequeno momento de oração, escolhia-se um texto Bíblico, e dentro daquele texto você ia discutir a realidade da comunidade que estava acontecendo, fazendo as comparações e também colocando as preocupações. (Pescador; líder comunitário, 34 anos).

Após esses encontros que serviram de base para a mobilização e organização da comunidade, a professora Inez passou a adotar e a aplicar, como principal metodologia de trabalho, a “vivência em grupo”, juntamente com a Educação Popular, concebida por Paulo Freire. Segundo ela, naquele momento, esse processo foi trabalhado sem a convicção desse fato, pois ela não conhecia a obra do Educador. A professora assevera que só

[...] muito tempo depois é que me dei conta de ter trabalhado a metodologia de Paulo Freire, da educação popular. Senti emoção ao ler esse autor e descobrir que não havia nem um mérito especial no meu estilo, o Mestre que deu grande contribuição; do pensamento pedagógico latino-americano à pedagogia mundial; Paulo Freire era o pai daquele modelo. O inédito foi identificar a sintonia de todos os passos do meu trabalho com o grande criador da obra; Pedagogia do oprimido. (Professora Inez).

Na realidade, a professora Inez passa a utilizar-se de uma Pedagogia Libertadora (FREIRE, 2001) que foi fundamental na formação do movimento social local. Naquele momento, é essencial percebermos o papel dessa liderança formal – que, logo após, passou a ser uma “liderança revolucionária⁹⁵”, na concepção freireana – que, junto com a comunidade, desvelam a realidade e se engajam na luta pela sua transformação. Identificamos nesta ação um dos momentos da Pedagogia do Oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, como um processo de conscientização, por levar em conta a natureza política da educação.

Segundo seu criador, no primeiro momento, “os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação”. (Op. cit., p. 44). Nessa perspectiva, o autor defende a argumentação de que a “a ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, ‘ação cultural’ para a liberdade, por isto mesmo, ação com eles”. (Op. cit., p. 58). O entendimento, comunhão

⁹⁵ Nesse sentido “precisamos estar convencidos de que o convencimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é doação que lhes faça a liderança revolucionária, mas o resultado de sua conscientização” (FREIRE, 2001, p. 58.).

entre liderança e povo, é uma característica essencial da ação cultural para a libertação, e precisa ser forjada na práxis, por meio de uma autêntica relação dialógica, permitindo que os oprimidos, como sujeitos, se conscientizem da necessidade de lutarem por sua libertação, pois “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. (Op. cit., p. 57).

E foi essa comunhão buscada pela professora, quando privilegiou o trabalho com grupos no início dessa organização comunitária, que propiciou, em primeira instância, seu crescimento pessoal, o qual foi se aprimorando nesse aprendizado coletivo. No segundo momento, educador e educandos apropriaram-se de uma nova realidade⁹⁶ que passava a acontecer com cada um daqueles participantes da ação, promovida pelo “poder da ação local” (TEIXEIRA; 2001), que proporcionava a construção de um novo saber, aliado a uma perspectiva de observar o mundo com outra óptica. Esta ação, que também se passava na escola, “ao estudarmos a palavra ‘terra’ em uma de nossas aulas, a discussão gerada levava a uma sequência de informações que iam compondo uma realidade nova, como se fosse um complicado quebra-cabeça”. (Professora Inez).

Experimentando a prática da convivência em grupo, a professora Inez conquistou a confiança e a amizade da população, condições que, segundo Paulo Freire, são indispensáveis nesse tipo de ação. Nessas, ela passou a trabalhar com elementos da cultura local, reavendo os costumes, as tradições e seus elementos históricos; a religiosidade, os preconceitos, as afinidades e diferenças afloradas no grupo, compreendendo e valorizando cada passo, cada etapa, cada avanço que eles iam conquistando na direção da organização nas ações coletivas trabalhadas (ALMEIDA, 2008).

Partindo das relações de confiança, o exercício da continuidade das ações com o grupo dependia, expressamente, dos atos de ouvir, dialogar e avaliar, levando-se basicamente em consideração a aplicação e apresentação do conhecimento sobre direitos e deveres de cidadania. Nessa relação dialógica⁹⁷, o grupo ia descobrindo, identificando e apontando propostas de encaminhamento para situações

⁹⁶ Sobre essa ação, Paulo Freire nos adverte de que; “simplesmente, não posso **conhecer a realidade** de que participam a não ser **com eles como sujeitos** também **deste conhecimento** que, sendo para eles, um conhecimento do conhecimento anterior (o que se dá ao nível da sua experiência cotidiana) **se torna** um **novo conhecimento**”. (FREIRE, 1990, p. 35 - grifos nossos).

⁹⁷ Paulo Freire (2001) ressalta que, se a programação educativa é dialógica, educadores e educandos possuem o direito de participar dela com temas não sugeridos. A dialogicidade torna-se a essência da prática de uma educação libertadora/problematizadora.

e/ou fatos. Ante a identificação de situações-problemas, tinha-se então um bom motivo e um novo ponto de pauta para se promover mais uma nova reunião com o grupo. Com eles, a professora Inez ia pensando, discutindo e formulando as diversas estratégias produzidas que deveriam dar conta da continuidade da luta. Na realidade, “o que estava acontecendo nessa experiência era o exercício de uma prática que se constituía por si, de forma dinâmica, em um referencial teórico⁹⁸ não perseguido, mas construído”. (Professora Inez). Dessa forma, o grupo produzia mais

[...] conhecimentos, novas lições a cada situação de conflito e estes iam gerando novas atitudes políticas. Ali, diante da necessidade, identificávamos os amigos e os inimigos, embora estes fossem a principal mola que impulsionava a continuidade da luta. [...] Aprendemos a ouvir e refletir na convivência do dia-a-dia, sobre seus gostos, suas crenças, ao mesmo tempo, trocando ideias e pensando encaminhamentos sobre cada nova ação, avaliando e planejando, desarmando ou enfrentando novas reações e principalmente trabalhando os estímulos, em cada momento de nossos encontros. (Professora Inez).

Era nesses encontros e noutros que aconteceram fora da sala de aula, que o projeto local foi paulatinamente discutido e elaborado. Segundo a professora, uma transformação pessoal estava em curso dentro de cada um daqueles presentes, levando-os a perceberem-se como sujeitos conscientes e também responsáveis por aquele processo. Assim, a organização de movimentos sociais, pois, é produto e produtor da conscientização de cidadãos oprimidos, porquanto, segundo Paulo Freire,

Não há conscientização se, de sua prática não resulta a ação consciente dos oprimidos, como classe social explorada, na luta por sua libertação. Por outro lado, ninguém conscientiza ninguém. O educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subseqüente ação no processo daquela luta. (2006a, p. 109-110).

Também se faz oportuno esclarecer, entretanto, que, antecedendo a essa afirmação, o educador nos chama a atenção quanto a esse processo de conscientização dos “cidadãos oprimidos”. Enfatiza que “não há conscientização popular sem uma radical denúncia das estruturas de dominação e sem o anúncio de uma nova realidade a ser criada em função dos interesses das classes sociais hoje dominadas”. (Op. cit., p. 81). Ainda nessa mesma obra, o autor, sendo indagado sobre o mesmo assunto, em entrevista concedida ao Instituto de Ação Cultural de Genebra, esclarece que

⁹⁸ Segundo assessores da Professora, essa prática tem origem no modelo de “criação das CEBs, pois na época nós tínhamos o conhecimento e já trabalhávamos a concepção político-teórica da pedagogia de Paulo Freire. Para nós, das CEBs, essas comunidades e Paulo Freire andaram sempre juntos. Para nós era o método mais seguro de quem estava completamente alheio ao pensar conjuntamente, coletivamente; era infalível”. (Assessor, CDPDH).

[...] é impossível conceber a conscientização de forma correta, como se ela fosse um mero passatempo intelectual, ou a constituição de uma racionalidade desgarrada do concreto. O esforço de conscientização, que se identifica com a própria ação cultural para a libertação, é o processo pelo qual, na relação sujeito-objeto, [...] o sujeito se torna capaz de perceber, em termos críticos, a unidade dialética entre ele e o objeto. Por isto mesmo, repetamos, não há conscientização fora da práxis, fora da unidade teorica-prática, reflexão-ação. (Op. cit., p. 139).

Segundo Paulo Freire, é esta unidade dialética que constitui, de forma permanente, o modo de ser da relação sujeito-objeto, que caracteriza os homens e transforma o mundo. Na obra seguinte, ele fundamenta, dizendo que é por essa razão que,

[...] a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece... A conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo, de outro; por outra parte, não pretende uma separação. Ao contrário, está baseada na relação consciência - mundo. (FREIRE, 2006b, p. 30 e 31).

Nessa perspectiva, essa conscientização baseada numa pedagogia emancipadora/libertadora, que se fez presente no início da constituição do movimento social local, foi a mola mestra, a pedra fundamental para a consolidação, mais adiante, do movimento dos pescadores artesanais da região. Desde então, esses comunitários foram tratados como seres autodeterminados, ou seja, sujeitos capazes de criticamente desenvolver ações no sentido da solução de seus problemas.

Daquele momento em diante, os moradores passavam a ter o reconhecimento de ser um cidadão usurpado do seu direito à posse da terra, onde sua descendência nasceu e habitou; como um excluído da história de suas raízes, aliado ao entendimento da razão de ser desta exclusão; compreensão que nascia nesses espaços de reflexão e de manifestações da comunidade, com base em experiências das CEBs, repletos do aspecto dialogal.

Com amparo nessas reflexões, os componentes dos grupos começaram a se convencer da necessidade e do direito de lutar por sua terra que lhes estava sendo tomada, e iniciaram um processo de luta, de rebeldia, que começou a ocupar espaços, antes nunca pensados, territorializando sua luta. Essa rebeldia, como indignação perante a injustiça da tentativa de tomada de suas terras, lhes roubavam sua humanidade, seu direito de ser. Esse processo foi-se transformando aos poucos numa práxis, às vezes em ação radical de denúncia da realidade perversa contra os oprimi-

dos e de anúncio de um novo projeto de sociedade; denúncia e anúncio realizados com ousadia, coragem, luta, esperança, e sonhos. Segundo Paulo Freire, essa

[...] rebeldia é o ponto de partida indispensável, é deflagração da justa ira, mas não é suficiente. A rebeldia enquanto denúncia precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho. (FREIRE; 2000, p. 81).

Para que esses sonhos aconteçam, porém, para que se concretizem, o autor, em outra obra complementar a essa, denuncia o fato de que

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em relação uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. (FREIRE, 2004, p. 41).

Foi essa a prática que passamos a observar na relação professor-aluno nas ações desenvolvidas pela docente e seus assessores, na comunidade. Dessa forma, um dos resultados das intervenções da professora, juntamente com eles, foi o de descobrir o valor da autoestima como o primeiro sentimento a aflorar desse grupo. Esse sentimento vai “levá-los a se perceberem como os únicos, com as condições de reagirem enquanto grupo naquele momento pela busca dos direitos deles e do futuro da comunidade” (Professora Inez). A educadora os situava como formuladores responsáveis por aquele processo, capaz de promover mudanças e reconstruir valores singulares especiais que se somavam aos demais, causando um efeito multiplicador, mais adiante utilizado, quando a Prainha se tornou um destaque das CEBs.

Executando essas ações, observamos que o grupo passou a ingressar no segundo momento da Pedagogia do Oprimido, instante em que, “transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação”. (FREIRE, 2001, p. 44). Naqueles momentos, “sentia-se uma renovação de força, de poder que emergia e impulsionava nossa ação, mantendo e dando continuidade a luta pela terra”. (ALMEIDA; 2008, p. 2).

Na óptica de Paulo Freire, essa prática em que educador e educandos estão “co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento”. (Op. cit., p. 61). Conclui seu pensamento, acentu-

ando que, quando alcançam, na prática e na reflexão do grupo, o conhecimento de suas realidades, se descobrem como seus formalizadores permanentes.

Esta asseveração pode ser observada numa “elaboração” cultural de um de seus principais compositores (Geraldin; Valtécio e Zé da Nega), quando entoavam os versos da seguinte canção;

Comunidade pai d'égua;
Como essa aí eu não tinha visto não;
Comunidade na luta enfrenta guerra;
E na luta da terra não perdeu uma questão.

Quando chego perto da comunidade;
Sinto a força⁹⁹ chegar perto de mim;
Então eu digo vamos dar as nossas mãos;
Unir nossos corações;
Comunidade é assim.

Quando me acho preocupado;
Meto a cabeça no mundo;
Viro azavesso a cidade;
Pode vir juiz e prefeito;
Mais não derruba a nossa comunidade;
Derruba não, não, não, não, não...
Mais não derruba a nossa comunidade não.

Zé da Nega

A percepção de suas realidades ensejou a necessidade de ampliar e fortalecer as estratégias do “grupo pensante”. Partiu-se, pois, para a formação de grupos específicos¹⁰⁰: de mulheres, pescadores e de jovens e crianças. O princípio da organização e vivência em grupo continuava como o ponto principal presente e comum a eles. Era perseguida a negação do individualismo; buscava-se a produção coletiva que promovesse a convivência com respeito às diferenças e os valores da união, do fazer e crescer juntos. Cada subgrupo possuía diferentes metas, mas centravam-se num objetivo comum: vencer a luta da terra (ALMEIDA, 2008).

Mesmo com a decisão tomada em relação à necessidade de se estratificar o “grupão”, continuava existindo um

⁹⁹ Segundo a professora Inez, essa “força” advinha das motivações proporcionadas pelas reuniões dos grupos.

¹⁰⁰ Conforme um dos assessores, essa estratificação foi inspirada em experiências da CDPDH com os povos indígenas, e essa decisão foi muito importante na organização e mobilização comunitária local. “Apesar dos diferentes segmentos, o trabalho em grupo era sempre direcionado, sempre voltado para o mesmo objetivo. E nesse trabalho nós tínhamos como base a metodologia inspirada em Paulo Freire, que também foi aplicada por grupos do MST, que vem depois da gente”. (Assessor, CDPDH).

[...] grupinho estratégico, porque a gente tinha várias estratégias, que a gente não se discutia e nem traçava dentro do grupão. Esse grupo ‘sentava’ numa média de 15 em 15 dias, ou ‘sentava’ várias vezes de acordo com a necessidade. Era um núcleo mais restrito de pessoas de confiança das principais lideranças, para pensar nas estratégias de enfrentamento. Ou seja; se você imaginar tudo o que aconteceu na Prainha, não foi por acaso; tudo foi pensado, planejado; o tempo, a forma, o jeito, os caminhos, tudo foi pensado. (Pescador; líder comunitário, 34 anos).

Foi pensando, planejando e discutindo que o grupo de mulheres conseguiu, por meio de capital de giro doado pelo Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais (CERIS)¹⁰¹, a eliminação de atravessadores, passando a administrar a autonomia do grupo na produção e comercialização do labirinto¹⁰² e artesanato locais. Esse apoio, que também veio em forma de assessoria, serviu principalmente como instrumento para o fortalecimento e organização interna do grupo. Motivado pela nova situação e posição tomadas no coletivo, o grupo foi adquirindo uma visão crítica, quando passou a ter em mão a oportunidade de administrar seus recursos, comprar materiais e dividir tarefas de acordo com a identificação do perfil de cada uma, considerando sua prática e/ou o conhecimento específico da produção. “A transparência na administração foi ponto de intenso aprendizado do grupo”. (Professora Inez).

Semelhante ao anterior, o grupo de pescadores, após um período de debate em torno da ideia da jangada comunitária¹⁰³, também teve seu projeto auxiliado pela CERIS. A ideia do projeto (representado pela fotografia 07) constituía-se em criar uma atividade de autossustentabilidade que viesse manter as despesas com viagens e alimentar as famílias daqueles que precisavam se deslocar para encaminhar e a-

¹⁰¹ Fundado em 1962, em ato conjunto da CNBB e a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), possui como ponto forte a avaliação de projetos, pesquisas e monitoramento de experiências populares e pastorais, além de assessoria a movimentos sociais e eclesiais, financiamentos e apoio a pequenas iniciativas comunitárias em todas as regiões do país, atendendo à demandas de grupos que desejavam mobilizar-se e executar projetos voltados à própria organização e à própria emancipação. (Disponível em: <http://www.guiacatolico.com/blogs/guiacatolico/>, acesso em: 28 jun. 2009.

¹⁰² A técnica do labirinto, o bordado em labirinto ou simplesmente labirinto, é um trabalho típico de artesanato, confeccionado do entrelace e reconstrução conveniente de fios sobre uma trama têxtil em forma de tela. Essa tela é derivada do desfiação específico do linho ou outro pano semelhante, margeado por uma porção de tecido preservado, o qual forma meandros e figuras alongadas semelhantes às paredes de um labirinto. O trabalho permite a composição de desenhos sobre a tela com uma grande diversidade de gravuras e motivações. A arte se desenvolve em várias comunidades tradicionais nordestinas. No Ceará, o trabalho ganha destaque nos Municípios litorâneos de Acaraú, Aquiraz, Aracati, Beberibe, Cascavel e Fortaleza.

¹⁰³ A jangada comunitária foi mais do que um projeto. Após sua concretização (1985) como o primeiro projeto aprovado na luta pelo Movimento, tornou-se uma “identidade da comunidade” e teve vários fatos históricos relacionados a esse “instrumento” coletivo, como a viagem da SOS Sobrevivência (p.125). Sua renda financiou por muito tempo as despesas do movimento na luta pela posse da terra. Ela resiste ao tempo e ainda continua na comunidade, será reformada e tornasse-a peça de museu.

companhar as questões com o problema da terra. O grande legado da mobilização, organização e estruturação desse grupo, no entanto, após as ações da Igreja que estavam acontecendo na comunidade – juntamente com as discussões que vinham ocorrendo dentro do grupo e que, apontavam para a necessidade de organização da classe – foram o apoio e a visibilidade que a Igreja passou a dar a essa iniciativa.



Foto 07: Jangada Comunitária, 1º projeto aprovado pelo Movimento (1985)
Fonte: Acervo CDPDH

Instigada e questionada, a Igreja criou, com base no movimento social dessa comunidade, a mais nova Pastoral da Igreja Católica. Dessa maneira, foi formado em 1984, no Estado do Ceará, o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)¹⁰⁴, uma conquista que decorre da iniciativa da ação coletiva de um grupo de pescadores dessa comunidade. Mais uma vez a Prainha passou a fazer história, originando um movimento que se articulou com as demais comunidades vizinhas, estabelecendo um movimento regional até se estender ao concerto nacional, integrando-se hoje ao MONAPE, no qual a comunidade possui um representante em sua Diretoria.

¹⁰⁴ Segundo a CNBB, a Missão da Pastoral dos Pescadores é anunciar a força libertadora do Evangelho, respeitando sua cultura, para que, pela sua organização, transformem as estruturas geradoras de injustiças, tendo em vista a libertação integral e a construção de uma nova sociedade. Como objetivo buscam; animar, formar e articular fraternalmente os que trabalham a serviço dos pescadores nesta Pastoral; lutar por todos os meios necessários para a defesa e a preservação do meio ambiente; proporcionar capacitação e formação de liderança de agentes, nos encontros, reuniões, etc. Atualmente, está presente no Nordeste com quatro equipes regionais trabalhando nos Estados do Ceará, Pará, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco (sede) e Bahia. Disponível em: (<http://www.cnbb.org.br/ns/>); (<http://www.cppnac.org.br/>); acesso em: 17 mai. 2009.

Novamente a professora Inez passa a ser um dos sujeitos-chave¹⁰⁵, na conquista dessa Pastoral. Após chegar à comunidade, ela casa-se com um nativo pescador e passam a sentir, ainda mais de perto, as necessidades e aflições dessa categoria, principalmente quando eles tinham de se fazerem presentes a eventos de mobilização e reivindicação, fora da comunidade. Nesses casos, na maioria das vezes, esses profissionais deixavam sua família “sem nada em casa para comer”. Foi num desses encontros, em 1983, que a Professora teve que se ausentar da comunidade para participar das assembleias arquidiocesanas, como esposa de pescador. Nessa ocasião, ela promoveu internamente no evento, um questionamento, cuja

[...] participação como mulher de pescador nas assembleias da Igreja, moveu internamente as discussões. As reflexões sobre a vida do pescador feitas com a visão de uma mulher, que sofria na pele a situação inconstante da classe pescadora. [...] Ocupando essa posição me senti envolvida e movida pela oportunidade; então levantei uma discussão após ter trabalhado estratégias de divulgá-la em diversos momentos do evento; com cartazes lembrando a necessidade de um trabalho de organização pelos direitos da classe dos pescadores, sensibilizando os presentes através da relação com São Pedro, que também foi um pescador. (Professora Inez).

Esse evento foi uma oportunidade que a professora explorou para questionar e divulgar as lutas e dificuldades inerentes à profissão e à atividade laborativa do pescador artesanal do litoral cearense. De certa forma, sua ação foi facilitada porque, naquele momento,

[...] as ações da Igreja estavam acontecendo em uma das praias com uma comunidade de pescadores com o apoio da Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais. Fomos o instrumento que, pela primeira vez, levantava a discussão sobre a necessidade de um trabalho da Igreja com os pescadores e levava ao conhecimento de todos os setores organizados desta Igreja. (Professora Inez).

Foi uma contribuição pensada, planejada e posta em prática pela docente, ocorrida em momento oportuno. O resultado desta ação foi incorporado ao crescimento organizacional da comunidade, colaborando no fortalecimento da luta pela terra, no movimento local e regional dos pescadores artesanais. Esse impulso e ampliação do trabalho social nas comunidades pesqueiras foram possíveis, graças à deliberação tomada naquela Assembleia, que decidiu,

A partir daquele ano pela primeira vez na história da Igreja de Fortaleza, a Pastoral dos Pescadores era uma das mais novas prioridades. Essa decisão

¹⁰⁵ Na ação, segundo a concepção freireana, pela qual “toda prática educativa demanda a existência de sujeitos,... [...] Daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não poder ser neutra”. (FREIRE, 2004, p. 69-70).

foi aplaudida pelos participantes. Seguiram-se a partir dali uma sequência de reuniões organizativas do movimento, era a realização da mais nova pastoral da Igreja; a dos pescadores. Era também a participação da comunidade originando um movimento de nível regional. (Professora Inez).

Esse foi o resultado concreto do trabalho com o grupo de pescadores da comunidade da Prainha. Já com o grupo de jovens, as principais ações foram produzidas na escola. Aproveitando-se dos horários disponíveis, as meninas aprenderam a bordar em panos de prato, enquanto os meninos participavam de reuniões com a professora. Nesse espaço, abria-se a possibilidade para discussões sobre assuntos locais, principalmente acerca da luta pela terra, sem esquecer-se de trabalhar sobre a formação deles para a cidadania. Também surgiam demandas específicas da idade, que motivaram a realização de vários encontros regionais. O resultado desses intercâmbios com jovens de outras comunidades fortalecia o grupo e ensejava maior interesse pelas atividades coletivas, o que foi bastante positivo na conquista da terra.

Segundo a docente, nesses momentos de reflexão e lazer, acompanhados por ela, esses jovens tiveram a oportunidade de ampliar suas amizades e sua visão (que era limitada) ao local, descobrir e compreender novas atitudes, conceitos e posições políticas diferentes. Nesse sentido, Paulo Freire (2004, p. 136) nos chama a atenção para “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que **se confirma** como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História”. (Grifo nosso).

Quando esses jovens retornavam à sua realidade, suas apreensões e inquietações arremetia-os a uma reflexão sobre um movimento de ação concreta que pudesse modificar a situação por eles vivida. Um daqueles jovens, hoje liderança formada e participante ativo do movimento local, relata-nos como aconteciam aqueles momentos.

Nós participamos também de muito momentos com os jovens da comunidade, participamos de pequenos seminários pra juventude, discutindo essa questão de sobrevivência das comunidades do litoral. Quem puxava esse assunto com os jovens era a Professora Inez, que passava um dia inteiro em reunião, questionando e discutindo com a juventude, organizando os seminários. (Pescador; Líder Comunitário, 41 anos).

Nesses encontros, a professora Inez, espelhada no trabalho realizado com os adultos, firmada em resultados concretos de sua aplicação, resolveu intensificar e reproduzir a mesma ação com esse grupo de 25-30 jovens, motivando-os a inserirem-se na discussão dos problemas que mobilizavam o movimento. Dessa maneira, repetindo estratégias, nesses momentos, os jovens partilhavam

[...] tudo, até o almoço era partilhado, com a farinha, o coco e a gente ia pra praia pegar os 'grossar' (espécie de crustáceo) e pescar os siris pra fazer a mistura. [...] A finalidade desses encontros era passar pra nós as questões da luta da comunidade, enquanto nossos pais tinha que viajar pra participar de outros encontros com outras comunidades. Era assim; era tudo bem descontraído e divertido pra nós. (Pescador, 30 anos).



Foto 08: Crianças brincam de Jangadeiros nos lagos/lagoas
Fonte: Acervo CDPDH

Divertido também era o trabalho de socialização realizado com o grupo de crianças baseado em brincadeiras que existiam na região, tais como as famosas maratonas pelos “morros acima”, “morro abaixo”; as “carreiras”¹⁰⁶ das pequenas jangadas (construídas artesanalmente) nos lagos e lagoas que se formam entre as dunas durante o inverno, como verificamos na fotografia 08, e nos almoços coletivos com eles, organizados e promovidos pelos pais e professoras da comunidade. Também funcionavam como um instrumento pedagógico para esse grupo as dramatizações na escola e durante os eventos religiosos da Semana Santa. Em todas essas atividades havia uma discussão direcionada, trabalhando-se, pedagogicamente, a valorização das opiniões de cada um, a prática da convivência em grupo, com o fim de elevar a autoestima e promover a criticidade deles (ALMEIDA, 2008).

Essas crianças tiveram participação nessa luta, com o papel de coadjuvantes ativos na luta pela conquista da terra, visto que seu aprendizado vem sendo apropriado por eles desde

[...] quando o movimento iniciou, na década de 80 (oitenta), eu tinha oito anos e meus pais levavam não só eu mais todos outros filhos pras reuniões.
[...] Então minha participação vem desde criança, e na primeira Diretoria eu

¹⁰⁶ Ainda hoje as crianças mantêm esse tipo de brincadeira. Quando os lagos/lagoas secam, elas vão “navegar”, com seus brinquedos, na maré baixa da praia, nas pequenas ondas que lá se formam.

fiz o papel de tesoureiro, devido a dificuldade que tinha o meu pai de realizar esse trabalho. (Pescador; líder comunitário, 34 anos).

Pelos relatos, percebem-se os menores brincando, crescendo e participando dos eventos coletivos que ocorriam na comunidade, sempre ao lado de suas mães e/ou pais, que não se davam “conta de que elas cresciam em tamanho, em idade, mas também em espírito de luta e ganhavam compreensão nas discussões políticas que fazíamos juntos”. (Professora Inez). O aprendizado por eles apropriado, nesse período, foi inestimável. Isto pode ser entendido quando o grupo resolveu reagir e tomar uma decisão, sem consultar seus pais. O fato ocorreu durante o episódio da casa da Dona Cleonice, quando eles colocaram abaixo uma construção da prefeitura, em sua fase de início, que estava sendo erguida sem a concordância e o consenso da comunidade. Também se compreende a consequência desse aprendizado, quando se observam atitudes e posicionamentos das lideranças de hoje, porque,

[...] se você for olhar bem a comunidade ela tem uma organização de trinta anos, mas ela tem hoje uma organização atuante da geração de 25-30 anos, que são os filhos dessas pessoas que criaram esse movimento comunitário, que criaram essa possibilidade de não se entregar a simplesmente um fator que se dizia, naquela época, muito difícil de um grupo de pescadores e mulheres tentar bater de frente contra um empresário, contra uma pessoa que se dizia ter dinheiro. (Líder comunitário, 30 anos).

Verifica-se até aqui, nas narrativas dos comunitários, a preocupação da professora Inez em trabalhar com os grupos a questão da “dialogicidade”, da vivência e convivência coletiva, da participação, da solidariedade; elementos fundamentais, segundo Paulo Freire, na prática de quem pretende se utilizar de uma educação libertadora/problematizadora, aquela que refaz o conhecimento, na qual “os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros”. (FREIRE, 2001, p. 141). É por esta razão que

[...] a prática educativo-libertadora se obriga a propor aos homens uma espécie de ‘arqueologia’ da consciência, através de cujo esforço eles podem, em certo sentido, refazer o caminho natural pelo qual a consciência emerge capaz de perceber-se a si mesma. (FREIRE, 2006a, p. 100).

Também se pode perceber que, praticamente em todas as ações e intervenções da Professora em cada subgrupo, a prática pedagógica levava a único objetivo: promover a integração e o envolvimento do grupo, nos aspectos sociais e políticos junto à organização da comunidade, em torno da luta pela terra (ALMEIDA, 2008).

Esse foi o princípio que balizou todo esse trabalho inicial de organização do movimento social local; entretanto, ela possuía a consciência de que nem todos do grupo pensavam e agiam da mesma forma, sintonizados na causa coletiva, mas que o mais importante, naquele momento, eram a clareza ideológica, a confiança, o companheirismo da maioria no grupo, mesmo porque, “no grupo as coisas são mais fáceis de ser conquistadas, o objetivo é mais fácil de ser alcançado”. (Professora, 31 anos).

Reportar-nos-emos, doravante, às principais ações e estratégias utilizadas pelo grupo pensante na mobilização da comunidade para o enfrentamento da luta, o fortalecimento da organização local e a estruturação socioeconômica da comunidade. Com efeito, vamos perceber que “a maioria da comunidade vestiu a camisa abraçando a causa, pois a mesma sabia que era preciso lutar para conquistar o seu objetivo, a posse da terra”. (Professora; 31 anos). Essa afirmação também resta clara, quando observamos as palavras de outra companheira de escola, sobre o mesmo assunto:

Era uma mobilização que começava a partir das famílias, porque a gente queria defender muito o que era nosso. Isso aqui é nosso, então a gente vai fazer porque a gente não quer perder isso. Eu acho que era muito disso que eu via muito nas pessoas. A partir daí passamos mais a se reunir pra discutir o que fazer, onde encontrar ajuda, quem poderia ajudar. (Professora, 33 anos).

Logo após terem saído da sala de aula, onde iniciou essa mobilização, as reuniões e os encontros com os grupos passaram a ser realizados em vários locais. Inicialmente “era na areia branca onde todos nós sentávamos no chão ao redor do lampião a gás nas noites que não tinha lua. Quando tinha lua o lampião era dispensado; as conversas aconteciam em um clima de muita tranquilidade, com alguns de nós deitados na areia”. (Professora Inez). Segundo a docente, essas reuniões eram frequentadas por quase todos os moradores, mesmo até por aqueles que, logo adiante, passariam a ficar ao lado da Imobiliária e aproveitavam-se desses momentos para obter informações do grupo de coordenação. Também aconteciam

[...] reuniões debaixo das velas das jangadas, discutindo os projetos. E, assim, a partir das lutas houve um aprendizado: falar nas reuniões, ir aos cartórios, ir ao Juiz fazer pressão, ir à imprensa denunciar a situação, ir aos órgãos públicos conseguir benefícios, fazer caminhadas para despertar as comunidades vizinhas para a luta da terra, até lidar com visitas. (Relatório CDPDH; IX Encontro Regional - 1994).

No segundo momento, as reuniões e encontros passaram a acontecer nas residências daqueles considerados como “figuras/personalidades” importantes da localidade, ou embaixo de barracões de praia. Depois foram construídas “latadas”

de palha (espécie de barracão) em terreiros de moradores, que serviram de abrigo para esses encontros, até que chegou um momento em que a comunidade criou condições e construiu, com a ajuda da Igreja, um Centro Comunitário¹⁰⁷ para esse fim. Esse local “se tornou então a sede oficial, ou o espaço de reunião dos diversos seguimentos da comunidade”. (Pescador, 31 anos).

O grupo pensante era o responsável pela definição desses locais e a pauta desses eventos, mas também a comunidade contou, para essa mobilização, com o apoio moral, jurídico e financeiro do CDPDH, da CERIS e da EACR, ambos, ligados à Arquidiocese de Fortaleza, principalmente quando identificaram o fato de “que pessoas como nós, da nossa localidade, estavam do lado da Imobiliária, os nossos inimigos; isso nos remeteu a um desafio maior: trabalhar situações que possibilitasse mobilizar toda a comunidade”. (Professora Inez).



Foto 09: Dom Aluísio Lorscheider, presente à Prainha
Fonte: Acervo CDPDH

Nesse momento, o apoio da Igreja, sob a orientação do Cardeal arcebispo Dom Aluísio Lorscheider, presente a alguns eventos na comunidade (como observamos na da fotografia 09), foi determinante no processo, mediante aprovação de projetos produtivos para aquisição da jangada comunitária, produção de labirintos, reforma

¹⁰⁷ A construção do Centro Comunitário foi financiada pela CÁRITAS (via MISERIOR – Alemanha) e uma grande parte do material teve que vir de jangada de Beberibe até a comunidade, porque o acesso era muito difícil naquela época. Por conta disso, sua construção levou quase três anos. (Assessor, CDPDH).

de casas, no apoio à distribuição de alimentos, nos mutirões e na promoção de seminários e intercâmbio com outras comunidades, com muitas festas de animação nesses eventos. Tudo isso foi utilizado como estratégias para mobilizar os moradores. Também se pode enfatizar o apoio político ao movimento local, representado pela presença do mandatário maior da Igreja Católica no Estado.

Além desses instrumentos, outros também foram trabalhados, organizados e aplicados como estratégias para mobilização, a saber: rodas de discussão e oração, novenas, romarias¹⁰⁸, passeatas e caminhadas. As rodas de oração, conforme apresentado na fotografia 10, assim como as novenas, aconteciam nas residências daqueles mais devotos. Nesses encontros, os textos bíblicos eram direcionados e discutidos para cada situação vivida, levando os fiéis a sempre refletirem sobre sua realidade, com o objetivo de fortalecer sua fé¹⁰⁹, laços de amizade, de confiança, de harmonia e estímulo para continuar na luta. Esses estímulos fortaleciam a comunidade e encorajavam seus participantes a não desistir de lutar e enfrentar seus adversários, porque, nesses encontros “a gente tem que ser firme na fé e acreditar, e pedir a Deus para que não haja violência, e aí não acontece. Até hoje nós lutamos com força e coragem naquele Pai”. (Veíinha, Líder comunitária).



Foto 10: Rodas de Oração; após as reuniões a comunidade juntava-se para momentos de oração e reflexão

Fonte: Acervo CDPDH

¹⁰⁸ O termo é uma referência a Roma, sede da Igreja Católica Romana. É usado para classificar uma peregrinação religiosa feita por um grupo de pessoas (romeiros) a uma igreja ou local considerado santo, seja para pagar promessas, cumprir um voto (agradecer) ou pedir graças. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Romaria>, acesso em: 28 jun. 2009.

¹⁰⁹ Segundo Boff (1991), os trabalhos realizados nas comunidades eclesiais apresentavam especificidades que colaboravam para que elas suportassem as pressões efetuadas por seus adversários e estas não desistam da luta. Nesse sentido, “a fé cristã funciona como uma mística poderosa, como uma utopia de grande fôlego que sustenta as ações e lhes transfere um peso de eternidade. A religião, através das CEBs, aparece mais bem articulada com a história e pode oferecer um sentido pelo qual valha a pena viver”. (Op. cit., p. 114).

A professora Inez trazia uma experiência dos trabalhos de igreja, junto à matriz do Distrito de Paripueira, sua terra natal, e, na Prainha, era ela quem dirigia espiritualmente esses encontros. Além da questão espiritual, esses

[...] momentos de reza passaram a ser instrumentos pedagógicos que possibilitavam participação comum a todos e foi utilizado como estratégia de conquista, despertar crítico e fortalecimento de estímulos instrumentalizando a luta que começava a ganhar espaço. (Professora Inez).

Com essa concepção, também foi empregada como instrumento pedagógico nesse processo uma passeata na Sede do Município – a cidade de Beberibe, conforme podemos observar na fotografia 11. Foi a primeira grande manifestação pública da luta dos moradores dessa comunidade, que nem sequer conhecia o termo “passeata”. O evento aconteceu numa manhã de trabalho normal, quando comunitários dos distritos vizinhos também se faziam presentes à Sede, para realização de suas compras e vendas de produção. Comunitários de outras localidades que estavam vivenciando problemas semelhantes de injustiça social e que também lutavam para conquistar seus direitos de cidadania foram arregimentados pela Arquidiocese de Fortaleza, para somarem-se a essa mobilização; companheiros das comunidades de Balbino, Batoque, Iguape e Canoa Quebrada, que compartilhavam uma mesma realidade política que envolvia o interesse de imobiliárias e seus agentes, por terras nas zonas de litoral e terrenos de marinha ocupados por pescadores.



Foto 11: Primeira passeata da comunidade à cidade de Beberibe(CE)

Fonte: Acervo CDPDH

O principal objetivo desse evento foi denunciar e divulgar a prática da grilagem que a Imobiliária Henrique Jorge e seus colaboradores estavam aplicando e

ameaçando aos moradores da Prainha, que estavam na iminência de ser expulsos de suas terras onde nasceram seus antepassados. Essa mobilização serviu para que os comunitários experimentassem, pela primeira vez, uma sensação de autonomia, de independência, isto porque,

Naquele dia fomos os atores e estrelas de uma história real que era dura, difícil mesmo de acreditar. Éramos nós mesmos os sujeitos daquele episódio? Ao mesmo tempo em que nos tirava a tranquilidade o sentimento de estar ameaçado, de perder o nosso chão, também nos sentíamos fortalecidos pelo sentimento de nos tornarmos pessoas vivas, atuantes, lutando por justiça. (Professora Inez).

Outras maneiras de manter a comunidade mobilizada sempre em torno dessa luta, foram às trocas de experiências promovidas pelos encontros e caminhadas efetuadas a outras comunidades, que passavam por momentos semelhantes aos deles. Os encontros eram realizados, principalmente, pelo grupo de mulheres¹¹⁰, em articulação com outras comunidades vizinhas – Palmácia, Redenção, Ideal, Caucaia, Pacujus, além da sede, Beberibe – que faziam parte do projeto de “organização de grupos de produção comunitária”. Nessas reuniões, promovidas e organizadas pela EACR, sempre com apoio da Arquidiocese de Fortaleza, além do trabalho de aprendizado da produção de artesanatos e labirintos, de organização interna dos grupos, elas trocavam ideias e experiências para o enfrentamento das lutas locais contra seus opressores.

Das caminhadas realizadas com essa mesma finalidade, uma teve grande significado no decurso da mobilização e merece destaque. Ela aconteceu em 1983, planejada para uma visita de conhecimento de realidade vivida pelos moradores da praia de Canoa Quebrada, mais uma das comunidades que passavam por processo semelhante de usurpação de suas terras e de seus direitos de cidadania. Aquela caminhada, realizada por terra e mar, com o intuito de denunciar os interesses das imobiliárias na zona litorânea, pensada e organizada pelos assessores da comunidade, juntamente com a professora Inez, constituiu-se em mais uma

[...] experiência pedagógica porque possibilitava a reflexão do processo da luta. No decorrer do caminho, haveria alguns que ficariam mais atrás, outros, tentaram chegar primeiro, pegando veículos. Houve dificuldades financeiras, alguns tiveram que se apoiar nos outros, porém a importância maior era identificar a confiança e a solidariedade entre os companheiros. A aprendizagem era promovida a cada nova situação que se apresentava ao

¹¹⁰ Em fevereiro de 1988, esse grupo (de produção) das mulheres labirinteadoras da comunidade já contava com um total de 82 pessoas cadastradas, conforme registro realizado em Ata da Assembleia do grupo, contido em acervo do CDPDH.

grupo, com a intenção de manter a união e a harmonia entre os componentes do grupo. (Professora Inez).

Outra caminhada, realizada no ano seguinte, mobilizou novamente a comunidade com o objetivo de denunciar e divulgar a luta dos pescadores e labirinteiros da Prainha. O evento, organizado pela mesma equipe, obteve destaque e repercussão internacional, por meio da maior rede pública estatal de TV, a BBC de Londres. A matéria, com o título: **Luta da Comunidade Divulgada em Londres**; foi divulgada pelo jornalzinho “Terra Livre – Gente Livre¹¹¹” (Anexo 2), publicação da CDPDH, com o seguinte texto:

A luta dos pescadores e labirinteiros da Prainha do Canto Verde foi divulgada em Londres através da televisão. A caminhada da comunidade fez parte de programa produzido pela BBC, abordando a problemática brasileira. Foi apresentada como exemplo de opressão a que está sujeita a população pobre do meio rural do Brasil.

Em carta dirigida ao advogado da CDPDH, José Carlos Aguiar de Souza, brasileiro que estuda teologia no Instituto Missionário de Londres, informou que a história da Comunidade da Prainha do Canto Verde teve grande repercussão na Inglaterra. [...] Agora a comunidade pode reconhecer a importância da denúncia apresentada pela BBC. (Terra Livre-Gente Livre, Ano II, Nº 2, p.6).

Com relação às romarias, a que se destacou foi aquela promovida na Sede do Município, com a finalidade de sensibilizar e mostrar ao juiz da Comarca de Beberibe, Sr. Luiz Girão, por meio daquele evento que mobilizava a maioria de seus comunitários, que as afirmações contidas no processo de usucapião, corrente em uma das vara contra aqueles verdadeiros moradores daquelas terras, era falso. Nessas ocasiões,

A gente se juntava e saía cantando, muito cântico nas romarias que a gente fazia cantando, no tempo da terra, chamava atenção aonde a gente passava, corria todo mundo pra vê. Lá no Fórum, a gente entramo cantando e o Juiz chega tremia a ver aquela multidão de gente, né. [...] Isso aí que a gente passou, deixa tudo muito marcante na vida da gente. (Veíinha, líder comunitária).

Aquela aglomeração de moradores (a maioria pescadores), empunhando faixas, cartazes e seus apetrechos de pesca também tinham como propósito convidar o magistrado a visitar e conhecer a comunidade, sua existência, como moradores e verdadeiros posseiros daquele território. Segundo o advogado da CDPDH,

¹¹¹ Constituiu-se, durante um curto espaço de tempo, em um dos principais veículos para divulgação das lutas e conquistas das comunidades rurais (incluindo as CEBs), assistidas e assessoradas pelo CDPDH. Organizado pela da Arquidiocese de Fortaleza, era editado em *stencil* e mimeografado. No Anexo 2, apresentamos as manchetes de seu nº 02 que continha três matérias sobre a Prainha.

existia no processo testemunho de moradores da localidade a favor dos autores, negando a existência dos demais vizinhos. Também

[...] constava nos laudos do referido processo um mapa mostrando que só exista uma única casa, esta, de um suposto morador que administrava as terras para a imobiliária. Negava a existência de todos os pescadores, mostrando apenas um vazio. De acordo com o documento, não havia nenhuma das habitações das 102 famílias que moravam no povoado naquele período. [...] No depoimento afirmava ser ele o único morador do Sr. Antonio Sales Magalhães, ou seja; o mesmo depoente negava a existência de seus pais, de sua família e de seus demais familiares. (Advogado, CDPDH).

O objetivo da mobilização daqueles comunitários naquele evento foi alcançado. O juiz ficou motivado e foi conhecer de perto aquela comunidade que tinha sido lhe apresentada por seus verdadeiros habitantes. Como o acesso à comunidade era bastante dificultoso, o *Jeep* do Doutor foi mais uma vez acionado como o transporte de autoridades. A partir do final das dunas, o magistrado foi levado

[...] a pé desde as primeiras casas até às últimas de um lado a outro, entrando em algumas delas e conversando com seus moradores. [...] Não houve mais aula para as crianças depois que ele entrou na escola. [...] Professores e alunos se juntaram à grande procissão que rolava pelas areias quentes do morro. Parecia mesmo uma procissão de Igreja, pois até o Pe. Gerardo, nosso apoio, seguia na frente junto com o advogado ao lado do juiz. De calças arregaçadas, um chapéu na cabeça, o suor descendo no rosto e o sol quente ardendo na pele, conseguimos que a caminhada fosse concluída em pleno meio dia. (Professora Inez).

Da mesma maneira que a comunidade saía para vivenciar e trocar conhecimentos com outros locais que passavam por problemas semelhantes, ela também recebia esses mesmos comunitários, em sua sede, para realizar essas mesmas vivências e trocar experiências. Um dos marcos nesse processo estratégico de mobilização dessas comunidades aconteceu de 10 a 14 de setembro de 1985, com a realização do XIII Seminário Rural da Arquidiocese de Fortaleza, promovido pela EACR de Fortaleza.

Foi estratégico porque, no mesmo ano, havia acontecido, de 21 a 26 de janeiro, o XII Seminário Rural, na comunidade de Sítio Olival, no Município de Palmácia. Foi o único ano em que se promoveram dois eventos semelhantes, pela Arquidiocese. Na Prainha, segundo o relatório do seminário, estiverem presentes mais de duzentas pessoas, de várias comunidades do sertão, da serra e do litoral, num clima de paz, falando de questões ligadas a sua difícil sobrevivência, articulando os mais diferentes interesses, aprendendo e compartilhando, como nos mostram estes singelos versos de uma das participantes.

I

Este Siminário é o depósito do Senhor;
É guarda das sementes e o nosso defensor;
E onde nos ensina a discutir os nossos valores.

II

Nois era pobre sem terra pra trabalhar;
Ninguém tinha semente nem depósito pra guardar;
Deus mostra o Siminário pra nois se organizar.

III

Neste Siminário somos todos professor;
Se ensina, se aprende, todos nós temos valor;
É onde se reúnem todo povo do senhor.

[...] VIII

Meus irmãos tenham cuidado, pra vocês não se enganar;
Que em nome de Jesus Cristo, tem muitos a lhe chamar;
Mais aqui no Siminário é onde a verdade está.

Maria Galdinho

(Cachoeira-Aracoíaba/CE)

O Centro Comunitário ainda estava em construção e os visitantes foram recebidos e acolhidos nas residências dos moradores locais. O XIII Seminário Rural foi um evento de cunho religioso que contou com uma presença ativa do Arcebispo Dom Aloísio Lorscheider e que perdurou durante uma semana, reunindo a maioria das Comunidades Eclesiais de Base do Ceará, além de representantes dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão, em uma espécie de grande Assembleia. Além de fortalecer o trabalho de organização comunitária, a Prainha foi a comunidade eleita, porque

Nós aqui dessa comunidade ainda somos raiz das CEBs, e por conta disso, muitas comunidades vieram pra Prainha, trocar experiências dentro do Seminário Rural. Isso foi um marco no fortalecimento da organização comunitária local. (Pescador, 30 anos).

Na realidade, acontecia um fórum de troca de experiências das lutas, de vivências e discussão dos problemas enfrentadas por esses povos oprimidos por uma lógica própria do mercado capitalista – a da acumulação – que se contrapõe à luta desses moradores por seus direitos básicos de cidadania. Segundo Freire (2005), esses momentos é que se consolidam como um verdadeiro processo educativo, em que os comunitários aprendem e ao mesmo tempo praticam o conhecimento que acabou de ser aprendido. Também não deixava de ser um momento de reflexão política sob todas as formas, visto que foi forte a presença da Igreja e de seu representante, no plano do Estado, o Arcebispo de Fortaleza, além dos demais representantes das CEBs locais e de outros estados.

Apesar de todas as dificuldades e carências da localidade, verificamos, num dos trechos do relatório do XIII Seminário Rural da Arquidiocese de Fortaleza, que, durante o encontro,

O assumir das comunidades se torna mais concreto. Para ajudar na alimentação foram criados porcos, galinhas, e patos com ampla participação. Os pescadores, com a sua jangada comunitária, não mediram esforços para complementar a alimentação com peixe do mar. O aspecto da reivindicação toma nova dimensão política, revitalizando as iniciativas comunitárias. [...] A Prainha do Canto Verde foi um outro marco na mudança metodológica do trabalho comunitário. (Relatório XIII Seminário Rural, p. 31, acervo CDPDH).

Como se pode observar, nesse e no próximo trecho, o movimento social de luta pela terra na Prainha começava a fazer “historia”, a se destacar no cenário municipal, estadual e até nacional; ante os demais exemplos, já se tornava protótipo para os demais. Segundo os organizadores e coordenadores do evento, a edição anual do Seminário Rural em sedes das populações das CEBs constituía-se em mais um

[...] espaço conquistado por essa população para colocar em comum, em clima de liberdade, as descobertas feitas, os sinais de construção, as experiências e os anseios. É uma ocasião onde o saber popular adquire forma, organização, estrutura própria de pensamento e se torna ‘ferramenta’ política na edificação do ‘projeto comunitário’ que vai da posse ao uso da terra, da água, do comércio, dos meios escolares, da moradia e da natureza. À nova maneira de organizar o poder; o Seminário Rural são as primeiras páginas escritas dessa nova História comunitária. (Op. cit., p. 8).

Após esse evento a comunidade da Prainha passou a integrar a lista das CEBs, daquelas comunidades que começam a se destacar por sua experiência de luta e por sua organização local. Desde então, vários outros encontros e seminários passaram a ser direcionados para a localidade, que foi acumulando mais experiência e vivência no trabalho de grupos, fortalecendo sua mobilização social e organizando-se melhor ainda para o enfrentamento do problema da terra. Dessa maneira, a comunidade e seu movimento local foram experimentando novas relações, aprendendo e tomando novas atitudes, porque

A recepção de amigos que nos visitavam oferecendo apoio solidário, enquanto promovíamos a realização de encontros e seminário, lotavam nossa pequena vila. [...] O nosso comportamento social estava sendo modificado. Uma prova disso foi a preocupação com a limpeza ao redor das casas. [...] Havia agora uma preocupação em melhorar as condições sanitárias das casas. [...] A integração, a convivência com outros grupos nos levava a compreender que não estávamos mais sozinhos nem isolados. A riqueza dos detalhes, nos conduzia a situações de profundas reflexões que respondia a um refazer constante do nosso cotidiano. (Professora Inez).

Essas experiências resultaram em mais um processo educativo vivenciado por seus comunitários que, a partir delas, se habilitaram a receber vários outros tipos de eventos de cunho educativo-comunitário, tanto no contexto estadual como nacional e até internacional (ver Apêndice 7). Também foi uma base de formação que resultou em capacitações para que a comunidade, mais adiante, passasse a exercer novas funções, como foi o caso do advento do turismo comunitário (item 5.2.4).

Também foi com esse evento que os assessores (CDPDH) da comunidade começaram a pensar na necessidade de uma estruturação institucional que pudesse representar melhor a comunidade, principalmente na defesa dos interesses legais e jurídicos do(s) processo(s) de defesa da terra, porque, segundo eles, “só a força humana e o calor humano não eram suficientes. Foi aí que surgiu a preocupação para a constituição da Associação dos Moradores; que aconteceu em 16 de abril de 1989”. (Líder comunitário, 33 anos).

Essa entidade veio a ser, em breve futuro, o baluarte de outras conquistas sociais da comunidade. Sua formação e constituição, no entanto, antecederam uma série de reuniões e discussões sobre sua necessidade. Uma das grandes preocupações para o grupo da terra era o fato de possíveis filhos de nativos, que viviam fora da comunidade, quererem construir habitações para depois venderem para pessoas de fora da comunidade. Essa e outras questões relativas ao uso e ocupação das terras, também, eram motivo para a constituição da entidade coletiva que representaria seus interesses.

Havia, também, mais duas linhas de reflexão sobre a necessidade da Associação. Uma delas defendia a posição de que sua existência era necessária para representar e legitimar a comunidade diante dos Poderes Públicos Municipal e Judiciário, a fim de poder assinar papéis e se fazer representar. A outra resistia porque presumia que, com uma representação legitimada por uma Diretoria, os demais comunitários não mais participariam da condução do processo de luta na defesa dos direitos coletivos, deixando esse papel somente aos da Direção da Entidade.

Essas discussões se estenderam por um período de mais de ano, até a instalação oficial da entidade, que realmente assumiu o papel de representante e defensora dos direitos dos cidadãos da Prainha. Também foi ela que passou ser o principal canal de articulação para novos agentes que passaram a ajudar nos processos

de organização e mobilização dos comunitários. “O positivo é que a gente tinha muita dificuldade de conseguir as coisas com os órgãos do governo, com a chegada da Associação, isso ficou mais fácil, trouxe essa vantagem”. (Pescador, 57 anos).

Daí em diante, as ações e estratégias utilizadas na articulação e mobilização comunitária se tornaram mais difíceis com o crescimento populacional, as diferenças que passaram a surgir durante o aparecimento de novas demandas e dos interesses conflitantes. Então nasceu a ideia da criação dos Conselhos de Saúde (1993), de Educação (1994), de Pesca (1994), da Terra (1994), de Turismo (1994) e, ultimamente, de Ética e Cidadania – representado pelos ex-presidentes da Associação. Essa providência “trouxe um avanço, porque dividiu-se a Associação em grupos¹¹². [...] Então isso foi uma das maneiras de você dividir tarefas das lideranças que no final, firma o conjunto de todos” (Pescador, 30 anos). Segundo um de seus dirigentes:

A gente sabia que a Associação já não tinha mais perna para acompanhar essas coisas, então a gente ia ter que mudar também a nossa forma de trabalho, então, a gente começou a criar esses Conselhos. Apesar de que hoje no Brasil tudo é conselho, mas em 94 a gente já começou a criar nossos Conselho, quando o Brasil nem sonhava, a gente aqui já estava criando. [...] ...para que as coisas fossem discutidas mais com aquelas pessoas que entendessem mais daquela área. E a Associação ia cuidar da união, ter a preocupação que os Conselhos não tomassem outro rumo. Seria mais aquela mãe dos conselhos. (Pescador, líder comunitário, 34 anos).

Todos esses conselhos foram concebidos com o intuito de descentralizar as tarefas da entidade associativa, promover maior entendimento e participação dos comunitários nas tomadas de decisões dos interesses coletivos. No primeiro momento, o objetivo foi alcançado, mas hoje, segundo algumas lideranças, existe necessidade de rever a organização desses colegiados, para descentralizar ainda mais o poder e as tomadas de decisões advindas deles. Nesse sentido, segundo uma das lideranças mais atuantes desse movimento, talvez fosse necessário

Criar outro Conselho na comunidade, que seria o grupo de gestor da terra da Prainha. [...] Ou tem que se criar pequenos núcleos dentro do grupo gestor, ou seja, não há necessidade do Presidente da Associação ter gestão aqui, dentro da pesca. Ele pode até ter ideias e dar sugestões mas, quem vai gerir é o pessoal do grupo. [...] Agora deve ter, uma ‘carta de princípios’ ou um ‘acordo de conduta’, que são as regras gerais, onde todos os grupos tem que respeitar. [...] A ideia é assim; tentar descentralizar do Presidente da Associação e dos Conselhos, algumas missões para poder dar mais responsabilidades pra outras pessoas. (Pescador; líder comunitário, 34 anos).

¹¹² Os conselhos comunitários serão destacados e suas ações apresentadas, dentro do item 5.2. Com suas instalações, a comunidade passou a experimentar um novo modelo da gestão comunitária, com sua organização interna e uma descentralização de poderes.

Dessa forma, a comunidade vai pensando, discutindo, crescendo e ampliando suas demandas, criando e sugerindo formas de gerenciar suas necessidades e conquistas. Observamos também que a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire utilizada pelas lideranças, organizadores e assessores¹¹³ das CEBs foi fundamental nesse processo de mobilização e organização da comunidade e do movimento social popular da Prainha. Os conflitos já começaram a aparecer e são necessários para o crescimento e consolidação desse movimento. Também já se inicia a instalação das formas associativistas, com a instalação da Associação dos Moradores e da gestão dos conselhos comunitários, até aquele momento, organizados.

Na sequência, nos reportaremos às formas e intercâmbios que promoveram e proporcionaram mais conquistas na comunidade da Prainha.

5.1.1 A Ajuda externa – os parceiros e as principais demandas no início do movimento

Baseado em nossa experiência extensionista e com arrimo nos achados desta pesquisa, acreditamos que nenhuma comunidade carente, em todas as suas necessidades básicas e altamente dependente de recursos humanos e financeiros, consegue sair de um estado de sujeição e submissão, sem a ajuda de “parceiros” e mantenedores, pelo menos em um estágio inicial, até que seus habitantes se tornem críticos e conhecedores de seus direitos de cidadania. Assim também estava a comunidade da Prainha do Canto Verde, quando passou a ser alvo de grileiros e especuladores imobiliários litorâneos, aproveitadores da ingenuidade, da falta de conhecimento técnico e da miséria a que estão relegadas essas populações pesqueiras tradicionais, por parte dos poderes constituídos municipais.

Concordamos, a propósito, com a pesquisadora Gohn (2006), quando ressalta que deve existir toda uma articulação de recursos financeiros e humanos, tanto internos quanto externos, para que os movimentos sociais se organizem, estruturem-se e tornem-se forças populares de “combate” na peleja para alcançar seus objetivos.

¹¹³ Segundo esses, a práxis da pedagogia emancipadora/libertadora de Freire é oriundo do modelo de concepção, político-teórica, das CEBs. A Prainha é uma das comunidades tradicionais pesqueiras que ainda hoje possui uma relação direta entre suas lideranças e as CEBs. Recentemente, uma delas, participou da 12ª INTECLESIAL das CEBs, realizada em Porto Velho-RO, de 12 a 15/09/2009.

Na comunidade focalizada, após a professora Vilanir e sua irmã tomarem conhecimento da situação a que estavam sujeitos seus moradores, elas buscaram ajuda e tiveram seu apelo atendido. Primeiramente, pela Arquidiocese de Fortaleza, na figura de seu principal representante, na época, o Cardeal Arcebispo Dom Aluísio Lorscheider, que, por meio da assessoria jurídica e educacional das CEBs, levantaram toda a problemática da situação fundiária da comunidade, interna e externamente, bem como das principais necessidades e carências das famílias ali residentes. A Prainha passou então a ser mais uma dessas comunidades de base, mas, somente um núcleo das CEBs não resolveria o problema daquela localidade. O problema da especulação fundiária urgia por intervenções rápidas.

Apesar de as CEBs possuírem "...o domínio e o conhecimento da problemática de terras"¹¹⁴ no Estado do Ceará, elas não tinham condições de agir, especificamente, nessa área. Foi a partir daí que elas reivindicaram a existência do Centro de Defesa". (Assessor, CDPDH). A criação do Centro de Defesa, em maio de 1982, fortaleceu e deu condições para que a luta dos comunitários se tornasse visível, crescesse e se fortalecesse em torno da posse da terra. Sem o apoio financeiro, a atuação e a presença de seus assessores, continuamente no seio da comunidade, com certeza, essa história estaria sendo contada de uma maneira diferente ou, talvez, nem sendo narrada estivesse.

Porque quando a gente estava todo desestruturado, cada um pro seu lado, os caras tava ganhando a gente lá fora e a gente nem sabia. Foi preciso a gente ser avisado, ser ajudado, pra se unir todo mundo e aí qualquer problema que aparecer agora a gente 'come', a gente passa por cima, porque a nossa união é muito forte. (Líder comunitário, 47 anos).

Outros agentes, ligados à Igreja, que participaram ativamente no início desse processo de formação do movimento na Prainha foram a CÁRITAS e a CERIS, mediante a elaboração e aprovação de projetos sociais produtivos; a EACR e a CPP, no apoio da organização, mobilização e capacitação comunitária. Vale salientar que quem mais conseguiu

[...] recursos para financiar esses projetos sociais comunitários foi o próprio Dom Aluísio Lorscheider, através de agências internacionais, juntamente com Dom Edmilson Cruz. Eles estavam juntos nesse processo, inclusive visitavam a Prainha com certa frequência e se pronunciavam com muita clareza a respeito do trabalho desenvolvido na comunidade. (Assessor, CDPDH).

¹¹⁴ Nessa época, o grande fórum onde se discutia a reforma agrária eram as CEBs. Foi lá que se percebeu a necessidade de uma Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do CDPDH. "Foi o segundo CDPDH no Brasil a ser criado; foi o nosso, assim como a CPP". (Assessor, CDPDH).



Foto 12: Reunião com a Sra. Renata Jereissati, 1ª Dama do Estado (1991)
Fonte: Acervo CDPDH

Essas agências foram responsáveis pelos recursos que impulsionaram a aprovação do projeto da jangada comunitária (1985) que, por sua vez, impulsionou e justificou a aprovação de financiamento para mais doze jangadas¹¹⁵ (1991), por meio do Governo do Estado, via Fundação de Assistência Social (FAS) – representada na Foto 12 pela Primeira Dama, Renata Jereissati em reunião na comunidade, juntamente com o prefeito Ednaldo Bessa e o Mons. Abelardo F. Lima, representando o CDPDH –, que também concedeu recursos para aprovação de projeto para as labirinteadas e para câmara frigorífica. Esses projetos e benefícios também contribuíram para a ideia da implantação do entreposto de pesca (1993). Também apareceu como agente de apoio e ajuda financeira aos projetos produtivos da comunidade o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com o financiamento de projetos para aquisição de embarcação e jangadas e para compra da segunda Toyota comunitária (1996).

Após o período de intervenção direta e intensiva da Arquidiocese e seus agentes, apareceu, em 1987, na comunidade, como turista, a pessoa do Sr. René Schärer, um suíço aposentado, ex-executivo da *Swissair*, “...que percebeu logo toda essa estrutura e organização inicial, mas observa que precisaria ter uma fonte de financiamento para as futuras ações. Nesse ponto, o bom relacionamento dele com

¹¹⁵ Segundo lideranças locais os recursos conseguidos pelo Governo Estadual só foram suficientes para a construção de nove embarcações. Várias delas ainda encontram-se em atividades na faina da pesca de peixes e lagosta. A primeira Dama do Estado esteve presente para assinatura do projeto, em reunião na comunidade, com lideranças locais, o Prefeito Ednaldo Bessa e o Monsenhor Abelardo, representando a CDPDH.

estruturas e agências internacionais foi importante para a continuidade do processo”. (Assessor, CDPDH); continuidade que também foi observada pela Agente de Saúde local, quando afirma:

Pra mim o René já é um ‘movimento’. [...] Mudou muita coisa; e o que eu vejo aqui é que, talvez, em algumas coisas, não estivessem como estão hoje, se não tivesse o ‘movimento René’ aqui dentro. Silvino e Beto quando saíram daqui, ficou René, e ele soube dar uma continuidade. Melhorou muita coisa dentro do movimento, com ele. [...] ...com ele foi um grande passo. (Agente de Saúde, 44 anos).

O Estrangeiro resolveu adotar a localidade, casou-se com uma nativa, e lá estabeleceu sua residência em 1992. Desde então, se instalou na comunidade uma nova etapa da história de seu movimento social. Esse **sujeito externo**, na concepção de Gohn (2005), doravante se transformou num **sujeito interno**, passando a introduzir uma nova dinâmica, uma visão renovada, mais focada no produto e na produção. Com essa perspectiva, ele organizou a ideia do entreposto de pesca em projeto que, após ser discutido e aprovado em assembleia da Associação, teve seu financiamento intermediado, por intermédio de seus amigos suíços.

Iniciou-se, com efeito, uma das principais funções do Sr. René Schärer na Prainha, o de assessor comunitário e articulador financeiro dos projetos sociais e produtivos. Esse grupo de amigos do Sr. René, após outras cooperações e ajuda a vários outros projetos em todas as áreas sociais da comunidade, institucionalizou-se em uma entidade filantrópica, com sede na cidade de Stäfa, na Suíça, firmando a “Associação *Verein*” dos Amigos da Prainha do Canto Verde¹¹⁶ – em outubro de 2000. Os “Amigos”, como ficaram conhecidos, tornam-se responsáveis pelo financiamento da maioria das ações no decorrer do movimento nesse período, na Prainha e em outras comunidades do litoral cearense.

A *Verein* possui como objetivo principal, em seus estatutos, apoiar projetos e eventos de cunho educativo para o desenvolvimento econômico e sustentável nas comunidades de pescadores do Ceará. Apoia-se em projetos exitosos da Prainha, como, por exemplo, o Turismo Comunitário, para replicá-los noutras comuni-

¹¹⁶ A entidade foi formada de um grupo de 70 pessoas de 17 países que contribuem voluntariamente quando podem (O Povo; Caderno Cidades, p.1 E, 03/02/1996 – Anexo 3). Atualmente, a entidade inclui várias fundações na Suíça que apoiam projetos na Prainha e outras comunidades do litoral cearense (Caetanos de Cima; Curral Velho; Flecheiras; Icapuí; Itapipoca; Itarema; Ponta Grossa e; Trairi). Em alguns depoimentos e/ou trechos desta pesquisa acadêmica, a entidade é citada como “Amigos” ou “Amigos da Prainha”.

dades, como: Caetanos de Cima, Curral Velho, Flecheiras e Ponta Grossa. Essa entidade ajudou muito seu compatriota a ser reconhecido como

[...] uma pedra fundamental aqui pro movimento na Prainha. Porque aqui não tinha nada, não tinha Posto de Saúde, não tinha médico, enfermeira, não tinha nada. E as mães era uma pobreza terrível, uma calamidade sem fim, as crianças morriam sem piedade. [...] Então, depois que ele chegou e viu, se ofereceu, junto com os Amigos dele, pra fazer um projeto pra ajudar a comunidade. Então eu agendei uma reunião com todas aquelas mães... Tinha delas que não tavam amamentando porque não tinham comida nem pra elas mesma, não tinham de jeito nenhum. (Ex-agente Saúde, 60 anos).

Foi também nesse tempo, com a coragem de quatro bravos pescadores locais (Mamede Dantas - mestre, Francisco Valente, Francisco Abílio e Edilson Fernandes), que o Sr. René planejou, gestou e articulou o financiamento do projeto para a viagem da jangada comunitária à cidade do Rio de Janeiro. A viagem da “SOS Sobrevivência”¹¹⁷, como foi “batizada”, partiu do porto das jangadas, no domingo do dia 04 de abril de 1993, após uma missa “campal”, que teve como “altar” a própria Jangada, concelebrada pelo padre Marco Passarini – como podemos observar nas fotografias 13 e 14 – grande incentivador da comunidade. O evento foi prestigiado pelo navegador Amyr Klink e por alguns políticos do PT e do PC do B.



Fotos 13 e 14: Missa e partida da SOS Sobrevivência; domingo de 04/04/1993
Fonte: Acervos, René Schärer/Terramar

Até o seu destino, perduraram 74 dias, com a participação dos quatro pescadores e de duas mulheres na logística e apoio por terra. Teve como principal objetivo a denúncia da pesca predatória de lagostas no litoral cearense, e constituiu-se num ponto de partida para a deflagração de uma série de ações e atos que vieram movimentar e mobilizar a categoria dos pescadores artesanais do Estado. O

¹¹⁷ Para conhecer melhor sobre a história da viagem da SOS Sobrevivência e seus desdobramentos, favor acessar; <http://www.fortalnet.com.br/~fishnet/princ.html>

feito relembra a saga de outros companheiros, 50 anos antes, como a viagem de Jerônimo e “Jacaré” (Manoel Olímpio de Meira), para o mesmo destino. Esses foram recebidos pelo presidente Getúlio Vargas, a quem denunciaram o abandono dos pescadores nordestinos e reivindicaram o direito à aposentadoria (CARUSO, 2004).

Um dos atos, após a partida da SOS Sobrevivência, foi a criação do Instituto Terramar, que teve a colaboração e participação direta do Sr. René Schärer. Essa ONG foi gestada enquanto a jangada comunitária fazia seu trajeto. Pescadores, intelectuais¹¹⁸ e representantes de ONGs participavam de quatro seminários no auditório “Castello Branco” da Reitoria da UFC, discutindo e debatendo os temas: pesca predatória de lagostas, especulação imobiliária no litoral, falta de apoio à pesca artesanal e ao turismo de base comunitária. Daí surgiu um documento com propostas e encaminhamentos ao Governo do Estado e às autoridades do setor que não deram a devida atenção àquelas reivindicações. Mesmo assim, a sociedade civil fez sua parte e instalou o TERRAMAR, como ficou conhecido. O Instituto foi pensado com base em iniciativas e demandas do movimento da Prainha. E iniciou seu

[...] trabalho em 1993, depois do movimento do SOS Sobrevivência, que foi o marco histórico dentro da formação e criação do Terramar, juntamente com vários professores da Universidade. Enquanto a jangada fazia sua ‘caminhada’ em direção ao Rio de Janeiro, a gente fazia aqui toda aquela discussão e debate no Auditório Castelo Branco da UFC. (Assessor, Terramar).

Doravante, essa entidade, financiada principalmente pela cooperação internacional (ONGs ambientalistas e Associação *Verein*), passou a ser uma das principais impulsionadora, promotora e executora de ações sociais na consolidação do movimento na comunidade da Prainha. Segundo um de seus assessores, isso aconteceu porque

O Governo brasileiro não consegue acompanhar, não consegue, compreender o nosso papel na sociedade. Apesar de nós restringirmos ao papel na Extensão Pesqueira, nós não temos a missão de transferir a tecnologia, mais a preocupação de facilitar processos de reflexão e comunicação, que dê luz, que abra caminhos, melhore a compreensão de sujeito social. A gente acredita que esse é nosso papel e que deveria ser realizado pela extensão pesqueira oficial. [...] Mesmo as idéias de formação, a gente acredita que não é responsabilidade nossa de executar, mas, mostrar como deveria ser formada a política pública. (Assessor, Terramar).

Nesse sentido, o Terramar foi o principal “agente” de extensão na comunidade, respondendo, principalmente, pelas áreas de pesca e educação. Iniciou

¹¹⁸ Foram professores das Universidades Federal e Estadual do Ceará, graduados de Engenharia de Pesca, de Sociologia e de Educação, assim como graduandos dessas mesmas áreas. Eram os intelectuais “orgânicos” da academia, segundo a concepção gramsciana.

suas ações de forma intensiva na escola para depois intervir no sistema produtivo pesqueiro. Nessa direção, a instituição assumiu grandes desafios, e, para enfrentá-los, ela direcionou

[...] um foco muito grande na questão da pesca, na educação focada dentro da escola e na questão da terra. Entramos com três grandes focos na comunidade. A gente acreditava, inclusive, que assessorar os pescadores, como foco principal, era a nossa missão institucional. O grupo de pescadores era o nosso grupo alvo prioritário. (Assessor, Terramar).

Após esse trabalho de inserção inicial na comunidade, o Instituto procurou conhecer melhor a realidade local e de outras comunidades típicas de pescadores, que solicitaram a presença de seus assessores. Essa demanda ampliou o trabalho e a visão daqueles que gerenciavam a instituição. Eles passaram a conhecer e se envolver com outras realidades. Dessa maneira, a forma de perceber

[...] a concepção socioambiental vai se ampliando, porque acreditamos que as comunidades pesqueiras elas são multifacetadas. Elas não têm só pescadores, apesar de suas vidas serem a base econômica, sociocultural e a identidade da comunidade. [...] Hoje a gente amplia o termo de 'Liderança Comunitária', como aquele que se relaciona direta ou indiretamente com a pesca, mas não necessariamente os pescadores. Aí você entra com as lideranças femininas, as líderes mulheres, jovens; a gente amplia o conceito. (Assessor, Terramar).

Para enfrentar todos esses desafios, o Instituto teve que, pela vivência dos trabalhos de campo, planejar e organizar-se para solucioná-los, na medida em que as demandas iam aparecendo. Para tanto, seu quadro de pessoal, assessores e estagiários teve que ser composto por uma

[...] equipe multidisciplinar, com formação em várias áreas: Geografia, Assistência Social, Comunicação Social, Pedagogia, Letras, e uma maioria de Engenheiros de Pesca. Ao longo do tempo essa equipe varia, muda seu perfil. Tem períodos que tem mais um ou outro perfil, vai depender daquela necessidade e dos projetos em execução. (Assessor, Terramar).

Foi também por meio do Terramar e do relacionamento deste com outras ONGs, que a comunidade e seu movimento social ampliaram sua relação e envolvimento com outras comunidades, observando outras experiências e vivências, mediante parcerias e participação em “redes sociais”¹¹⁹ de comunidades e afinidades socioprodutivas, tanto no plano nacional como

¹¹⁹ Como citado em nosso referencial, esse estabelecimento de alianças com as redes sociais e culturais é muito enfatizado dentro dos NMS. Essas formações provêm da autonomia dos indivíduos, agentes e grupos sociais, como categorias principais. Essas alianças sustentam-se como uma forma de aglutinar grupos e movimentos, como conquista ou como uma interação, formando a base de novas relações sociais, mesmo que possuam caráter/interesse diferentes (GOHN, 2006; p. 135).

[...] a nível internacional, como é o caso da ICSF - *International Collective in Support of Fishworkers*, na pesca. Em relação ao turismo comunitário, a nível estadual relaciona-se com o Fórum de Defesa da Zona Costeira, com a 'rede' TUCUM (Turismo Cearense Comunitário), e a nível nacional, com a TURISOL (Turismo Solidário); com o 'Projeto Bagagem', que é uma 'rede' de Economia Solidária para o turismo de base comunitária no Brasil; e internacional, com a 'rede' REDTURS – Red de Turismo Comunitário de América Latina; com a 'rede' Dante, na Europa, dentre outras. (Assessor, Terramar).

No despertar da comunidade para esse novo período, outros agentes e parceiros cooperaram e ajudaram nas ações e projetos sociais demandados pela coletividade local. Dentre os principais, citamos: a Fundação ABRINQ – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos, por sua Diretoria de Defesa da Criança e do Adolescente, financiando projetos e iniciativas dentro da escola local; das Universidades Federal e Estadual do Ceará, mediante projetos e cursos de extensão, difusão de tecnologias e de trabalhos acadêmicos que promovem a discussão e reflexão de ações comunitárias locais.

Segundo Gohn (2006), a força dos movimentos sociais deriva de uma combinação de parcerias com recursos internos e externos. Para seus organizadores e lideranças terem sucesso, dependem não apenas de uma organização, mas também das redes sociais que dão suporte ao movimento e das estruturas de mobilização, que os interligam. Na sociedade contemporânea, também dependem da mídia para se comunicar com seus aliados e inimigos, para inovar seus repertórios que utilizam para atingir seu objetivo. Para que todo isso seja deflagrado, entretanto, são necessárias oportunidades políticas favoráveis ou acessíveis. Nessa perspectiva, a autora conclui, “que os movimentos são como reféns do ambiente externo. Eles próprios têm pouca capacidade para mudança e a inovação”. (Op. cit. p. 99). Tal afirmação se harmoniza com nosso pensamento, conforme expresso na abertura desse item.

No caso do movimento social da Prainha, existem também os “espaços de parceria”, como o Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense e o Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará (FDZCC), onde a comunidade por meio de suas lideranças, debatem, apresentam e discutem os projetos comunitários locais, defendem e posicionam-se a respeito de políticas públicas municipais e estaduais que dizem respeito a ação, participação e intervenção estatal na vida comunitária, bem como em sua produção e sua sustentabilidade.

Para chegar até esse nível, a comunidade sai daquela dualidade, questão da terra e do monopólio na pesca – praticamente os dois problemas que mais afligiam

a comunidade antes da instalação do movimento – para questionar e discutir a necessidade de se solucionar outros valores básicos, como a saúde e educação. Com a chegada da ajuda e cooperação das agências, seus assessores e dos “sujeitos externos”, as outras demandas foram também dimensionadas e questionadas. A educação foi a primeira a ser focada e mais trabalhada – tanto na primeira fase quando na última – e utilizada como meio para se alcançar os objetivos principais do movimento, mas sempre

[...] tendo a questão da terra como plano de fundo de todas as outras demandas. Porque não adiantava nada a gente ter saúde e educação sem a gente não possuir a terra. Todas essas dimensões a gente tratava sempre tendo em vista a importância da permanência na terra, para tanto sempre havia um compromisso muito sério de lutar em defesa da terra. (Professor, 31 anos).

A segunda preocupação emergente na comunidade era com a saúde, principalmente no tocante à mortalidade infantil que era alarmante. A maioria das famílias alimentava-se quase que exclusivamente do peixe com farinha de mandioca e possuíam uma média de mais de sete¹²⁰ filhos por casal. Como não existia atendimento médico na comunidade, também não havia o acompanhamento do pré-natal. “Quem resolvia, parcialmente, as situações de emergência era a Toyota, que servia pra tudo na comunidade, além de comprar gelo e vender o peixe, transportava os alunos da 5ª a 8ª série pra escola”. (René Schärer).

Tudo era muito difícil no início desse movimento. Além dessas questões básicas que afloravam à vista de todos, ainda se tinha que trabalhar o problema da afirmação, da representação social local, além da escassez de recursos. “O pessoal não sabia ir a Beberibe, não sabia buscar seus direitos, não tinha recurso, não tinha dinheiro. As vezes reuniões deixaram de acontecer porque o Centro Comunitário não tinha condições de comprar um tambor de gás”. (Liderança; 43 anos). A afirmação é corroborada por outra liderança, quando cooperava diretamente com essas ações:

As principais dificuldades naquela época eram as condições financeiras. Basicamente ninguém tinha condições para ir avante com a luta. Na época eu tinha um comércio e eu ajudava muito a comunidade. Eu tirava dinheiro da gaveta para dar o pessoal para ir a Fortaleza, conversar com os advogados. (Líder comunitário, 49 anos).

Foi com essa realidade que os parceiros, agentes e colaboradores desse movimento comunitário enfrentaram as demandas e questões da Prainha. A maioria da população retribuiu com firmeza, dedicação e perseverança, com atitudes e incorpora-

¹²⁰ Média obtida baseada em entrevistas junto às agentes de saúde que atuavam naquele período.

ção das ideias que lhes foram transmitidas. Hoje a comunidade enfrenta com maior segurança e independência seus problemas e demandas. Na sequência, apresentaremos as principais conquistas dessa comunidade com suporte em seu movimento.

5.2 A Conquista da Cidadania na Prainha

Ser um morador, ser um nativo, é participar do processo de construção da comunidade, eu me sinto assim, um elogiado.

Líder Comunitário (33 anos).

Nesta seção, traremos a cotejo as principais mudanças ocorridas na estrutura e nos segmentos sociais da comunidade com a instalação do movimento, sempre de acordo com a narrativa daqueles principais sujeitos que vivenciaram essas ocorrências, bem como das anotações e observações colhidas durante nossa permanência com o trabalho de campo na comunidade.

No curso de todos esses anos (desde 1981) de luta do movimento local em busca dos direitos de cidadania de seus moradores, a comunidade vive, e experimenta transformações em seu meio, de maneira peculiar e diferente das demais comunidades tradicionais pesqueiras litorâneas do Estado. Creditamos essa diferença à prioridade concedida ao setor da educação, como um foco principal daqueles sujeitos que assessoravam e contribuíram na formação e constituição desse movimento. Com o planejamento e reestruturação deste setor, os demais, como a saúde, a pesca e o surgimento do turismo comunitário, tomaram um alento, juntamente com os comunitários para o melhoramento das condições de vida e o desenvolvimento local da Prainha.

Essas conquistas serão apresentadas doravante, de acordo com a prioridade que foi dada pelas lideranças locais, mediante decisões e demandas tomadas sempre conjuntamente com os comunitários em assembleias convocadas para tal fim. Lembramos, ainda, que, após a reestruturação da escola local, as demais demandas foram sendo implementadas, conjuntamente, quase que na mesma sequência em que iam sendo necessárias à sua incorporação pela comunidade local. Está dividido em cinco subitens, assim denominados: A Escola e a escolarização na comunidade; A Saúde como condição básica da sobrevivência humana; A Pesca como vetor do processo socioeconômico e produtivo; Turismo Comunitário: a alternativa de renda - exemplo para outras comunidades do Estado; e Outras vitórias.

5.2.1 A Escola e a Escolarização na comunidade

Mais a escola daqui também mudou, a escola daqui hoje é uma escola que tem pra tudo, mudou muito a escola depois desse movimento. Pescador aposentado (67 anos).

A instrução escolar na comunidade iniciou-se precariamente com a separação de uma sala, para a utilização desse fim com as crianças, nas dependências da Capatazia, quando esta foi oficialmente instalada na localidade. Daí até chegar às condições de uma estrutura oficial, a escola transitou por diferentes etapas. Segundo um dos integrantes da Capatazia, na época,

A escola era arrumada numa casa aqui da colônia dos pescador, aí os meninos ia estudar lá. Depois teve uma enchente muito grande e a lagoa do Jardim arrombou e a enchente derrubou a parte da escola, aí nós butemo a escola na casa do meu pai. Depois, foi o tempo que nós se mudemo pra cá, aí nós conseguimos outras casas pra butar a escola, ou fazia uma latada de palha e ali o povo estudava. (Pescador aposentado, 67 anos).

Até a descoberta do problema da terra, “nós aqui não conhecia nem o que é escola. Escola era uma coisa muito de ouvir falar. [...] Antes nada existia, somente o MOBREAL e o resto era uma turminha bolando de casa em casa sem ter onde ficar, parava tudo na 3ª série”. (Pescador; 65 anos). Durante a instalação do movimento, a escola contava com a professora Inez, que residiu na localidade até meados de 1985 e tinha cursado somente até o primeiro ano do ginasial¹²¹, juntamente com a professora Maria da Penha, que residia fora da comunidade e possuía um grau de qualificação ainda menor. Nesse período, a escola já funcionava em prédio público, conforme podemos observar na fotografia 15, com duas salas, e, no ano seguinte, foram erguidas mais duas que, até aquele momento, abrigavam as quatro turmas iniciais do ensino fundamental, incluindo alfabetização, que funcionava num barracão de palha ao lado do prédio da escola.

¹²¹ “Na época, minha formação era apenas de primeiro grau, com o exame de admissão, havia estudado (1970-1972) no colégio da SENEC em Beberibe, o primeiro ano do ginasial” (Professora Inez). Atualmente a professora possui licenciatura plena em História pela Universidade Vale do Acaraú (UVA) e publicou artigo sobre seu trabalho pedagógico na comunidade no VI Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, em São Paulo, 2008. Após essa publicação, conseguiu firmar contrato de trabalho, como educadora social, com o Instituto Paulo Freire (IPF) em março de 2009.



Foto 15: Primeiro prédio público da comunidade: A Escola (1981)
Fonte: Acervo CDPDH

Somente em 14 de agosto de 1990, a escola foi oficialmente instalada com o nome de Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes (podemos verificar na Foto 16), pelo Decreto municipal nº 364/90. Até esse período, a escola funcionou sempre com muita precariedade (quatro salas, dois banheiros e uma cantina) de recursos e de pessoal. A maioria dos moradores, adultos, “continuava sem saber ler e escrever e era grande o índice de evasão e repetência escolar, porque na verdade, os professores não sabiam como trabalhar em sala de aula, porque a melhor qualificação que se possuía era até a quarta série”. (Professora, 41 anos). Essa afirmação foi comprovada também por meio de pesquisa acadêmica realizada em abril de 1993, que registrou entre os moradores da comunidade um percentual de 47,0% de analfabetos (não ser capaz de ler e escrever um bilhete simples, segundo o IBGE) e 46,3% possuíam apenas o primeiro grau, porém incompleto (CHRISTOFFEL, 1994).



Foto 16: Prédio da escola antiga, reformado (bloco-1, 1986)
Fonte: Acervo Terramar

Até esse período, a comunidade só possuiu professores com a formação escolar de até o primeiro grau incompleto. Esses docentes eram os responsáveis pela instrução dos alunos até a 4ª série, numa escola que foi ampliada para sete salas e já possuía quatro professores. Daí em diante, as famílias que queriam manter os filhos na escola tinham que deslocá-los para outros distritos vizinhos (Campestre, Quatro Bocas e Paripueira) para continuar estudando. Essa situação, no entanto, já tinha outra perspectiva, quando em 1992 começou a funcionar a creche “Peixinho Dourado”, como o primeiro experimento que viria modificar e reestruturar toda a educação na comunidade.

Com a chegada e o apoio do Instituto Terramar, essa realidade foi positivamente modificada. Foram alocados investimentos e significantes recursos em capacitação e treinamentos de jovens nativos que despertavam para a prática do magistério e a liderança. Esses jovens foram contemplados com um projeto financiado pelos “Amigos da Prainha”, que concedeu bolsa-auxílio para complementarem seus estudos até o 2º grau¹²², e pedagógico, em Fortaleza e Rio de Janeiro. Na primeira etapa, 12 jovens foram beneficiados.

Na segunda fase, foram concedidas mais três bolsas. Desse grupo, saíram alguns dos atuais professores, diretores de conselho, presidentes da Associação e lideranças na comunidade. No plano local a intervenção foi iniciada

[...] dentro da creche comunitária ‘Peixinho Dourado’, que funcionava dentro do Centro Comunitário atual. Trabalhamos o primeiro projeto intitulado; reestruturação do trabalho na creche. Pensamos uma metodologia baseada nos princípios do construtivismo, para trabalhar a questão dos planejamentos estratégicos semestrais e anuais que as professoras nunca tinham realizado; como também trabalhar a questão da Arte e Educação, já a partir da alfabetização [...] Passamos quase cinco anos na educação básica, reformulando os currículos e chegando a fazer até dois livros básicos envolvendo a história e a cultura local. (Assessor, Terramar).

Com a instalação e execução de projetos como esses, dentro e com os professores da escola, juntamente com o trabalho de conscientização que convocou e envolveu todos os alunos e pais da comunidade para serem parceiros na construção de outra escola, a educação na comunidade deu um salto e contribuiu na direção da melhoria da qualidade de vida da população. O objetivo era envolver a família e a escola, visando a um melhor desenvolvimento na educação das crianças e jovens da comunidade. Para tanto, o construtivismo foi a ferramenta fundamental,

¹²² A capacitação desses jovens foi por demais importante para o movimento local, pois, segundo René Schärer; “... se não conseguisse capacitar os jovens a coisa não ia para frente, porque na época só tinha um jovem com segundo grau aqui na comunidade, que depois foi ser motorista”.

juntamente com a proposta de Paulo Freire, para a formação de uma escola diferenciada. De posse desse conjunto e com uma proposta da gestão coletiva para o enfrentamento dessa problemática e dos recursos de projetos específicos para a área, surgiu o Conselho local de Educação, o primeiro¹²³ do Município de Beberibe.

Quando em 1995 se criou o Conselho local de Educação, decidimos convocar todos os pais de alunos da comunidade para serem parceiros na construção de uma nova escola. [...] Só assim foi possível conseguir, pela primeira vez, juntar os 100 pais e mães da comunidade para apresentar a precariedade da escola, que nós não tinha esperança de mudança esperando pelo poder público, e propor um projeto coletivo pra mudar aquela escola. A resposta da comunidade foi Sim. (René Schärer).

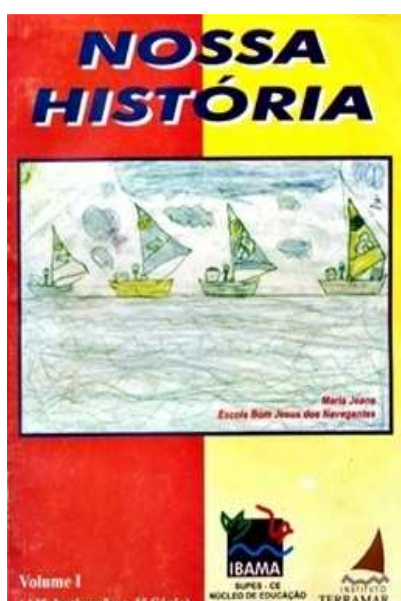


Figura 3: Livro Nossa História
Fonte: Acervo Escola

Com este projeto, reflexões conjuntas com a comunidade sobre a situação do sistema educacional resultaram em opções e sugestões para a melhoria da qualidade do ensino. Algumas ações foram elencadas como fundamentais para a melhoria do sistema educacional local, tais como: a capacitação de professores; a recuperação da valorização da cultura; a criação de uma proposta curricular situada no contexto da comunidade; e a elaboração do livro *Nossa História*¹²⁴, (Figura 3), que apresenta a comunidade, seus saberes e práticas sociais mediante temas como sua origem, organização social, meio ambiente e a pesca.

Também merece menção o projeto “Criança Construindo”, executado pelo Instituto Terramar a partir de 1996 e que visou a melhorar a educação mediante a participação ativa de professores, pais e estudantes, bem como da aplicação da pedagogia do construtivismo, partindo da realidade da vida para o ensino/escola. Esse trabalho conseguiu reduzir as taxas de repetição e de evasão escolar, tendo recebido o prêmio “Criança 1997” da Fundação ABRINQ, que financiou o projeto até 1999¹²⁵. Nesse sentido, foi realizada uma série de ações para a promoção e melho-

¹²³ Apesar do exemplo que a Prainha estabeleceu, apenas quatorze anos depois foi que a Sede do Município instalou o seu Conselho Municipal de Educação (CME), criado pela Lei nº 939, de 08 de abril de 2008, na administração do Prefeito Odivar Facó, que também foi o chefe do Executivo na gestão anterior.

¹²⁴ O livro “Nossa História” foi elaborado pelos professores e alunos da escola sob assessoria e edição do Instituto Terramar. Com uma proposta metodológica inovadora, surgiu da necessidade de criação de um material didático pensado da realidade local que servisse como instrumento de um processo consciente de alfabetização das crianças, com base na história da comunidade.

¹²⁵ O primeiro ano foi financiado pela Associação dos Amigos da Prainha do Canto Verde.

ria da qualidade de vida, por intermédio da escola, como o trabalho de musicalização com os alunos desde a 5ª série, com aulas de violão e flauta. Esse foi o projeto que deu partida para as atividades formais do Conselho de Educação.



Foto 17: Prédio (bloco 2) da Nova Escola na Prainha (1996)

Fonte: Acervo Terramar

Após essas ações, diversas mudanças foram praticadas, por meio dos assessores do Terramar, que trabalharam mais intensivamente na escola no período de 1995-99. Após o primeiro trimestre de 1996, com o financiamento dos “Amigos da Prainha”; Embaixada da Suíça e Assembleia Legislativa do Estado de Basileia – Suíça, foi inaugurado o prédio da Escola Bom Jesus dos Navegantes, o qual podemos observar na fotografia 17, e que marcou um novo período na educação da comunidade.



Foto 18: Novas instalações (bloco 3) da Escola na Prainha (1997)

Fonte: Acervo Terramar

A ampliação da escola com a construção de mais estruturas (prédio da direção, secretaria e cantina - Foto 18) deu-se em 1997. Foi concretizada com o repasse de material para sua construção fornecido mediante de convênio entre a

SEDUC e a Prefeitura de Beberibe, com apoio financeiro dos “Amigos da Prainha” e com o trabalho de mutirão de pais e jovens da escola.

Ainda dentro desse trabalho de mudança na escola, foi realizado, de 05 a 07 de setembro de 1997, o seminário “Escola e Vida no Litoral” (conforme registro da fotografia 19), promovido pelo Terramar e a Escola local, com apoio da Fundação ABRINQ e Natura Cosméticos. Conforme o *folder* do evento, seu objetivo era levar a vida da comunidade para dentro da escola, impulsionando a participação comunitária na gestão da escola, contribuindo para diminuição das taxas de evasão e repetência escolar. Dessa forma, os diversos temas do cotidiano comunitário foram motivados para serem discutidos em sala de aula, tais como: as questões ligadas à pesca e a problemática da terra; a questão da educação ambiental; o turismo comunitário; a capacidade pedagógica de professores no envolvimento e promoção da relação escola/comunidade, todos, pontos do seminário. Assim,

[...] o movimento colocou a educação como uma demanda muito importante, ajudou e incentivou nesse aspecto, de trazer a comunidade pra dentro da escola. [...] Também avançamos com os professores, que não tinham qualificação e nem vontade de estudar, mas com o apoio do movimento, enquanto organização, hoje, a maioria dos professores são formados, possuem graduação. (Professor, 31 anos).



Foto 19: Discussão de Temas da Comunidade na Escola
Fonte: Acervo Terramar

Atentando para se reaver a valorização da cultura local, foi também nesse período que se implantou o projeto do “Coral das Crianças” (1994), que proporcionou a apresentação e difusão da cultura da comunidade em diversos locais (Bienal do Livro, no Centro de Convenções - registro na fotografia 20; Centro Cultural Dra-

gão do Mar etc.) e municípios (Fortaleza, Icapuí, Aracati e outros do litoral cearense) através de várias mídias, no Estado do Ceará. O coral era formado por um grupo de 30 a 35 crianças, com idade variando entre sete e 13 anos, para os meninos e até 14-15 anos para as meninas. O grupo também era convidado para realizar apresentações em festividades e eventos locais, como a festa do padroeiro, nas regatas ecológicas e nos seminários e cursos realizados na comunidade. Durante as apresentações, as crianças entoavam músicas sobre a preservação ambiental, o modo de vida, a luta e a história de sua comunidade, bem como realizavam o resgate de músicas tradicionais, como as cirandas. O grupo tornou-se motivo de orgulho da escola, dos pais e da comunidade, levando para adiante sua autoestima.



Foto 20: Apresentação do Coral da Prainha na Bienal do Livro, em Fortaleza
Fonte: Acervo Terramar

Fica evidente mediante esses projetos implementados na escola que ela ficou mais vinculada à vida comunitária, refletindo-se na desenvoltura dos seus alunos nos diversos momentos de interação escola/comunidade, assim como na participação mais efetiva dos pais na vida escolar. A vinculação escola/comunidade tem promovido mais vida (ação) à escola e levado a escola para a vida. Essa concepção de trazer o lúdico e a arte para o espaço escolar demonstra-nos que ela está atenta para perceber o cotidiano comunitário, criando condições para essa interação, de tal maneira que esta escola não desloque seu foco desse ideal como elemento fundante de uma nova concepção de ensino.

Essa afirmação torna-se mais concreta quando observamos os trabalhos de sala das crianças, quando são chamadas para representar seu cotidiano mediante ilustrações da vida comunitária. Verificamos nas reproduções dos desenhos da Figura 4, a percepção dos alunos Renato e Bruno (3ª e 4ª séries), quanto ao dia a dia de seu

local de vivência, representando com firmeza a realidade dos temas abordados em sala, testemunhando como a vida da comunidade permeia o imaginário, o qual é reforçado por meio dos conteúdos curriculares; observando como eles vislumbram, no mar da Prainha, os recifes artificiais de uma maneira próxima ao real, mostrando, assim, conhecer uma tecnologia que foi trabalhada diretamente com seus pais. Dessa maneira, ao contrário da maioria, a Prainha torna-se referência de uma concepção integradora escola-comunidade, tanto para si quanto para localidades vizinhas e até para as demais do Município onde ela está inserida.



Figura 4: Desenhos realizados por alunos da Escola Bom Jesus dos Navegantes
Fonte: Acervo Terramar/Escola

Assim sendo, a escola procurou orientar seu trabalho por meio de projetos interdisciplinares, trabalhando os conteúdos curriculares via construção coletiva dos conhecimentos, com o estudo, pesquisa e discussão de temas relevantes à comunidade. “Hoje a escola da Prainha ela é aberta pra se discutir, a problemática ou se levar qualquer problemática da comunidade ou de qualquer outro sistema pra dentro da sala de aula”. (Pescador; líder comunitário, 34 anos). Isto é possível por que

[...] o conteúdo que é discutido na escola, é o conteúdo que retrata a comunidade. Ele está localizado num pequeno livro que foi feito especialmente para tratar das questões da comunidade. É a questão da terra, a geografia e os problemas, a cultura da comunidade. [...] Na minha época o mar era uma coisa somente pra mim tomar banho. Hoje não, se discute a questão da lagosta, da pesca predatória na sala de aula. (Líder comunitário, 26 anos).

A Escola também discute e procura intermediar os conflitos internos:

Veja o caso das Placas que foram colocadas na comunidade, sobre a venda de terras. Tem gente que foi lá e derrubou, porque acha que a Placa tá incomodando, tá prejudicando ele. Mais na verdade não é a Placa, é o que tem na Placa, é o que tá escrito nela que incomoda muitas pessoas da comunidade. Isso vem aqui pra dentro da escola. (Professora, 31 anos).

O trabalho pedagógico em sala de aula utiliza como pano de fundo a vivência adquirida na luta do movimento e a educação ambiental, onde se busca consolidar, mediante um esforço coletivo, a melhoria da qualidade de vida na comunidade. Dessa forma, os alunos têm acesso a essa informação “porque na escola, durante nossas aulas, a gente sempre relata esse processo, principalmente professores que nasceram aqui, que participaram da luta, que são a maioria”. (Professora; 31 anos). Assim sendo

[...] dentro do nosso currículo a gente coloca e discute muito esses assuntos. Se tamos trabalhando história, a gente traz a história de nossa comunidade, a história do meio ambiente, se fala sobre a pesca, se fala sobre o lixo doméstico, sempre tentando trazer para a realidade da nossa comunidade, discutindo seus problemas vividos. [...] A gente percebe que depois que a escola começou a discutir, a encarar esses problemas, muita coisa mudou. A gente percebe essa mudança através dos depoimentos dos alunos, de 7-8 anos, em sala de aula. (Professora, 41 anos).

A educação ambiental trabalhada em sala procura a vinculação entre escola e comunidade, sem necessariamente optar por uma disciplina específica dentro do currículo escolar, mas considera que esta deve permear todas as disciplinas e atividades escolares. É interessante observar que, nesse sentido, a escola busca desviar-se das práticas pedagógicas estritamente preservacionistas, procurando enfatizar os problemas ambientais do cotidiano da comunidade, tais como: a pesca predatória, a especulação imobiliária, a questão do lixo doméstico, a agroecologia e, ultimamente, a reserva extrativista marinha. Certamente, existem espaços para trabalhos contingenciais, como a feira de ciências, os seminários e as datas comemorativas. Além do mais, já existem transformações nos hábitos dos antigos pescadores que servem de exemplo a ser seguidos pela geração futura. Observemos.

Aqui os pescadores comiam os ovos da tartaruga, hoje não fazem mais. Aqui os pescadores matavam o Boto, isso não existe mais. Isso são questões de ecossistema, questão de confiança e consciência ecológica. A educação da escola ajudou nisso, lá retrata muito o dia-a-dia da comunidade, fala do que se pode fazer do que não se pode fazer. (Líder comunitário, 30 anos).

Dentre esses aspectos socioambientais, a escola participa de uma proposta denominada “A Arte de Viver”, que vai em direção ao desenvolvimento sustentável da comunidade. E, quando se fala em sustentabilidade, numa região como a da Prainha, chega-se rapidamente à Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes, porque seus projetos estão, de fato, integrados a tudo o que acontece na comunidade, isto porque “nenhuma escola de Beberibe vive o que nós da Prainha do Canto Verde, vivemos em sala de aula”. (Professora, 41 anos).



Fotomontagem 21: Atividades da agroecologia na comunidade

Fonte: Acervo René Schärer

N'A Arte de Viver, são utilizados princípios da agroecologia em uma área de um hectare, onde a água, utilizada de maneira ecológica no plantio, provém de vazantes que acumulam água das chuvas. Esse líquido, que também está a dois metros da superfície nessas vazantes, é captado pelo uso de catavento, construído em madeira pelos próprios moradores, que também abastece uma horta comunitária. Há dois anos, quatro famílias de pescadores utilizam as novas técnicas de plantio e irrigação da chamada "Permacultura"¹²⁶ (conforme observamos na fotomontagem 21), fazendo uso, também, da energia eólica obtida dos cataventos.



Foto 22: Aula de campo nos canteiros da horta escolar

Fonte: Acervo escola

Já os canteiros da horta da escola (observe-se aula de campo neles, na fotografia 22), são irrigados com a utilização de bombas centrífugas e são patrocinados pelo projeto Geração Muda Mundo, financiado pela ASHOKA, uma fundação

¹²⁶ Bill Mollison e David Holmgren, criadores da Permacultura, cunharam esta palavra nos anos 1970 para referenciar "um sistema evolutivo integrado de espécies vegetais e animais perenes úteis ao homem". Buscavam os princípios de uma Agricultura Permanente. Logo após, o conceito evoluiu para "um sistema de planejamento para a criação de ambientes humanos sustentáveis" como resultado de um salto na busca de uma Cultura Permanente, envolvendo aspectos éticos, socioeconômicos e ambientais. Disponível em: <http://www.permear.org.br/2006/07/14/o-que-e-permacultura/>, acesso em: 17 jun. 2009.

internacional com sede em Washington (EUA), que fomenta e promove o empreendedorismo social nos jovens, investindo em sua capacidade de criar empreendimentos com impacto social positivo. A experiência envolve atualmente seis grupos de jovens da comunidade e levou os alunos participantes a um encontro em Limoeiro do Norte-CE. O grupo ganhou um prêmio de R\$ 1.500 pela iniciativa.

Observam-se nessas ações, apresentadas nas fotografias anteriores, o caráter de singularidade da Escola na Prainha e o papel que ela representa na formação e consolidação do movimento comunitário local. Assim, os mais jovens vão aprendendo e discutindo a problemática da terra, o porquê de não se vender as terras, da não-necessidade da venda de terrenos para se ter um desenvolvimento da comunidade. Também são trabalhadas “questões relativas ao turismo comunitário; porque desenvolver um turismo comunitário sustentado em vez do turismo de massa? Esses conteúdos são colocados, são trabalhados desde os primeiros anos até as últimas séries da escola”. (Professora; 31 anos). Dessa maneira, os alunos vão se apropriando dos valores e da história da luta do movimento social na comunidade.

Observamos também, pela integração entre o espaço escolar e o desenvolvimento comunitário, uma visão de aglutinação e sintonia da escola com o movimento social local, principalmente quando aborda e enfoca temas em suas oficinas, tais como educação ambiental, sexualidade e prevenção contra as doenças sexualmente transmissíveis e, combate as drogas. Essas ações contribuem para preparação e esclarecimento da população local, a fim de vivenciar o desenvolvimento do turismo comunitário, que chegou à comunidade.

Com arrimo nesse trabalho pedagógico, nas estratégias, nas práticas aplicadas e colocadas pelo corpo docente em sala de aula, o **objetivo** de envolver a família e a escola visando a um melhor desenvolvimento na educação, na direção da melhoria da qualidade de vida da população, está sendo alcançado. Essa afirmação fica mais evidente quando verificamos os dados apresentados por uma pesquisa acadêmica realizada por Almeida, em 2002¹²⁷, que tinha como ação o “monitoramento participativo da qualidade de vida na Prainha do Canto Verde”. Os indicado-

¹²⁷ O trabalho foi baseado nos fundamentos da pesquisa-ação, realizada em 2002, que teve como título: Indicadores de qualidade de vida: instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais - o caso da Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE (dissertação de mestrado).

res encontrados para o setor educação (Tabela 2) apresentam-se claros na revelação desse envolvimento.

Tabela 2: Indicadores para Educação/Escolarização

Código	Educação	%
EDU. 1	Famílias em que os filhos utilizam os recursos da biblioteca	85,6
EDU. 2	Famílias em que os pais ajudam os filhos nos deveres	75,9
EDU. 3	Famílias que possuem filhos fazendo atividades extra-classe	22,8
EDU. 4	Famílias que participam das atividades da escola	69,0
EDU	Índice	62,1

Fonte: Almeida (2002; p.133)

Observando o primeiro indicador, fica evidente que, na maioria das famílias (85,6%), seus filhos costumam utilizar os recursos da biblioteca, o que nos revela que esse recurso tem estimulado os alunos à prática e ao hábito da leitura. O fato é também testemunhado por professores da escola, que afirmam ser a “biblioteca um dos espaços que os alunos procuram mais. Após a hora do lanche a maioria deles vão para lá e só saem quando a gente chama para o retorno das aulas. A gente percebe que eles gostam de ficar lá”. (Professora, 41 anos).

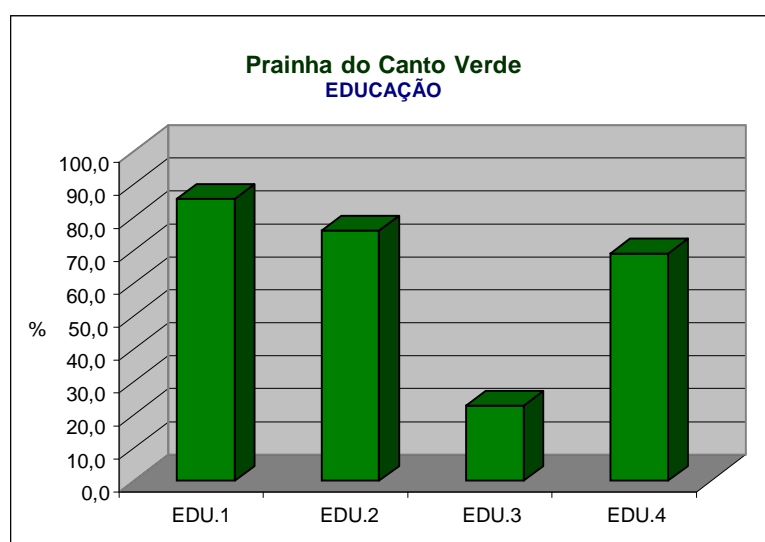


Gráfico 1: Indicadores para Educação/Escolarização

Fonte: Almeida (2002; p.133)

Verificamos, também, na tabela acima que o segundo e o quarto indicadores se reportam à atitude das famílias ante a educação de seus filhos. Nessa direção, observamos no Gráfico 1 que quase 76% dessas famílias auxiliam seus filhos nas tarefas escolares. Muito embora a comunidade ainda possua casais semianalfabetos, essa ajuda não necessariamente se apresenta por meio da leitura ou da es-

crita. Ela advém do acompanhamento da educação, da participação nas atividades (69%), na orientação, reflexão e discussão de temas que dizem respeito à vida da comunidade, visto que, como vimos, a escola desenvolve uma proposta pedagógica que trabalha, em sala, temas que dizem respeito ao cotidiano da comunidade. Assim, a participação e ajuda das famílias se torna relevante, também, para o fortalecimento e a continuidade do movimento.

Finalmente, baseado no terceiro e menor dos indicadores da educação para aquele período, verificamos que importantes instrumentos educativos da escola, como o desenvolvimento de artesanato e a construção de brinquedos, atividades extraclasse (o trabalho de musicalização, via coral, está sendo reaberto) ainda não foram devidamente valorizados (22,8%) pelos alunos e famílias da comunidade.



Foto 23: Barracão de Artesanato da Nova Escola da Prainha
Fonte: Acervo Terramar

Mesmo assim, visitando o barracão¹²⁸ de artesanato da Escola, conforme contemplamos na fotografia 23, podemos observar, pelas figuras, desenhos e resultados de trabalhos dos alunos expostos no local, que também são trabalhados, em sala, conteúdos de valorização da cultura local. Com tal prática aplicada pelos docentes, os alunos vão tomando conhecimento das questões trabalhadas pelo movimento comunitário e modificando sua maneira de observar os problemas locais. “É por isso que hoje a gente já sente a necessidade de trabalhar a RESEX em sala de

¹²⁸ Nesse espaço, em salas adaptadas com a maquinaria necessárias, acontecem as atividades das aulas de Arte e Artesanato, onde alunos e pais apreendem a confeccionar trabalhos: em labirinto, em “fuxico”, em madeira e tecido etc. O resultado desse aprendizado é comercializado na Loja de Artesanatos (Bodega Solidária) da comunidade, nas pousadas e eventos promovidos no Centro Comunitário.

aula, porque a gente acredita que a mentalidade de muitos possa mudar através dessas ações”. (Professora; 41 anos).

Com esses relatos, observamos que a intervenção na Escola foi marcante e estratégica para a afirmação e consolidação do movimento social local, desde sua estruturação, reformulação dos currículos e o projeto político-pedagógico. Assim, “se se respeita a natureza do ser humano, o ensino de conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar”. (FREIRE, 2004, p. 33).

Também se investiu em edificações e equipamentos com a intervenção direta da comunidade, por meio de mutirões, parcerias e projetos de intercâmbio e convênios com ONGs e Universidades. São visíveis a mudança e a participação dos sujeitos externos nesse processo de escolarização comunitária, porque

Aqui na comunidade você pode contemplar uma escola diferenciada, por conta do projeto que ajudou, não é só a merenda escolar, não só pelos livros que são suficientes, mas pelo livro que a escola criou, pela biblioteca fornecida de livros; então tem muitas coisas que você precisa ver para crer. E isso aí não é recurso da Prefeitura não... (Líder comunitário, 49 anos).

A escola foi credenciada pelo Conselho Estadual de Educação a partir de maio de 2003. Também, nesse ano, ela participou e promoveu experiências especiais de cursos e turmas especiais, como foi o caso do projeto “Escola dos Povos do Mar” – que será apresentado com detalhes posteriormente – uma iniciativa do movimento dos pescadores locais que tinha o objetivo específico de alfabetizar jovens e adultos pescadores do litoral, contribuindo para o desenvolvimento de sua identidade, espírito de grupo e elevação da autoestima.

Em 2005, a escola criou o “Grupo de Amigos” com o fim de incentivar o voluntariado e a participação de moradores, amigos, visitantes nacionais e estrangeiros que vêm conhecer a comunidade. Além da participação direta, por meio de cursos de pequena duração durante as férias escolares, os visitantes contribuem com a doação de matérias e recursos financeiros que compõem um Fundo de Educação. O objetivo desse fundo é promover e melhorar a qualidade do ensino na comunidade, desde a educação infantil até o nível técnico profissionalizante e superior. Esses últimos, via promoção de “bolsas de estudo” (que serão devolvidas em 50% de seu valor para realimentar o fundo) destinadas a alunos, ex-alunos e professores da comunidade que são aprovados em vestibulares de universidades e escolas técnicas credenciadas e reconhecidas pelo MEC. Os recursos que compõem o fundo são

destinados, em percentuais iguais, para os programas de bolsa de estudos, educação infantil e ensino fundamental, na aquisição de material didático, brinquedos pedagógicos e atividades especiais, tendo sempre como finalidade a promoção de uma educação de qualidade para todos.

Nessa mesma direção e finalidade, um grupo de senhoras e adolescentes pensou, planejou e apresentou, durante o Seminário de Planejamento Estratégico para o Desenvolvimento Econômico (2004-2007) Local, o programa/projeto Arte-Escola. O projeto recebeu incentivo e apoio da comunidade, do Conselho de Turismo, via cooperativa e também dos “Amigos da Prainha”. Possui como objetivo a promoção, o resgate e consolidação do fazer artístico e artesanal da comunidade, despertando a curiosidade de crianças e adolescentes para o aproveitamento e reciclagem de sucatas e materiais da região, motivando-os para a prática do empreendedorismo, estabelecendo como estratégias:

- ✓ *Envolver a população da comunidade no estudo da arte e artesanato, considerando a faixa etária e as aptidões;*
- ✓ *Integração das mães dos alunos da educação infantil com as atividades artísticas da escola e percepção do desenvolvimento da criança;*
- ✓ *Troca de experiência e ensino entre artesões-artista da comunidade e professores e alunos da escola, assim como a troca de experiência com outras comunidades, entidades e escolas;*
- ✓ *Valorizar e aproveitar o material que a natureza nos deixa de graça responsavelmente;*
- ✓ *Equipar a escola com máquinas e material para o trabalho manual de arte e artesanato e autogestão;*
- ✓ *Introduzir noções sobre grupos produtivos, atividades culturais e o conceito de Socioeconomia Solidária. (Projeto aprovado; em execução na comunidade).*

Trata-se de mais um projeto em execução na comunidade que visa a promover o ensino e a qualidade da educação, envolvendo os diversos segmentos que compõem a escola. São atividades que recolhem a arte e a cultura locais, valorizando e reproduzindo os saberes nativos, podendo incrementar a renda das famílias, contribuindo para suprir e melhorar suas necessidades básicas, por meio da venda dos produtos conseguidos com esse aprendizado. É mais um projeto que justifica a utilização e a existência do espaço do “barracão de artesanato” da escola, promove e valoriza os docentes e artesãos locais.

Atualmente, o quadro de professores da escola está composto da seguinte maneira: 14 professores, dos quais 12 possuem graduação em Pedagogia; destes, nove concluíram especialização, também, na área da educação, e somente dois es-

tão com a conclusão do terceiro pedagógico. Sua estrutura foi ampliada de uma para três instalações prediais. De duas salas em 1981, para dez salas com 12 turmas do maternal à oitava série do primeiro grau, nos dias atuais. A Escola dispõe ainda de sala para leitura (pequena biblioteca), um laboratório com o apoio da SEAP, duas cantinas, sala de arte, galpão para práticas de artesanato, uma horta, sala para Diretoria e Secretaria e, uma sala onde funciona a sede da Associação de Moradores.

A escola dispõe ainda de uma Sala de Múltiplos, conforme podemos observar nas fotografias 24 e 25, onde está instalada a maior ilha digital dos distritos do Município de Beberibe, fruto de um projeto denominado “Canto Verde Digital” (CVT). O projeto foi instalado com o intuito de desencadear um processo educativo, voltado essencialmente para o fortalecimento da cidadania participativa, por meio das representações sociocoletivas (grupos organizados) da comunidade e a escola. O principal objetivo é utilizar o sistema de informática e informação, instalados para utilização da Escola (atende às turmas de 1ª a 9ª séries, com aulas de 45 e uma hora e 30 minutos, para o fundamental I e II, respectivamente), das organizações comunitárias e de seus moradores. O Telecentro tem capacidade para atender até 20 alunos por turma, com períodos intercalados e horários disponíveis para estudantes, pescadores e comunitários em geral, para realizarem estudos, pesquisas escolares e trabalhos técnicos, sob a coordenação de um educador de informática.



Fotos 24 e 25: Prédio do CVT e Sala de Múltiplos da Escola
Fonte: Acervo René Schärer

Para o ano letivo que iniciou em 2009, a Escola havia matriculado aproximadamente 330 alunos. Nesses dias, com sua estrutura e condição, a comunidade da Prainha possui uma escola que esta à frente da maioria dos distritos do Município. Nesse momento, segundo uma de suas mais influentes lideranças,

A Prainha hoje tem condições de você pegar jovens, homens, de 12 a 20 anos, em sala de aula, que queiram ser pescador, e trabalhar com cuidado especial esse pessoal no tema 'pesca'. [...] Eu acho que dá pra se avançar muito através da educação e eu acho que é o espaço que deve ser aproveitado. É muito mais fácil você começar a preparar, em todas as áreas, o jovem enquanto ele está na sala de aula, do que trabalhar quando ele já está na atividade com a mente voltada pra aquela ação. (Pescador; líder comunitário, 34 anos).

É com essa escola, apresentada na fotografia 26, que a comunidade conta hoje, capaz de promover uma educação e conscientização de suas crianças, jovens e adultos com qualidade, de participar dos desafios que a comunidade e sua população enfrentam, contribuindo para a afirmação da cidadania, da identidade local e a melhoria da qualidade de vida. “Porque você tendo educação, você vai ter tudo. Você vai saber reivindicar os seus direitos, respeitar os valores dos outros. Então, para mim a educação é o principal destaque dessa comunidade”. (Professora, 41 anos).



Foto 26: Vista panorâmica das instalações da Nova Escola da Prainha
Fonte: Acervo Terramar

Uma escola que busca, mediante a execução dos projetos especiais e suas ações, uma articulação da educação formal com a não formal (popular), procurando viabilizar mudanças significativas na educação e escolarização da comunidade. Ações que valorizam e enaltecem esse segmento, como aquele que mais se modificou e foi destacado, dentre os protagonistas da pesquisa. Segundo eles,

O setor da educação foi o que mais se destacou nesse movimento. Eu lembro que até os próprios professores tinham uma dificuldade enorme, pela formação deles e pelos salários deles. Hoje eu vejo que a educação deu um salto na comunidade. (Pescador; líder comunitário, 30 anos).

Concluindo, foi como essa afirmação e com tantas outras que quase noventa por cento (89,65%) dos protagonistas entrevistados se reportaram à Escola, à educação e à escolarização. Dentre estas, destacamos: a correlação entre um bom nível de escolarização e a necessidade de mudança por conta do movimento; a educação como uma “arma”, uma ferramenta indispensável, indissociável, na cons-

cientização da comunidade para transformar realidades e formar lideranças capazes, conscientes, íntegras. A educação, por meio da escola, como um “*locus*”, um espaço aberto para se discutir e trabalhar qualquer problemática da comunidade; para “formar” o jovem pescador e dar-lhes condições, se quiser, para que ele possa alcançar a universidade; para estimular a capacitação de professores; para dotar a comunidade de uma estrutura capaz de motivar crianças, jovens e adultos a frequentá-la com regularidade; para vivenciar e apreender outras experiências profissionais (Escola dos Povos do Mar); para divulgar sobre as lutas e conquistas do movimento local; para a valorização, promoção, divulgação e manutenção da cultura e tradições locais; para discutir as questões ambientais locais e municipais que refletem na qualidade de vida da população local; e na constituição de um cidadão que conhece e defende seu “*locus*” social.

Essas constatações dos comunitários confirmam que o investimento e a intervenção na escola local foram determinantes para o fortalecimento e consolidação do movimento na Prainha, criando as condições para a transformação daquela realidade inicial, para a afirmação de sua cidadania e melhoria de suas qualidades de vida, colaborando com seus assessores e parceiros. Essas ações no setor educação dirigem-se à afirmação de que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. (FREIRE, 2004, p. 47).

5.2.2 A Saúde como condição básica da sobrevivência humana

Na saúde, o destaque, foi o planejamento familiar e a questão do aleitamento materno. Quando o programa oficial do governo veio, nós aqui já tinha colocado em prática, nós partimos na frente.

Pescador; líder comunitário (34 anos).

A segunda vitória da comunidade foi na área da saúde, quando seus moradores saíram de uma condição precária, pois não possuíam nenhum tipo de acompanhamento médico, somente a orientação de duas agentes de saúde, duas curiosas (parteiras) e rezadeiras que prestavam assistência à comunidade. As carências econômicas e nutricionais e as necessidades da Prainha, nesse segmento, eram enormes (CHRISTOFFEL, 1994).

A saúde de uma determinada população pode ser considerada como necessidade intimamente integrada a todas as outras necessidades humanas. Talvez, mais do que uma necessidade em si, a saúde seja um estado de equilíbrio em que todas as necessidades humanas são supridas adequadamente (CAPRA, 2004). O mesmo autor nos confirma que

Os clássicos afirmam que as doenças tornam-se manifestas quando o corpo perde o equilíbrio [...]. São múltiplas as causas para tais desequilíbrios. Através de uma dieta sofrível, da falta de sono, de exercício, ou por se encontrar num estado de desarmonia com a família ou a sociedade, o corpo pode perder seu equilíbrio, e é em momentos como esse que ocorre a doença. (op. cit., p. 294).

Segundo um estudo¹²⁹ epidemiológico realizado na Prainha, em abril de 1993, segundo o qual foram visitadas todas as moradias e suas 113 famílias residentes, naquele momento, 62,0% de seus habitantes opinaram pela assistência médica como um dos recursos assistenciais mais importantes para a comunidade, que gostariam de receber. Esse dado confirma a luta dos moradores pela conclusão do Posto de Saúde e dos benefícios decorrentes de sua instalação. Naquele período, 57,5% das famílias locais utilizavam remédios caseiros, à base de produtos naturais, para resolverem suas afecções, com o auxílio das agentes de saúde, as quais eram reconhecidas por 50,4% da população como profissional representante da assistência de saúde no local. A outra parcela da população, 49,6%, procurava resolver seus problemas nessa área, diretamente na cidade de Beberibe, a 45 km de distância, onde existia uma assistência mais adequada. A maioria dos entrevistados, 57,5%, confirmou possuir alguém na residência que consumia bebida alcoólica, principalmente entre os homens (CHRISTOFFEL, 1994).

A pesquisa citada tinha como foco principal caracterizar a situação da saúde materno-infantil da comunidade da Prainha, com ênfase para as mulheres entre 15 e 49 anos (129) e as crianças menores de cinco anos (102), com a finalidade de subsidiar propostas e projetos na área de saúde, ao Município e à comunidade. Para tanto, seus resultados comprovam a precariedade da saúde da comunidade, quando denunciam o índice de mortalidade infantil, apontando que **35%** das mulheres haviam perdido um ou mais filhos e, destes, **73,5%** tinham menos de um ano de idade. As diarreias foram responsáveis por **57,8%** dos óbitos dessas crianças. A maioria

¹²⁹ O estudo fez parte de uma pesquisa acadêmica produzida pela mestrandia cearense Marialda Moreira Christoffel, apresentada ao Centro de Ciências da Saúde da Escola Paulista de Medicina, em 1994.

(64,7%) das crianças tinha um desmame precoce (até o 15º dia de vida) e 35,0% delas apresentavam um retardo no crescimento (desvio-padrão de menos dois escores), significando desnutrição crônica, uma situação muito grave apontada pelo estudo, aliada ao fato de que 91,0% das famílias não possuíam sanitários, ou seja, os dejetos eram expostos a céu aberto ou enterrados (36,0%) em “cova rasa” (CHRISTOFFEL, 1994 - grifo nosso).

Após a constatação e avaliação dessa realidade, presente naquele período, a pesquisa apontou algumas sugestões para que o serviço de saúde local fosse implementado com enfermeira, médico e duas agentes de saúde, atuando na comunidade, a fim de desenvolver o Programa de Interiorização do Sistema Único de Saúde (PISUS); cabendo a esta equipe, em resumo:

- ✓ *Promover e supervisionar a reciclagem das pessoas da comunidade que prestam serviços às famílias, divulgando e orientando sobre as ações básicas de saúde materno-infantil: as ‘curiosas’ e as rezadeiras;*
- ✓ *Implantar o sistema de notificação de nascimentos e óbitos;*
- ✓ *Implantar o sistema de prontuário familiar;*
- ✓ *Diminuir a incidência da desnutrição crônica, incentivando o aleitamento materno no primeiro ano de vida; acompanhando o crescimento e desenvolvimento das crianças até 5 anos de idade;*
- ✓ *Diminuir a incidência das infecções gastrointestinais, promovendo a terapia de reidratação oral; das vias respiratórias, orientando as mães quanta a hidratação, vaporização, tapotagem e inalação para a prevenção das infecções graves; orientando sobre a higiene pessoal e dos alimentos; a cloração da água; o destino dos dejetos e do lixo;*
- ✓ *Atingir a meta de 100% dos esquemas básicos de vacinação completos para as crianças de até um ano de idade;*
- ✓ *Implantar atividades de identificação e controle de patologias, tais como o exame de prevenção do colo uterino e o ensino do auto-exame de mama;*
- ✓ *Desenvolver atividades educativas quanta aos direitos reprodutivos, sexualidade, concepção e contracepção, visando à gravidez indesejada e a prevenção do aborto;*
- ✓ *Promover atividades de prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis;*
- ✓ *Por meios de consultas médicas e de enfermagem, visitas domiciliares, orientação a grupos de mães, gestantes adolescentes e de adultos e de atividades de enfermagem (CHRISTOFFEL, 1994).*

Essas sugestões foram aprovadas pela direção da Associação e a própria pesquisadora se disponibilizou a iniciar o trabalho de orientação e capacitação das

agentes de saúde, parteiras, rezadeiras e mulheres mais experientes da comunidade, realizando oficinas sobre corpo e sexualidade, aleitamento materno e saúde e ambiente (informação verbal)¹³⁰. As demais sugestões foram sendo implementadas, gradualmente, pelas lideranças que estavam à frente do movimento e as que vieram a formar o grupo do Conselho de Saúde.

Antes mesmo da construção do Posto de Saúde (mostrado na fotografia 27) – executado pela Prefeitura, com a participação da comunidade por meio da Associação dos Moradores – foi executado, com suporte na ajuda internacional, um projeto de Planejamento Familiar e Aleitamento Materno¹³¹ (1993), que influenciou na diminuição do tamanho das famílias e reduziu as taxas de mortalidade infantil a índice “zero” a partir de 1995 (Tabela 3).



Foto 27: Posto de Saúde e Casa de Parto
Fonte: Acervo Terramar

Esse projeto que promoveu o início das atividades do Conselho de Saúde (1993) foi intermediado pelo Sr. René, e também nutria as mães com uma cesta de alimentação de 15 em 15 dias, como incentivo à amamentação das crianças. “O projeto durou uns cinco anos e serviu para todas as grávidas que ganhavam neném e passavam a amamentar as crianças. Antes morriam muitas crianças de infecção intestinal, porque as mães não amamentavam, elas não tinham uma alimentação adequa-

¹³⁰ Informação coletada em contato telefônico com a pesquisadora, Marialda Moreira Christoffel, realizado em 18 de maio de 2009.

¹³¹ O projeto contou com o apoio da Associação Amigos da Prainha do Canto Verde, da Prefeitura de Meilen, da Suíça, e do casal suíço Cecília e Hartmann Köchlin. As cestas de alimentação eram compostas com; arroz, feijão, fubá (massa) de milho, rapadura, suco e alguns tipos de frutas e verduras. Eram distribuídas com aquelas parturientes que se comprometiam com a amamentação de seus filhos durante, pelo menos, um período de seis meses.

da”. (Ex-agente saúde; 61 anos). Ainda na avaliação dessa profissional, após a instalação do posto e da execução desse projeto, o setor da saúde

Melhorou muito porque passou a ter a orientação das famílias; antes não tinha pré-natal, prevenção de câncer, vacina, não tinha vacina em dia e nem as mães não queriam vacinar. Hoje existe mais interesse delas. Muitas tratam a água; ferve, bota cloro. Antes elas não me procuravam e nenhuma delas dava leite. Se desse desmaiava, eram fracas, desnutridas porque não tinham nem o que comer. (Ex-agente saúde, 61 anos).

Esse trabalho que reduziu os índices da mortalidade infantil (Tabela 3) da comunidade foi o destaque do setor e permaneceu por quase cinco anos, sendo posto em prática antes do programa oficial do Governo Federal, para o mesmo fim. Vale ressaltar que foi também na comunidade que se iniciou o trabalho de implantação de um sistema de notificação de nascimentos e óbitos, hoje acompanhado pelos demais distritos do Município. O trabalho também foi destaque na imprensa estadual, ocupando uma página inteira do Caderno “Cidades” do *O Povo*; edição de 03 de fevereiro de 1996, com o título: “**Canto Verde faz um ano sem mortalidade: comunidade em Beberibe evita mortandade das crianças a partir da união dos moradores**”. (Anexo 3).

Tabela 3: Dados Demográficos da Prainha do Canto Verde, de 1993 a 2003

Nascimentos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Meninos	-	13	21	15	16	12	14	10	11	09	08
Meninas	-	13	12	18	11	12	03	07	10	05	12
Total	32	26	33	33	27	24	17	17	21	14	20
Óbitos											
0 a 12 meses	3	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Criança	2	1	0	0	0	0	0	0	0		
Adultos	3	5	3	2	1	3	2	3	2	2	6
População**	1001	1025	1043	1073	1104	1130	1151	1165	1184*	959	959

Fonte: Até 2001, a consolidação dos dados era realizada pelas agentes, no posto de saúde local. A partir daí pela SIAB e Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde do Município.

** Sem considerar migração.

* No início do ano.

Atualmente, o posto de saúde¹³² recebe a visita do clínico generalista e de uma enfermeira que fazem parte do Programa de Saúde Familiar (PSF), duas vezes por semana, além de possuir a efetividade de uma técnica de enfermagem oriunda da própria comunidade. As parturientes possuem um acompanhamento de pré-natal no posto e visitas regulares das agentes de saúde, no pós-natal. Também são realizados atendimentos de prevenção do câncer de mama e do colo de útero e a cobertura vacinal das crianças.

Verificam-se, ainda na Tabela 3, os resultados surpreendentes, no curto prazo, do trabalho implementado pelas lideranças locais no combate à mortalidade infantil. Esses resultados, aliados a outros projetos implementados para o desenvolvimento e educação das crianças, proporcionaram a conquista, por parte de um dos moradores da comunidade, o Sr. René Schärer, do prêmio “Criança 1997”, concedido pela Fundação ABRINQ às iniciativas que possuem como foco a luta pelos direitos das crianças.

Além desses dados demográficos colhidos, observáveis e perceptíveis por todos aqueles que residem na comunidade, a pesquisa acadêmica realizada por Almeida (2002), sobre os indicadores para a saúde, revela-nos que, apesar da pouca contribuição do Poder Público municipal, a saúde na comunidade evoluiu e contribuiu bastante para a satisfação de seus habitantes. Essa evolução torna-se contundente quando comparamos os índices apontados na Tabela 4 com os dados colhidos pela pesquisa de CHRISTOFFEL, realizada em 1993.

Tabela 4: Indicadores para Saúde

Código	Saúde	%
SAÚ. 1	Famílias que recebem visita dos agentes de saúde	87,2
SAÚ. 2	Famílias que utilizam plantas medicinais	72,0
SAÚ. 3	Famílias que possuem banheiro	83,4
SAÚ. 4	Famílias que possuem plantas medicinais no quintal	58,9
SAÚ. 5	Famílias satisfeitas com as visitas médicas	70,2
SAÚ	Índice	74,3

Fonte: Almeida (2002; p.139)

¹³² Em 2008, o Posto de Saúde teve que ser demolido em virtude do avanço de uma duna que invadiu o prédio onde esse se estabelecia. Temporariamente, está funcionando numa casa que foi alugada para esse fim. O projeto para construção do posto encontra-se em andamento.

Observamos pelos índices, na Tabela 4, que melhorou a satisfação das famílias (70,2%) com relação à assistência médica prestada pelos profissionais de saúde que visitam a comunidade, bem como por aqueles que residem nela, no caso dos agentes de saúde. Esses cumprem um papel muito importante, orientando as famílias (87,2%) para “os cuidados da higiene corporal e com o lixo doméstico, a alimentação e nutrição das crianças e sobre a maternidade precoce”. (Agente saúde; 44 anos). Outro ponto de destaque, que também pode ser visualizado no Gráfico 2, diz respeito à quantidade de famílias que passaram a possuir banheiro, 83,4%, contra um total de 91,0% que **não** possuíam na pesquisa anterior.

Verificamos que o segundo e o quarto indicadores se reportam ao uso de plantas medicinais. Esses vetores também melhoraram consideravelmente em relação à pesquisa anterior, saindo de 57,5% para 72,0% o percentual das famílias da comunidade que utilizam plantas medicinais para amenizar suas afecções. Esse resultado, aliado ao fato de que 58,9% dessas famílias já possuem o cultivo dessas plantas em seus quintais, advém da estimulação dessa prática por parte das agentes de saúde, e do trabalho com os alunos, realizado pela escola, por meio de sua farmácia viva.

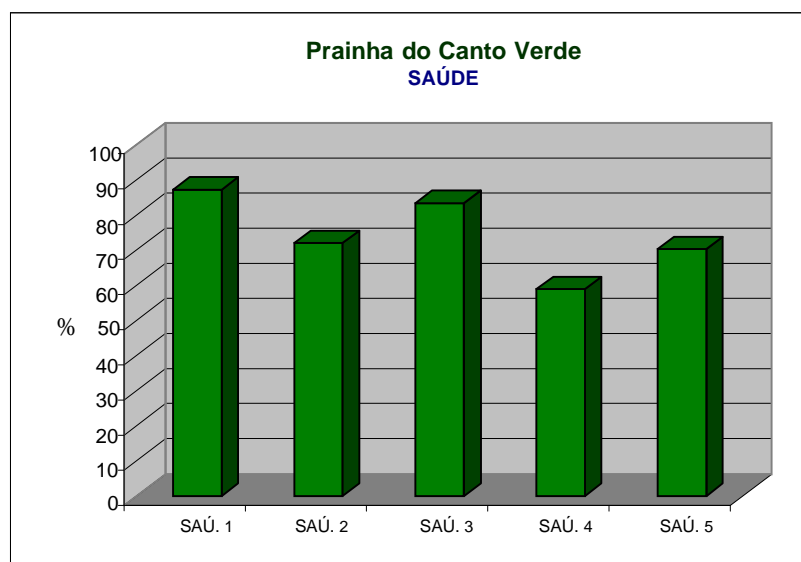


Gráfico 2: Gráfico dos indicadores para Saúde

Fonte: Almeida (2002; p.139)

Também foi nessa área que a comunidade, envolvendo os jovens com amparo na Escola, enfrentou a questão do lixo doméstico com um “...trabalho de educação e conscientização do movimento junto a comunidade. Hoje nós temos cessado mais esses trabalhos de conscientização na comunidade e temos investido mais em ações práticas”. (Professor, 31 anos). Atualmente existe uma coleta regular

semanal do lixo domiciliar, que fica acondicionado em local apropriado, construído para esse fim, até a coleta municipal vir recolhê-lo.

Como podemos verificar, o setor saúde da comunidade não possuía o mínimo possível necessário para suprir as carências da população local, não oferecendo condições aos sujeitos e protagonistas desse movimento, de qualquer tipo de assistência e/ou informação; eles, que estavam enfrentando o início de uma luta, que pretendia ser vitoriosa, que desejavam alcançar sonhos possíveis. Assim, a iniciativa do senhor René foi determinante para reverter a situação precária em que se encontrava a população da comunidade, totalmente desprovida de qualquer tipo de recurso nesse segmento. Atualmente, a comunidade ainda carece de recursos (humanos e materiais) nessa área, mas, em relação às demais comunidades do Município com população semelhante, ela se encontra em posição satisfatória.

5.2.3 A Pesca como vetor do processo socioeconômico e produtivo

Segundo o Instituto Terramar, a pesca artesanal é o segmento produtivo de destaque, por ser o setor responsável pela sobrevivência de mais de 70% daqueles que habitam a comunidade. Segundo Almeida (2002), 61% das famílias da Praia fazem parte do contingente de pescadores artesanais que respondem pela produção de pescado local. Dessa produção, cerca de “50% do peixe é consumido, doado ou trocado¹³³ e 50% é vendido, entregue aos intermediários da comunidade”. (Pescador; ex-presidente da AMP, 57 anos). Uma parcela desse consumo local é destinada à demanda do produto pelas pousadas e barracas de praia, já a parte comercializada é destinada aos Municípios de Aracati e Beberibe, principalmente.

Logo após a instalação do movimento, esse setor consegue sair de um monopólio ferrenho e dominante da pessoa do “Capitão” e resolve a questão na área de comercialização com a instalação do projeto do Entreposto de Pesca, com sua estrutura erguida defronte à praia, conforme observamos na fotografia 28. O projeto foi concebido pelo CDPDH com uma contribuição do Sr. René e alocação de recursos nacionais (LBA; FAS; Colônia Pescadores Z-11) e internacionais (“Amigos da

¹³³ Essa permuta é realizada por gêneros alimentícios e acontece principalmente com os proprietários de mercearias, bodegas e minimercados locais.

Prainha”) para seu financiamento. Sua proposta foi discutida, analisada e aprovada em assembleia da Associação.



Foto 28: Prédio onde funcionava o Entrepósito (1993-2004)
Fonte: Acervo Terramar

O Projeto teve seu planejamento de execução e implantação, “em princípio, com a aquisição da Toyota, construção da garagem, construção do entreposto e a administração da compra e venda do pescado da comunidade”. (René Schärer). O principal objetivo do projeto foi o de valorizar a produção do pescador local

[...] controlando o melhor preço da praia. A Associação nunca teve o objetivo de ser a dona da praia, de eliminar o atravessador; o objetivo dela era manter o melhor preço da praia, e dar oportunidade para aquele pescador que quer ter a sua embarcação própria, ter seu apetrecho sem depender do atravessador. [...] É tanto que, na atual realidade, a Associação nem sequer compra mais peixe nem lagosta, mas os pescadores já sabem o quanto deve ficar o preço da lagosta, eles já sabem buscar o melhor preço, a maioria deles já tem sua embarcação própria. [...] Então isso foi uma grande mudança. (Pescador; líder comunitário, 34 anos).

Esses preços foram atingidos após um trabalho de conscientização realizado junto ao pescador pelos assessores e sujeitos desse processo, por meio de reuniões e acompanhamento das atividades na praia. Nesse período, havia cerca de 30 embarcações que pescavam para a Associação e comercializavam toda sua produção via entreposto. Mesmo aqueles pescadores que continuaram trabalhando para os intermediários, “indiretamente foram beneficiados pelo valor do pescado que passou a valer muito mais, passou a ter um preço justo. A diferença de preço entre o pescador e o atravessador passou a ser de cinquenta centavos. Com isso melhorou 100% pra vida dos pescadores”. (Ex-pescador, 47 anos).

Outro fator que também concorreu para a melhora na vida do pescador foi a distribuição, dentre aqueles que entregavam sua produção no entreposto, das sobras advindas dos balancetes, mensais e anual, de um fundo rotativo gerado na comercialização do pescado. Esse benefício foi mais uma ação pensada pelas lideranças do movimento, que ficou registrada na memória do pescador local.

Com o entreposto eu achei que a Prainha avançou muito, desenvolveu a pesca. [...] Nós vendíamos peixe, e quando era fim de mês, nós ainda tinha retorno daquele peixe que a gente entregava lá. Com a venda do peixe, o que sobrava, dava para tirar toda despesa e ainda sobrava pra dar retorno pro pescador que vendia no entreposto. Eu achei que foi uma boa ajuda. Isso foi fruto do movimento da comunidade. (Pescador aposentado, 61 anos).

Melhorou também porque, antes do entreposto, o pescador não possuía nenhuma informação a respeito da comercialização de seu produto, nem sequer

[...] sabia quanto ele ia receber pelo preço do peixe que estava entregando. Depois de dias era que o atravessador ia dizer pra ele: “eu vendi o teu peixe por tanto”. Hoje não; ele põe a mão no balaio e diz: “quanto é que você vai pagar pra levar meu peixe”? O preço é este; ou então não tem condições não. Isso ele aprendeu através da compra e venda do pescado no entreposto da Associação. [...] Então melhorou muito e não volta nunca mais ao que era antes. (Proprietário jangada, 47 anos).

Também aconteceu expressiva melhora com relação ao preço da lagosta. No período da safra desse crustáceo, quando “...só tinha a Associação que comprava a produção da lagosta todinha, até o Capitão vendia a produção para o entreposto”. (Pescador; 33 anos). Esse mesmo intermediário concorda com o fato de que, depois do entreposto, o pescador foi o mais beneficiado com a comercialização do pescado, isso porque,

Depois que a Associação chegou na comercialização ficou diferente; pro pescador foi bom porque eu tô pagando na ‘cabeça do toco’, como a Associação fazia. [...] Antes, as vezes acontecia da gente pagar depois, porque a gente não pode andar com dinheiro, senão a gente é roubado, né. [...] Mas, eles compravam e vendiam pra todo mundo. [...] A comercialização por aqui, eu acho que eles trabalharam bem uns dez anos. (Capitão).

Observa-se no testemunho do maior e mais antigo intermediário da Prainha, em atividade, o benefício socioeconômico oriundo da prática deixada através da memória de um preço justo que era divulgado, tabelado e praticado pelo entreposto. Verifica-se também a afirmação da antiga prática abusiva adotada por esse mesmo comerciante, de reter recursos, controlando e monopolizando o preço do pescado, como comprovado por declarações de pescador e proprietário de embar-

cação, anteriormente expressas. Foi também por intermédio desse empreendimento de compra e venda do desembarque de pescado, que os pescadores apreenderam a guardar e observar suas receitas e despesas, porque

O entreposto trouxe essa prática da informação porque era prestado conta de tudo com o peixe do pescador; os quilo, o tipo de peixe, o dia da venda, tudo era notado. Quando não tinha o entreposto era muito mais difícil pro pescador, porque naquele tempo ele não sabia de nada, porque só era uma pessoa que comprava e controlava tudo. [...] Hoje o preço do peixe é muito melhor que antigamente era pro pescador. (Intermediário, 33 anos).

Essa prática de controle, planejamento, divulgação de preços, receitas e despesas mudou a rotina da comercialização do pescado na praia. Também concorreram para isso a incorporação, ao projeto do entreposto, de uma fábrica de gelo¹³⁴ juntamente com o financiamento de novas embarcações, venda e distribuição de insumos para as pescarias. Dessa maneira, apareceu mais uma ação no entreposto que ensejou uma prática cotidiana e estabeleceu um novo procedimento na comercialização e captura do pescado local. Essa foi mais uma ação educativa concebida na experiência do entreposto, porque

O entreposto foi quem começou a botar gelo na jangada pra pescador ir pescar com gelo, e isso ficou até hoje. A associação dava o gelo pro pescador ir pescar no mar, deixando apenas vinte centavos por quilo, para ser descontado quando trouxesse a produção da pescaria. Mas, se a produção por acaso não desse pra cobrir a despesa do gelo, também não pagava. Isso ficou, depois que o entreposto saiu. (Intermediário, 33 anos).

Outro legado deixado por essa “memória”, controle e estabilização no preço do pescado pelo entreposto foi uma inferência direta na socioeconomia da comunidade

Porque passou a ficar mais dinheiro na mão do pescador, independentemente de ele vender ou não pra a Associação. Porque ele já sabia do preço do produto, e seu marchante teria que pagar do mesmo preço da Associação, porque senão ficava sem peixe. Então muitos atravessadores saíram da comunidade porque eles não puderam ou não queriam competir com o preço da Associação. [...] Isso também não deixa de ser uma mudança social. Porque mudou a estrutura de casas, das famílias e que muitas pessoas não percebem isso. (Líder comunitário, 43 anos).

¹³⁴ Essa fábrica tinha uma alimentação da força elétrica do tipo eólica. Foi financiada com recursos do Banco Mundial, via Governo do Estado (PAPP), juntamente com os “Amigos da Prainha”. Teve um acompanhamento do Terramar, da Ventos – Tecnologia, o apoio do Departamento de Engenharia Elétrica da UFC e Universidade Frideciana - Karlsruhe. Depois da avaliação de outras fábricas de gelo instaladas em comunidades como Guajeru, Mundaú, Redonda, Icapuí e Barra da Sucatinga, que tiveram problemas semelhantes à Prainha, chegou-se a uma conclusão de que não valia a pena manter, insistir em permanecer com a fábrica. Os custos operacionais eram muito altos para manter uma utilização da produção média anual, de 70% da capacidade instalada. (Assessor, Terramar).

Essa afirmação também pode ser percebida quando analisamos uma série histórica¹³⁵ sobre preços de várias espécies de peixes comercializados pelo entreposto. Eles nos revelam um impacto desse projeto na economia local, pois nos mostra que o empreendimento conseguiu acrescentar o equivalente entre 60 a 70%, dependendo da espécie, no preço por quilo do produto comercializado. Essa mesma série, dois anos após, quando a Associação começou a competir e adquirir cerca de 80% de toda produção da lagosta desembarcada na comunidade, revela-nos um incremento da ordem de 50% no valor do preço comercializado pelos intermediários, anteriormente ao entreposto. Após esse patamar, o preço ficou estabilizado e regularizado. Era mais um dos objetivos da Associação, acrescenta um dos assessores do Terramar:

Essa regularização no preço do peixe é uma conquista que foi somente da Prainha. Hoje, mesmo sem o entreposto, a lagosta e o peixe têm um padrão de preço na comunidade; isso é uma conquista histórica, dela. A Prainha conseguiu isso. As outras praias, mesmo articuladas em rede não conseguiram. [...] Criou-se uma cultura nisso, uma cultura de associativismo no processo interno, pra comunidade. (Assessor, Terramar).

A regularização e a estabilização no preço do pescado na comunidade foi uma das razões que justificaram o fechamento do entreposto. Outras também foram citadas nos relatos dos sujeitos, como ausência de um fundo que cobrisse as despesas daqueles que não estavam conseguindo pagar seus insumos, falta de um melhor gerenciamento das operações, inclusive com os insumos para as pescarias, retorno das sobras mensais, inclusive entre aqueles devedores do entreposto, demolição do prédio pela ação das marés e, diminuição na produção e produtividade da pesca da lagosta.

Como a Associação já estava se tornando a monopolista na comercialização desse produto na comunidade, “então pouco a pouco a Associação foi se retraindo da compra da lagosta, mas deixando o preço numa situação de mercado. Então o preço do peixe e da lagosta ficou por cima do preço da praia, porque foi quebrado o monopólio”. (René). Os pescadores também reconhecem essa justificativa para a saída da Associação da comercialização da produção, quando acentuam que: “O entreposto fechou por uma decisão que foi mais da Associação,... [...] ...então eles

¹³⁵ Dados observados após uma simples análise de comparação da evolução das médias dos preços do pescado, praticados pelo entreposto, contidos nos resumos dos balancetes mensais e anuais, existentes nos documentos (arquivo morto) da Associação dos Moradores, naquele período.

resolveram fechar porque também o preço do peixe já tava igual pra todo mundo”. (Pescador aposentado; 61 anos).

Outro desafio que o setor da pesca enfrenta e que não conseguiu ainda uma vitória total sobre o problema – pois depende, principalmente, de decisões de políticas públicas e do reconhecimento da problemática por parte dos executivos das esferas estadual e federal – é na pesca predatória da lagosta. Mesmo assim, o movimento comunitário, tendo à frente os pescadores da Prainha do Canto Verde, deu o primeiro passo, por meio da viagem de protesto da jangada comunitária SOS Sobrevivência (citada no item **5.1.1**), em abril de 1993.

Com esse ato, o movimento dos pescadores da Prainha, por intermédio do seu Conselho de Pesca, formado em 1994, direcionou e comandou uma série de ações e atos que vieram movimentar e mobilizar toda a categoria dos pescadores artesanais do Estado, com repercussões nos planos estadual e nacional (desdobramento desse assunto no item **5.4**). Esse colegiado faz parte do Conselho em Defesa da Pesca Sustentável no Brasil, juntamente com outras entidades como a SEAP-PR, o Laboratório de Ciências do Mar (LABOMAR) da UFC, o FDZCC, o Instituto Terramar, dentre outras. Também participou da articulação para a realização do II Seminário Internacional sobre Pesca Responsável que aconteceu de 25 a 27 de janeiro de 2006, em Fortaleza/CE.

Esse Conselho também foi corresponsável pela implantação do projeto dos Arrecifes Artificiais¹³⁶ na comunidade, planejado e executado pelo Terramar com parceria da UFC. Ficou concluído em dezembro de 1994. Foi o primeiro projeto dessa natureza no Nordeste do Brasil. Essa ação resultou no incremento da produção de peixes (conforme observamos na fotografia 29), o que ainda hoje reflete na produção local, principalmente daquelas espécies mais utilizadas para o consumo da população comunitária. Isso só foi possível graças ao nível de organização dos profissionais da pesca e suas preocupações com relação à sustentabilidade dessa atividade, para as populações futuras.

¹³⁶ São estruturas que podem ser montadas com os mais diversos tipos de materiais (pneus, sucatas diversas, ferro-cimento, madeira etc.) que, quando submersas, são “colonizadas” e acumulam uma gama de substrato, que servem de alimentação e atração de espécies aquáticas (peixes, moluscos, etc.) transformando-se num pesqueiro. Essa ideia vem sendo praticada há mais de 300 anos no Japão (CARUSO, 2004 - em entrevista com o prof. Dr. Raimundo Nonato Conceição - UFC).

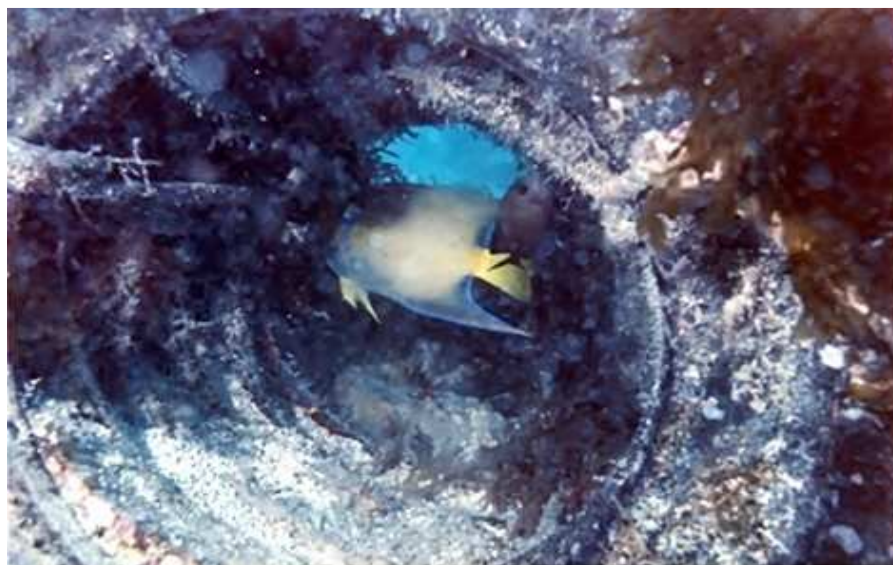


Foto 29: Produção nos Arrecifes Artificiais da Prainha
Fonte: Acervo Terramar

Por sustentabilidade na Pesca Artesanal, o *Marine Stewardship Council* (MSC¹³⁷, 1998) compreende a extração responsável e sustentável do recurso marinho que assegure a capacidade de seguir proporcionando benefícios às gerações presentes e futuras, mantendo sua produtividade e a diversidade biológica daquelas comunidades marinhas ecológicas. Esse Conselho trabalhou com dez comunidades de pescadores artesanais pré-selecionadas em todos os continentes, com o intuito de testar a implantação de selos de certificação e qualificação para produtos da pesca artesanal.

No Brasil, a comunidade escolhida foi a Prainha do Canto Verde, em virtude dos trabalhos de organização em defesa dos direitos que a categoria dos pescadores artesanais mantém ao longo dessa última década. A pré-certificação de sustentabilidade da pesca artesanal da lagosta foi desenvolvido em de abril/2000, por meio dos assessores do MSC em parceria com o Instituto Terramar. O resultado dessa pré-avaliação desqualificou a comunidade, naquele momento, de receber a certificação, mas não imputa aos profissionais da pesca uma responsabilidade, pelo contrário, reconhece seus esforços em busca dessa pretensão, como podemos verificar em trechos da conclusão do relatório da Comissão de Avaliação.

¹³⁷ O MSC (Conselho de Manejo Marinho) é o líder mundial em certificação e qualificação ecológica de programas de sustentabilidade para mariscos. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos dedicada à ampla proteção e sustentabilidade das pescarias e ecossistemas associados. O Conselho foi criado por iniciativa da Unilever (Multinacional Holandesa) e o *World Wildlife Fund* (WWF). Atualmente o Conselho atua totalmente independente e é administrado por um quadro de diretores, assessorados por especialistas nas áreas científica, econômica e de pesca (tradução nossa). Disponível em: <http://www.msc.org/>, acesso em: 06 jun. 2009.

A comunidade da PCV tem feito o possível para assegurar a longo prazo a sustentabilidade de sua atividade pesqueira. [...] (entretanto), ...sem que os pescadores tenham culpa nisso, a atividade pesqueira na PCV atualmente não satisfaria os requisitos do MSC, pois os estoques estão em sério declínio [...]. Se a situação mudasse no Brasil, acreditamos que a atividade pesqueira na PCV seria uma excelente candidata ao selo ecológico do MSC. [...] Até que isto possa acontecer, esperamos sinceramente que potenciais compradores de lagosta da PCV reconhecerão os esforços que esses pescadores estão fazendo a favor da sustentabilidade de sua atividade pesqueira. (CHAFFE & PHILLIPS, 2000, p.12).

Observamos nesse extrato do relatório que o MSC mantém seu foco no estoque e na administração pesqueira do recurso para o qual está sendo pleiteado o certificado, salientando apenas seu comprometimento, deixando em segundo plano a questão da pesca, como um elemento da relação homem-natureza. Nesse sentido, os princípios colocados/observados pelo MSC deveriam envolver uma ampliação dos objetivos técnico-ecológicos para uma melhor avaliação do ecossistema local e o manejo da atividade pesqueira. Dessa maneira, seria possível perceber, segundo Dias (2004), que a maioria dos problemas ambientais possui raízes em fatores econômicos, sociais e culturais, não podendo, portanto, serem previstos e/ou resolvidos por meio de elementos ou princípios exclusivamente tecnológicos. Assim sendo, deveríamos agir inicialmente sobre os valores, comportamentos e atitudes daqueles que compõem o grupo e/ou a comunidade, em relação ao seu meio ambiente.

Mesmo assim, para a comunidade da Prainha, participar da etapa de pré-avaliação para a certificação de sustentabilidade da pesca artesanal da lagosta foi mais um passo importante conseguido pelo movimento comunitário, em direção à sustentabilidade da pesca local. O evento também serviu para chamar atenção de organizações e patrocinadores internacionais voltados para projetos que envolvam a questão da pesca artesanal. Da mesma forma, para obter o reconhecimento dos Poderes Públicos estadual e federal no apoio desses projetos quando algum deles for os responsáveis por essa aprovação/execução.

A comunidade, então, vem pleiteando, deste setembro de 2001, junto ao Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) do IBAMA, a criação e demarcação de uma Reserva Extrativista Marinha (RESEX¹³⁸), em defesa da pesca predató-

¹³⁸ Segundo a Lei nº 9.985, de 18/07/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), em seu Art. 18, combinada com o Decreto nº 4.340, de 22/08/2002, que a regulamenta, juntamente com o Decreto nº 98.897, de 30/01/1990, que regulamenta as reservas extrativistas na categoria de unidades de conservação, as Reservas Extrativistas (RESEX) são espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais

ria e para uma melhor cogestão comunitária dos recursos marinhos do litoral do Município. Para tanto, as lideranças da Prainha passaram a difundir e articular a ideia através de debates e discussões em diferentes assembleias de várias entidades e eventos nas comunidades litorâneas do município de Beberibe. Nesses encontros;

[...] nós temos levado uma linguagem bem direta, nós que temos participado de muitas oficinas aí pelo litoral, então a gente fala, bem claro: ‘se vocês não cuidar do quintal de vocês, não vai ser o Prefeito, não vai ser o Terramar, não vai ser o Deputado que vai cuidar disso aqui não. Se a gente conseguir essa reserva e vocês que fazem parte não cuidar, é mesmo que nada, de nada vai resolver’ (Líder comunitário, 33 anos).

Dessa maneira, a Prainha, por meio de suas lideranças, capitaneou e puxou esse movimento em prol da constituição da RESEX em todo o litoral do Município. No plano local, o processo foi iniciado com uma solicitação formal dos moradores da área (abaixo-assinado), tendo como signatários as entidades que os representam e apoiam, no caso, a Associação e o Terramar. O nível organizacional, com a realização de estudos técnicos e documental, foi realizado “com apoio do Terramar, da VINA, da Fundação Amigos, do Fórum dos pescadores, do MONAPE e da UFC. Hoje estamos com um apoio muito forte da articulação política, a nível municipal, estadual e até federal”. (Líder comunitário, 33 anos).

O resultado desse trabalho, na segunda tentativa, foi a apresentação de um Laudo Técnico Ambiental, Socioeconômico e Cultural, como proposta de criação de uma Unidade de Conservação, Reserva Extrativista Marinha-Costeira da Prainha do Canto Verde (Figura 5), em janeiro de 2006, ao Subcomitê Científico do Comitê de Gestão de Uso Sustentável de Lagosta (CGSL¹³⁹), o qual teve a participação direta do Departamento de Geografia da UFC. Com o apoio e defesa das entidades que a Prainha conseguiu arregimentar, o CGSL aprovou de imediato a proposta de criação da RESEX e deu seguimento ao processo junto ao IBAMA.

renováveis, por populações extrativistas tradicionais. Nessas áreas é possível materializar o desenvolvimento sustentável, equilibrando interesses ecológicos de conservação ambiental, com os interesses sociais de melhoria de vida e preservação da cultura das populações habitantes, assegurando-lhes o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

¹³⁹ O CGSL foi criado pela Portaria do IBAMA nº 83, de 23/09/2004. Funciona de forma paritária dentro de sua composição representada por 13 instituições além do IBAMA. Tem como objetivo principal assessorar o Instituto na tomada de decisões sobre a gestão compartilhada do uso sustentável das populações das lagostas, no litoral brasileiro. Conta com um Subcomitê Científico e com os grupos da gestão nos estados, para auxiliar e subsidiar suas deliberações. A Prainha é a única comunidade do País a possuir dois moradores com “assento” no CGSL; um representa o MONAPE e o outro representa as organizações ambientalistas não governamentais.

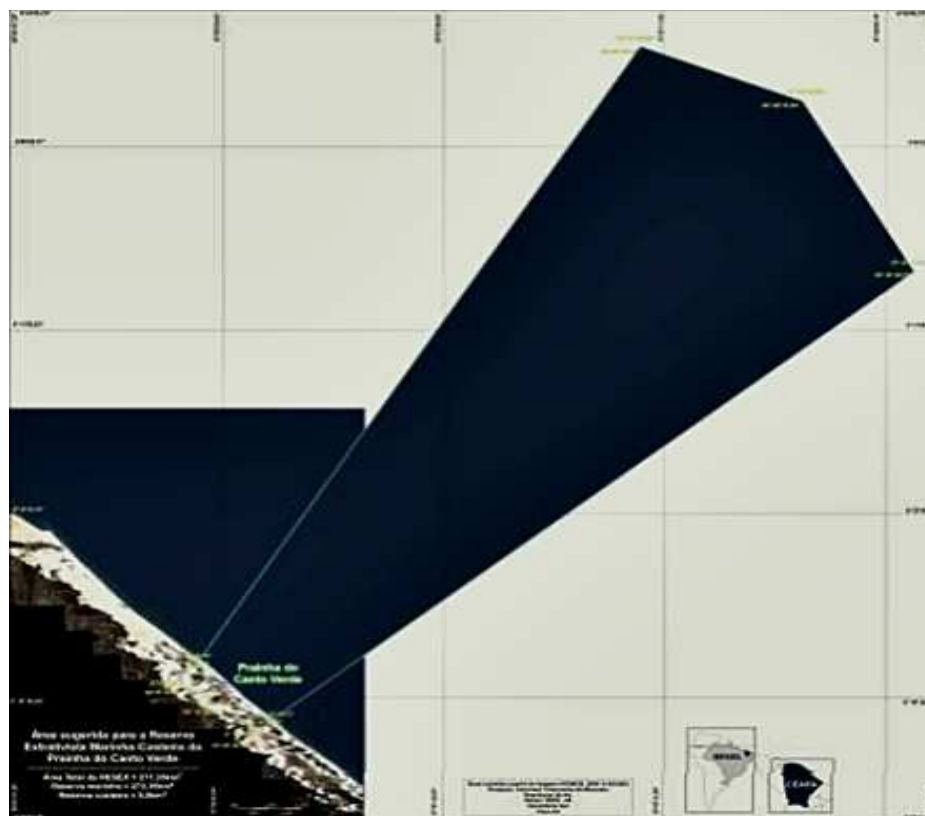


Figura 5: Área proposta para criação da RESEX da Prainha
 Fonte: Laudo Ambiental, Socioeconômico e Cultural (2005)

Vale ressaltar que, para se chegar a esse ponto, foi necessário que o movimento local, por meio do Conselho de Pesca, promovesse um acentuado processo educativo, que incluiu, primeiramente, um esclarecimento junto à maioria dos pescadores sobre o porquê da RESEX, quais suas vantagens; e, segundo, um trabalho de mobilização e motivação para que participassem nas reuniões e debates para elaboração e aprovação do projeto final. Este trabalho vem acontecendo desde 2001 e pode ser considerado como o primeiro aprendizado no gerenciamento da reserva.

O último passo após a mobilização da comunidade em torno da questão e da efetivação dos estudos foi a realização de uma Consulta Pública à Comunidade, convocada pelo IBAMA, para a criação da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde. O evento ocorreu na manhã do dia 07/01/2007, um domingo, e estiveram presentes, além dos moradores, o Superintendente do IBAMA-CE e representantes do IBAMA/DISAM-Brasília, da SEAP-Ceará, da Prefeitura de Beberibe, do Sindicato dos Pescadores, do FDZCC, do Instituto Terramar, da Colônia de Pescadores Z11, da Federação dos Pescadores do Ceará, do MONAPE e das comunidades de Morro Branco, Praia das Fontes, Barra de Sucatinga e Parajuru. Também estivemos presente a mais essa assembleia.

Após a apresentação da proposta oficial, seguiram-se os questionamentos, debates e discussões dos comunitários e participantes às autoridades representadas, em relação ao assunto do evento. Na sequência, a criação da RESEX da Prainha foi aprovada pelos moradores da comunidade. Ato contínuo, o IBAMA encaminhou o processo com a Ata da Consulta Pública para o Ministério do Meio Ambiente, que, após apreciação e aprovação, encaminhou para a Casa Civil e, finalmente, ao presidente da República que assinou o Decreto nº 0-002, de 08 de junho de 2009, instituindo a criação da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde. Em seu artigo 2º, estabelece com objetivo principal:

Art. 2º A Reserva Extrativista ora criada tem por objetivo proteger os meios de vida, a cultura e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da comunidade da Prainha do Canto Verde, residente na área de abrangência da Reserva e demais populações habitantes de áreas contíguas.

O Decreto em apreço, combinado com a legislação sobre as RESEX, já apresentada, determina que, para a exploração dessa área, deve haver um Contrato de Concessão Real de Uso, o qual deverá incluir um Plano para Gestão e Utilização aprovado pelo IBAMA. Esse Plano será o instrumento administrativo que mostrará a utilização autossustentável dos recursos naturais, sem afetar seu meio ambiente e respeitando a legislação ambiental vigente. Sua concepção e aprovação inicial deverão acontecer com a participação direta dos moradores da Unidade, mediante consultas e reuniões, com a aprovação acontecendo em assembleia da Associação local. Segue em anexo a ata da assembleia de aprovação da comunidade.

Nessa etapa, a Prainha também parte na frente, pois sua mobilização e organização comunitária facilitarão e favorecerão a composição de um sistema ordenado na gestão da RESEX, tornando mais transparente esse processo, apresentando um “regulamento” que possa ser cumprido, respeitado e observado por seus habitantes. Para tanto, a comunidade já dispõe de uma estrutura de ensino que certamente auxiliará no desenvolvimento e execução de um programa de educação ambiental permanente, sensibilizando a comunidade, de forma participativa, para a importância da valorização de sua paisagem e a continuidade do ordenamento da atividade da pesca sustentável.

A mesma legislação estabelece que a Reserva seja gerida por um Conselho Deliberativo, que será presidido pelo órgão responsável por sua administração e

constituído de representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente na área da Reserva, conforme deverá dispor seu regulamento e o dispositivo de criação da Unidade. Novamente a experiência organizacional e a vivência conseguida pela comunidade na luta pela posse da terra facilitam a participação de suas lideranças na gestão da Reserva. Nesse sentido, uma de suas lideranças atual expressa sua expectativa com relação à conquista do território, tão almejado por seus antecessores;

A RESEX irá mudar a vida das pessoas que vivem na Prainha, pois a partir de agora ninguém mais vai poder se apossar dessas terras. É uma conquista muito importante pela qual tivemos que lutar durante muitos anos, mas o resultado chegou e agora é seguir em frente tentando consolidar as estratégias de sustentabilidade comunitária. (Líder comunitário, 33 anos).

A Reserva Extrativista da Prainha tornou-se realidade. Trata-se de mais uma conquista social de seu movimento comunitário, principalmente no que diz respeito ao seu Conselho de Pesca que foi o segmento social local responsável por encaminhar esse processo. É mais um passo enorme, em direção a uma possível solução para o problema da recuperação dos estoques da lagosta, da sobrepesca e da viabilidade econômica de suas pescarias. Assim, a pesca é um segmento muito importante na qualidade de vida da população local, não somente como atividade econômica, mas também cultural e coletiva, pela qual toda a comunidade, de modo geral, nutre um grande sentimento de amor, gratidão e respeito, como componente do ambiente marinho.

A esse respeito, o estudo acadêmico de Almeida (2002), sobre os Indicadores de Qualidade de Vida na Comunidade, mostrou que a pesca não poderia ficar de fora da pesquisa. O setor foi tratado com dedicação especial, tendo como unidade de análise as famílias (196) de pescadores e como foco o suprimento das necessidades da atividade pesqueira, que incluiu organização, desenvolvimento tecnológico, suprimentos, equipamentos (embarcações e aparelhos de pesca), pescado, comercialização etc. Os resultados, observáveis na Tabela 5, contribuíram para fortalecer a base (supostamente ideal) de sustentação da atividade, bem como informou um conjunto de indicadores¹⁴⁰ que foram úteis na elaboração de um sistema participativo de monitoramento para a comunidade.

¹⁴⁰ Tratando-se de uma comunidade com o nível de organização da Prainha do Canto Verde, os indicadores de sustentabilidade para a pesca só poderiam ser escolhidos com suporte em de metodologias participativas, como oficinas de trabalho, tendo como base a construção coletiva de uma visão, do ideal, para a pesca na comunidade (ALMEIDA, 2002).

Tabela 5: Indicadores para Pesca

Código	Pesca	%
PES.1	Pescadores com embarcação própria	36,1
PES.2	Pescadores que participam das reuniões e atividades da categoria na comunidade	89,8
PES.3	Pescadores que participam da colônia de pesca	72,2
PES.4	Pescadores que participam do fórum dos pescadores	51,4
PES.5	Pescadores que conhecem e concordam com o Regulamento Com. da Pesca	95,3
PES.6	Pescadores que acham importante não pescar lagosta miúda	98,1
PES.7	Pescadores com cangalhas com mais de 5 cm ou rengalho com mais de 12 cm	62,2
PES.8	Pescadores que sabem ler e escrever	43,5
PES.9	Pescadores que terminaram o 1º grau ou estão estudando	14,8
PES.10	Pescadores que gostam de exercer sua profissão	84,8
PES	Índice	64,8

Fonte: Almeida (2002; p.180)

Iniciando esse capítulo, afirmamos que, no começo do movimento, praticamente todos os meios de produção eram de propriedade dos intermediários. O primeiro índice dos indicadores da pesca (Gráfico 3) mostra-nos que, mesmo sem um financiamento público oficial direcionado às atividades de investimento na pesca artesanal, 36,1% dos pescadores locais passaram a ser proprietários de seu principal meio de trabalho, indicando também a importância do entreposto para a realização dessa conquista. Trata-se da quebra do monopólio da comercialização da produção pelo movimento social local, libertando o profissional da pesca de seus agentes manipuladores.

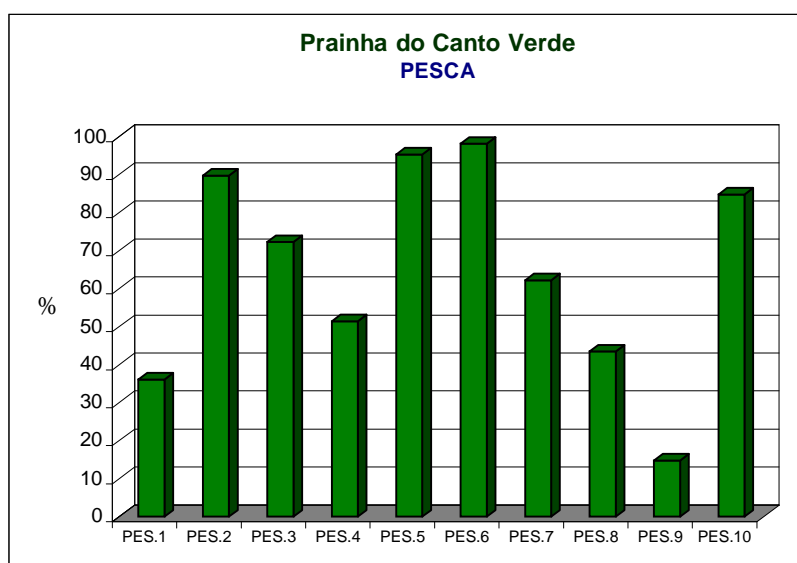


Gráfico 3: Gráfico dos indicadores para Pesca

Fonte: Almeida (2002; p.180)

Os três índices seguintes se reportam à organização da categoria dos pescadores, mais especificamente, à participação de suas famílias no Conselho de Pesca, Capatazia e FPPC, respectivamente, corroborando o que observamos durante nossa pesquisa de campo. De maneira geral, verificamos que grande parte de suas famílias participa de reuniões e atividades relacionadas à gestão da pesca, tanto na comunidade como fora dela. Notamos, também, que dentro da comunidade existe maior participação de famílias dos pescadores no gerenciamento dos problemas e demandas da população local. Essa participação também é responsável pela constatação do fato de que 92,6% (25) das pessoas entrevistadas revelaram conhecer a razão da causa do movimento comunitário, na medida em que apontavam melhorias/mudanças trazidas pela organização e mobilização de seus integrantes (Tabela 6¹⁴¹, p. 210).

Os indicadores oitavo e nono (Gráfico 3) que tratam da educação dos pescadores, especialmente o que diz respeito à proporção destes que sabem ler e escrever, 43,5%, contra 47% de analfabetos em 1993 (CHRISTOFFEL, 1994), mostra-nos a importância desta ação, dada pelo movimento local a esse segmento, para o fortalecimento e consolidação da organização dos pescadores locais. Esse fato também comprova as mudanças qualitativas por que vinha passando a Escola da comunidade, pois, apesar do nono índice ter sido o menor dos indicadores para a pesca, esse setor, naquele período, vivenciava a experiência do projeto da 'escola dos povos do mar', anunciando que este quadro seria alterado em um futuro próximo.

Mediante tais ações e conquistas aqui anunciadas, as lideranças e os profissionais do segmento da pesca na comunidade contribuem para o melhoramento da qualidade de vida da população local. Os desafios ainda são enormes, principalmente com a conquista da Reserva Extrativista, mas, certamente, a comunidade trilhará mais esse caminho de êxito, aberto por seu movimento local, impulsionando o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais locais, criando referências e exemplos a serem seguidos e reproduzidos por comunidades litorâneas do Estado.

¹⁴¹ Essa tabela será apresentada somente no item 5.3.2. As razões para essa atitude também estão ali aduzidas.

5.2.4 Turismo Comunitário: a alternativa de renda - exemplo para outras comunidades do Estado

Ainda no setor produtivo, após ter vencido os desafios da educação e saúde, a Prainha avança socialmente, quando, ao contrário de outras comunidades litorâneas do Estado, delibera sobre a opção do turismo comunitário e sustentável como alternativa ao turismo de massa. Trata-se de um modelo inovador e pioneiro no Estado do Ceará que teve como premissa a construção de um projeto de base comunitária, no qual os sujeitos sociais tiveram uma participação efetiva em sua concepção, desenvolvimento, implantação e gestão. Provavelmente, por essas proposições, o exemplo da Prainha seja “um dos casos mais conhecidos e estudados de turismo comunitário brasileiro,...” (ZECHNER; 2008, p. 12).

Segundo a WWF-International (2001; p.2), o turismo de base comunitária, ou o turismo comunitário, pode ser definido como aquele em que as sociedades locais possuam controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. Ele acontece por meio do envolvimento participativo e, desde o princípio, os projetos de turismo comunitário devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para dentro das comunidades locais. Deve existir, o propósito, o compromisso de conservação ambiental e do patrimônio cultural, admitindo e incentivando a diversidade ambiental e cultural, ressaltando o caráter único de cada comunidade, abrangendo seu cenário natural, valorizando os grupos sociais, integrados ou não à região.

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2005) informa que o turismo de base comunitária sustentável¹⁴² não quer ser a *utopia* de um desenvolvimento que vá de encontro ao turismo de massa, mas sim que seja a alternativa para aqueles adeptos de uma forma de turismo, cujo desenvolvimento está assentado no compromisso com os valores e princípios da ética, da sustentabilidade. Geralmente, o engajamento comunitário nesse processo constitui interações sociais na forma de associações cooperativas e colaborativas, determinando maior participação, social e política, oferecendo oportunidades que vão propiciar e afirmar o senso de identidade e o sentido de responsabilidade, legitimando também o padrão de desenvolvimento

¹⁴² Segundo a OMT, outras denominações que derivam do conceito de turismo sustentável, tais como turismo responsável, turismo solidário, turismo justo, procuram expressar a mesma intenção.

do turismo, garantindo a satisfação das necessidades locais e defendendo-se de práticas turísticas predatórias.

Zechner (2008), definindo esse tipo de turismo com base em experiências sul americanas, ressalta que a gestão participativa dessa modalidade de turismo é um *continuum*, cujos resultados dependerão da capacidade da comunidade de equacionar as questões coletivas e da constituição de sua autonomia. O engajamento efetivo dos sujeitos envolvidos, o desenvolvimento de uma atitude proativa e também responsável na resolução de problemas, na tomada de decisões, são fatores que determinam o sucesso de sua implementação.

Na comunidade focalizada, observamos esse princípio da gestão participativa e do engajamento dos sujeitos sociais locais nessa conquista do projeto de implementação do turismo local. Na realidade, seus moradores começam a vivenciar essa experiência desde a instalação do XIII Seminário Rural na comunidade, que mudou a maneira e a forma de eles receberem seus visitantes. Após esse evento, a realidade local foi mudando:

[...] porque antes você não tinha outra fonte de renda nenhuma; todo mundo só dependia da pesca. Mas hoje, algumas pessoas da comunidade são beneficiadas com o turismo responsável e bem dividido com os comunitários. [...] Porque quando a pesca tava fraca, tava todo mundo parado, mas hoje, quando a pesca tá fraca já tem uma atividade turística que ajuda no movimento comercial da comunidade. (Ex-pescador; dono de pousada, 47 anos).

Como seriam essa nova alternativa de renda e o seu modelo a ser admitido/implementado na comunidade foi assunto que começou a ser discutido no final de 1993 e início de 1994, durante a realização do "I Encontro Cearense de Turismo Municipal", promovido pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE) e pelo Mestrado Acadêmico em Geografia da UECE. Nesse mesmo ano, foi criado um grupo de trabalho dentro da Associação para encaminhar e discutir o tema. Segundo um de seus participantes,

O grupo de turismo fez uma pesquisa só depois de ter atacado os problemas básicos da pesca, educação e saúde. Um grupo de bolsistas foi às praias de Canoa Quebrada, Parajuru e Praia das Fontes para saber dos nativos como eles viam e sentiam o turismo. Seguiram-se dois anos de discussão e experiências até que foi criado o Conselho de Turismo Local. (Líder comunitário, 33 anos).

Observamos nesse depoimento e nos dados contidos no relatório da primeira "Oficina de Turismo" realizada no segundo semestre de 1994, no Centro Co-

munitário, que a construção do projeto “Turístico Socialmente Responsável da Prainha” teve como ponto de partida a preocupação de “ouvir a voz do nativo”, os sujeitos sociais da própria comunidade. Desde então, o turismo entrou na pauta da discussão das assembleias da Associação, que decidiu realizar uma pesquisa de campo baseada na comunidade receptora, onde já era estabelecido o turismo, e analisar seus impactos positivos e negativos. Essa consulta foi realizada em julho de 1994 por quatro alunos da escola local, utilizando-se de questionários, e teve como objetivo: diagnosticar e saber dos nativos sua percepção/opinião sobre o turismo, sua importância e o impacto provocado na vida dos comunitários, após sua chegada e disseminação nessas localidades.

Ficou registrado no relatório, como resultado da pesquisa, que a comunidade da Prainha almejava a geração de trabalho e renda como um dos principais benefícios a serem produzidos pela modalidade de turismo proposto. Para tanto, também estava explícito o fato de que a atividade deveria ser desenvolvida e explorada pelos próprios nativos. Eles também apontaram, no entanto, pontos preocupantes, como a exploração da comunidade por agentes externos, a questão da venda de terrenos e da prostituição, que geralmente acontece com as jovens da localidade, dentre outros, resumidos a seguir.

- Prováveis impactos positivos percebidos pelos entrevistados das comunidades, relacionados na conclusão da pesquisa.
 - ✓ *promoção da geração de trabalho e renda;*
 - ✓ *ampliação da venda de peixes e lagosta;*
 - ✓ *valorização do artesanato local (labirinto);*
 - ✓ *melhoria do sistema de educação e saúde e de infraestrutura básica como energia e abastecimento d'água;*
- Prováveis impactos negativos percebidos pelos entrevistados das comunidades, relacionados na conclusão da pesquisa.
 - ✓ *aumento do custo de vida;*
 - ✓ *a maioria dos empreendimentos são de propriedade de não nativos;*
 - ✓ *venda das terras (terrenos) para não nativos;*
 - ✓ *crescimento do consumo de drogas e da prostituição;*
 - ✓ *ausência de espaço para construção de moradias para as futuras gerações dos nativos;*
 - ✓ *pescadores trocam a profissão por outra ligada aos serviços do turismo sem garantias trabalhistas, principalmente na baixa estação.*

Esses resultados formaram um conjunto de informações importantes que nortearam o desenvolvimento do projeto turístico para a comunidade da Prainha, e

foram apresentados e discutidos durante a Oficina de Turismo. A análise dos resultados, na perspectiva dos moradores da comunidade, identificou a existência de dois tipos de turismo, por eles mencionados: o primeiro, descrito como o “Turismo dos Barão”, aquele em que os agentes externos é quem “...decidem e ficam com o lucro e nós obedecemos e ficamos com o prejuízo”; o segundo foi descrito como o “Nosso Turismo”, aquele que ficou identificado, que obteve uma melhor sintonia com o pensamento da maioria dos participantes do evento, aquele no qual; “Nós aprendemos. Nós decidimos. Nós mandamos. Ficamos independentes”.

Podemos vislumbrar, nessas compreensões que representam o resultado da pesquisa, o tipo de turismo desejado pelos moradores da Prainha e que nortearam a primeira proposta de turismo comunitário local (1995). Verificamos que suas decisões foram diametralmente opostas àquelas que determinaram o tipo de turismo desenvolvido pelas comunidades de Canoa Quebrada, Parajuru, Morro Branco e Praia das Fontes, ou seja, essas comunidades representam um tipo de turismo que a Prainha não desejou. Na realidade, os habitantes da Prainha identificaram-se com a construção de um modelo de turismo diferente; "um turismo onde nós somos os articuladores, construtores, donos de empreendimento, organizadores e onde a renda e o lucro ficam dentro da comunidade, para melhorar a nossa qualidade de vida e não a dos outros". (Relatório da Primeira Oficina de Turismo na comunidade).

Com o propósito de discutir, organizar, gerenciar e deliberar sobre essa nova aptidão comunitária, foi instalado, nesse mesmo período, o Conselho de Turismo. Concebido com essa missão, o novo Conselho nasce com o objetivo de desenvolver o turismo ecológico de forma comunitária e participativa, com o intuito de melhorar a renda e proporcionar melhor qualidade de vida aos moradores. Aparecia mais uma ocupação, mais uma opção de renda para as famílias locais, principalmente no período de defeso da lagosta. Juntamente ao turismo comunitário, aparece o incentivo à produção do artesanato local, que produz mais incremento no aumento da renda para aquelas famílias que trabalham com esse produto.

A implementação do turismo comunitário foi amadurecida durante o longo período de quatro anos, com lapsos, em debates promovidos pela Associação dos Moradores, até a realização do Seminário de Ecoturismo Comunitário (concludentes podem ser observados na Foto 30). Organizado de 29 a 30 de outubro de 1998, pelo novo Conselho Comunitário, foi patrocinado pelos “Amigos da Prainha”, com o apoio

técnico do Instituto Terramar e do CPP. Também houve a participação das Secretarias de Meio Ambiente (SEMA), de Turismo (SETUR) e de Ação Social do Estado, da Escola Bom Jesus dos Navegantes e da Prefeitura de Beberibe.



Foto 30: Concluintes do Seminário de Ecoturismo Comunitário (1998)
Fonte: Acervo Terramar

Esse evento foi realizado e constituído de forma participativa, envolvendo a comunidade em discussões e apresentações, em reunião plenária, dos trabalhos e dinâmicas de grupo que foram distribuídos em temas, tais como: capacitação, educação e cultura; *marketing* e documentação; produtos e equipamentos turísticos; empreendimentos, legislação e regulamentações; e participação e beneficiados. Além desses dados, o relatório do Seminário¹⁴³ propõe, como missão do projeto de turismo local, “Desenvolver o turismo ecológico de forma comunitária para melhorar a renda e o bem-estar dos moradores, preservando os nossos valores culturais e os recursos naturais da nossa região.”

Durante as discussões no evento, questões foram levantadas sobre a participação e os benefícios advindos do turismo para a comunidade. Tais discussões levaram à criação de um fundo social, com base num percentual de 20% do saldo das operações ligadas ao turismo. Ao fim de cada gestão anual é repassado para a comunidade, por meio da Associação de Moradores, que decide quais são os investimentos prioritários para a aplicação dos recursos. Desta forma, o turismo passou a ser visto de maneira mais clara para a comunidade, como uma nova prática que traz

¹⁴³ Relatório de Atividades e Resultados do Seminário de Ecoturismo Comunitário: Prainha do Canto Verde, 1998 – Disponível no Conselho de Turismo.

retornos positivos para o desenvolvimento da localidade, uma vez que os recursos são aplicados para a melhoria da qualidade de vida¹⁴⁴ de seus moradores, e não apenas para beneficiar alguns privilegiados. Essa decisão aparece nítida na narrativa de uma das lideranças locais, quando acentua:

O turismo quando chega no fim do ano, que fecha as contas, tem o Fundo de Reserva Social. Esse fundo tem um conselho comunitário, que são dos ex-presidentes da associação dos moradores que dizem para onde vai esse fundo, em benefício social da comunidade. Então todo ano vai uma parte para a escola, uma parte para a questão da defesa da terra. [...] Então era uma maneira de se ajudar a comunidade toda, aqueles que não participam diretamente do turismo, ou indiretamente. Muitos deles aqui dizem que o turismo não ajuda eles, mas é porque eles não têm a visão que esse Fundo Social que vai para a escola, vai para a questão da terra. (Líder comunitário, 33 anos).

Na Escola, o fundo já produziu frutos, auxiliando na promoção de capacitações, de eventos, de projetos (Arte-Escola, por exemplo), melhorando os recursos didáticos e valorizando a cultura local por meio do trabalho dos alunos da “Escola dos Povos do Mar”, via literatura de cordel, com o tema: “O Turismo na Prainha do Canto Verde - Beberibe/CE”. Nele os autores apresentam uma visão dos jovens da comunidade, resumidos nos vocábulos Trabalho, Comunidade, Pesca, Renda, Sustentabilidade, Povo, Cooperativismo e Solidariedade. Observamos esses destaques nos resumos dos seguintes versos, sobre o turismo local:

Caro amigo leitor
Ouça o que eu vou falar
Do TURISMO da Prainha
Pra você ler a apreciar

É um meio de **Trabalho**
Que a COMUNIDADE tem
Completando a **Pesca**
Melhorando a **Renda** Também.

Não há quem viva no mundo
Que não deseje TRABALHAR
No caso do turismo é bom
Pra dinheiro ganhar.
[...]
O turismo do Canto Verde
Que tem SUSTENTABILIDADE
Só pensa em coisas boas
Para preservar a **Comunidade**.

¹⁴⁴ Segundo Leff (2001), a qualidade de vida advinda desse modelo sustentável incorpora ao debate a significação cultural das necessidades e o sentido existencial dessas populações. Para tanto, deverá ser delineado um novo quadro de necessidades fundamentais, como um conjunto de desejos, aspirações e demandas culturalmente definido que, desde uma visão crítica, mobiliza a capacidade de autogestão dessas comunidades.

[...]
 Criou-se uma COOPERATIVA
 Para melhor Trabalhar
 Ajudando uns aos outros
 Para o turismo melhorar
 [...]
 Tem Fundo Social
 E de SOLIDARIEDADE
 Que ao final de cada ano
 Ajuda a **Comunidade**. (Grifos nossos)
 [...]

Autores: Erenilson; Eudes e Luis.
 Abril de 2003.

Também estiveram presentes ao seminário de Ecoturismo alguns agentes externos, como os representantes da Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR), da Superintendência Estadual do Meio Ambiente/CE (SEMACE), do Conselho da Pastoral dos Pescadores das comunidades do Batoque, do Parajuru, do Campestre da Penha e da Paripueira (SHARER, 2003). Desse evento, surgiu a formatação para o “Projeto Turismo Socialmente Responsável: Ecoturismo Comunitário da Prainha do Canto Verde”. Esse documento foi o alicerce para a consolidação da prática do turismo comunitário na localidade. Com base nele, cursos, treinamentos e seminários foram realizados para instruir, capacitar e treinar a população interessada em desenvolver essa atividade.

Com a ajuda da Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão do Ceará-UFC, em outubro de 1999, iniciou-se uma série de capacitações¹⁴⁵ para o Conselho de Turismo, que desembocou, em maio do ano seguinte, na criação e formação de um grupo cooperativo/associativo que congregara aqueles – donos de pousadas, merendeiras, cozinheiras, camareiras, guias de trilhas etc. – que fazem parte dessa iniciativa. Em janeiro de 2001, iniciou-se uma etapa experimental de transformação desse grupo, que passou a admitir uma nova gestão e assumiu o nome de: Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde (COOPERCANTUR), que passou a ter como desafio principal combinar a iniciativa privada com a gestão comunitária e garantir ampla distribuição de renda entre as famílias dessa iniciativa. Funcionou como uma Cooperativa, mas não foi institucionalizada.

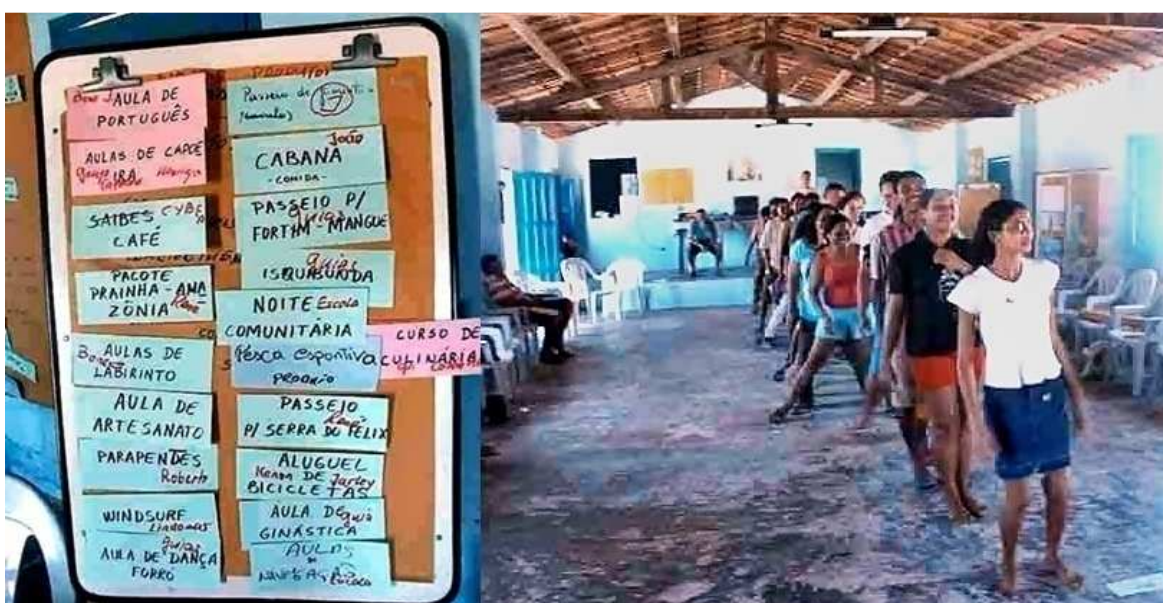
¹⁴⁵ Além de instrutor nesses eventos, na época, estávamos como coordenador de capacitação da Incubadora de Cooperativas da UFC.

Em abril de 2005, fomos convidado, juntamente com um técnico em empreendedorismo, representando a Incubadora de Cooperativas da UFC, para um encontro local sobre Planejamento Cooperativo e Associativo com representantes do Conselho de Turismo, para assessorar na decisão de institucionalizar a Coopercantur ou o fortalecimento da Associação. Após o evento e as avaliações, o grupo resolveu postergar a decisão e preferiu realizar alguns acertos na gestão da Coopercantur que continuou operando. Somente em assembleia, do dia 19/02/2009, o grupo resolveu retornar à formação inicial de Conselho de Turismo. Esse fato mostra-nos o nível das discussões e amadurecimento por que atravessa esse Conselho local. Também é importante porque, segundo Gohn (2007b), essas formas associativas se apresentam como *locus* de produção de saberes e aprendizagens (processo educativo), apontando caminhos para a elaboração de formas democráticas e cidadãos de vida social coletiva, local.

Com o objetivo de avaliar o Projeto Turístico Socialmente Responsável da Prainha, elaborado em 1998, e traçar novas metas e estratégias para atuação de 2004-2007, o movimento comunitário realizou mais um evento de cunho avaliativo-educativo, nas dependências do Centro Comunitário. Desta vez foi o “Seminário de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Local”, no período de 21 a 23 de agosto de 2003. O evento foi antecedido pela “I Oficina de Turismo Rural”, realizado no período de 10 a 13/04/2003, no mesmo local.

Além de todos os participantes do Conselho e Cooperados, foram convocados e convidados a participar do Planejamento Estratégico todos os moradores da comunidade. O evento também contou com representantes das comunidades participantes da rede de turismo comunitário do Ceará: Tatajuba, Ponta Grossa, Balbino, Batoque, Caetanos e Maceió; de membros de ONG's, como o Terramar, Fórum Cidadania e Lixo; das instituições de ensino – Universidade Estadual do Ceará (UECE), Centro Federal de Educação (CEFET), Universidade de Fortaleza (UNIFOR); e a UFC, por meio da Incubadora de Cooperativas. **Participamos** como representante dessa Entidade. Também se fizeram presentes as instituições governamentais Prefeitura de Beberibe, Secretaria de Turismo de Beberibe, Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca, Secretaria de Ação Social, SETUR, EMATER-CE, IBAMA-NEA, dentre outros parceiros.

O evento, dividido em atividades como discussão e apresentação em sessão plenária, trabalhos em grupos, dinâmicas de grupo – conforme podemos observar na fotomontagem 31 – considerou os seguintes temas para discussão e trabalho: produtos naturais e qualidade alimentar, artesanato, lixo, criação de eventos, desenvolvimento de novos produtos turísticos, infraestrutura comunitária, infraestrutura pública e segurança, cooperativismo, *marketing*, qualidade na prestação de serviços, capacitação de jovens, inclusão da comunidade no desenvolvimento turístico e apresentação de instrumentos atuais da gestão.



Fotomontagem 31: Síntese da discussão grupal e aplicação de dinâmica de grupo
Fonte: Conselho de Turismo – montagem realizada pelo pesquisador

Este seminário, na medida em que a comunidade vinha demandando, foi utilizado como instrumento de avaliação na implantação do turismo na localidade e de auxílio para delineamento de novas estratégias para o desenvolvimento desta iniciativa na Prainha. Ainda por conta desta ação e de sua prática instalada na comunidade, dois seminários internacionais sobre turismo sustentável ocorreram (12 a 15/05/2003 e 12 a 15/05/2008)¹⁴⁶ em Fortaleza (Apêndice 7). O primeiro trouxe a experiência de comunidades praticantes desse turismo em nove nações distintas. Já o segundo apresentou a experiência de doze países em diferentes continentes.

¹⁴⁶ Estivemos presente aos dois eventos internacionais realizados em Fortaleza-CE.

Durante o segundo evento, foi oficialmente instalada a Rede Cearense de Turismo Comunitário - Rede TUCUM¹⁴⁷ da qual a comunidade da Prainha faz parte. Trata-se de um projeto pioneiro de Turismo Comunitário no Ceará voltado para formação de uma relação entre sociedade, cultura e natureza, que busca a sustentabilidade socioambiental. A TUCUM propõe-se a pensar e realizar o turismo de uma forma diferente, com outra concepção de desenvolvimento, que constrói novas relações entre comunidades e visitantes. Nela, as populações locais possuem o controle efetivo sobre o desenvolvimento e a gestão das atividades, baseando-se em suas experiências da gestão comunitária e familiar e na proposta da economia solidária (Livreto e Folder de lançamento; 2008).

Por conta dessa nova atividade, desse modelo de turismo comunitário colocado em ação o projeto Turismo Socialmente Responsável da Prainha do Canto Verde recebeu, nessa década, cinco prêmios e uma indicação de reconhecimento internacional, a saber:

- Prêmio *To Do! 1999*¹⁴⁸, durante a 34ª Feira Internacional de Turismo; em Berlim-Alemanha – maior Feira de Turismo da Europa.
- Prêmio *TOURA D'OR 2000* para melhor filme documentário sobre Turismo Sustentável, concedido a projetos socialmente responsáveis, em Berlim, Alemanha.
- Foi indicado no Guia de Turismo Comunitário, criado pela ONG Britânica "Tourism Concerns"¹⁴⁹ dedicada a estimular o desenvolvimento do turismo socialmente responsável, que divulga cerca de 180 destinos em 41 países.
- Em novembro de 2003 a Comunidade recebeu menção honrosa do Prêmio de Turismo¹⁵⁰ para o Futuro; da British Airways (*British Airways Tourism for*

¹⁴⁷ Hoje a rede é composta por dez comunidades costeiras e dois grupos, entre indígenas, pescadores e moradores de assentamentos rurais e dois locais de hospedagem solidária em Fortaleza, além de três ONGs que prestam assessoria institucional à rede – Instituto Terramar (Brasil), Associação Tremembé (Itália) e Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde (Suíça). Também participam como parceiros e articuladores da rede o Intervita (Itália), a ICCO (Holanda), o EED (Alemanha) e o Ministério de Turismo do Brasil. Em 13/03/2009, a rede recebeu o Prêmio To Do! 2008, concedida durante a 43ª *International Tourism Exchange* - Feira Internacional de Turismo; em Berlim, Alemanha, o maior evento do gênero na Europa (Disponível em: <http://www.tucum.org>; acesso em: 15 mar. 2009).

¹⁴⁸ A comunidade da Prainha foi agraciada na edição do prêmio de 1999, mas recebeu o certificado somente em março de 2000. Foi concedido pela ONG alemã *Studienkreis für Tourismus und Entwicklung* (Instituto de Turismo e Desenvolvimento), para projetos socialmente responsáveis na área do turismo comunitário.

¹⁴⁹ Trata-se de uma organização que defende a ética do mercado turístico e trabalha com comunidades que possuem destinos turísticos, cujos objetivos procurem reduzir problemas ambientais e sociais correlacionados à atividade.

¹⁵⁰ Prêmio concedido pela Federação de Operadores Turísticos para divulgar valores de sustentabilidade e incentivar a realização de melhores práticas para a proteção do meio ambiente. Tal incenti-

Tomorrow Awards). Mais de 70 projetos de 37 países foram inscritos no concurso, que avaliou como cada um deles beneficia a comunidade local, protege a herança cultural e natural, controla o uso de energia e água, educa os moradores e os visitantes e contribui para uma vida melhor para as futuras gerações.

- Em julho de 2004, vencedora do Prêmio Super Ecologia 2004 da revista Superinteressante, na categoria Comunidade - ONG.
- Em março de 2009; prêmio *To Do! 2008*¹⁵¹, durante a 43ª International Tourism Exchange - Feira Internacional de Turismo; em Berlim-Alemanha – por ser membro da Rede de Turismo Comunitário TUCUM.

Os prêmios recebidos projetam a Prainha do Canto Verde internacionalmente, mas pouco esforço é realizado como estratégia para divulgação do destino “Prainha do Canto Verde” no Estado e em território nacional. É importante frisar que o Poder Público, em qualquer de suas esferas, não possui nenhuma influência sobre a gestão do turismo na comunidade. Durante nossas observações de campo, constatamos que nem no CD-ROM “Beberibe Turístico” da Prefeitura do Município, datado de 2005, a Prainha do Canto Verde aparece como um destino turístico. Provavelmente porque o modelo de turismo da Prainha, diferente de todas as demais comunidades litorâneas do Município, não atraia os dirigentes de agências de turismo local, bem como os gestores públicos, os responsáveis por esse segmento.

Também observamos, em diálogo com representantes da Secretária de Planejamento e Turismo de Beberibe, que o Município vem aprendendo muito com este modelo da gestão comunitária praticado na comunidade, fatos que também são confirmados pelas lideranças locais, quando mencionam o descaso das autoridades municipais em relação ao turismo local. Segundo eles,

[...] ...eles não tem conhecimento do que vem acontecendo aqui. Quando a última Secretária do Turismo andou aqui ficou abismada com o nível de organização, o tipo de estrutura que a gente já tinha. Para o município isso era desconhecido. [...] Nunca deram nenhum apoio financeiro, nem de marketing, nem de divulgação nem de nada. Até mesmo um trabalho que poderia melhorar pra nós, que era levar um material de divulgação daqui, nada. Hoje eles já tem porque nós fizemos questão de levar para lá. Quando che-

vo vem sendo concedido, desde 1989, pela *British Airways Tourism for Tomorrow Awards*. Disponível em: http://www.britishairways.com/travel/crt4t/public/en_gb; acesso em: 15 mar. 2009.

¹⁵¹ A da Prainha foi agraciada desta vez por fazer parte da Rede TUCUM de Turismo Comunitário. Desde o lançamento da premiação, 32 projetos foram contemplados; destes, 27 representam experiências em países da África, Ásia e América Latina. No Brasil, até agora, somente a experiência comunitária da Prainha, em Beberibe-CE, foi premiada individualmente, em 1999.

gava alguém lá, querendo conhecer a Prainha não tinha nada. Hoje já tem por esforço nosso. (Líder Comunitário; 30 anos).

A experiência acumulada pela Prainha no desenvolvimento da implantação desse modelo inovador de turismo comunitário, juntamente com sua história de organização e luta pela posse de seu território e de outras conquistas sociais, são os responsáveis pelo tipo e fluxo de turistas que buscam conhecer essa comunidade. Uma parcela desses visitantes é representada por pesquisadores, acadêmicos, professores e seus alunos que buscam conhecer, pesquisar¹⁵² e estudar as vivências adquiridas por intermédio desse movimento social, como nos confirma um dos proprietários de pousada local:

Uma das fontes daqui é o turismo de pesquisa, de estudos sobre nosso turismo que estamos implantando na comunidade. Esse tipo de turismo que nós temos hoje, já é modelo do nosso município e do Estado e que serve de exemplo pra outras praias. As outras praias da região que não tem controle sobre a prostituição, as drogas, não tem organização. Então eles tem aqui como exemplo de educação que deu certo; da natureza preservada, da população esclarecida. (Ex-pescador; dono de pousada, 47 anos).

Nós próprios participamos desse segmento, como instrutor, pesquisador e docente que, semestralmente, realizava visitas de extensão universitária com seus alunos (disciplina - Extensão Pesqueira) para conhecer as experiências vivenciadas pelo movimento social local. Também pudemos observar e acompanhar, durante a pesquisa de campo, pelo menos sete visitas realizadas por pesquisadores, docentes e seus alunos¹⁵³ de universidades cearenses e de outros estados nordestinos, principalmente (conforme podemos verificar na fotomontagem 32). Em três delas fomos convidado a apresentar os objetivos de nosso estudo de campo, na comunidade.

¹⁵² Segundo arquivos do Sr. René Schärer, de 1994 a 2004, vinte e três trabalhos acadêmicos (4 monografias; 14 dissertações e 5 teses) foram produzidas com base nos diferentes segmentos sociais (1 saúde; 1 Território-Sociologia; 2 Educação; 3 Meio Ambiente; 3 Des. Local; 4 Pesca e; 9 Turismo Comunitário) locais. Destes, nove foram defendidos em universidades estrangeiras, além de dez Artigos Técnicos, publicados no mesmo período.

¹⁵³ São alunos de cursos diversos. Dentre esses, podemos observar acadêmicos de Arquitetura, Educação, Enfermagem, Engenharia de Pesca, Geografia, Hotelaria (nível médio), Medicina, Sociologia e Turismo, de instituições públicas e particulares.



Fotomontagem 32: Recepção de mestrandos, docente e alunos do Curso de Turismo da UFPE, por lideranças do Conselho de Turismo e da Associação de Moradores

Fonte: Pesquisador – montagem realizada pelo pesquisador

As experiências e trocas de conhecimentos advindos dessa nova atividade do turismo comunitário, promovidas pelo movimento local, resultam em mais um processo pedagógico vivenciado por seus comunitários, que vão acumulando e transformando em práticas que habilitam a comunidade para vencer novos desafios, novas demandas. Salvo um melhor juízo, e com base nos achados desta pesquisa, acreditamos que a comunidade da Prainha realiza bem esse processo, constituindo interações sociais na forma de conselhos e grupo cooperativo, proporcionando a participação e colaboração de seus sujeitos no planejamento e execução dessa experiência que lhes têm possibilitado a oportunidade de reafirmar e consolidar seu senso de identidade. Com essa atitude, suas lideranças mostram o sentido de responsabilidade e legitimando o padrão de desenvolvimento que o turismo local persegue na busca de garantir a satisfação das necessidades locais, defendendo-se de práticas turísticas predatórias.

Concluindo, dessa maneira, a comunidade da Prainha coloca em prática um modelo de turismo que perseguia, muito embora ele ainda não esteja associado a um padrão de qualidade satisfatório, segundo a óptica de mercado. A história de participação e organização dessa comunidade transformou o conceito de turismo de base comunitária em realidade, a qual já serve de exemplo para outras comunidades do litoral cearense, do Brasil e do Mundo. O projeto turístico de base comunitária da Prainha é referência para a realização de experiências que viabilizam a inclusão das comunidades do litoral no estabelecimento/implantação de um turismo que contribui para a melhoria dos padrões socioeconômicos, respeitando as tradições e a cultura dos povos do mar.

5.2.5 Outras conquistas para cidadania

Educando-se um povo e ensinando o que ele quer conquistar, numa determinada comunidade, pra tal objetivo, fica muito difícil de ganhar, de vencer esse povo. Porque o povo educado, o povo instruído de seus direitos é difícil de ser vencido.

Professora (31 anos).

Outra conquista definitiva desse movimento advêm com a vitória, em 14/03/2006, por unanimidade¹⁵⁴, em 3ª instância no Superior Tribunal de Justiça – Recurso Especial nº 589970/2003, da Imobiliária Henrique Jorge, contestando Ação Rescisória impretada pela comunidade contra o processo de Usucapião do Sr. Antônio Sales Magalhães, sobre as “terras da Prainha” – do problema da terra. A comunidade, além de ter conquistado seu território físico, seus moradores também adquiriram o direito de possuir uma moradia própria, definitiva, podendo ser documentada – apesar do processo ainda se encontrar na fase de execução da sentença. Cada nativo e sua descendência, segundo o “Regulamento do Uso da Terra¹⁵⁵”, possuem o direito a uma área na propriedade coletiva comunitária de até 300m² para construir uma habitação.

A comunidade também conseguiu avançar bastante no setor de infraestrutura. No início do movimento, seus habitantes só possuíam uma estrutura de uso público-coletivo, uma escola com duas salas de aula, banheiros e uma cantina (1981). Hoje, além dos três prédios da Escola, do Centro Comunitário, do Posto de Saúde, da Casa de Parto, do Auditório-Refeitório Comunitário e da Loja de Artesanato Comunitária, seus moradores já dispõem de acesso asfaltado e energia elétrica disponível para todas as residências. Possui também um Estaleiro-Escola, uma Igreja Evangélica e diversos pequenos estabelecimentos comerciais. Toda essa infraestrutura funcionando traduz-se numa

¹⁵⁴ Eis o resultado da súmula do processo: Registro 2003/0159094-1; postado na página do Superior Tribunal de Justiça: **14/03/2006** Resultado de julgamento final: a turma, por unanimidade, não conheceu do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro relator. os Srs. Ministros Carlos Alberto Menezes Direito, Nancy Andrighi, Castro Filho e Humberto Gomes de Barros votaram com o Sr. Ministro relator; Ari Pargendler - Terceira Turma.

¹⁵⁵ Plano Diretor - Regulamento para Uso da Terra. Sua proposta final foi aprovada em Assembleia Geral da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde em, 28 de abril de 1996 (Anexo 3).

[...] melhoria da qualidade de vida da comunidade. Você imagina que na Prainha tem muita gente necessitada e que passa dificuldade, mas comparado a outras praias, o pessoal tem uma qualidade de vida muito boa. [...] Essa qualidade de vida é um destaque por quê; porque eles possuem educação eles tem lazer, possuem, na verdade, possibilidades de estudar de tentar alguma coisa na comunidade ou muito próximo dela. (Líder Comunitário, 30 anos).

A qualidade de vida comunitária vem a reboque de todas as outras realizações e conquistas do movimento, principalmente no que se refere ao incremento na renda média do pescador local, com a construção do entreposto de pesca, que muda a relação pescador-intermediário, com o pescador agora passando a ser o senhor de seu produto.

Ainda foi citada como destaque desse movimento a questão do sentimento de pertença¹⁵⁶ adquirido na conquista da terra. Este fica bastante claro quando observamos como eles sentem o prazer em assinalar e

[...] dizer que “a terra é nossa”. Porque quando a gente iniciou a luta, se você fosse fazer uma pesquisa com muitos dos que lutavam, eles não acreditavam, achavam que o melhor era abrir mão, porque com os veranistas ia melhorar a vida da comunidade. (Pescador; líder comunitário, 34 anos).

Também foram relacionadas como conquistas importantes desse movimento: a criação dos conselhos comunitários, o nível de organização da comunidade, a luta em prol da conquista da RESEX¹⁵⁷, que veio consolidar a vitória da luta pela terra, que deverá manter o nível de renda local na pesca artesanal, e o longo processo de conquista da terra, que proporcionou, em última instância, no caminhar de seu percurso, a formação de jovens lideranças, hoje, atuantes em diversas frentes. O processo também contribuiu para a formação política dessas lideranças e de seus participantes, como, por exemplo,

[...] um Beto; um Antônio Aires; um Lindomar; as crianças daquele período, conseguiram um aprendizado no processo do movimento comunitário. Pra mim eles possuem a clareza, eles se apropriaram da cultura, do processo localizado neles. [...] Então, pra mim, ver essas criaturas, lideranças de hoje, ocupando os espaços e posições importantes dentro do movimento local e até nacional, como é o caso do Beto (MONAPE); isso pra mim foi o principal destaque, o principal prêmio desse trabalho na Prainha. (Professora Inez).

De todos esses avanços e conquistas da comunidade, a mudança mais anunciada e citada pelos sujeitos (mais de 83%) entrevistados foi no setor da educação, com a melhoria da qualidade do ensino, da qualificação e capacitação dos

¹⁵⁶ Será destacado adiante, com detalhes, no item, **5.3.3.1**.

¹⁵⁷ Apresentada anteriormente no item **5.2.3**.

professores da própria comunidade. Assim, o movimento local situou, pois, a educação como a demanda principal a ser superada e bem resolvida, envolvendo a comunidade nessa solução.

Observamos nos relatos deste segmento (5.2) e nos discursos dos narradores da pesquisa, que a comunidade, nesses últimos 25 anos, experimentou e passou por uma verdadeira mudança e transformação em todos seus aspectos e setores. Verificamos, também, que todas essas mudanças e modificações, nas estruturas, formas e hábitos dos comunitários, resultam do movimento social local, colaborando como um todo para formação do processo educativo de sua população. Esse processo será mais especificamente focado no próximo segmento.

5.3 O Legado do Movimento: o Processo Educativo

Então, se eu não tivesse nascido nessa luta, não tivesse participando desse movimento, não tivesse vivido isso, não teria nenhum sentido. Quando você vive isso, quando você sente, na pele, é diferente; a sua formação de vida, o seu crescimento pessoal é diferente.

Professora (31 anos).

Desde a primeira seção da apresentação deste capítulo, mostramos, nas contextualizações das narrativas e testemunhos dos sujeitos envolvidos na formação desse movimento – como o acima exposto – a gestação do processo educativo construído ao longo do período em que ele se consolida. Neste segmento, especificamente, procuraremos focar nossa apresentação para aquelas ações, práticas e efeitos que proporcionaram o resultado desse processo, tanto para aqueles que participaram, participam e fazem esse movimento, como para os habitantes da comunidade como um todo. Está dividido em três subitens, denominados: A capacitação como um processo educativo de construção do conhecimento; Lições de vida e “visões de mundo” apreendidas na participação do movimento; e Fortalecimento e conquista da identidade coletiva da Prainha.

5.3.1 A Capacitação como processo educativo de construção do conhecimento

Sem formação é difícil até de caminhar, o sujeito fica limitado, tem vergonha de se expressar. O nível de formação é importante pra vida da liderança. [...] Ele abre o pensamento da gente, abre as idéias, abre o horizonte do pensamento e cria esse leque de conhecimento que a gente não tinha.
Pescador, líder comunitário (30 anos).

Assim como em Paulo Freire (2005), compreendemos que a capacitação, entendida como resultado de um processo pedagógico/educativo, em curso na comunidade da Prainha, pode ser também concebido como um decurso de educação popular, “como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica”. (Op. cit. p. 19). Assim sendo, “o conhecimento mais sistematizado é indispensável à luta popular e ele vai facilitar os programas de atuar (**de ação popular**); [...] mas esse conhecimento deve percorrer os caminhos da prática”. (Op. cit., p. 25 - grifo nosso). Nessa perspectiva, a capacitação também é entendida como “uma dimensão relacionada à construção do conhecimento prático ou de habilidades que permite ao sujeito agir sobre a realidade, seja a próxima ou a mais distante”. (FUNDEP; 1995, p. 49). Assim sendo, na prática, esse processo pedagógico

[...] supõe sensibilização, estimulação e assessoramento à população, tudo com o intuito de que os comunitários e suas lideranças tenham meios de apreensão contínua da realidade social e saibam analisá-la, situando os seus interesses, assim como as novas injunções e redefinição dos canais de comunicação que sustentam sua organização. (SOUZA; FURTADO; 2004, p. 142).

Segundo ainda esses mesmos autores, nessa concepção, o conhecimento não é algo dado, acabado, em nenhuma de suas instâncias. Dessa forma, a capacitação ocorre, também, mediante trocas de experiências e vivências nas situações reais, valorizando as discussões conjuntas, as opiniões, o conhecimento/saber individual, promovendo principalmente a redução na aprendizagem individualista, salientando a construção coletiva do conhecimento. Esse conhecimento que “se constrói pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por dotação prévia na constituição hereditária ou do meio”. (Op. cit., 2000, p. 46-49).

Nessa mesma direção, Maturana (2000) expressa que o conhecimento é adquirido como uma capacidade do indivíduo de fazer e refletir sobre esse fazer,

entretanto, a aprendizagem só ocorre quando existe responsabilidade pelo que se faz/realiza. Assim sendo, a capacitação necessita da criação efetiva de espaços de ação envolvendo seus sujeitos; espaços “onde se exercitem as habilidades que se deseja desenvolver, criando um âmbito de ampliação das capacidades de fazer na reflexão sobre esse fazer como parte do viver que se vive e deseja viver”. (Op. cit., p. 11). Conclui seu pensamento, ressaltando que o trabalho de formação humana encerra o fundamento de todo o processo educativo e que a capacitação é um instrumento e, ao mesmo tempo, um caminho para realizar esta.

Nos anos 1990, a Igreja Católica sai de cena do processo de capacitação na Prainha. Em seguida, aparecem os novos parceiros e patrocinadores que investem fortemente nessa área da educação, tanto formal como popular comunitária. Os recursos são de origem, principalmente, internacional, oriundos de ONGs e fundações que apoiam países em desenvolvimento e de pessoas solidárias com a questão local, como as que formam a “Associação Amigos da Prainha do Canto Verde” e do Instituto Terramar. Com recursos nacionais, aparecem o SEBRAE, a Fundação ABRINQ e as Universidades, Federal e Estadual do Ceará, dentre outras. “Essas instituições quando verem grupos e comunidades organizadas, tem o maior prazer em participar e contribuir”. (Pescador; líder comunitário, 34 anos). Ele conclui nos apresentando os resultados desse investimento.

Eu me considero hoje um cara aberto, não só para pescar, mas para melhorar minha atividade da pesca e, muito mais para aprender a fazer outra coisa. Tudo isso graças a essa contribuição, e mesmo com toda a dificuldade eu acho que tenho uma capacidade de gestão, não só de uma Associação, mas a gestão de um pequeno negócio, uma gestão do próprio recurso e da família. Se não fosse esses cursos e treinamentos que eu participei, e a disposição de estar sempre participando e se envolvendo, desde pequeno, no movimento, eu não teria chegado até aqui. (Pescador; líder comunitário, 34 anos).

Observa-se nesse testemunho não somente os atributos que o depoente levantou, mas também um avanço na maneira e na forma de dele se expressar, de comunicar aquilo que pretende dizer. Assim, a capacitação como *moto-contínuo* para formação, resgate e valorização das lideranças locais que participam do movimento foram sempre uma preocupação e uma constante daqueles que assessoram e contribuem para a mobilização e organização da luta na comunidade. Essa atenção teve sempre seu foco direcionado não somente para as lideranças da época, mas, principalmente, para aquelas das gerações futuras, tendo sempre o cuidado de envolver a comunidade, pois entendem eles que não adiantaria apenas capacitar os líderes e

dirigentes das ações do movimento. Atualmente essa atenção está presente na comunidade por meio da execução do projeto “Geração Muda Mundo”¹⁵⁸, que trabalha, principalmente, os jovens na faixa etária dos 14 a 24 anos, como podemos ver na fotografia 33.



Foto 33: Jovens do projeto “Geração Muda Mundo” (2008)
Fonte: Acervo René Schärer

Logo após a saída da professora Inez da comunidade, o trabalho na educação foi reiniciado com o apoio do Instituto Terramar na creche “Peixinho Dourado” que funcionava dentro do Centro Comunitário. Com uma metodologia baseada nos princípios do construtivismo, as professoras da época foram instruídas e capacitadas para trabalhar questões como o planejamento estratégico semestral e anual, das quais não possuíam nenhuma noção, como também a questão da Arte e Educação, já desde a alfabetização.

Depois se passou a trabalhar a reforma dos currículos das séries, acompanhados de um investimento profícuo na capacitação desses professores, contribuindo para a valorização e o aperfeiçoamento da escola como um ponto de apoio importante para o fortalecimento e consolidação do movimento local. Uma dessas professoras, hoje diretora da escola, nos narra sobre a importância dessas capacitações.

¹⁵⁸ O projeto foi instalado na comunidade em de outubro de 2007. Conta com o financiamento dos “Amigos da Prainha”, da Fundação *Stanley Johnson* e apoio da ASHOKA Empreendedores Sociais, uma fundação internacional com sede em Washington (EUA), que fomenta e promove o empreendedorismo social nos jovens, investindo em sua capacidade de criar empreendimentos com impacto social positivo. Essa ação também possui o intuito de formar uma rede diversificada de jovens empreendedores sociais, integrados num movimento em escala nacional. A experiência na Prainha envolve atualmente (julho/2009) seis grupos de jovens que já obtiveram um prêmio (estadual) num encontro na cidade de Limoeiro do Norte.

Pra mim foi uma aprendizagem, principalmente com relação as experiências adquiridas, e, na forma de expressar essas experiências vividas. Hoje eu me sinto mais experiente e segura daquilo que falo quando isso é necessário, como agora. Eu também tenho certeza que os demais companheiros que participaram dessas capacitações, tem condições de chegar em qualquer local e se destacar, falar de nossas experiências quanto for solicitado. (Diretora da escola).

Foram quase cinco anos trabalhando e investindo na capacitação e qualificação da educação básica na comunidade. Nesse período, dois pequenos livros que reconstituem a história e a cultura local foram formatados e editados para auxiliar nos trabalhos de sala e pesquisa. Também foram alocados recursos para investimento em capacitação¹⁵⁹ e qualificação de jovens para conclusão do segundo grau e pedagógico, mediante a concessão de bolsas de estudo para esse fim. Esses jovens foram os que mais adiante vieram a formar o atual corpo docente da escola na comunidade, bem como se transformaram nas principais lideranças do movimento comunitário atual. Segundo uma dessas jovens lideranças, nessa oportunidade,

[...] a gente aprende. São espaços aonde se constroem o conhecimento e se fortalece, porque a gente cria consciências dessas questões, não só do nosso ponto de vista de onde a gente vive, mas também do conhecimento mais elaborado. Essas capacitações nós abrem essa porta pra conhecer aquilo que a gente vive, mas de uma forma mais elaborada, de um conhecimento universal. E com isso a gente aprende e cresce. (Ex-presidente da AMPCV, 31 anos).

A capacitação entendida não somente por meio dos elementos que a podem compor, como a qualificação, instrução, treinamento, aperfeiçoamento, atualização de conhecimentos, mas como um processo, como um todo que se faz necessário, presente em todas as fases desse movimento social, bem como em todos os segmentos e representações sociocoletivas da comunidade. Assim, projetos especiais de capacitação, para grupos especiais, foram planejados, implementados e executados na comunidade, tais como os que vêm na sequência.

❖ **Curso de Formação para Lideranças do Litoral Cearense.** A comunidade da Prainha, durante esses últimos vinte anos, foi palco de forte resistência e inúmeras iniciativas que fortaleceu a categoria e o movimento dos pescadores artesanais do litoral cearense. Uma parcela dessas ações teve origem na viagem de protesto da jangada SOS Sobrevivência, contra a pesca predatória e a especulação

¹⁵⁹ Por meio de projeto financiado pelos “Amigos da Prainha”, durante um período de cinco anos, foram beneficiados 15 jovens com bolsas de estudo. Ainda hoje o movimento continua investindo na capacitação para o aperfeiçoamento de docentes, mediante a concessão de bolsas para conclusão de cursos de pós-graduação.

imobiliária do litoral do Estado. Os fatos daí decorrentes emergiram em toda a costa do litoral, promovendo ações e atitudes que demandaram melhor organização e planejamento das comunidades tradicionais de pesca e, conseqüentemente, da formação de suas lideranças.



Foto 34: Turma I, Curso de Capacitação de Lideranças do Litoral Cearense
Fonte: Acervo Terramar

Para suprir essa necessidade, surgiu a proposta do curso de formação para lideranças do litoral cearense. O projeto foi executado em três etapas, iniciando com a primeira turma em 1999 (a fotografia 34 mostra seus concludentes) e concluindo em 2002, na terceira turma, com 32 alunos concluintes por turma. Com base na pedagogia da alternância, cada turma vivenciava uma carga de 268 horas de aulas presenciais coletivas, divididas durante seis semanas, intercaladas por períodos de 20 dias de retorno desses alunos para experimentarem cada abordagem teórica recebida, em suas localidades. Assim, em cada retorno ao coletivo, uma rica discussão era socializada por meio das metodologias pedagógicas utilizadas, como dinâmicas de motivação e participação, oficinas, atividades lúdicas, dramatização, debates, mesas redondas e trabalhos de grupo (Arquivos do Curso na Escola).

Tinha como objetivo principal capacitar homens e mulheres (jovens, pescadores, líderes comunitários e professores) das comunidades litorâneas do litoral do Estado, contribuindo para despertar e formar uma consciência crítica nos participantes, a fim de que pudessem melhor avaliar, refletir e modificar suas realidades de forma efetiva, como meio para garantir a melhoria da qualidade de vida em suas comunidades. Também tinha como propósito “constituir nas comunidades litorâneas um movimento social e político autônomo, atuante na perspectiva do desenvolvimento sustentável”. (Assessor, Terramar).

Para tanto, o curso foi dividido em seis módulos que abordaram temas como história da sociedade humana, associativismo e cooperativismo, aspectos naturais e sociais do ambiente litorâneo, gestão, planejamento e desenvolvimento sustentável de comunidades costeiras. Nesse sentido, os organizadores buscavam construir um conhecimento combinado do saber científico com o saber popular para a orientação da utilização sustentável dos recursos territoriais locais (*Folder* do curso, 2001).

O evento realizado na Prainha contemplou lideranças¹⁶⁰ de 25 comunidades do litoral, presentes em 13 municípios do Estado (Acaraú, Aquiraz, Aracati, Beberibe, Camocim, Cascavel, Fortaleza, Fortim, Icapuí, Itapipoca, Paracuru, Paraipaba e Trairi). Foi uma realização conjunta do Instituto Terramar, da Cooperativa Interdisciplinar de Pesquisa e Assistência Técnica (CIPAT) e do CPP, com apoio da Fundação AVINA, do PRORRENDA Rural-CE, dos “Amigos da Prainha”, da Cooperativa MIGROS (Suíça) e da Associação de Moradores da Prainha. Cada participante teve direito a uma pequena ajuda de custo mensal durante o período de realização do curso (*Folder* do curso, 2001).

Além de ter se constituído importante espaço de articulação entre as lideranças comunitárias, após a realização do curso, os alunos do litoral oeste conseguiram contribuir para melhor organização e avanços sociais para suas comunidades mediante a criação do Fórum dos Pescadores do Litoral Oeste, uma conquista que já existia no litoral leste. Esses fóruns, logo após, vieram formar o Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense. O evento também deixou para lideranças e pescadores da Prainha, mesmo aquelas que não puderam participar da capacitação, um legado educativo. Na afirmação de uma delas, observa-se o fato de que

[...] ...apesar de não ter participado, mais acompanhei jantares, e conversei com as pessoas de fora, e serviram como um investimento para a experiência que eu vivo hoje, de Capatazia. Porque foi baseado nisso que a gente começou a mudar. [...] A troca de experiências entre comunidades é muito importante pra formação dessas lideranças. Num curso desse tinha dez localidades diferentes, com ideias diferentes, aí a gente descobria a ideia deles e eles a da gente, e aí vai crescendo todo mundo. E assim a gente descobre várias ideias que hoje a gente segue como escola que a gente viveu. (Pescador; líder comunitário, 41 anos).

¹⁶⁰ A seleção de cada participante era definida pela Associação de Moradores ou órgão de classe de sua comunidade. Essa capacitação pretendia que cada liderança pudesse, no final do evento, contribuir com a organização de suas comunidades, podendo participar ativamente das políticas públicas governamentais, como, por exemplo, na elaboração dos planos de gerenciamento costeiro e de ordenamento da pesca.

❖ **Projeto “Escola dos Povos do Mar”**. Este é fruto de um movimento local que se estende por diversas comunidades litorâneas e que produziu respostas aos problemas que abalam os pescadores das comunidades litorâneas, tais como: a diminuição da produção do pescado – provocada pela pesca predatória e ausência de uma política direcionada ao setor, bem como, a dificuldade de organização dos pescadores – resultado da submissão e do paternalismo a que foram submetidos desde o período da colonização, perda da posse de suas terras – promovida pela grilagem e a especulação imobiliária no litoral e dos altos índices de analfabetismo dentro da categoria – resultado de uma carência, das péssimas condições das escolas nessas comunidades e de uma escola diferenciada¹⁶¹ para sua realidade.

Como base nesse último problema relacionado, é comum ouvir entre os profissionais da pesca que, “eu queria estudar, mas a gente ia pra escola ou ia pro mar”. Também é fácil perceber, entre eles, a justificativa encontrada para trocar a sala de aula pela embarcação, tão logo aprendem a ler e escrever, afirmando que “É a necessidade que nos faz trocar os livros pelo barco de pesca. Por outro lado, nossa atividade não se adéqua a escola convencional”. (Pescador; líder comunitário, 34 anos). Foi pensando em suprir essas necessidades e resolver esses problemas que surgiu a proposta da “Escola dos Povos do Mar”. Uma escola que oferecesse, além do ensino básico, conteúdos relacionados com a pesca e que tivesse como preocupação maior o resgate da autoestima do pescador e sua permanência na sala de aula, principalmente aqueles que desistiam de estudar a partir da 5ª série para ajudar no sustento de suas famílias. Foi no âmbito desta proposta que a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, o Instituto Terramar e a Escola Bom Jesus dos Navegantes, com apoio dos “Amigos da Prainha”, da Fish & Co./MIGROS (suíça), da ASHOKA, empreendimentos sociais, da Capitania dos Portos, da UFC (Labomar, Departamentos de Geografia e Engenharia de Pesca e FACED), das Prefeituras de Beberibe e Icapuí e do IBAMA, resolveram promover e inserir o projeto no seio da comunidade, como

¹⁶¹ A única que existiu em todo o litoral do Nordeste com esse fim – Escola de Pesca de Tamandaré-PE (EPT), atendia a todos os pescadores profissionais desses estados. Até 1975, a EPT formava, anualmente, entre 200 e 300 profissionais para a pesca. Vinculada inicialmente à Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, foi posteriormente anexada à SUDEPE, que encerrou esse tipo de atividade. Em 1983, por meio de convênio, foi criado, nas instalações da antiga Escola, o Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Nordeste (CEPENE). Tivemos o privilégio de realizar nessas instalações dois cursos de pós-graduação, em agosto/1979 e dezembro/1995.

[...] uma experiência piloto que durou dois anos, que produziu muito, sobretudo nas práticas, de GPS, por exemplo; um aprendizado direcionado para um pessoal específico onde colheu-se bons resultados. Hoje verifica-se que muitos deles estão colocando na prática os conhecimentos e ações obtidos durante o curso. (Professor, 31 anos).

Mais do que treinar, capacitar e/ou qualificar pescadores, o projeto nasceu com o intuito de formar cidadãos para que no amanhã viessem a pescar de forma responsável e que participassem da gestão dos recursos da zona costeira. Foi instalado em 25 de fevereiro de 2002, numa turma¹⁶² de 50 alunos com idades entre 16 e 48 anos, durante um período de dois anos. Teve como propósito, “Traduzir-se em uma alternativa de escolaridade de jovens e adultos pescadores ou filhos destes, desempenhando um papel formador de lideranças para construção de propostas sustentáveis nas comunidades litorâneas”. (Terramar - projeto Escola dos Povos do Mar, 2003).

Esse objetivo visava a proporcionar a continuidade de uma reflexão sistemática, que vinha sendo colocada pelo Instituto Terramar e discutida na comunidade, sobre o papel da educação e da escolaridade no fortalecimento da resistência das populações pesqueiras e suas possibilidades de sustentabilidade socioambiental, na perspectiva da formação de uma educação diferenciada para os Povos do Mar do Ceará, como política pública. Essa então era

[...] a ideia do projeto; demonstrar a necessidade, a viabilidade de uma escola de pesca e o resultado prático de uma escola de pesca em sede de comunidades litorâneas. Assim, a ideia era incentivar o poder público, municipal, estadual e federal, a investir numa escola de pesca regional. (René Schärer).

Resta clara nessa narrativa a intenção das lideranças e dos apoiadores do projeto quanto à sua concepção político-pedagógica. Dentre as ações planejadas, expostas em sua proposta, podemos verificar: apoio e assessoria pedagógica, contribuindo para a elaboração e gestão de Projeto Político-Pedagógico para as escolas litorâneas e a reflexão/ação de desenhos curriculares, sistematização, publicação do projeto e da experiência “Escola dos Povos do Mar”, articulação com os movimentos sociais e participação nos movimentos políticos e institucionais ligados à educação do campo, oficinas de formação de educadores para o currículo de futuras escolas dos Povos do Mar, elaboração de experiências educativas em alfabetização de EJA

¹⁶² A turma de alunos foi composta por estudantes da Escola Bom Jesus dos Navegantes, onde acontece o projeto. Eles eram filhos e filhas de pescadores, a maioria já praticando a atividade. Houve também pescadores veteranos que foram alfabetizados e aprenderam novas técnicas de pescarias, apesar da resistência em mudar a sua prática, herdada e adquirida de seus pais.

que vinculem educação e trabalho na pesca, e; promoção do seminário Educação dos Povos do Mar. Assim, resta claro, mais uma vez, a vinculação educação-movimento sociais, nesse caso, direcionado aos movimentos sociais das comunidades tradicionais da pesca artesanal, comprovando as asserções de Paulo Freire.

Segundo ainda seu projeto de concepção, a “Escola dos Povos do Mar” propunha como objetivos específicos:

- ✓ *Possibilitar um processo de alfabetização e letramento de jovens e adultos do litoral;*
- ✓ *Contribuir para o desenvolvimento da identidade, espírito de grupo e elevação da autoestima dos envolvidos;*
- ✓ *Possibilitar a pesquisa, reflexão e construção de ações produtivas sustentáveis relacionadas à pesca, aquicultura e ao turismo comunitário;*
- ✓ *Contribuir para formação de lideranças capazes de fortalecer as iniciativas organizativas existentes no litoral, sobretudo o Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense;*
- ✓ *Sistematizar e valorizar os saberes tradicionais relativos à pesca artesanal;*
- ✓ *Produzir materiais informativos capazes de contribuir para a educação ambiental e a disseminação de conhecimento relativos as alternativas sustentáveis no litoral, e;*
- ✓ *Contribuir para o debate em torno da necessidade de novas elaborações sobre uma perspectiva curricular para as escolas do litoral que incorpore a relação com o mundo da pesca e a dimensão socioambiental.*

A estrutura do currículo da “Escola dos Povos do Mar” baseou-se em um conjunto de unidades temáticas intimamente relacionadas às atividades e à história destes profissionais. As ações foram realizadas mediante um calendário¹⁶³ que procurava não entrar em choque com a rotina das atividades pesqueiras, adaptando-se este ao ciclo e à labuta da pesca, para que seus alunos pescadores pudessem acompanhar todas as práticas (atividades em grupo, aulas de campo, pesquisa, seminários e projetos produtivos) planejadas. Além do mais, existia um professor, coordenador local, permanente, dedicado ao trabalho com leitura, escrita, matemática e outros conteúdos do ensino básico. Quanto aos dias de aplicação,

As aulas funcionavam geralmente nos finais de semana, aos sábados e nos domingos pela manhã, excepcionalmente em algumas vezes funcionava no período da noite, durante a semana. A turma era dividida através de níveis de ensino, conforme suas capacidades de leitura e escrita, mas, para traba-

¹⁶³ O calendário de atividades era elaborado de forma coletiva e pautava-se na perspectiva de que a escola não deveria ser impedimento para a prática da pesca, além de manter e motivar essa tradição. As aulas eram executadas numa média de 12 horas semanais. “A ideia era oferecer condições para que o profissional do mar pudesse exercer suas atividades sem precisar abandonar os estudos”, ressalta o professor coordenador local do curso.

lhar atividades de pesca ou similares, juntava todo mundo. Vários pescadores foram alfabetizados durante esse curso. (Professora, 41 anos).

Dessa forma, aqueles jovens alunos que “trocavam” a escola pela atividade da pesca passaram a ter a oportunidade de continuar e concluir seus estudos. Segundo o coordenador do curso, dos pescadores profissionais da comunidade, a minoria frequentava a sala de aula quando passavam a trabalhar na pesca e quase nenhum concluiu o ensino fundamental. Confirma ainda que “a falta de estudo reflete negativamente no processo de conscientização da comunidade, já que sem estudo, não há meios de compreensão e nem de reflexão sobre os problemas vivenciados pela comunidade no setor” – concluiu. (Coordenador, 31 anos).

Com a execução do projeto, essa situação foi modificada. Um dos alunos da “Escola dos Povos do Mar” nos relatou que cursou somente até a 4ª série e teve que abandonar “os estudos” por conta do número de faltas. Como consequência, teve baixo rendimento escolar, em virtude de sua ausência para as atividades da pesca. “Agora, com uma escola adaptada as nossas condições, foi uma motivação a mais”, observa, ressaltando que aproveitou o projeto para retomar e concluir seus estudos. Atualmente, esse pescador é membro do FPPLC e presidente do MONAPE.

Para atingir esses resultados, segundo relatório final de avaliação do projeto, foram aplicadas as seguintes unidades temáticas:

- História das Comunidades do Litoral;
- Ambiente Costeiro e seus Aspectos Naturais;
- Ambiente Costeiro e seus Aspectos Culturais;
- Tecnologias de Pesca (de captura e arrecifes artificiais);
- Aquicultura (algas, peixes, ostras e camarão);
- Navegação e Mestrança (meios tecnológicos e tradicionais);
- Gestão dos Recursos Naturais;
- Uso e Ocupação do Espaço do Litoral;
- Turismo (em suas concepções);
- Conservação e Processamento do Pescado e;
- Associativismo, Cooperativismo e Gerenciamento da Produção.

Essas unidades foram ministradas e aplicadas por professores convidados, técnicos de várias instituições, pescadores experientes e lideranças comunitárias envolvidas naquele segmento (podemos observar um desses momentos, na fotografia 35). Antes da aplicação daquela unidade, era realizado um encontro com

alunos e comunidade, para levantar a história nativa daqueles assuntos, narrativas, saberes constituídos e perguntas problematizadoras. Instrutores e alunos eram responsáveis pelo registro e avaliação desses encontros, que eram sintetizados para o grupo no início do encontro da próxima unidade. Vale ressaltar que o trabalho com leitura e escrita (alfabetização e letramento) para os alunos com essa necessidade ocorria em íntima relação com as unidades centrais aplicadas. Essa ação acontecia nos momentos de cada módulo temático e durante os trabalhos de grupo, bem como em ocasiões específicos reservadas para esse fim.



Foto 35: Aula de campo fora da comunidade - praia de Flecheiras, Trairi-CE
Fonte: Acervo Terramar

Também foram realizados seminários durante a execução do projeto, no início, com dois eventos para a apresentação e reflexão da proposta da “Escola”, para representantes das prefeituras e órgãos públicos, cuja atuação tivesse relação com o litoral, lideranças comunitárias e professores das escolas do litoral, arregimentando um público de 80 participantes. Trimestralmente, com as professoras da escola da Prainha para refletir sobre as temáticas que o projeto vinha trabalhando e avaliar as possibilidades de incorporação dos assuntos no currículo da escola local.

Como podemos observar nas citações anteriores, os objetivos do projeto foram bastante auspiciosos, referendados numa visão/concepção pedagógica “avançada” para os padrões praticados pelas escolas e/ou instituições de ensino médio profissionalizante do Estado; atentos para propiciar uma discussão e auxiliar na busca por respostas para as questões/problemas enfrentados pelas populações litorâneas. Segundo o relatório final de avaliação do evento, praticamente 85% des-

sas propostas foram atingidas, principalmente aquelas que tinham um direcionamento para o local. Fomos testemunha do alcance delas mediante a participação no seminário “Educação dos Povos do Mar”, realizado após a conclusão do projeto, de 15 a 17/04/2004, na comunidade, na condição de representante da Incubadora de Cooperativas da UFC.

Com um público presente de pouco mais de cem participantes, de todos os segmentos envolvidos¹⁶⁴, o evento apresentou e divulgou, além das experiências vividas e adquiridas pelo projeto executado na Prainha, as experiências de escolaridade vivenciadas na “Casa Familiar do Mar” em Santa Catarina, na “Escola de Pesca de Piúma”, no Espírito Santo, e na “Universidade Aberta do Mar, de São Sebastião”, em São Paulo. Foram três dias de vivências e troca de experiências entre os sujeitos diretamente envolvidos e assessores, que contribuíram, também, para o fortalecimento da sustentabilidade socioambiental da pesca, nas comunidades representadas.

Essa socialização e permuta de informações e experiências entre projetos de educação/formação de pescadores nos possibilitaram uma reflexão sobre a necessidade de ampliação das ações formativas que se baseiam na vinculação direta entre educação e o trabalho com a pesca, como parte de um projeto maior, visando à sustentabilidade e à afirmação da vida nas comunidades litorâneas. Também foi um momento para colher e sintetizar elementos concretos para se projetar a continuidade de uma provável segunda fase/experiência da “Escola dos Povos do Mar”, tendo como parceiros as diversas instituições representadas e as comunidades interessadas. Nesse sentido, linhas de ação foram elaboradas para promover um diálogo com o conjunto das escolas públicas do litoral, bem como com experiências exitosas de alfabetização e letramento de pescadores, visando às possibilidades técnicas e político-pedagógicas abertas com a experiência da Prainha do Canto Verde.

A experiência da “Escola dos Povos do Mar”, sem dúvida, representou um marco no processo educacional diferenciado e de afirmação do papel do movimento dos pescadores na Prainha do Canto Verde, reunindo um valor fundamental à formação básica e à qualificação profissional dos jovens e adultos da comunidade. O

¹⁶⁴ O evento que foi promovido pelo Instituto Terramar, Fundação Konrad Adenauer e os “Amigos da Prainha”, com apoio do BNB, da Natura Cosméticos e da Sec. de Agricultura e pecuária. Contou com representantes (pescadores/as, professores/as e lideranças) de 12 comunidades litorâneas do Estado. Também se fizeram presentes, membros do FPPLC, do CPP e do FDZCC, de representantes das Prefeituras de Aquiraz, Barroquinha, Beberibe, Itarema e Fortim, da SEDUC, do BNB, da UFC, do IDT, da SEMACE, da SEAP/PR e do IBAMA-CE.

resultado desse diferencial ajuntado pode ser observado no relato dos jovens alunos, durante trechos da literatura de cordel, por eles produzidos, como material¹⁶⁵ resultante do alcance dos objetivos atingidos pelo curso.

[...]
 Aqui na Prainha
 Um projeto chegou
 Chamado Escola de Pesca
 Para o jovem trabalhador
 [...]
 Os que estão na pesca
 Dela ganham seu sustento
 Tinham sempre que escolher
 O estudo ou o alimento
 [...]
 A Escola de Pesca veio
 Para este problema enfrentar
 Quem é pescador agora
 Pode também estudar

Esta é uma Escola
 Que veio para ficar
 Preparando os jovens hoje
 Para melhor se desempenhar

Aqueles que querem aprender
 Não tem do que reclamar
 Aprendem coisas diferentes
 Aqui no nosso lugar
 [...]

Autores: Airton; Xavieles e Mônica.
 Abril de 2003.

❖ **Projeto “Estaleiro Escola”.** Este apareceu das experiências realizadas na própria comunidade, desde maio de 2000, com as embarcações catamarãs, “Esperança” (conforme visualização na fotomontagem 36) e “Maria José”, na faina da pesca. Elas foram conseguidas de doações realizadas por integrantes do grupo “Amigos da Prainha”, no caso, Charly Specker, para o “Esperança” e dos irmãos gêmeos Christian e Stefan Gut, para o “Maria José”. Essas embarcações foram construídas na comunidade de Outeiro, situada nas Reentrâncias Maranhenses,

¹⁶⁵ Como resultados dos objetivos propostos no projeto, foram produzidas, pelos alunos da “Escola dos Povos do Mar”, as cartilhas temáticas Tecnologias de Pesca; História das Comunidades do Litoral e O Fundo do Mar. Também fizeram parte deste acervo as literaturas de cordel, com os seguintes temas Aquicultura (Piscicultura); A Luta da Terra; Manifestações Culturais; Os Jovens e Turismo Comunitário.

pelo mesmo mestre-carpinteiro português que as introduziu no Brasil na década de 1960, o Sr. Manoel Gaspar da Silva, o “Manelis¹⁶⁶”, como ficou conhecido.



Fotomontagem 36: Catamarã (Esperança), na praia, em manutenção (2009)

Fonte: Pesquisador - montagem e corte, trabalhada pelo pesquisador

Segundo informações colhidas do Sr. René Schärer, as embarcações foram trazidas para a comunidade em 2000 e 2001, respectivamente, tendo como mestre o próprio “Manelis”, dois de seus filhos e um pescador da Prainha que compôs a tripulação a partir de Jericoacoara. O trabalho experimental nas pescarias de peixe e lagosta foi iniciado no mesmo ano de suas chegadas e perdurou até 2003. A prática mostrou que estas navegações poderiam substituir¹⁶⁷ as jangadas na faina da pesca. Com elas abria-se nova perspectiva para facilitar e melhorar as condições de trabalho na pesca artesanal do Estado.

As experiências realizadas na comunidade mostraram que, comparativamente, em relação às jangadas tradicionais, os catamarãs possuem: fácil navegação,

¹⁶⁶ O lendário Manuel Português, velejador, pintor, marceneiro naval, mecânico e com alguns outros predicados, chegou ao Brasil em sua segunda tentativa (na primeira, naufragou na costa da Maurîtânia. Foi resgatado, retornou a Portugal, foi detido por ter deixado o País sem autorização durante a Ditadura de Salazar). depois de 20 dias de viagem, num trimarã de nove metros, onde ancorou na costa cearense na altura de Jericoacoara, usando somente uma bússola. Daí subiu a costa até encontrar as reentrâncias maranhenses, se estabeleceu na comunidade de Outeiro, onde constituiu família com dez filhos e muitos netos. Lá ele construiu várias embarcações do tipo catamarãs que passaram a ser usadas na pesca artesanal, fazendo escola junto aos pescadores e carpinteiros da região.

¹⁶⁷ Segundo René Schärer, a primeira ideia de que o catamarã poderia ser uma boa embarcação para a pesca artesanal no Ceará, e até pudesse vir a substituir a jangada, partiu do velejador ianque Patrick Heffernan, que esteve durante vários meses na Prainha, entre 1995/96, e teve a ousadia de passar quatro dias pescando na jangada do Mamede (Mestre da SOS Sobrevivência).

maior velocidade, maior leveza e estabilidade, melhor segurança, além de apresentarem maior produtividade e conforto aos tripulantes em virtude do espaço disponível a bordo e redução no tempo das jornadas das pescarias, principalmente daquelas mais distantes (pesca no alto). A embarcação também se mostrou adequada para a utilização de equipamentos modernos de auxílio à navegação, como, rádio de comunicação, ecossonda, luz e GPS, mediante a utilização de painéis solares (observáveis na fotomontagem 36) e baterias para armazenamento de energia.

Comparativamente em relação às navegações pesqueiras tradicionais movidas a motor (lanchas), o catamarã se mostrou economicamente viável, em razão do baixo custo de investimento e um baixo custo operacional, fruto de sua propulsão eólica, ocasionando elevada rentabilidade nas pescarias. Permite ainda maior diversificação nas pescarias da zona costeira, podendo contribuir para a redução do esforço de pesca, em virtude de sua capacidade de transportar as armadilhas para captura da pesca de lagostas, como cangalhas e manzuás, consideradas pechecos de pesca que promovem a sustentabilidade do recurso.

Por todas essas vantagens e benefícios comparativos em relação às embarcações em operação na pesca artesanal local, o catamarã foi aprovado, nas experiências da Prainha como aquele que poderia substituir, com segurança, economia e produtividade, a mais difundida entre as embarcações existentes nas comunidades litorâneas. O grande fator que viria a limitar a sua difusão e utilização era a inexistência de um estaleiro que pudesse construir tais embarcações a um preço acessível e disponível para as comunidades litorâneas do Estado, visto que elas eram somente construídas no Maranhão, acarretando maior custo em razão das dificuldades de acesso e negociação.

Então, surgiu a ideia-proposta de construção de um estaleiro (na fotografia 37, se percebe a placa de sua instalação) que pudesse conceber e arquitetar embarcações do tipo catamarã em nosso Estado, pelas mãos de carpinteiros e mestres navais da pesca artesanal cearense. Nessa perspectiva, foi concebido o projeto do “Estaleiro-Escola” da Prainha do Canto Verde, que nasceu¹⁶⁸ com o objetivo de “capacitar carpinteiros artesanais do Estado do Ceará para construir protótipos de catamarãs destinados a pesca artesanal e possibilitar melhores condições de traba-

¹⁶⁸ Foi instalado em 17/03/2004, e estávamos presente à comunidade em mais um de seus momentos históricos, da trajetória de seu movimento social.

lho para as comunidades que vivem da pesca, reduzindo o esforço do trabalhador da pesca na zona costeira”. (Terramar - projeto Estaleiro Escola, 2003).



Foto 37: Instalações do projeto “Estaleiro Escola” (2004)
Fonte: Pesquisador

Esse objetivo tinha como missão consolidar o catamarã como embarcação de vários usos, como na pesca e no turismo, contribuindo para o desenvolvimento de novas tecnologias na pesca artesanal e ampliando as possibilidades de melhoria de vida das populações tradicionais costeiras, com o fortalecimento de um grupo gestor, formado de representantes da comunidade e do FPPLC. Para tanto o projeto propunha como objetivos específicos:

- ✓ *Capacitação de oito carpinteiros do Estado do Ceará na arte de construir catamarãs;*
- ✓ *Capacitação de dez pescadores/as na arte de confeccionar velas para catamarãs;*
- ✓ *Capacitação de mestres para a navegação com catamarãs e uso de equipamentos eletrônicos na pesca;*
- ✓ *Construção de três protótipos de catamarãs, sendo um deles com motor;*
- ✓ *Construção do “Estaleiro Escola” no litoral leste e outro estaleiro no litoral oeste do Estado do Ceará;*
- ✓ *Assessorar a implementação de uma Associação de Produtores de Catamarãs do Estado do Ceará; e*
- ✓ *Difundir a tecnologia para outras comunidades litorâneas do Ceará e outros Estados.*

Para alcançar tais objetivos, o projeto, além da construção das embarcações, tinha como ações prioritárias: a capacitação do grupo de carpinteiros na elaboração e implementação de planos da gestão, assessoria e avaliação da gestão realizada pelo grupo, capacitação dos carpinteiros com cursos de aperfeiçoamento tecnológicos, divulgação da embarcação para as comunidades tradicionais costeiras e, o diálogo com o Poder Público nos planos local e nacional, na perspectiva de elaboração de políticas públicas que propiciassem oportunidades, a exemplo do financiamento, de acesso a esta nova embarcação.

Para execução da proposta, o Instituto Terramar, órgão coordenador e executor do projeto, contou com a colaboração e financiamento dos “Amigos da Praia”, das ONGs *Interchurch Organisation for Development Co-operation - ICCO's* e “*Vliegende Gänse*”, da Holanda. Também contratou a assessoria e a prestação direta dos serviços do mestre “Manelis”, juntamente com os serviços de seu melhor aprendiz maranhense, o carpinteiro naval Sr. Uelles Santos Rosa, 30 anos, assim como contou com a assessoria de um engenheiro naval, reconhecido pela Capitania dos Portos local, para prestar assistência técnica durante a construção das embarcações.

Foi assim que, em 12 de dezembro de 2004, o “Estaleiro-Escola” da Praia conseguiu colocar no mar seu primeiro catamarã, construído por um grupo de carpinteiros de várias comunidades litorâneas do Estado. Estivemos presente ao evento, assim como um grupo de colegas da pós-graduação e a professora da turma de “produção textual”, que realizava a conclusão de sua disciplina, daquele semestre, na comunidade. Na oportunidade, pudemos contemplar a rota da navegação que se mostrou bastante eficiente quanto ao desempenho e às manobras efetuadas durante seu trajeto.

Quem também participou desse momento foram os próprios carpinteiros que construíram a embarcação, acompanhados de representantes do Fórum dos Pescadores, do Instituto Terramar e pescadores locais. Em janeiro do ano seguinte a embarcação realizou um percurso pelo litoral do Ceará, com o objetivo de propagar a inovação, principalmente entre os pescadores artesanais. A viagem também teve o intuito de promover reuniões em diversas comunidades tradicionais pesqueiras, divulgando e promovendo o combate à pesca predatória e a melhoria da qualidade de vida dos povos do mar, propagando o Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará.

Observa-se aqui mais uma das vezes em que a Prainha promoveu história na pesca artesanal litorânea cearense.

Dentre os resultados esperados e obtidos com a realização e execução do projeto, estão também inclusos a importância da preservação e o aprimoramento dessa arte de construção de embarcações artesanais, que advém de uma sabedoria popular que, aos poucos, vem desaparecendo em virtude da desvalorização social e de uma série de obstáculos enfrentados para manter essa cultura entre as populações litorâneas. “Eles não estão apenas construindo um barco, mas um futuro para a comunidade”, enfatiza um dos coordenadores do projeto, que arremata:

Nós formamos dez carpinteiros na área do Estaleiro Escola. Produzimos durante o projeto dois Catamarãs e fora do projeto mais cinco unidades. A maioria deles está na Prainha. Isso promoveu a comunidade da Prainha como uma referencia nacional, assim como sua estatística de acompanhamento da produção e discussão da política de sustentabilidade, que ainda é muito forte na localidade. (Assessor, Terramar).

Além desses três projetos especiais, a comunidade, via movimento social local, continua investindo na área da capacitação, qualificação, instrução, treinamento, aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos daqueles que promovem, vivenciam e tencionam participar do crescimento e propagação desse movimento. Por meio de um levantamento preliminar realizado em arquivos da Associação, do Instituto Terramar, do Sr. René Schärer e de informações colhidas diretamente de documentos dos participantes, de fevereiro de 1997 até setembro de 2009, identificamos que foram aplicados na comunidade cerca de 41 cursos de capacitação, 16 seminários temáticos, 28 oficinas pedagógicas, 23 encontros e dois *workshops*, contabilizando uma carga horária estimada de 3.851 horas, em atividades/eventos educativos (Apêndice 6).

Essas atividades/ações ocorreram nas diversas áreas do conhecimento, a saber: educação formal e profissionalizante, capacitação profissional, capacitação técnica, alfabetização de jovens e adultos e intercâmbio e troca de experiências entre comunidades tradicionais (Apêndice 6). No mesmo período, o movimento local conseguiu, mediante convênios, convites e intercâmbios, o envio/encaminhamento de 276 comunitários para serem capacitados/treinados, reciclados ou participantes de eventos de cunho educativo, fora da comunidade (Apêndice 7).

A importância desse segmento para o movimento comunitário local foi percebida pela maioria (24), 88,9% – Tabela 6, p. 210 – daqueles que conhecem a

razão desse movimento, ressaltando sobre o valor da capacitação para os que participam dele. Em síntese, segundo esses depoentes: a capacitação amplia os conhecimentos, abre os horizontes, promove as ideias, o pensamento; facilita o desenvolvimento comunitário; é um investimento na experiência da vida, na formação da liderança, aumentando sua capacidade da gestão; promove a perda da timidez, força a liderança a pensar, conversar e lidar com pessoas ainda não conhecidas; ajuda na criação e educação dos filhos; instrui para o trabalho e para outra alternativa de renda; são espaços onde se constroem conhecimento, se criam consciências críticas e se fortalece o conhecimento nativo, naquilo que se vivencia; ou seja, segundo ainda a fala deles; onde o comunitário passa a adquirir novas experiências e expressar as experiências vividas.

Outra contribuição que esse segmento nos traz está à luz da teoria para a vinculação, – educação-movimento sociais. Segundo Gohn (2005, p.17-21), o caráter educativo dos movimentos sociais opera em três dimensões: “1) a dimensão da organização política; 2) a dimensão da cultura política; e 3) a dimensão espacial-temporal”. A experiência aqui relatada e observada no movimento social da Prainha nos apresenta mais uma extensão a incluir: 4) **a dimensão da instrução e formação humana**. Trata-se da consciência gerada e adquirida pelos integrantes do movimento, mediante a participação nos processos de instrução e formação humana (capacitação formal e não formal); ou seja, todo esse processo educativo e de construção do conhecimento que foi apresentado e discutido no decorrer deste item.

No módulo seguinte, continuaremos apresentando as outras maneiras, como acontece o processo educativo deste movimento, desta vez, mostrando o movimento como uma escola popular viva, no seio da comunidade em análise.

5.3.2 Lições de Vida e Visões de Mundo, apreendidas na participação do movimento

Então, se você hoje é pessoa que discute a questão da educação, da saúde, das problemáticas da comunidade que estamos enfrentando hoje; se você senta com cinco seis pessoas, dali quando você vai para outra discussão você sabe falar, você sabe dizer, você é capaz de resolver alguma coisa. Então o movimento comunitário nos trouxe essa lição.

Líder Comunitário (30 anos).

Nesse segmento reportar-nos-emos àquelas lições que foram vivenciadas e, principalmente, incorporadas e apreendidas, no decorrer do decurso de lutas do movimento, de modo geral, pelos integrantes e participantes, que estão sendo deixadas, como um legado desse movimento social, na comunidade da Prainha. Assim como Paulo Freire (2005), compreendemos que essas lições e visões podem ser entendidas como o resultado de uma **educação popular**, que nasce “não apenas da cultura de livros ou de museus, ela nasce da cultura que os movimentos populares usam e criam em suas lutas”. (Op. cit., p. 62); lutas que “tem sido a nossa lição, pra quem quer ver, porque se a gente olhar pra outras comunidade que não lutaram, nós vamos ver o que foi que aconteceu, muito embora, muita gente vê isso mais não olha para o coletivo”. (Líder comunitário, 31 anos).

No final da mesma obra, o autor assinala que é por meio dessas lutas travadas no seio dos movimentos populares, que vão se resolvendo às dificuldades da vida, as demandas comunitárias e vão se construindo os caminhos de inovação da **educação popular**. Esse fato torna-se facilmente perceptível na narrativa da liderança que abre esse segmento, quando ele se percebe apto para solucionar seus problemas. O educador continua, concluindo que, mais do que uma sala de aula, os movimentos “tem funcionado como uma escola: dentro do Movimento as pessoas se educam; ele é um modo educativo pelo qual as pessoas aprendem e (ao mesmo tempo) exercitam o conhecimento que vai sendo aprendido”. (Op. cit., p. 65). Vejamos outra confirmação dessa realidade:

[...] ...através de reuniões em praias de grande movimento, por exemplo; amanhã, na Prainha, eu estou otimista pra 50 pescadores, mas, sábado (15/09/07) no encontro municipal em Uruaú, nós devemos ter 300 pescadores da região. [...] Então é através desses encontros dessas reuniões que a gente consegue articular nas comunidades, que eu digo que isso é uma **educação popular**, a formação popular, que é uma formação que tá faltando dentro da sala de aula. (Pescador, 34 anos - grifo nosso).

Educação, formação e saberes, que também são gestados dos próprios conflitos e lutas internas do movimento – como nos alertava Paulo Freire (2005) –, abrindo novos caminhos para diálogos e perspectivas de avanços e inovações para os próximos confrontos das lutas externas. No movimento da Prainha, esse fato também está sempre presente, pois, em várias oportunidades, testemunhamos sua ocorrência, durante nossa presença nesses eventos, que são narrados por outro de seus participantes.

Nós tivemos aqui muitos conflitos internos. Então a gente acaba tirando lição daquilo ali. Nós tivemos conflitos internos nos Conselhos, nas Assembleias. E é nessas discussões e debates que a gente vai aprendendo a viver e conviver com as pessoas que pensam diferente de você. As pessoas acabam aprendendo e tirando dali lições pra vencer os conflitos lá fora. (Liderança, 33 anos).

Um desses conflitos internos que tem provocado e trazido muita discussão no seio da comunidade diz respeito à divisão da posse interna dos terrenos e áreas para construção de comércio. Dessa maneira, o movimento social local continua sendo um palco onde às representações de todos os segmentos da comunidade se apresentam e procuram estabelecer seus diálogos. Ainda hoje,

[...] quando se fala em terra, aí vem aqueles conflitos, aqueles debates, e, não falta assunto né. Um que uma casa, a gente não aceita porque não tá no lugar certo, as vezes outro já quer vender, aí a gente não concorda, porque a gente criou isso aqui é pro nativo, não é pra ninguém de fora, a não ser que seja pra alugar, pra deixar ganho pro nativo. Mas sempre aqui acolá isso é 'furado'. (Veíinha, líder comunitária).

“O Movimento Popular é a escola viva onde isso ocorre. Mesmo que as pessoas não se dêem conta, elas estão na escola, elas aprendem que é possível enfrentar dificuldades”. (FREIRE, 2005, p. 66). “Eu tive uma experiência que pode comprovar isso. Eu vinha de uma educação de base, meu pai sempre queria levar a gente para estudar, mais dentro desse movimento, eu aprendi muita coisa mais”. (Líder comunitário, 30 anos). No caso do movimento da Prainha, seus comunitários estão percebendo e vivenciando essa “escola”, a cada luta enfrentada, a cada vitória compartilhada:

A gente tem aprendido cada vez mais, os moradores daqui estão aprendendo, eles estão vendo que o caminho certo é esse, isso é **uma lição**. Eles estão vendo o quanto essas terras estão sendo ocupada depois da vitória da luta da terra. Isso é uma **grande lição** para eles verem, porque, já imaginou, se a gente tivesse vendendo terra aqui. (Agente Saúde, 44 anos - grifo nosso).

Eis mais um relato confirmando a conclusão do nosso educador Paulo Freire. Por meio dessas lutas que foram e estão sendo travadas, os comunitários vão, a cada dia, somando lições, enriquecendo seu aprendizado, construindo novos saberes que são identificados e enaltecidos até por aqueles que historicamente estiveram contra o movimento social da comunidade, como nos confirma o relato de um deles:

[...] ...nas reuniões e nos grupos, discutindo, se formou muito membro, que não sabia nem falar. Esse Beto não sabia nem fazer o nome, hoje, esse Beto é um 'professor'; é igual a advogado. Hoje o Beto chega numa comunidade, pega num microfone e sabe se expressar. Mas por quê? Através dessas lições de vida. [...] Dona Marlene e esses meninos do Pilé, todos, hoje já sabe se expressar bem, através desse movimento. [...] O movimento ensina pra vida. (Pescador aposentado, 63 anos).

Realmente esses comunitários que foram citados tiveram essa ascensão dentro do movimento local, e até nacional, como é o caso do Beto, que hoje ocupa a posição de presidente do MONAPE. Todos aqueles que participam e se envolveram nos trabalhos e ações desse movimento, entretanto, tiveram e estão tendo a mesma oportunidade que os demais abraçaram. Até mesmo aqueles que preferiram não se envolver diretamente tiveram a oportunidade de apreender, de "tirar lições" do movimento local, como nos atesta essa narração;

Se você pegar hoje qualquer pessoa da Prainha, quer ele seja contra ou a favor da Associação, e mandar esse cidadão para outro local, você vai ver que o trabalho que o movimento desenvolve hoje na Prainha, não é uma coisa isolada. Essa pessoa, mesmo sem ele saber, sem ele ser da Associação, mais de tanto ele ouvir e conviver debaixo dos barracão com os outros companheiros, ele se tornou uma pessoa altamente esclarecida. [...] Quando você tira ele daqui e coloca em qualquer outra comunidade pra conversar sobre outra coisa, aí você percebe que ele ganhou alguma coisa, alguma experiência, com o movimento social da comunidade. (Líder comunitário, 43 anos).

Observa-se que o movimento social da Prainha está contribuindo não somente para alcançar vitória em suas lutas, reivindicações e demandas locais, mas está, também, deixando um legado educativo para todos os seus habitantes que, participando ou não, a favor ou não, estão sendo atingidos com esse processo de educação popular em curso na comunidade; educação que prepara o cidadão para enfrentar os problemas da vida, para resolver situações, encontrar soluções.

Daí, depois desse movimento, eu não me enrolo pra falar com Juiz, com advogado, com promotor, já falei com desembargador; não me enrolo. Mas foi assim que eu aprendi, foi nesse movimento que eu aprendi. [...] Algumas vezes eu já tive que dizer pra advogado, doutor e outros: olhe a gente respeita a sabedoria de vocês, mas vocês tem que respeitar também a sabedoria da gente, porque a gente sabe coisas que vocês não sabe. (Pescador, 57 anos).

Este saber foi construído no seio da dimensão da cultura política desse movimento local, um processo que advém das experiências, vivenciadas no passado, como opressão e negação de direitos, em que se aprende a deixar de ter medo de tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível. Uma dimensão na qual as lideranças apreendem: a decodificar o porquê das restrições e proibições; a acreditar no poder da fala e das ideias; a elaborar discursos e práticas segundo os cenários vivenciados; e a não abrir mão de princípios e interesses coletivos (GOHN 2005, p. 18-19). Assim, nosso protagonista arremata: “Hoje se eu precisar gritar seja lá onde for eu grito. Tenho coraço de falar de dizer que sou gente, sou movimento e o que for possível. [...] Tudo isso veio do movimento”. (Pescador, 57 anos).

Esse caráter educativo que faz parte do movimento social local também educa, capacita, ensina e instrui até os próprios docentes e assessores que participam da formação e construção dele, como nos atesta um de seus fundadores, em de sua narração.

Eu aprendi muito com eles lá, junto com eles. Eu não tinha outra escola de estudo naquele período. O que eu consegui aprender muito foi junto com eles; lá é que foi a minha escola, naquele período eu só possuía a 7ª série. (Professora Inez).

Essa educação serve também como lição e aprendizado para seus visitantes, especialmente aqueles graduandos, oriundos da academia, juntamente com seus professores. Por exemplo, tivemos a oportunidade de vivenciar esse aprendizado com nossos alunos, na disciplina Extensão Pesqueira, e com nossos orientadores. Observem o diálogo entre um graduando e seu mais novo professor.

Alguns estudantes da Universidade, quando vem por aqui, fazer pesquisa e perguntando algumas coisas, aí eu falo: rapaz você quer ser o que? *‘Tô estudando pra ser Engenheiro de Pesca’*. Me diga uma coisa: você entende o que é pesca? *‘Rapaz eu entendo um pouco’*. Então me diga: qual é a isca que se pega o sirigado? Aí ele diz; *‘Não sei não’*. Mas me diga, como é que você que ser um Engenheiro de Pesca? Pois eu vou te dizer a resposta; é um cangulo mirim; aonde tiver um serigado, ele vem. Me diga uma coisa; você entende da vida no mar? *‘Não’*. Há pois eu entendo. Saio lá de dentro do mar, tarde da noite, sem luz, sem energia, sem nada e venho direto pro meu porto, sem sol, que nem vara de cego. *‘Há!! O senhor é professor?’*. Também sou, vocês não querem ser professor da Universidade!.. (Pescador, 65 anos).

Professor forjado na práxis da vida, da luta do movimento social, que possui a convicção de que sua sabedoria, seu conhecimento existente “hoje, tem influência do trabalho comunitário; é um aprendizado. Porque na escola é um saber que você aprende pra você, e no trabalho comunitário você aprende pra você e passa

pros outros, é uma escola totalmente aprimorada”. (Pescador, 41 anos); escola que capacita e dignifica o cidadão local, tornando-o consciente de seu saber, de sua importância para a comunidade e o movimento local, pois ele é ciente de que

A pessoa que passa três, quatro anos numa faculdade, aprende muito, mas, um pescadorzím desse, que vive 30-40 anos na profissão, tem muita sabedoria acumulada. Aí vem um cidadão de lá, porque estudou não sei quantos anos, fez faculdade de não sei quantos anos e aí vem dizer que sabe mais do que eu. Eu admito que ele sabe muita coisa que a gente não sabe, mais, o camarada aqui sabe muita coisa que ele morre e nunca vai aprender se ele não passar, pelo menos, uma conversa comigo. (Pescador, 57 anos).

Esse movimento também faz “escola” e deixa lições para a categoria dos pescadores artesanais locais e do litoral do Estado, com base nos seus projetos executados, ações e experienciais postas em prática nesse setor. O maior exemplo veio com a instalação do entreposto de pesca em 1993. Foi um marco histórico na comercialização e nas relações de produção da pesca artesanal da comunidade que se estenderam por diversas outras comunidades do litoral, como mostramos no item **5.2.3. A experiência do**

[...] entreposto deixou uma lição muito grande pro pescador, isso aí foi notório em todo litoral, na história da Prainha, sobre a compra e venda do peixe. O peixe passou a ter valor quando a Associação passou a comprar. [...] A lição que ficou foi no preço do pescado. O pescador aprendeu com um preço acessível e estabilizado da lagosta que ele teve durante todo esse tempo, e com um preço do peixe acima das outras praias. Hoje o preço está bom, estabilizado, mas toda essa infraestrutura de preço foi dada de acordo com a Associação. O preço continua bom pro pescador... (Líder comunitário, 49 anos).

Nesse momento, o estudo nos possibilita a identificação de mais uma fonte do processo educativo que emerge dos movimentos populares, complementando as demais já identificadas por Gohn (2005, p. 50-51), apresentadas em nosso capítulo teórico (pg. 66). Neste caso, adicionamos; **da aprendizagem gerada na participação e vivência na execução de projetos produtivos e sociais**; um saber popular apreendido das práticas estabelecidas pela participação coletiva dos sujeitos que são direta e indiretamente beneficiados pela execução e aplicação daqueles programas e projetos bem-sucedidos em sua proposta social. No movimento social da Prainha, além do entreposto, temos outro exemplo: o projeto de Aleitamento Materno (exposto no item, **5.2.2**), que reduziu as taxas de mortalidade infantil a índices “zero”, a partir de 1995. Foi outro marco na história desse movimento porque:

A gente ganhou muito com isso, nós chegamos a combater a mortalidade infantil na comunidade, fizemos festa pro aleitamento materno e agora, graças a Deus, não tem morrido mais crianças porque as mães estão conscientiza-

das. Pra isso ficou a semente plantada e as mães se conscientizaram que pros filhos o melhor é o aleitamento materno. [...] Mesmo depois que acabou o projeto as mães continuam dando de mamar. (Ex-agente saúde, 61 anos).

E assim o movimento social da Prainha vai deixando lições, produzindo e ajuntando saberes para os seus e também servindo de exemplo para as demais comunidades da região, que, indiretamente, participa desse movimento local. Esses saberes e experiências são compartilhados nos intercâmbios e convivências entre as lideranças dessas comunidades e dos eventos, apresentados na seção anterior, que servem como referencial, para que

A gente possa fazer uma ligação com outras comunidades que a gente sabe que tem Associação, pra gente fortalecer e até ajudar elas. [...] Nós não temos que se limitar só na Prainha. Porque nós conseguimos o conhecimento? Porque nós não ficamos só na Prainha. Se a gente tivesse ficado só aqui, o que a gente saberia era muito pouco. Tem que sair da comunidade pra aprender e ensinar mais. Essa é a lição que o movimento deixa pro cidadão. (Pescador, líder comunitário, 30 anos).

Como se percebe, são várias as lições, diversos aprendizados dos quais os comunitários vão se apropriando nesse movimento. Além dessas aqui já explicitadas, “outra coisa que eu aprendi com o movimento comunitário é de não olhar só pra si, mais sim para todos que ficam ao nosso redor”. (Professor, 26 anos). O coletivo e a solidariedade são exercitados, também, a cada etapa desse movimento, a cada conquista reivindicada. “E mais pessoas começam a cair diante desse pensar, de solidariedade, de que as pessoas devem ter mais compromisso com a terra, o meio ambiente”. (Líder comunitário, 30 anos). Para a comunidade, entretanto,

Talvez a organização tenha sido a maior lição deixada pelo movimento, pra comunidade. Agora pra mim foi o meu olhar que eu adquiri sobre as coisas, sobre o coletivo, de fazer algo que não prejudicasse as outras pessoas, de não destruir a natureza, que é muito importante pra nós. (Professora, 31 anos).

Conforme o que já foi apresentado e o que ainda será no item **5.3.3**, realmente a comunidade da Prainha é reconhecida do leste a oeste na costa do litoral cearense por sua organização, pelos resultados conseguidos a partir dela, no seio do seu movimento. Organização que lhe credita até prêmios internacionais, como no caso de seu trabalho sobre o turismo comunitário; organização que enseja um espírito de autoconfiança, “que o movimento tem deixado nessa questão ‘do acreditar’; se você acreditar que a gente junto pode fazer alguma coisa, é possível a gente ver o resultado, se não der certo desta vez, vamos tentar de novo”. (Pescador; líder comunitário, 34 anos). É com esse sentimento que a maioria das lideranças entrevistadas

partilham com seus pares e demais comunitários. Desses (24) – 88,9% (Tabela 6) confirmam que o movimento é o responsável por esses ensinamentos, essas lições apreendidas pelos comunitários.

Tabela 6¹⁶⁹: Valores (casos positivos), frequência e percentuais encontrados nos “cruzamentos” entre algumas categorias destacadas na pesquisa, na opinião de 27 sujeitos entrevistados

	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(11)	(12)	(13)
pmc	24 (88,9%)	23 (85,2%)	24 (88,9%)	19 (70,4%)	22 (81,5%)	22 (81,5%)	20 (74,1%)	23 (85,2%)	23 (85,2%)	23 (85,2%)
razãodo	–	25	27	22	25	25	20	26	26	25
orgacom	92,6%	–	25	20	24	24	19	24	24	24
obsnud	100%	92,6%	–	22	25	25	20	26	26	25
edudest	81,5%	74,1%	81,5%	–	21	20	15	21	21	20
procede	92,6%	88,9%	92,6%	77,8%	–	24	18	24	24	23
proceli	92,6%	88,9%	92,6%	74,1%	88,9%	–	19	25	25	23
procevi	74,1%	70,4%	74,1%	55,6%	66,7%	70,4%	–	20	20	19
impocap	88,9%	85,2%	88,9%	70,4%	81,5%	81,5%	66,7%	23	23	23
sentper	96,3%	88,9%	96,3%	77,8%	88,9%	92,6%	74,1%	–	26	24
difecom	96,3%	88,9%	96,3%	77,8%	88,9%	92,6%	74,1%	96,3%	–	24
relamov	92,6%	88,9%	92,6%	74,1%	85,2%	85,2%	70,4%	88,9%	88,9%	–

Legenda: **pmc**=participação no movimento comunitário (1)

razãodo=conhece o "por quê" do movimento comunitário na PCV (2)

orgacom=conhecimento da organização/mobilização da comunidade (3)

obsnud=observou mudanças na comunidade após o movimento (4)

edudest=citou/apontou a educação como o destaque do MCP (5)

procede= o conceito/a prática da educação/escolarização formal, foi citado; entendido (6)

proceli=lição de vida/mundo apreendida com a participação no MCP (7)

procevi=visão de mundo trazida pela participação no MCP (8)

impocap=vê/observou importância no processo de capacitação (10)

sentper=manifestou o sentimento de pertencimento em seus relatos (11)

difecom=diferencia a Prainha de outras, através/por causa do movimento (12)

relamov=estabeleceu relação do MCP com pessoa(s)/instituições, etc. (13)

Fonte: Dados protocolizados pela pesquisa; processados no SPSS, versão 8.0

✓ Os índices destacados (**negrito**) foram discutidos e/ou utilizados para consolidar as narrativas.

Também podemos verificar, na tabela 6, que as pessoas que participam do movimento comunitário melhoraram significativamente sua visão de mundo e suas “lições de vida” que apreenderam no envolvimento do movimento local. Essa participação também é responsável pela constatação do fato de que 92,6% (25) das pessoas entrevistadas revelaram conhecer a importância do movimento comunitário,

¹⁶⁹ A referência a essa tabela vem se dando desde o item **5.2.3**, todavia, sua apresentação nesse setor acontece em virtude da centralidade da maior quantidade de suas indicações acontecerem a partir de agora e de ela ocupar um espaço considerável para que fosse, cientificamente, apresentada, em cada local de sua indicação. Por conta de seu volume de dados correlacionados à pesquisa, resolvemos apresentá-la, também, em sua totalidade, no Apêndice 8 deste trabalho.

na medida em que apontavam melhorias/mudanças trazidas pela organização e mobilização de seus integrantes. Esse achado torna-se mais relevante com a verificação de que 92,6% (25) desses comunitários apontam a prática da educação formal como um dos “elos” importantes para o sucesso dos participantes envolvidos no movimento. Os dois achados, em conjunto, nos mostram que a participação no movimento comunitário não depende do nível de escolarização formal dos sujeitos. Essa conclusão é realçada quando verificamos que 81,5% (22) dos envolvidos reconheceram a educação como o vetor que mais se destacou com a ação do movimento comunitário na localidade.

Esses indicadores revelam o que as narrativas dos protagonistas, de todos os setores da comunidade, vêm apresentando e confirmando o que o educador Paulo Freire (2001) teoriza sobre o assunto. Nessa mesma direção, o autor, aprofundando sua concepção, reafirma que os oprimidos, “ao terem a percepção de como antes percebiam, percebem diferentemente a realidade, e, ampliando o horizonte do perceber, mais facilmente vão surpreendendo, na sua ‘visão de fundo’, as relações dialéticas entre uma dimensão e outra da realidade”. (Op. cit., p. 129). “Quando você se envolve no movimento, você começa a descobrir e ver o mundo dos dois lados, você ver que tem uma diferença”. (Pescador, 33 anos).

A tomada de conhecimento dessa nova percepção de realidade que, de certo, provoca uma modificação na sua “visão de fundo”, também provoca, a partir de uma “invasão cultural¹⁷⁰”, por conta do movimento social na comunidade, uma mudança em sua “visão de mundo”. Nessa perspectiva, “é possível um ato pedagógico na luta entre antagônicos, pois as pessoas podem vir a aprender mais e ensinar também, e modificarem sua **visão de mundo** na luta entre os contrários”. (GADOTTI & FREIRE; 2001, p. 41 - grifo nosso). Essa afirmação encontramos presente no movimento social da Prainha, no discurso de um pescador aposentado.

Esse tempo todo dentro do movimento, na luta, na participação com o povo da comunidade, isso muda a cabeça das pessoas, muda a visão. Você passa a ver as coisas de forma diferente. Porque quando nós começamos era muito diferente de hoje; quer dizer que muita gente via de um lado, hoje a gente ver de um lado contrário. Por isso eu digo que muda. E é pra mudar pra melhor. Eu creio que sim. (61 anos).

¹⁷⁰ Segundo Freire (2002), toda invasão cultural sugere, com certeza, um sujeito que invade “seu espaço histórico-cultural, que lhe dá sua **visão de mundo**, é o espaço de onde ele parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos deste seu sistema de valores”. (Op. cit., p. 41). Nesse caso, essa invasão fica por conta das ações, das práticas estabelecidas e colocadas pelos sujeitos e assessores do movimento social da Prainha.

Outra vez, apresenta-se aqui, nesses dois últimos relatos dos sujeitos envolvidos no movimento, a concepção pedagógica dialética da educação popular, numa forma de seus protagonistas observarem a realidade de modo crítico. Certamente que, no caso da Prainha, essa realidade mudou para melhor, não apenas na visão daqueles (20) 74,1% – Tabela 6, p. 210 – que participam diretamente do movimento local, mas, de uma maneira geral,

Quase todos os moradores da Prainha hoje, mesmo que não estejam dentro do movimento, já tiveram algum tipo de participação. Então em qualquer dessas participações você vê coisas, você escuta coisas, comentários, que vão influenciando o seu modo de ver dessas coisas novas. (Líder comunitário, 43 anos).

Essa nova visão que o movimento local tem proporcionado aos seus participantes é fruto de um trabalho coletivo de suas lideranças, sujeitos e assessores externos, que visam a atingir a todos os moradores da comunidade. Trata-se de uma educação popular que procura envolver todos os segmentos locais mediante aprovação e execução de projetos e propostas, amplos, – como no caso da RESEX – que mobilizam toda a sociedade local. Com efeito, “hoje eu vejo ainda a mobilização como uma articulação maior de um processo mais comunitário. [...] Essa visão é fruto do movimento comunitário; se eu estivesse fora acho que teria outra visão”. (Líder comunitário, 33 anos); visão que muda o entendimento, que cria e promove novos conceitos, novas atitudes.

Eu creio que não foi só eu, mas quem aderiu ao movimento, tem certeza também disso, de que a gente sozinho não teria feito nada. A gente tava igual as outras comunidades. [...] Hoje eu sei que eu tenho uma visão totalmente diferente das coisas porque, eu participo, eu tô assistindo, eu tô vendo, eu tô acompanhando. (Agente Saúde, 44 anos).

Além das narrativas apresentadas, é importante ressaltar que “se não fosse o movimento comunitário, a minha participação e a minha formação que eu tive dentro do movimento comunitário, eu não tinha nem dúvida que eu viria o mundo de um outro jeito”. (Pescador; líder comunitário, 34 anos). “É por isso que o movimento comunitário da Prainha muda a visão daqueles que participam, que vivem o movimento”. (Professora, 41 anos). É essa convicção que nos permite afirmar que o processo educativo, em evolução no movimento social da Prainha, forma cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, transformando assim suas visões, anterior-

mente colocadas e/ou forçadas por seus opressores¹⁷¹, de que seriam incapazes de gerenciar, preservar e promover um desenvolvimento sustentado e equilibrado de seus recursos naturais, desnudando e transformando “o mundo” (a terra) que herdaram de seus pais.

Finalizando esse segmento, apresentaremos, a seguir, a síntese daquelas lições e visões que foram expostas pelos protagonistas que não constam dos testemunhos anteriores, mas que, também, contribuem para a formação/fortalecimento de sua identidade coletiva. Outras lições apreendidas: sentir-se proprietário, dono da terra em que nasceram; valorizar o produto do seu trabalho (pesca, artesanato) e exigir um preço justo por ele; formar lideranças capazes de representar com desenvoltura e dignidade a comunidade local; valorizar e potencializar mais o seu sentimento de pertença; nunca dar por perdida uma luta/causa enquanto essa não chegar ao seu final; repassar/reproduzir seus conhecimentos adquiridos, na luta, para os demais companheiros; valorização do espaço conquistado, de preservação do meio ambiente e manutenção da cultura local. Dentre outras visões ampliadas, estão: a preocupação com as futuras gerações, os filhos; o desenvolvimento atual da comunidade; o companheirismo e solidariedade com o coletivo local; um maior compromisso com o meio ambiente. No plano municipal-estadual, participando efetivamente da organização e implantação da RESEX e da Área de Marinha Protegida. No contexto global, entendendo o porquê da importância da mobilização comunitária na mudança local para o enfrentamento das adversidades advindas da globalização da economia mundial.

São essas as lições apreendidas, as visões incorporadas; em suma: os saberes gerados e agregados, de maneira formal ou informal, direta ou indiretamente, pelo processo educativo contido no movimento ou como resultado dele, em andamento na comunidade; movimento que produz e socializa saberes novos de convívio na coletividade, de produção da vida alternativa em comunidade, na busca de realização de sonhos, de projetos coletivos e individuais.

¹⁷¹ Para os opressores, “o fundamental não é o desnudamento do mundo, a sua transformação. [...] Na verdade, o que pretendem os opressores é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime e isto para que, melhor adaptando-os a esta situação, melhor os dominem”. (FREIRE, 2001; p. 69).

5.3.3 Fortalecimento e conquista da identidade coletiva da Prainha

Ser um morador, um comunitário, uma liderança na Prainha, significa ser uma pessoa que nasceu numa comunidade que tá tendo a oportunidade de contribuir no segmento da cultura, dos costumes. Como também oferece essa oportunidade de a gente poder usufruir das belezas naturais que a comunidade tem. [...] Por ser a Prainha uma comunidade tradicional de luta, dá essa oportunidade pra gente, se quiser, participar da organização da comunidade, desse movimento vitorioso.

Pescador; Líder comunitário (34 anos).

Do capítulo 2 deste trabalho em diante, apresentamos o decurso da luta e a conquista da posse de sua terra, pelos comunitários da Prainha, o que desencadeou o seu movimento social. A conquista desse espaço faz parte da identidade de seus sujeitos, do papel do movimento, e envolve suas relações inter e intrassubjetivas. Este espaço, além de ser apropriado pelo sujeito como ser singular, cuja particularidade é expressa na forma como se apropria, também foi apropriado pelo coletivo – o movimento, a cultura. O fato é que nesse espaço apropriado o sujeito se reconhece e reconhece os outros nele e no grupo, o que constitui sua identidade (TUAN, 1983).

Ensina Foucault (2008) que as relações sociais, culturais e históricas que se dão no mundo concreto e simbólico vão se constituindo no contexto no qual o sujeito é formado. Esse sujeito é constituído e constituinte, quer dizer, ele se faz nas tramas de suas relações sociais. O autor entende que o sujeito é formado no seu contexto, em que as dimensões afetivas, cognitivas e comportamentais ajudam a tecer uma rede que envolve o espaço físico-social e os lugares mais íntimos, mais significativos. Dessa forma, os sujeitos do movimento na Prainha constituem paulatinamente sua identidade.

Compreende-se aqui por identidade uma fonte de significados expressos na experiência e costumes de um povo, uma nação, uma comunidade. Segundo Castells (2008, p. 22), identidade é o “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”. Chama a atenção para a necessidade de se estabelecer a distinção entre identidade e os

papéis¹⁷², assumidos pelos sujeitos envolvidos no processo. Lembra que identidades “constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construídas por meio de um processo de individuação”. (Op. cit., p. 23). O autor também admite que as identidades possam ser formadas das instituições dominantes, nesse caso, isso só se torna possível quando os sujeitos sociais as internalizam, e, com referência nessa internalização, constituem seu significado.

Segundo a literatura sobre o tema, o conceito de “identidade” é um assunto demasiadamente complexo, pouco desenvolvido e compreendido no mundo contemporâneo. Trata-se de objeto da discussão nas ciências sociais, estendendo-se desde a Filosofia, Sociologia, Antropologia, Psicologia e Educação, cobrindo os diferentes enfoques teórico-metodológicos (HALL, 2006). Esse autor argumenta que se torna impossível apresentar afirmações conclusivas e/ou realizar julgamentos e alegações seguras a respeito de proposições teóricas sobre o assunto. Outros estudiosos, todavia, relatam e argumentam que “identidade”, tornou-se também um tema que tem inspirado a literatura, o cinema e as artes em geral. O emprego popular do termo é muito diversificado e o contexto conceitual está sujeito a inúmeras variações.

Em um de seus estudos, Hall (2006) apresenta três concepções de identidade, a saber: a concepção baseada no sujeito do Iluminismo; a concepção baseada no sujeito sociológico e a sustentada no sujeito pós-moderno. Para essa última, o autor, realizando uma análise desse sujeito, assinala que a identidade se torna uma “celebração móvel”, definida historicamente, que continuamente se forma e transforma, numa dependência às relações, pelas quais somos representados e/ou interpelados pelos sistemas culturais em que estamos inseridos, ou seja:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2006, p. 13).

Numa tentativa de compreender como se reproduzem e se transformam as identidades sociais, num momento em que a Ciência Sociológica questiona sobre a “crise das identidades”, o pesquisador Claude Dubar discute teorias sobre o assun-

¹⁷² São atributos definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade, por exemplo: ser trabalhador, pai/mãe, vizinho, sindicalista, militante socialista, jogador de futebol, membro de uma igreja e fumante, ao mesmo tempo. Generalizando, podemos admitir que identidades organizam significados, enquanto os “papéis” organizam funções (CASTELLS, 2008).

to e se recusa a distinguir a identidade individual da identidade coletiva, apontando para a “identidade social” como uma articulação entre as duas anteriores. A primeira como uma ‘transação interna’ ao indivíduo e a segunda numa ‘transação externa’ entre o indivíduo e as instituições com as quais ele interage. O cerne de sua teoria está na articulação entre as duas transações, com base numa abordagem sociológica, que se torna a chave do processo de construção das identidades sociais (DUBAR, 2005; p. 133-159).

Na articulação entre esses dois processos, o autor mostra como se apresentam as formas sociais dessa articulação, que constituem, ao mesmo tempo, a matriz das categorias que estruturam o espaço das posições sociais e a temporalidade das trajetórias sociais. Assim, o pesquisador assevera que a identidade social

[...] não é ‘transmitida’ por uma geração à seguinte, cada geração a constrói, com base nas categorias e nas posições herdadas da geração precedente, mas também através das estratégias identitárias desenvolvidas nas instituições pelas quais os indivíduos passam e que eles contribuem para transformar realmente. (DUBAR, p. 156).

Como citado anteriormente no capítulo 03 desta tese, o pesquisador italiano Alberto Melucci é identificado, dentre os autores dos NMS, por sua obra e sua ênfase dada à categoria da identidade coletiva, produzida no seio dos movimentos sociais. Tem-se como um dos criadores do paradigma desse referencial para a análise dos movimentos sociais. O autor exprime que a identidade coletiva é formada de uma relação interativa, compartilhada e produzida por muitos indivíduos do grupo. Trata-se de um processo em que se enfatiza a reflexividade da ação social; uma capacidade que possuem os movimentos de construir, identificar e poder interrogar sua própria identidade (MELUCCI, 1995). Nessa perspectiva, o autor acentua que “identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada, produzida por um certo número de indivíduos (ou grupos) em relação à orientação de suas ações e ao campo de oportunidades e constrangimentos onde estas ações têm lugar”. (MELUCCI, 1996, p.70; apud GONH, 2006; p. 158).

Em artigo mais recente, o autor mostra que a identidade coletiva é, também, um processo educativo, de aprendizagem do sistema de relações e representações que compõem as ações coletivas dos movimentos, existindo, nesse sentido, uma autorreflexão sobre o significado das ações incorporadas à práxis do grupo (MELUCCI, 2001). Como se viu no item 5.1, deste capítulo, essa foi uma das práxis

utilizadas pelas lideranças durante o processo de organização e mobilização do movimento social local.

Ao internalizarem a conquista/espço da Prainha como seu, os protagonistas entrevistados evidenciaram os fatos e fatores essenciais que se estabeleceram nessa apropriação, tais como: os aspectos ligados à afetividade – amor pelo lugar; às relações de solidariedade entre os habitantes, o respeito pela cultura, o vínculo familiar e os conflitos dessas relações; à cognição, pelo sentido de orientação do espaço físico e evolutivo; e ao simbólico, nas formas e significados construídos, que enraízam as pessoas no processo de apropriação dos lugares. Esses aspectos/fatos podem ser observados nas narrativas apresentadas durante a exposição dos dois itens seguintes.

Uma vez apresentada e discutida a conceituação dessa categoria, este segmento visa a mostrar as identidades e seus elementos, baseados nas narrações dos protagonistas desta pesquisa, considerando o processo de constituição do movimento social local. Está dividido em dois subitens denominados: sentimento de pertença e o sentimento de pertencer a um lugar, a uma comunidade diferente.

5.3.3.1 Sentimento de pertença: o movimento e a conscientização do cidadão local

Eu não vou encontrar em canto nenhum a tranquilidade que eu encontro aqui. Esse ar que eu respiro, essa coisa maravilhosa, meu céu estrelado, porque apesar da energia(elétrica) eu ainda vejo. O lugar que eu nasci, me criei e me acostumei, eu não sairia daqui não, jamais eu deixaria meu lugar pra ir pra canto nenhum.
Agente de Saúde (44 anos).

Durante a elaboração de sua obra, Tuan (1983) suscita a seguinte pergunta: o que propicia a identidade de um lugar? Durante sua elucidação, conclui que o lugar possui um significado diferente quando os sujeitos possuem a clareza do processo da sua conquista, da sua apropriação. Assim sendo, locais, recantos e objetos expressam/falam uma linguagem diferente, simbólica, dando personalidade e significados que eram ou são de seus proprietários. A luta, a conquista da terra que produziu o movimento social na Prainha é o principal responsável pela sua pertença, o sentimento que seus habitantes expressam, mediante uma crença subjetiva,

numa origem comum que une distintos indivíduos. Os indivíduos pensam a partir de si mesmos como membros de uma coletividade na qual símbolos expressam valores, aspirações e afetos. Esse sentimento faz destacar características culturais, especificidades do lugar e seus atributos, como vimos no testemunho que abriu esse segmento e, veremos a seguir, durante os outros principais relatos.

Aqui é uma tranquilidade que a gente tem. As noites, o mar, essa paz que a gente tem aqui. [...] Aquilo que você começou, não pode ver ir pelo abandono. O Pilé disse uma vez assim: “se eu pudesse tirar o sangue das minhas veias pra ver a luta da terra terminada, eu tirava”. (Líder comunitária, 54 anos).

É o sentimento expresso pela saudade, do que ficou, quando por qualquer motivo o habitante da comunidade teve de se ausentar; entretanto, mesmo distante, reconhece e valoriza o espaço, o lugar de sua mocidade, quando ele retorna, como assinala essa liderança:

Quando você chega noutra lugar que você precisa da casa pra morar, da terra, e quando você olha pra trás, você vai sentir, que deixou pra trás sua riqueza. Aí vai sentir a vontade de voltar pra sua terra porque é lá que a minha riqueza tá, onde eu morava. Felizmente, o lugar da riqueza é onde eu moro, porque não tem nada, mais tem tudo. [...] Porque não há lugar igual a esse aqui. Eu já trabalhei, bem empregado, três anos fora, no Amazonas, tinha tudo, bom emprego, mais voltei pra cá. Eu não trocava a Prainha por lugar nenhum. Pra morar, pra brincar, pra sair, melhor que a Prainha não há lugar no mundo. (Pescador, líder comunitário. 41 anos).

É o sentimento expresso por depoimentos que apontam sobre a identificação do lugar, tento como referência à organização do movimento, suas conquistas, a participação e o reconhecimento de ser um cidadão da comunidade que são identificados por seus companheiros de pescarias, mesmo estando distante de sua localidade. O relato é de um “prainheiro” que já viveu na Europa:

Em relação a outras Praias, a Prainha hoje é um lugar respeitado, os outros tem um determinado respeito pela Prainha. Os outros sabem que nós temos um movimento organizado, uma história a ser contada. Então, eu acho que hoje, quem tem um pouco de clareza, não tem vergonha de dizer que é prainheiro, quer ele seja parte da Associação ou não, mas se ele estiver muito longe daqui e tiver no litoral, basta dizer: “eu sou da Prainha do Canto Verde”, e os outros vai reconhecer, vão saber que ele é da Prainha. E ele usa isso... (Líder comunitário, 43 anos).

É o sentimento que fica exarado nas palavras daqueles que tiveram o local como seu berço, sua raiz. Por ter nascido na Prainha “eu posso dizer assim que, como “prainheiro”, eu sou muito orgulhoso, mas hoje, em nossa realidade, é muito mais orgulho você poder nascer na Prainha. É um orgulho no sentido de ter essa

oportunidade que outros companheiros “praianos” não tem”. (Pescador, 34 anos). Esse afeto que transborda, que enche e preenche a alma dos comunitários que vivem na Prainha é transmitido, é compartilhado com outros companheiros do movimento e de outras localidades, como nos relata outra liderança:

Eu sou um morador e admiro muito a minha comunidade, essa maneira da gente trabalhar o espírito comunitário, de sempre tá discutindo e procurando melhorar. Eu tenho dito pras pessoas que tenho orgulho de morar na minha comunidade porque realmente a gente não está isolado, a gente sempre está participando do movimento e discutindo os problemas da comunidade. [...] Então pra mim, apesar de ser muito novo ainda, é um orgulho muito grande dizer que sou morador da Prainha. (Líder comunitário, 30 anos).

Segundo Castells (2008), as pessoas se socializam e interagem em seu ambiente local, formando redes sociais com seus vizinhos; entretanto, ambientes locais de, *per se*, não induzem uma identidade distintiva. Esta é construída na medida em que as pessoas participam de processos de mobilização social e se envolvem em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, ensejam um sentimento de pertença. Os significados produzidos no local, porém, frequentemente, podem formar uma ‘identidade defensiva’. Essa percepção pode ser observada por uma das professoras que tiveram a oportunidade de concluir seus estudos fora da comunidade, segundo ela nos apresenta em seu testemunho oral:

Eu achava que o melhor estava sempre lá fora; até pra conhecer. Hoje, a cada dia que passa, eu vejo que a vida lá fora vai ficando muito difícil, enquanto a vida que a gente tem aqui é maravilhosa. [...] Você ainda pode sair e deixar a casa aberta. Se você quer ir pro mar ele está ali, se quer o peixe também tá ali. Então eu não encontraria lugar assim em canto algum. (Professora, 33 anos).

Conforme ainda Castells (2008), nos espaços urbanos, especialmente nas grandes cidades, as relações humanas estão fragilizadas, as pessoas estão se acostumando a conviver em um mesmo espaço sem estabelecer vínculos, sem compartilhar os mesmos valores. A falta de identidade produz falta de interesses comuns, falta de sentimento de pertença e, conseqüentemente, falta de cuidado com o ambiente. Esses fatores são exatamente o contrário daquilo que se apresenta na comunidade da Prainha, aqui colocados como razões, e identificados por outro de seus sujeitos, como observamos nesse testemunho, quando questionamos: por que permanecer/pertencer a esse lugar?

Pela segurança, tranquilidade, qualidade da natureza e as relações humanas daqui que eu acho ser muito superiores as das cidades. Existem pro-

blemas, mas, todo mundo se conhece. É incomparável com o ambiente das cidades, a qualidade de vida é outra. Eu acho que é o melhor lugar pra se morar. (Líder comunitário, 31 anos).

Apesar das transformações físicas e sociais ocorrentes na Prainha, verificou-se que os nativos possuem forte sentimento de pertença¹⁷³ ao lugar, seja pela beleza e preservação do meio ambiente, seja pelo sentido de moradia, onde permanecem suas maiores alegrias: a família, os amigos, a natureza e todas as histórias que entrelaçam esses elementos. Assim sendo, seus sentimentos de pertença estão relacionados à aproximação e à ligação com o local de origem. É uma ideia de enraizamento, em que o indivíduo constrói e é construído, planeja e se sente parte de um projeto, modifica e é por ele modificado, pela sua participação (**pmc**) – 85,2%; Tabela 6, p. 210 – nas atividades executadas pelo movimento social local. Isto porque ser um nativo,

Ser um morador da Prainha, significa participar do processo de construção da comunidade, ser um cidadão que possa se socializar com todo mundo, que precisa ajudar, porque se eu não fizer isso eu não estou fazendo o meu papel de cidadão. [...] Preciso ajudar e ser ajudado nos movimentos que tem na comunidade, preciso participar, preciso me envolver com a comunidade, estar sempre ao lado dela. (Professor, 26 anos).

Aos que admitiram conhecer a razão do movimento local (**razãodo**) e suas mudanças inseridas na comunidade (**obsnud**), esse percentual ainda se manifesta mais forte, em (26) 96,3% dos entrevistados (Tabela 6, p. 210). Sentimento reforçado pelo fato de que os mais idosos sempre trabalharam em estreita relação com o mar e a terra, atrelando sua vida aos grandes ciclos dessa natureza, desde seu nascimento, crescimento até o fim de seus dias, organizando lembranças e desenvolvendo afetos. Afinal, o pescador artesanal possui uma fusão com seu local de trabalho, pois o apego ao ambiente terra-mar é profundo porque é dele que tiram seu sustento familiar, tornando-se parceiros de vida.

Para mim o meu lugar é aqui mesmo. Eu gosto daqui, sou filho daqui, criei meus filhos aqui, tenho orgulho daqui. Tudo que eu tenho foi daqui mesmo, desse mar, desse lugar; vou sair para onde? Só se fosse para outra praia, que Deus me livre disto (Pescador aposentado, 61 anos).

Em síntese, percebemos durante as entrevistas que o sentimento de pertença está expresso/determinado quando eles afirmam que: a Prainha é uma comu-

¹⁷³ Identificado na Tabela 6, p. 210, pela abreviatura “**sentper**”.

nidade organizada por possuir um “código de conduta¹⁷⁴”, um planejamento comunitário participativo e que respeita o meio ambiente; sentem orgulho por terem nascido na comunidade; pela qualidade de vida e das relações humanas na comunidade, pelo respeito e reconhecimento de moradores de outras comunidades litorâneas e pela certeza de que na comunidade é onde está toda a sua “riqueza”, ou seja, supre todas suas necessidades e expectativas/demandas sociais. Assim sendo, segundo seus sujeitos, se você tiver a

[...] sorte de morar na Prainha é um privilegiado. A Prainha é inexplicável, tudo o que tem aqui é bom. A amizade, o conhecimento que você tem com os companheiros, esse vento, o peixe fresco, não existe violência; é tudo. O que a Prainha trouxe de escola pra gente, nada paga isso. (Líder comunitário, 41 anos).

Observamos mais uma narrativa revelando o processo educativo existente no seio da comunidade, desta vez como identidade, que o movimento social vem deixando, como legado, aos moradores dessa localidade do litoral leste do Estado; identidade que também é construída com base nas discussões promovidas pelo movimento a respeito da cultura local e de atividades que promovem outras opções de renda para as famílias, como nos relata essa professora.

Eu também aprendi com esse movimento e com essas discussões, que a gente tem que viver a nossa cultura, tem que ser o que a gente é; filha de pescador, que sabe fazer labirinto, ter orgulho do seu pai, da sua mãe. E eu não dava valor a isso, não via bondade nisso, mas aprendi que as pessoas gostam disso, que querem conhecer, compram nosso trabalho. (Professora, 33 anos).

Essas descrições sobre as várias formas que falam sobre o sentimento de pertença do comunitário da Prainha reporta-nos ao pensamento de Capra (2004), quando reflete sobre como a qualidade do ar, da água, da topografia da terra e dos modos de vida, que interferem no bem-estar das pessoas. Segundo o autor, ares, mares e lugares representam um tratado sobre a ecologia humana. Na Prainha a paisagem exuberante exemplificada nos espaços físicos ambientais, sociais e culturais ainda se encontra áreas de criatividade, liberdade, amizade e de solidariedade. Manifestam-se também momentos de mudanças, de abertura a novos relacionamentos, novos conhecimentos, promovidos pela mediação de uma nova cultura organizacional (o movimento).

¹⁷⁴ Trata-se de um acordo entre os profissionais da pesca local, por meio de um regulamento interno, para a pesca de lagosta. Esse documento é renovado anualmente pela assembleia geral entre os membros da Comissão de Pesca e Justiça, da Capatazia local, na comunidade.

5.3.3.2 A certeza de pertencer a uma comunidade diferente

Possui uma diferença muito grande. Primeiro porque é devido a essa consciência que se criou, que tem que lutar pelo que se crê, tem que lutar e tem que começar a ocupar espaços que demandem as decisões para essas questões.

Ocupar no ponto de vista de cobrar, de reivindicar, de exigir. Porque se ficarmos acomodados não ira acontecer mudança nenhuma, mas pra isso você tem que ter essa consciência. E essa consciência se constrói na luta, na participação, no envolvimento da comunidade no movimento.

Líder comunitário (31 anos).

O testemunho ora exposto bastaria para resumir tudo o que aqui poderia ser dito a respeito da continuidade desse assunto. Explicita todo o conteúdo do título que o precede. Encerra o cerne da questão apresentada, todavia, outros pontos, também tão importantes, foram narrados por outros companheiros do movimento que merecem ser apresentados no decorrer desta seção.

Na realidade, esse segmento é a continuidade do anterior, desta vez apresentando os atributos/identidade da Prainha, sob a óptica da comparação entre comunidades semelhantes, ou seja, entre comunidades de pescadores artesanais do litoral do mesmo Estado. Nesse sentido, a comunidade se destaca das demais, porque as

[...] outras não tem o que aqui tem, essa “virgindade” que a Prainha tem, essa falta de prédio de exploração, de que o turismo toma conta, aonde o pessoal nem se conhece. Hoje aqui a gente se conhece, é quase tudo uma família, apesar de ter um que não é daqui, mas na Prainha quem comanda é os nativos, é nós que manda. [...] No Parajuru é diferente porque eles não tem essa organização, não tem a visão que a gente tem. Essa visão vem através dessa organização, que a gente tem hoje. (Agente de saúde, 44 anos).

Segundo Tuan (1983), a construção de uma identidade comunitária surge das interações e das relações que os habitantes estabelecem entre si com os habitantes de outros lugares. Como a semelhança faz uma comunidade ser identificada por outra, a diferenciação também faz parte do processo. A exemplo disso, percebe-se na Prainha que a apropriação do espaço e a conquista da identidade socio-comunitária caminham juntas. Assim sendo, para se estabelecer essa comparação, não devemos realizá-la

[...] com aquelas que já perderam sua identidade, como Canoa Quebrada, Cumbuco, Flecheiras e Paracuru, e que já são quase cidades. [...] Quero comparar com três comunidades que são semelhantes uma da outra, no seu estilo de vida; que são: Batoque, no Aquiraz, Caetano em Amontada e

Tatajuba em Camocim. Elas são diferentes da nossa, porque nosso foco aqui é a pesca, embora você tenha o turismo e o artesanato como uma renda complementar. (Pescador, líder comunitário, 34 anos).

O depoimento continua, com o autor realizando sua comparação, estabelecendo as diferenças e apontando os determinantes que situam sua comunidade num estado impar em relação às demais confrontadas, esclarecendo que

Essas outras comunidades possuem dois focos principais, que se “batem”, que é a pesca e a agricultura. Também são diferentes em relação a formação e a capacitação de lideranças. Se determinada comunidade, por sorte, teve um padre que se dedicou ou um presidente de Colônia que se preocupou com a parte social, levando informações e trazendo sempre alguma forma de capacitação praquela comunidade, então ela se torna uma comunidade forte, desde também que ela tenha um pouco de sua identidade de comunidade tradicional. (Pescador, líder comunitário, 34 anos).

Outra identidade bastante destacada pelos depoentes – (24) 88,9%, Tabela 6, p. 210 – da pesquisa, quando de suas comparações (**difecom**), foi o processo de organização comunitária¹⁷⁵ existente na Prainha que se destaca como um marco, uma referência, uma elaboração histórica que atrai a atenção da mídia nacional e até internacional, como narramos no item **5.2.4**. Essa organização é um dos resultados do movimento social local, contra os especuladores imobiliários e ao modelo da gestão turística dominante. Isto faz da Prainha, indiscutivelmente, um destino diferenciado de suas “concorrentes”, porque, nessas,

[...] já rola muita burguesia, rola muita droga, rola muita prostituição, e aqui, mesmo assim, ainda é diferente. [...] A diferença tá na organização comunitária, apesar de tudo, a nossa é a melhor, muito melhor. Porque além de Associação nós temos vários Conselhos, a gente conversa, discute, debate, vê as coisas... (Líder comunitária, 54 anos).

As famílias dessa comunidade tiveram um papel fundamental na elaboração dessa organização comunitária, que possui como origem de seu processo organizativo a vinculação à luta pela terra. Seu momento histórico veio da formação e criação da Associação dos Moradores, em 1989, com ajuda do CDPDH. Naquele momento, a atuação e a participação desses sujeitos locais estavam associadas aos movimentos sociais, numa ação conjunta com as CEBs, que fortaleceu a luta e resistência desses moradores, contribuindo para o fortalecimento do sentimento de “pertença” ao local, ensejando mais identidade e autoconfiança. Esses fatores fazem com que suas lideranças afirmem que

¹⁷⁵ Identificado na Tabela 6, p. 211, pela abreviatura “**orgacom**”.

Nesse setor a organização da comunidade é a grande diferença. A gente percebe essa diferença muito grande da Prainha em relação as outras praias, que não tem uma organização. A Prainha, apesar de tudo, tem uma organização que funciona. [...] A Associação da Prainha nunca teve problemas com desvio de conduta financeira, enquanto Associações aqui vizinhas tem passado muito por esses problemas. (Líder comunitário, 33 anos).

Como nos reportamos anteriormente, é na interação da terra com o mar que se forma o *habitat* das comunidades litorâneas. Nele, natureza e cultura não se dissociam: os sujeitos sociais, ao “habitar o *habitat*” definem a territorialidade de sua cultura. O território é o espaço “habitado”, constituído e transformado, histórica e culturalmente, por sua população (DIEGUES, 2004). Assim, entre morar e habitar existe uma interação, uma atitude e um sentimento de pertencimento não apenas com os lugares que este espaço oferece, mas também com as pessoas e as coisas do mundo significativo deste sujeito, denominado nativo. Segundo Tupinambá (1999),

Cultura, territorialidade e modo de vida compõem entre si uma zona de interseção, que se amalgama e constitui o núcleo fundante de grande parte das comunidades litorâneas. Acreditamos ser o binômio terra-mar elemento nítido a compor esse núcleo. Mudanças podem comprometer essa zona densa. No entanto, se esse núcleo é atualizado não há porque resistir à idéia de que possam advir modificações em sua periferia. Essa possibilidade é a que permite movimento a essas comunidades sem, no entanto, promover-se uma descaracterização. (Op. cit., p. 53).

Conforme Tuan (1983), a identidade entre comunidade e lugar se dá por meio de formas de apropriação para a vida. O lugar é produzido na relação com o espaço constituído socialmente, mediante uma rede de significados e sentidos históricos e culturalmente tecidos. Assim, concordando com os últimos autores citados, está mais uma das lideranças locais, quando atesta que

[...] o princípio de uma vila vem da moradia, do local onde você vive. Quando você mora bem, quando você tem a sua própria casa, quer seja de tijolo, de taipa ou palha, você se sente respeitado. Então isso quer dizer que em outra praia, pro leste ou oeste, se tem muito pescadores que não tem casa, que mora em casa de outras pessoas ou pagam aluguel. Pessoas que nasceram e se criaram ali, mas que não tem referência, que não tem casa. [...] Então eles estão no lugar deles mas é como eles tivessem divididos, estão mais não estão. [...] Então, comparando com outras comunidades é que você vai ver que nós estamos muito a frente de muitas. (Líder comunitário, 43 anos).

Como podemos verificar, nesses depoimentos, a luta dessa comunidade em prol da conquista, da apropriação de seu espaço/território, vem lhe conferindo identidade em vários de seus segmentos, por meio das experiências neles vividas. É o caso também da prática resultante com o turismo comunitário. O estabelecimento de uma gestão dialógica nesse setor constrói uma identidade na Prainha, que a faz

conhecida e copiada por outras comunidades (Batoque-Cascavel; Ponta Grossa e Tremembé-Icapuí) da região, como um caso exemplar de sucesso: na luta contra a invasão cultural, na fixação de sua cultura e de seus verdadeiros proprietários no espaço conquistado. Isto também diferencia a comunidade das demais, porque

[...] como o turismo tá entrando em várias praias, a comunidade vai mudando de feição, de opinião. [...] No Estado do Ceará é uma das praias que está nesse controle do turismo de massa é aqui, é na Prainha. Porque nós tivemos essa luta e esbarrou um pouco, mas se não, o pescador daqui já tava lá no mato, pior ainda, talvez nem no mato tivesse, porque canto lá no mato também não tem, se tem, tudo tem os seus donos. (Pescador, 65 anos).

Observa-se nesse depoimento que, mesmo os mais idosos, possuem uma transparência do processo, da identidade concebida no lugar, seja ele participante ou não daquele segmento. “Eu depois de 15 anos afastado da comunidade, fiquei surpreso numa reunião, com pessoas que eu achava que jamais tinham clareza sobre aquele assunto, e me surpreendi com isso”. (Líder comunitário, 43 anos). Baseado nessa argumentação, o depoente sustenta que essa é mais uma das razões que testifica o avanço do movimento comunitário e seu papel social no diferenciamento da Prainha. Já outro companheiro do movimento acentua que

A Prainha é uma comunidade diferenciada por conta do recurso financeiro. Se aqui não tivesse tido dinheiro, para o desenvolvimento ir avante, estaria também atrasada. Além do dinheiro, precisa também uma boa organização. E aí aqui eu acho que é diferente das outras também, porque tem muita gente a trabalhar. (Líder comunitário, 49 anos).

Mesmo que haja bastante liderança disposta a cooperar, sem recursos, apoio logístico e assessoria especializada, torna-se quase impossível uma comunidade mobilizar-se, organizar-se e enfrentar uma luta contra especuladores de terra e sobressair-se, assim como a Prainha. Nessa direção,

[...] nós tivemos algumas intervenções diretas que foram muito interessantes. A mobilização era simples, contato com as lideranças locais, fazer os acordos e realizar grandes mutirões. Exemplo: com o projeto dos Arrecifes Artificiais. Nesse sentido, a participação da Comunidade tem sido sempre boa”. (Assessor, Terramar).

E assim a comunidade foi caminhando e criando suas identidades. Em síntese: os depoimentos por nós coletados durante as entrevistas e até aqui apresentados revelam as principais identidades constituídas durante todo o processo de luta e formação do movimento comunitário local. Dessa forma, agregando as informações anotadas e colhidas durante o período de nossa permanência em campo e, também,

levando em consideração as teorias sobre o tema, aqui expressas, apontamos outras identidades observadas nesse processo coletivo na Prainha.

Salvo um melhor julgamento, são essas, dentre as demais já apresentadas: identidade coletiva – cada conselho comunitário criado; o entreposto de pesca; a mortalidade infantil “zero”; a escola; a Associação dos Moradores; a educação popular do movimento local; e suas lideranças. Identidade da comunidade/local: os pescadores; a pesca com catamarã; as viagens de protesto e; o René Schärer.

Dando continuidade ao nosso relato, no próximo segmento, apresentaremos as relações do movimento comunitário da Prainha nos planos individual e institucional, para em seguida mostrar a existência das articulações desse mesmo movimento nos diversos níveis de Estado, com outros movimentos.

5.4 O Movimento Local: Relações e Articulações

A Prainha possui várias figuras históricas. Uma figura histórica que tem força na Prainha, é a “Veíinha”, mãe do Beto. [...] Eu não consigo associar o movimento a uma única pessoa ou entidade, especificamente. Porque o movimento possui momentos históricos diferenciados. Existe uma outra figura importante no início do movimento que foi a professora Inez. Então, para cada momento histórico existem pessoas e/ou grupos que colaboraram mais, outros menos.

Assessor, Instituto Terramar.

Da mesma forma que o anterior, o assunto desse segmento já é apresentado desde o início da análise deste capítulo quando, começamos relatando como aconteceu o enfrentamento da luta desse movimento, por meio do resgate histórico de seus principais sujeitos, assessores e instituições de apoio, assim como realizaram-se sua mobilização e organização para o enfrentamento de seu principal problema, – a posse da terra. Nesse momento, nos deteremos apenas às principais relações indicadas, por seus protagonistas, que marcaram cada etapa dessa luta, deixando que eles mesmos falem por si, mediante seus relatos e depoimentos.

Como já foi informado, desde a citação que abre esse módulo, o movimento social da Prainha possui momentos históricos distintos, assim como relações diferenciadas, apresentadas para esses períodos específicos. Assim, primeiramente mostraremos as relações que foram indicadas entre o movimento e seus sujeitos

locais, individualmente. Em seguida, exibiremos suas relações institucionais antes dos depoimentos daqueles que estabeleceram uma relação desse movimento com a presença/participação da “figura” específica do Sr. René Schärer na comunidade, e fecharemos com as articulações entre o movimento local e o movimento específico dos pescadores artesanais em seus diversos níveis.

Assim entendido, verificamos que, durante o período inicial, algumas lideranças, vincularam essa fase do

[...] movimento ao grupo das mulheres que começaram a luta, sem deixar de esquecer nele da professora Inez, que foi a pessoa que puxou, junto com a Dona Veíinha e outras mais, como a força das mulheres que puxaram o movimento, através da questão da terra. Foram elas que começaram a não abrir mão de seus direitos, da situação imposta pela Imobiliária. (Líder comunitário, 30 anos).

Observa-se aqui a presença, a participação e a força das mulheres no despertar desse movimento social. Elas estiveram, e ainda estão, presentes, participando e ocupando postos de lideranças importantes nos diversos setores de atividades da luta, como: Presidência da Associação de Moradores, dos conselhos comunitários e grupos de produção. Outras pessoas, individualmente, foram relacionadas à existência desse movimento, no caso,

[...] a gente pode destacar a pessoa do Dom Aluizio Lorscheider e do Pe. Gerardo, esses ligados a Igreja. Já se nós vem mais para próximo de nossa atual realidade, aparece a presença do René como uma pessoa que tem se dedicado muito a comunidade, embora que deixe muitas dúvidas na cabeça de muitos prainheiros, se ele tá fazendo certo, se tá fazendo errado, se tá ajudando ou se tá complicando. Mas, ou de bom ou de ruim, é uma pessoa que se destaca quando se fala da Prainha, seja lá onde for. (Pescador; líder comunitário, 34 anos).

Com referencia à pessoa do Sr. René, em razão dessa dualidade que acabou de ser citada, retornaremos mais adiante, especificamente, discutindo sobre o assunto. Já, “dentro da comunidade, pra mim, a relação, é com as pessoas que puxaram a luta pela terra, no caso a família do Pilé, que desde o inicio até hoje eles continuam participando e ajudando no movimento”. (Professor, 26 anos). Entretanto, também tivemos quem vinculasse o movimento, a uma “relação teórico-pedagógica, com a experiência vivida por Paulo Freire, todavia,”

[...] na prática, eu acho que a família do Pilé é uma família de referência na Prainha, mesmo que involuntariamente, ela introspectou a história, o modelo que a gente trabalhou e eles não conseguiram se desvencilhar disso, eles vivem isso, comem isso, bebem isso. Eles continuam o processo solidário. [...] Eu chego hoje na Prainha e consigo ver, eles fazendo a mesma coisa que a

gente fazia e acreditando nas mesmas coisas que a gente perseguia. Fazendo a diferença na Prainha e marcando de forma muito clara, diferenciando o hoje, pra aquele outro modelo. Eles têm isso muito claro, [...] (Professora Inez).

Com esses depoimentos, não resta dúvida com relação à referência da família do Pilé ao movimento. Hoje eles constituem quatro lideranças diretamente envolvidas no processo, em diversos níveis, sempre motivando e procurando incentivar novas lideranças a se engajarem ao movimento. É de um deles o próximo testemunho que apresenta a relação do movimento às instituições, destacando:

A Arquidiocese de Fortaleza, através do seu Centro de Defesa de Promoção dos Direitos Humanos, que passou a dar apoio no fortalecimento do movimento na comunidade, foi fundamental. Foi nosso “padrim” que nos apoiou no começo e que ainda hoje, mesmo distante, continua apoiando. Sem eles o movimento não teria existido. [...] Se for ver a Prainha somente como movimento o que se vem a cabeça é o Fórum dos Pescadores, embora que muitos não conseguem enxergar... (Pescador; líder comunitário, 34 nos).

Registre-se aqui a importância do CDPDH no início e para a formação desse movimento. Passado o primeiro período de descoberta, firmação e instalação, adentramos um segundo momento, a partir dos anos 1990, quando apareceu uma instituição que foi pensada e constituída da existência do movimento. Trata-se de uma organização não governamental que nasceu, cresceu, aprendeu e desenvolveu um trabalho impar em defesa, assessoria e apoio das comunidades tradicionais litorâneas, tendo como motivação o movimento da Prainha. Nesse sentido, suas lideranças também reconhecem que

O Instituto Terramar tem ajudado muito nós aqui. Na parte social ele trouxe muita coisa com desenvolvimento. A organização da escola, os cursos para os professores das duas escolas. [...] Eu diria que o grupo Terramar foi significativo para o movimento social nessa comunidade. (Pescador; líder comunitário, 41 anos).

Essa ONG estabeleceu uma relação direta durante os primeiros anos de sua existência com a comunidade da Prainha, organizando-se e estruturando-se em função das demandas de sua população e seu movimento. Foi num período em que a comunidade passa a pensar a produção de forma coletiva, porque antes eles pensavam “a produção na perspectiva da comercialização do peixe. Quando o Terramar entra com o viés técnico, a gente começa a discutir alguns elementos como a conservação, as novas tecnologias; essa história da produção na pesca”. (Assessor, Terramar).

Foi também essa instituição que marcou presença muito intensiva na área de educação do movimento local, sendo sua colaboração solicitada até hoje, em

diversas demandas, principalmente no planejamento e avaliação do movimento na comunidade. Além destas e em virtude de sua intensa organização comunitária, a Prainha logra manter laços, parcerias e intercâmbios com outras instituições (ONGs, principalmente) de origem estrangeira.

Segundo um de seus assessores, com o envolvimento do Terramar com outras comunidades, a concepção socioambiental foi se ampliando, a visão da instituição passou a ter uma caracterização diferenciada. Hoje, acredita-se que as comunidades tradicionais pesqueiras sejam multifacetadas, ou seja, elas não são apenas povoadas por pescadores, apesar de estes serem a base econômica, sociocultural e a identidade da comunidade. Seus técnicos não acreditam que somente “assessorando os pescadores, a gente resolva os problemas do litoral. Hoje a gente amplia o termo de ‘liderança comunitária’, como aquele que se relaciona direta ou indiretamente com a pesca, mas não necessariamente os pescadores”. (Assessor, Terramar). Esse mesmo técnico continua, afirmando que

[...] o movimento da Prainha é maior que qualquer entidade. Maior que o Terramar, maior que o René, do que o Beto. O movimento tem uma ‘coisa’ de resistência de longo prazo. [...] A luta pela terra, por exemplo; está relacionada com o Centro de Defesa, não tem como não vincular. A Prainha vai continuar, o Terramar vai sair, vai chegar outro grupo e o processo do movimento vai continuar.

Vai continuar da mesma maneira como saíram e entram administrações municipais em Beberibe-CE e quase nenhuma delas teve uma sintonia político-social com o movimento comunitário na Prainha, pelo contrário, algumas delas estiveram a favor dos especuladores que lutavam contra seus moradores e o movimento local. Mesmo assim, a luta não enfraqueceu nem pereceu, ao contrário:

A comunidade sempre teve consciência de que tinha que trabalhar com o poder público municipal, mesmo que não concordasse com as suas ideias e políticas locais. E ela se expôs nesse sentido. [...] Essas dificuldades tem a ver com o próprio movimento local. Toda essa capacidade de fazer parcerias é maior aqui do que noutras comunidades, em outros municípios, por causa do poder de organização da Prainha. [...] Ela sempre procura colocar suas propostas e seus projetos voltados diretamente para resolver os problemas locais. (René).

É assim que a comunidade da Prainha passa por todas as administrações municipais sem perder de vista o foco principal de seu movimento, de suas demandas, mesmo “porque ela nunca chegou a competir com os vereadores, com o poder público municipal”, como afirma o Sr. René Schärer. Esse suíço, aposentado, que

adotou a Prainha como seu novo local de residência (desde 1992), passa a defendê-la de seus opressores e opositores, inclusive internos. Nesse sentido, sua presença e participação direta no movimento local provoca controvérsias e algumas relações conflitantes no interior deste. Essas manifestações é que passaremos a mostrar, doravante.

Logo após sua inserção na comunidade, ele passa a provocar

[...] um modelo diferente daquilo que a gente vinha trabalhando; o outro lado da história da Prainha. Ele levou pra Prainha aquilo que exatamente a Prainha não tinha, que é essa visão mais do produto, da qualidade, que são elementos do capitalismo. Que não deixa de ser uma visão. Isso não é ruim, isso é necessário. No meu jeito de ver, a comunidade não podia fugir dessa visão, não pode estar separada. Mas, se ela quer fazer diferente, como pra mim a Prainha é um modelo diferente, ela não pode só olhar pra esse lado. (Professora Inez).

Essa é a visão daquela que foi, também, apontada pelos nativos como uma das personagens que fez história, marcou presença e participação no início desse movimento e que, mesmo ausente da comunidade, ainda continua acompanhando seu desenvolvimento. Para os que estão mais próximos, porém, o René aparece como uma peça, uma “pedra” fundamental na estruturação e organização do movimento, propondo novas ideias e alavancando recursos para financiar os projetos sociais que a comunidade demanda, mediante, principalmente, da “Associação Amigos da Prainha do Canto Verde”, que ele representa, fato corroborado por uma liderança, quando atesta que

[...] ele tem uma participação no desenvolvimento social da comunidade, porque ele foi o elo que fortaleceu essa ‘corrente’ que faltava, a parte mais problemática, a questão financeira. Você faz o projeto, mas sem recursos você não executa. Então ele estabeleceu essa parceria, através dos Amigos da Prainha e ajudou a comunidade se desenvolver. [...] Então, nessa parte social a comunidade ganhou com a pessoa do René. E melhorou a questão da qualidade de vida, porque muitos projetos eram voltados pra questão do desenvolvimento local sustentável. Isso comprova que a comunidade foi quem ganhou com esses projetos. (Líder comunitário, 30 anos).

Foi pela aprovação de seus projetos que se deu continuidade ao decurso coletivo do movimento, após a saída do CDPDH de cena, mesmo trazendo para a comunidade uma forma/modelo diferente do que vinha sendo trabalhado, desta vez, com uma “visão” mais focada no “produto” e na qualidade. “O movimento com ele só aumentou, tomou outro pulso, outra direção”. (Dono de pousada, 47 anos). Outra liderança também testifica em relação a essa mudança, afirmando que,

Quando o René chegou começou a ajudar a comunidade de uma forma mais diferente, não ajudando individualmente, mas procurando ajudar coletivamente. [...] Eu acho que o movimento ganhou em termos de desenvolvimento, através dos projetos que ele conseguiu pra comunidade. (Líder comunitário, 33 anos).

Desde então se instalou na comunidade uma nova etapa da história de seu movimento social. Essa maneira de estimular o movimento, por meio de projetos, principalmente daqueles voltados para o problema do desenvolvimento local sustentável, traz outro impulso no desenvolvimento social e na organização interna da comunidade. Os setores que mais se beneficiaram foram a Educação e a Pesca, segundo a percepção dessa liderança feminina, quando exprime que

[...] ele foi uma pessoa que sempre buscou o melhor pra comunidade, embora muitas pessoas não vejam isso. Foi através dele que a organização interna do movimento melhorou muito, principalmente em relação a contratação de projetos pra pesca, pra educação. O social da comunidade cresceu muito com a contribuição dele no processo. [...] Pra mim, a pesca foi o setor que mais se beneficiou com a chegada do René na comunidade. (Professora, 41 anos).

Outras lideranças, entretanto, também afirmam que ele ajudou muito na área do turismo comunitário, que teria sido ideia sua mais essa opção de renda para os moradores. Outra participação efetiva dele teria sido no acompanhamento e divulgação do processo jurídico que envolvia a comunidade na posse de suas terras. Enfim, praticamente em todos os setores sociais da comunidade, a pessoa do René é lembrada. Segundo testemunho de outra liderança local, isso acontece porque:

[...] ele é uma pessoa de autoconhecimento, ele tem como orientar as pessoas em todos os setores, ele traz assim, uma visão, uma perspectiva de dar uma luz para aquelas pessoas. Ele sabe como desenvolver, como alavancar o processo associativista e deixar as pessoas satisfeitas. [...] Eu lhe afirmo, nessa entrevista, que eu nunca vi o René levar um projeto, para a Associação aprovar, que não venha beneficiar a comunidade, diretamente. (Líder comunitário, 49 anos).

Numa avaliação geral, a participação dele no movimento local é bastante positiva, muito embora algumas lideranças não concordem com suas ideias, sua posição frente ao movimento, “alguns até acham que ele elabora os projetos para ganhar dinheiro. Esses, às vezes, colocam até alguns grupos da comunidade contra ele, falando de coisas que o René não fez ou deixou de fazer, gerando conflitos internos desnecessários”. (Professor, 26 anos). Outros acham que ele deveria ouvir mais as lideranças, principalmente as mais jovens, dando-lhes oportunidade para

que elas errem mais, todavia, existem aqueles que observam o René por “outro lado”, de outra forma, afirmando que:

A Prainha não teria o respaldo que tem, sem ele. Mas o René tem uma ‘cabeça’ de fora, ele pode passar aqui mais duzentos anos, vai continuar sendo um cara de fora. Por outro lado o René tem muito boas ideias, boas opiniões, mas em alguns pontos o René trava. Por quê? Porque muitas vezes ele não deixa o povo errar, porque é errando que se aprende. [...] Acho que nós não estaria nessa posição aqui hoje, sem ele. Ele tem uma contribuição muito positiva. Isso é um fato. (Líder comunitário, 43 anos).

Outro fato, também confirmado por outras lideranças, é que, apesar de toda sua participação positiva, até aqui expressa, esses outros acreditam que o movimento, no coletivo, desagregou mais, desmotivou a participação de outras lideranças por não concordarem com as posições dele, as quais, muitas vezes, têm sido inflexíveis¹⁷⁶, na opinião desta outra liderança, que testifica:

Hoje nem toda ideia dele é tão boa, mas ele ainda continua com uma postura muito ‘dura’, assim: a ideia dele é a que deve prevalecer, muito pouco flexível, ainda. Ele ainda é quem tem os meios de comunicação. [...] Mas, no sentido dos apoios, onde ele tem os contatos com os ‘Amigos’, isso é muito positivo, porque muitas coisas tem sido viável, tem sido colocado em prática, mediante o apoio dos Amigos da Prainha. (Líder comunitário, 31 anos).

Mais uma vez se verificam aqui, a mediação e o apoio financeiro como tendo contribuído muito para a posição da relação do René diante do movimento comunitário local. A representação que a pessoa dele possui na Associação Amigos da Prainha do Canto Verde, que financia a maioria dos projetos sociais e produtivos, desta e até de outras comunidades litorâneas, contribui, também, para outro tipo de atitude, de comentários que permeiam sujeitos de todos os setores que qualificam a comunidade. Assim, escolhemos uma das narrações que atestam sobre essa informação.

Eu tenho visto falar que muita gente diz por aí; “o René é o dono da Prainha, o René é quem manda”. Na verdade o René não manda aqui não. Mas, noutros cantos, segundo o que a gente vê, parece que é assim mesmo. O cabra chega, ajuda e tal, mais depois ele passa a mandar mesmo. Só que aqui é diferente. Mas por quê é diferente? Porque a gente tem certo pulso, senão ele passava a dominar mesmo. Não que ele queira mandar dessa forma, mas porque ele acha que sabe mais que os outros. (Pescador, 57 anos).

Apesar de o depoente reproduzir a informação tida como boato, observa-se, em sua análise, a clareza que esse sujeito possui do processo em foco, reconstruindo os fatos por ele observados. Esse é mais um dos exemplos de como o processo edu-

¹⁷⁶ “Hoje ele já percebeu isso e já está muito mudado. A gente tem conversado muito sobre isso e nas reuniões ele já tem se comportado diferente”. (Líder comunitário, 33 anos).

cativo se dissipa no seio dessa comunidade. Concluindo essa etapa, observamos que, na realidade, a presença do René na comunidade sempre provocou dissidências e divergências entre comunitários, o que algumas lideranças tradicionais do início do movimento consideram, de certa forma, como sendo normais. Com relação aos comentários sobre quem direciona quem, esses mesmos líderes afirmam: o conjunto do movimento é que decide; é quem encaminha; é quem “manda”; porque a Prainha é diferente, o movimento local é diferente, tem vida “própria”, tem “pulso” forte.

Essa diferença, essa organização forte, o estilo de suas lideranças, enfim, essa identidade que o movimento da Prainha do Canto Verde construiu é a principal responsável pelas relações e articulações¹⁷⁷ que se estabeleceram ao longo de sua trajetória como movimento social de resistência e luta. Dentre os protagonistas que admitiram conhecer a razão desse movimento (**razãodo**) e suas mudanças inseridas na comunidade (**obsnud**), essa certeza apresentou-se em (25) 92,6%, dos entrevistados (Tabela 6, p. 210).

Essas relações e articulações estabelecidas com base no movimento local formaram diversos tipos de espaços (fóruns, principalmente) e parcerias, especialmente no segmento da pesca artesanal. Tudo isso começou ainda durante o trabalho da professora Inez, aqui já apresentado, que mantinha relação muito estreita com os movimentos ligados à Igreja Católica, no caso, com as pastorais sociais, mas, na Prainha, segundo a docente,

Alguma coisa faltava e foi percebido pelo grupo de pescadores que já vinha em uma discussão e apontava para a necessidade de organização da classe. A Igreja deu visibilidade ao grupo de pescadores com a conquista da Pastoral do Pescador em 1984. Essa conquista se deve a iniciativa da ação dessa comunidade. Um dos grandes passos foi a articulação entre os demais pescadores nas praias vizinhas se estabelecendo o movimento a nível Municipal, até se somar com o Estadual e o Nacional. (Professora Inez).

Como ressaltado, a ampliação da resistência da luta dos profissionais da pesca artesanal litorânea no Ceará surgiu em 1984, com amparo no movimento da Prainha com o apoio da Igreja, mediante a criação e conquista do Conselho Pastoral do Pescador no Estado, o segundo no País; iniciativa que teve a participação direta da professora Inez, como mostramos no item 5.1, e ações coletivas de um grupo de pescadores dessa comunidade. Então, é estabelecida uma articulação entre pescadores de praias vizinhas, tecendo um movimento de contextura municipal. Hoje esse

¹⁷⁷ Identificado na Tabela 6, p. 211, pela abreviatura “**relamov**”.

movimento se amplia, “juntamente com as trocas de experiências, através de uma articulação a nível Estadual e Nacional, voltando-se, fundamentalmente, para as questões de sustentabilidade da pesca, do combate à pesca predatória e à questão do turismo comunitário¹⁷⁸”. (Assessor, Terramar). Nesse sentido, observamos que

A Prainha exerce uma liderança nesses segmentos, nesse processo. A gente reconhece a liderança da Prainha nesses dois momentos, que se articulam. Na pesca, a nível Nacional, através de ações como apoio a fiscalização do IBAMA, certificações e, construção de proposta para Reserva de Marinha Protegida, etc. No turismo da mesma forma. A primeira experiência de Turismo Comunitário no Ceará nasce na Prainha, através desse processo de resistência da terra, e hoje é uma referencia nacional que se articula com várias outras comunidades através de Redes Sociais (Assessor, Terramar).

Após a criação da Pastoral, surgem mais duas iniciativas, partindo da Prainha, que fortalecem e ampliam o movimento da categoria. Entre 1990 e 1991, uma série de palestras e seminários aconteceu em todo o litoral leste do Estado, por iniciativa do grupo de pescadores do movimento local, discutindo as questões da pesca predatória e, em especial, o problema da pesca de mergulho. A segunda ação iniciou-se em abril de 1993, com repercussão e reflexo em toda a pesca da lagosta no litoral do Estado. Trata-se da viagem da jangada comunitária SOS Sobrevivência (apresentada no item 5.1.1), denunciando, no plano nacional, a pesca predatória da lagosta e a especulação imobiliária no litoral do Ceará. Essas iniciativas foram marcantes e firmaram identidade para essa comunidade, que ampliou mais seu movimento dentro da categoria dos pescadores profissionais, encorajando aqueles que foram o berço desse movimento. Dentre eles, todos são sabedores de que

[...] o movimento da pesca começou aqui com a viagem da jangada SOS Sobrevivência que saiu daqui pro Rio de Janeiro como um protesto, um protesto principalmente contra o compressor e a pesca predatória. Daí desenvolveu mais a luta do pescador aqui nas praias, porque chegou mais ao conhecimento das autoridades, que podiam nós ajudar, principalmente ao conhecimento do IBAMA, que passou a se envolver um pouco mais. (Pescador; líder comunitário, 65 anos).

Essas iniciativas foram capazes de ensejar motivação e desejo nas lideranças da categoria dos pescadores, principalmente aquelas do litoral leste que, para continuarem se encontrando, trocando ideias, experiências e planejando ações conjuntas, resolveram, em uma assembleia que mobilizou lideranças de oito comu-

¹⁷⁸ Nessa área, o movimento, no plano estadual, relaciona-se com o Fórum de Defesa da Zona Costeira e com a ‘rede’ de Turismo Cearense Comunitário (TUCUM); nacionalmente, com o Turismo Solidário (TURISOL) e com o ‘Projeto Bagagem’, que é uma ‘rede’ de Economia Solidária para o turismo de base comunitária no Brasil.

nidades desse litoral, realizada em 26/03/1995, na Prainha, criar o Fórum dos Pescadores do Litoral Leste do Ceará¹⁷⁹. Nessa assembleia, criou-se uma pauta de reivindicações da categoria (Carta da Prainha do Canto Verde) e decidiu-se que ela seria entregue, mediante uma “caminhada”, na sede do Governo do Estado.

No aniversário de dois anos (04/04/1995) da viagem de protesto “SOS Sobrevivência”, cerca de 500 pescadores e mulheres, acompanhados do Superintendente do IBAMA, marcharam em direção ao Cambeba; protestaram e reivindicaram apoio no combate à pesca predatória. O Governador Tasso Jereissati não os recebeu, mas as lideranças entregaram a “Carta da Prainha do Canto Verde” ao seu representante. Daí em diante, as comunidades pesqueiras, principalmente do litoral leste, passaram a se encontrar mensalmente em grandes reuniões do Fórum dos Pescadores, para acompanhar e exigir das autoridades suas reivindicações solicitadas.

Logo após esse evento, o Governador do Estado determinou ao seu secretário de Desenvolvimento Urbano que reunisse o setor pesqueiro do Estado para avaliar os problemas apresentados. Em maio do mesmo ano, foi convocada a primeira reunião do setor, incluindo as Universidades Federal e Estadual. Naquele momento, criaram mais um espaço, desta vez estatal, para se discutir os problemas relativos à categoria. Trata-se do Comitê de Pesca do Estado do Ceará, que no mês de julho do mesmo ano apresenta o primeiro Plano de Ordenamento para a Pesca da Lagosta no Ceará (POPL). Naquela oportunidade, em visita a Fortaleza, o presidente do IBAMA, Raul Jungmann, foi confrontado com a problemática e prometeu o seu apoio às reivindicações.

Desde então, a comunidade, via movimento, passou a exercer uma liderança estadual, com representatividade nesses principais espaços, nos debates e audiências públicas. E o movimento respondeu, com ações que ampliaram essas articulações para a categoria dos pescadores. Uma delas foi a execução, na comunidade da Prainha, do “Curso de Formação para Lideranças do Litoral Cearense” (1999-2002), apresentado no item **5.3.1**. Esse evento constituiu-se num importante espaço de articulação entre essas lideranças; após o curso, os representantes do

¹⁷⁹ Dois anos após a viagem da SOS Sobrevivência, “nós fizemos uma grande reunião de mobilização aqui na comunidade, onde a gente decidiu, que nessa data, a gente faria uma caminhada de protesto na sede do Governo, reivindicando a nossa pauta que era basicamente; fiscalização no litoral; o fim do compressor e a regulação da frota. A partir daí as comunidades do litoral leste, passaram a se encontrar mensalmente em grandes reuniões para acompanhar e exigir das autoridades nossas reivindicações. Assim nasceu o Fórum dos Pescadores”. (Pescador; líder comunitário, 34 anos).

litoral oeste instituíram o Fórum dos Pescadores do Litoral Oeste, uma conquista que já existia no litoral leste.

Esses dois fóruns se unificaram, criando o Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense¹⁸⁰, que congregou uma rede de comunidades pesqueiras, ampliando a representação do movimento dos pescadores, na contextura estadual. Essa representação é hoje um espaço privilegiado de intercâmbio e definição das ações coletivas entre os pescadores de várias localidades do Estado. Atualmente, o Fórum é composto por “cinco coordenadores e eles sempre convidam a gente pra reunião, pela experiência e representatividade. Quando a gente tem reunião do fórum noutra região, muita gente da Prainha participa; vão de 10 a 15 pessoas”. (Pescador; líder comunitário, 34 anos). Trata-se também de um espaço de ampliação de conquistas, porque,

Quando o preço da lagosta sai de R\$ 26,00 para 47,00 reais, com a implantação do entreposto, é um aumento que reflete para as demais comunidades, porque ela participa de uma rede de comunidades. Não é uma conquista só da Prainha, é uma conquista do movimento. Se não fosse este movimento das comunidades pesqueiras do litoral, a conquista da Prainha não valeria muito. [...] A gente tem também ações indiretas de fortalecimentos das redes mais estaduais, e a Prainha sempre está nesse processo, através das lideranças locais. (Assessor, Terramar).

Essas lideranças da Prainha, mediante sua formação por meio do movimento local, são responsáveis pelo crescimento da articulação desse movimento que se amplia ao plano nacional, quando a comunidade passou a ter uma de suas principais lideranças indicada para ocupar a Vice-Presidência do MONAPE. E assim nasceu mais uma articulação desse movimento exitoso da Prainha, por meio

[...] de suas lideranças, que também promove a maioria das "cartas de protestos", de reivindicações do movimento. E hoje o movimento, a nível nacional, passa pela Prainha, articulando-se muito bem através da liderança do Beto que é o vice-presidente do MONAPE. [...] O Beto, que é uma liderança histórica, que nasce na luta pela terra e passa a ser, também, liderança na luta pela Pesca Responsável, contra a Pesca Predatória. (Assessor, Terramar).

Doravante os problemas e as principais questões da pesca artesanal cearense passam a ter voz e representação no movimento nacional da pesca artesanal; problemas que também são expostos noutras instâncias e espaços alçados pelas lideranças dessa comunidade, como “nos Conselhos Nacional onde a gente partici-

¹⁸⁰ O Fórum (FPPLC) foi apresentado a partir do item 5.2.1.

pa. No Conselho da Lagosta, no Conselho Nacional de Pesca e das Comunidades Tradicionais”. (Beto, MONAPE). Ele continua sua narrativa, ressaltando que

Toda essa problemática de nível de Estado, se não tivesse o movimento, forte ou fraco, poderia até chegar lá, mas chegava sem ninguém saber por quem. Mas, chegando lá pelos pescadores e pescadoras, essas lideranças tem muito mais peso, tem muito mais representatividade e firmeza no que fala. Então, tanto a nível estadual, como nacional, o movimento local vem contribuindo, tem contribuindo e deve contribuir com um potencial enorme, até para as colônias. (Beto, MONAPE).

A estas conquistas segue-se a indicação de mais duas lideranças da comunidade para integrar o Comitê de Gestão de Uso Sustentável de Lagosta¹⁸¹ (Portaria nº 83, de 23/12/2004 do IBAMA), que é composto por uma representação de treze instituições, além do IBAMA. Sua estruturação está embasada por um Subcomitê Científico, com o apoio dos grupos da gestão dos estados, para auxiliar e subsidiar suas deliberações. A comunidade da Prainha é a única (até 12/2009) do País que possui duas lideranças com “assento” no CGSL; um representa o MONAPE e o outro as organizações ambientalistas não governamentais.

O movimento social da Prainha também se articula no contexto internacional, por meio de “redes”. Na pesca, via *International Collective in Support of Fishworkers*, ampliando o movimento para o combate à pesca predatória e para as questões de sustentabilidade e, no turismo comunitário, por intermédio da REDTURS e a rede Dante, na Europa. Essa atuação/articulação do movimento local, em redes, comprova o novo ativismo existente nos NMS, citado por Scherer-Warren (2002) e Gohn (2007b, 2009), em face da nova conjuntura sociopolítica e cultural do mundo globalizado e da própria conjuntura brasileira. Na realidade, essa articulação extrapola o raio de ação dos sujeitos sociais envolvidos nesse movimento, promovendo a autonomia de seus protagonistas, agentes e grupos sociais.

Todas essas articulações aqui apresentadas formam a base de novas relações sociais que servem para aglutinar grupos e outros movimentos para sustentar, fortalecer e identificar o movimento local. Também comprovam a importância da presença dos sujeitos externos na participação da base de um movimento social dessa natureza. São ferramentas (fóruns, conselhos, comitês, MONAPE etc.) impor-

¹⁸¹ Esse comitê foi apresentado no item 5.2.3. Ele se reúne duas vezes por ano, em Brasília, para subsidiar as decisões do Governo sobre a pesca da lagosta, até 2009.

tantes que podem ser utilizadas para unificação de lutas e bandeiras desse movimento. Assim, o que ainda nos cabe discutir é o fato de que todas essas

[...] 'ferramentas' são sujeitos sociais importantes nesse movimento dos pescadores artesanais. A bandeira que unifica esses sujeitos é o combate à Pesca Predatória. Essa bandeira unifica o movimento mais do que a luta pela terra. A segunda bandeira importante, e que também unifica o movimento do litoral é a luta em defesa dos manguezais; essa é uma bandeira nova. As estratégias de resistência e superação acontecem de forma a maximizar o movimento, dependendo de cada momento. (Assessor, Terramar).

Com essa afirmação, concluímos mais uma seção deste trabalho. No próximo segmento, fecharemos o capítulo, apresentando os principais problemas, conflitos e demandas que desafiam as lideranças atuais do Movimento.

5.5 Problemas, Conflitos e Desafios Atuais

Eu acho que o fato de você não se acomodar diante das dificuldades, vale a pena você comprar a 'briga', discutir, pra denunciar e propor ações de solução para enfrentamentos dos problemas. E eu vejo a Prainha fazendo isso em tudo; chegando aqui na sede do município com proposta pra resolver a questão da saúde, a questão da educação, pra resolver a história da pesca. Eles entram nas discussões e se destacam, quando pegam no microfone eles arrebetam na reunião, não tem vergonha de falar do que pensam. [...] Eles estão construindo uma Prainha diferente.

Professora Inez.

O principal problema que levou essa comunidade do litoral cearense a mobilizar-se em um movimento social popular foi o problema da posse de suas terras¹⁸²; que, em 14/03/2006, após 25 anos de lutas, foi definitivamente resolvido pela Justiça Federal. Até aquela data, outros problemas e demandas, em andamento, também eram enfrentados pelo Movimento, tendo sempre como pano de fundo o problema da terra, praticamente todos resolvidos e as principais demandas conquistadas como já apresentamos, mas,

Apesar de todas essas conquistas, é natural você encontrar na comunidade pessoas angustiadas, revoltadas. Porque existem duas coisas; uma é a realidade e outra é uma fantasia criada em torno dessa realidade por não se ter uma forma adequada de levar informação de uma mesma forma com uma mesma linguagem, ao mesmo tempo que se passa, a um maior grupo possível de pessoas da comunidade. (Pescador; líder comunitário, 34 anos).

¹⁸² Apresentado no capítulo 2, deste trabalho.

O problema da comunicação no seio da comunidade, principalmente aquela exercida nas reuniões, assembleias e fóruns, repassada e transmitida para o restante da comunidade, necessita ser trabalhada, discutida entre às lideranças e, repensada. Trata-se de um problema que não é novo, mas que tem se agravado, principalmente após a conquista da terra. Propicia desentendimento até entre lideranças sobre a maneira de como se avançar, nesse processo de levar informação a um maior número de pessoas, sem distorções, com clareza, o mais breve possível. Nesse sentido, elas reconhecem que

Sempre tivemos dificuldade de trabalhar a questão da comunicação. Isso tem criado desconfianças, desconfianças sem razão de ser, porque, apesar de tudo, eu acho que a Associação da Prainha ainda é uma das mais honestas desse litoral. Eu confio nisto porque fiz parte da Direção e vivenciei isso. (Professor, 31 anos).

Outro problema apontado pela maioria dos protagonistas locais foi a questão interna do ordenamento da terra e seus espaços conquistados, as construções, distribuição e comercialização de terrenos e casas. Apesar dos estatutos e das normas aprovadas em assembleia dos comunitários, nem todos concordam com o decidido. Isso proporciona o maior dos conflitos internos vividos por essa comunidade, mas,

[...] de certa forma a gente já tava esperando isso, já tinha sido avisado disso pelo pessoal da pastoral, que o nosso maior conflito, depois da conquista da terra, seria com os próprios nativos. [...] Primeiro pela própria ganância; tem pessoa que não espera nem pela organização do espaço, quer construir de qualquer jeito em qualquer lugar. E o pior que são, principalmente, pessoas que não participam, mas que vem logo buscar o seu direito. Vamos ter que trabalhar muito esse problema. (Pescador; líder comunitário, 30 anos).

De determinado modo, a recente conquista da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde (Decreto nº 0-002, de 05 de junho de 2009) veio facilitar e proporcionar soluções mais adequadas à realidade da comunidade para esse problema, pois torna inegociável a área de marinha e adjacências que foram demarcadas e onde estão fincadas as residências dos comunitários. A legislação sobre as RESEX determina que a área estabelecida em decreto somente possa ser explorada após a aprovação de um Plano de Gestão e Utilização, que deverá ter a aprovação do IBAMA.

A aprovação desse instrumento deve acontecer com a participação direta da comunidade, mediante consultas, reuniões e votação em assembleia geral da Associação local. Dessa forma, a criação da RESEX proporcionará maior segurança para

os interesses locais comunitários, pois, com a mudança no aspecto jurídico da questão, será possível avançar na gestão comunitária, interna, do problema da terra. Outro aspecto a ser destacado é que, em decorrências das incertezas que havia em relação a esse ponto muitos projetos da comunidade ficavam paralisados. Além do mais,

[...] o controle sobre a especulação imobiliária, construções irregulares e até a fiscalização da pesca predatória se tornará mais ágil e eficiente, pois a RESEX aprovada considera também, uma área de mar. Com essa iniciativa, o solo só poderá ser usado de forma sustentável. É a oportunidade que os moradores da Prainha sempre precisaram para desenvolver o turismo comunitário e a pesca sustentável. (René).

Outro problema destacado, e que de certa forma se apresenta em praticamente todas as comunidades do litoral, e por extensão, ao movimento dos pescadores, é a concentração de atividades da gestão e poder nas mãos de presidentes e tesoureiros das associações comunitárias. No caso da Prainha, que possui um movimento social ativo, cujas lideranças são constantemente chamadas a participar, não somente de reuniões e assembleias internas, mas também de eventos de todo tipo e natureza, fora da comunidade, tanto no plano estadual, nacional e até internacional (Apêndice 7), esse problema se acentua porque, por exemplo,

[...] um Presidente da Associação da Prainha do Canto Verde, ele é envolvido em vários processos, internos e externos. É como ele tivesse que ser um assalariado para poder sobreviver. Ele não consegue ser o pescador e Presidente da associação ao mesmo tempo. [...] O cargo é importante e o seu representante tem que dispor de tempo. (Assessor, Terramar).

Torna-se um desafio, para uma liderança dessa natureza, manter suas origens, sua profissão específica e ter ainda que representar bem sua comunidade, seu movimento. “É aqui que aparece o problema da renovação de lideranças. Temos que fazer seminários para renovação de liderança local. [...] Aqui até briga de vizinho e de marido e mulher, querem que o Presidente resolva”. (Líder comunitário, 33 anos). Outro desafio que se apresenta para resolver esse problema é a questão

[...] da dignidade que vem junto com a honestidade, a forma de como você lidar com as pessoas; outro desafio é a questão da vaidade, que vem junto com a questão do poder. [...] Hoje uma liderança como essa que eu ocupo, que está num nível lá em cima, tem contatos com o local, com estadual, com o nível nacional. Aí você começa a lidar com um vereador dali, com o prefeito acolá, com o deputado dali, com um governador não sei da onde, então de repente você está num grupo de diversidade de interesses e você tem que ficar ali com o seu tentar. E se eu tiver que me desviar eu prefiro ficar pescando. (Pescador; líder comunitário, 34 anos).

Exposto esse problema da ocupação dos postos de lideranças no movimento local, outro desafio que se apresenta junto a ele é a questão de como “recompensar o tempo investido das lideranças dentro e com o serviço destinado ao movimento. Hoje, para você ter um movimento forte, você tem que ter pessoas que se dediquem alguns dias, para dar seguimento aquilo que a comunidade decidiu”. (Pescador; líder com., 34 anos). Isto é expresso nas reuniões e assembleias como ponto muito sério e prioritário a ser resolvido, outro desafio a ser enfrentado pelo Movimento.

Mais dois problemas se apresentam na área da pesca local. O primeiro também não é novo e possui extensão regional e estadual. Trata-se do problema da pesca predatória de lagostas, mais especificamente, a pesca com o compressor, utilizada em toda a costa do Nordeste brasileiro e que afeta sobremaneira, principalmente, aquelas comunidades que procuram trabalhar dentro das normas e preceitos estabelecidos pelo órgão que regulamenta a atividade, no caso, o IBAMA. Nesse sentido, até mesmo os mais ferrenhos opositores do movimento local reconhecem que suas lideranças

[...] tem lutado pra ajudar o pescador nessa questão do compressor. Mais a luta é desigual, porque as Lei só tá do lado dos grandes, e só tem Lei pra quem tem dinheiro. Eles luta, luta, vai pra qui, vai pra acolá, pra parar a pesca com compressor, a pescaria predatória, mais não conseguiu ainda. Mas eles não param, continuam na luta. Por isso que eu acho que tudo de mudança que acontece aqui é por intermédio do movimento. (Pescador aposentado, 67 anos).

O segundo problema nessa área é novo e diz respeito às inovações tecnológicas inseridas e utilizadas pelos pescadores locais em suas pescarias. Trata-se da utilização de aparelhos receptores do Sistema de Posicionamento Global, popularmente conhecido por GPS (acrônimo inglês do: *Global Positioning System*), para marcação das coordenadas de pesqueiros utilizados nas fainas da pesca. Esse sistema, que traz uma facilidade para a localização e marcação exata dessas áreas, também trouxe para os profissionais da pesca um conflito interno nunca antes pensado entre eles. O problema está na divulgação dessas marcações para pescadores de outras comunidades, como nos relata uma de suas lideranças.

Existem pescadores daqui, que tem GPS, marca a pescaria e dá posição para pessoa de fora no intuito de lucrar. Como ele não tem cangalhas, ele marca e dá posição pra pessoa de fora. [...] Então quando não tinha GPS, só eu sabia da minha posição e você sabia da sua. Hoje não, de repente eu passo, você está na sua pescaria aí eu marco no GPS. Isso está dando um

conflito; por ser pouca produção ai se torna um atrativo, porque não tem opção. [...] Com a chegada do GPS, facilitou muito as pescarias, mas também prejudicou muito, porque está ajudando no conflito dos pescador da própria comunidade. (Pescador; líder comunitário, 41 anos).

Além desses conflitos internos na área da pesca, o movimento local ainda enfrenta os conflitos externos nesse setor, principalmente com algumas colônias de pescadores e a Confederação estadual, com relação às posições ideológicas e éticas. Entre esses representantes da categoria, praticamente todos estão mergulhados na corrupção e no autoritarismo, posições que não se coadunam com a prática e o pensamento das lideranças da Prainha. São dirigentes de colônias e representações que estão no poder há

[...] mais de 15-20 anos e que não respeitam nem a Constituição brasileira. [...] Nós temos defendido no Conselho Nacional de Pesca, que para efeito de ascensão ao seguro desemprego, que qualquer Associação de pescadores ou Sindicato de pescadores artesanais, tenham o mesmo direito de informar sobre os profissionais quanto as colônias. Isso é uma briga que até hoje tem rendido e causado muito conflito. (Pescador; líder comunitário, 34 anos).

Segundo ainda essa liderança, existe outro conflito, entre eles e seus representantes, no que diz respeito à visão de desenvolvimento. Para aqueles, desenvolvimento está assentado apenas no plano do crescimento econômico, do progresso sem ordenação, sem pensar, principalmente nas populações nativas dessas comunidades tradicionais. “São desenvolvimentos totalmente contrários que vão gerar conflitos. No capitalismo que nós vivemos, esses conflitos não vão deixar de existir e muitas das coisas não vão sair do jeito que nós quer mas também não vão sair do jeito que eles querem”. (Pescador; líder comunitário, 34 anos). Conclui sua narrativa, mostrando qual a visão de desenvolvimento que possuem as lideranças da Prainha:

Pra nós desenvolver um desenvolvimento sustentável é você deixar a população local lutar, garantir que vai lutar e junto com ela usar melhor o recurso. Trabalhar a conscientização dela para melhor ela utilizar o recurso que tem, de várias formas; quer seja pro turismo, pra pesca ou pra agricultura, sendo a dona do próprio negócio, ou seja, se alguém vai melhorar de vida, que seja aquela população que decida. Pra nós é isso. (Op. cit., 34 anos).

Esta visão foi forjada na luta do movimento local, nas capacitações, nas trocas de experiências e vivências das lideranças dessa comunidade. Mais uma vez, observamos aqui o resultado do processo educativo construído ao longo dessa luta, das soluções buscadas para resolução de seus problemas e demandas dessa comu-

nidade. São pescadores, lideranças nativas que participam do Fórum dos Pescadores e que, na visão de outra liderança local, não nativa, apresentam-se

[...] como alternativa a estrutura da Colônia, na qual, a maioria dos pescadores daqui não se envolve. [...] Eles estão se articulando como uma alternativa às colônias. [...] Esse é o conflito entre os desenvolvimentistas, que querem trabalhar pra que a pesca melhore, contra, os administradores do assistencialismo. [...] Eu acho que os pescadores da Prainha vão ser uma liderança coletiva, dentro do processo de organização desse movimento estadual. (René).

Compartilhamos dessa posição, pois também conseguimos observar, durante esse período em que estivemos acompanhando o movimento local, a práxis dessas lideranças, a vontade, o desejo de mudar; de fazer diferente daquilo que seus companheiros representantes apenas reproduzem de lideranças oligárquicas, não comprometidas com a realidade e a importância que a categoria dos pescadores artesanais possui para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades. Nesse contexto, ficamos ao lado da pesquisadora Maria G. Gohn, quando ressalta que

As lideranças continuam a ter importante papel no esquema de análise dos NMS, os quais são instrumentos de formação dessas lideranças durante suas atuações grupais, formando correntes de opiniões. Nesse sentido, não existe lugar para as antigas lideranças oligárquicas, as quais se destacavam por sua oratória, seu carisma e poder sobre seus liderados. (GOHN, 2006; p. 126).

Então, observamos que as lideranças da Prainha avançam e por isso se destacam nos diversos níveis por onde seu movimento se articula e participa, por intermédio de suas representatividades; lideranças formadas na luta do movimento social da Prainha, que não possuem o receio de enfrentar novos desafios e mostrar para os demais que é possível mudar, avançar. Um desses exemplos foi a utilização de uma nova embarcação na pesca artesanal, o catamarã¹⁸³.

Encarar o catamarã como uma nova possibilidade de navegação para a pesca artesanal, foi mais um desafio que os pescadores locais abraçaram; como mais uma ideia, bem recebida, e enfrentada pela comunidade local. [...] Isso mostra que é uma comunidade que gosta de desafios novos, que gosta de se aventurar, que marca as lideranças da Prainha. (Assessor, Terramar).

Desafio é o que não falta para as lideranças desse movimento. Na opinião do presidente da Associação, nesse período (09/2007 a 09/2009), um dos grandes desafios da entidade é a falta de conhecimento e reconhecimento da instituição como

¹⁸³ Essa embarcação foi apresentada no item **5.3.1**.

[...] aquela que representa, organiza, valoriza e procura melhorar a comunidade, ou seja, procura melhorar a qualidade de vida da comunidade. [...] Porque para alguns ela é tida como a instituição que mais atrapalha o lugar. Talvez seja esse o maior desafio que eu encontrei, quando assumi a Presidência; e que vou tentar mudar esse quadro, que ficou marcado dentro da Associação (Líder comunitário, 30 anos).

Para outras lideranças, o grande desafio atual do movimento local é o desinteresse de setores da comunidade em participar do movimento, de se arregimentar novas lideranças. Segundo um deles, isso acontece em virtude da forma de se “fazer política dentro do movimento. Hoje se faz política até pra captar movimentos, manter manifestação. Então a política é um dos atos que tem afugentado, de certa forma, mais o povo do movimento”. (Líder comunitário, 30 anos). Nesse sentido, o projeto Geração Muda Mundo¹⁸⁴ traz novas perspectivas para despertar os jovens da comunidade a participar e se envolver mais com os problemas da comunidade. Segundo outra liderança local, entretanto, o desafio maior

[...] que se enfrenta é a mudança de mentalidade da população pra sair desse negócio de ser dependente dos outros, de ser inferior, além dessa grande falta de auto-estima. Você tem que quebrar isso. Se você não possui auto-estima, você não vai conseguir mudar nada, não vai nem tentar. (René).

Essa necessidade de se formar e arregimentar lideranças para se envolver nos trabalhos e projetos do Movimento também foi apontada para que as novas demandas desse movimento sejam supridas; demandas que, no despertar do movimento, praticamente “só existiam duas; a terra e a pesca. Hoje a comunidade demanda por educação, saúde, saneamento, combate às drogas, turismo, qualificação, perspectivas para juventude. A complexidade chega sem o devido aumento no número de lideranças”. (Assessor; Terramar). Complexidade que também é apontada como necessidade no setor de infraestrutura e gestão dos recursos marinhos, pelo presidente da Associação dos Moradores, para quem,

Atualmente, as principais demandas são: a questão do saneamento básico, a necessidade de um sistema de água tratada, o ordenamento da pesca, através da implementação dessa área de marinha protegida, pra melhorar a situação da pesca, porque é um setor que tá ficando complicado... (Líder comunitário, 30 anos).

Os problemas mudam tanto de nome que muitas vezes produzem conflitos, os quais constituem desafios que são, juntamente com as novas demandas desse movimento, enfrentados por essas novas lideranças que herdaram de seus

¹⁸⁴ O projeto Geração Muda Mundo foi apresentado no item 5.2.1.

pais a garra de não se acomodar diante de novas dificuldades; lideranças que não possuem medo de ousar e avançar, de buscar novas soluções, de propor novas ideias, de se expressar diante de qualquer situação.

Porque antes disso, eu podia até ter corage de falar, mas eu não ia saber falar com um Juiz, um promotor. Mas hoje eu chego, onde for preciso, e falo sem medo. Posso até não ter linguagem bonita, porque isso aí eu não aprendi não, mas, jeito de falar eu aprendi. (Pescador, 57 anos).

Observamos isso recentemente, quando uma dessas lideranças locais, atualmente à frente do MONAPE, resolveu enfrentar o dispositivo estatal, liderando e coordenando uma mobilização nacional da categoria, num evento¹⁸⁵ paralelo, no mesmo Estado (DF) de realização da 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. Essa última, que também tinha a participação de outra liderança da Prainha, foi promovida pelo novo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em Brasília, de 30/09 a 02/10/2009, a que também estivemos presente, juntamente com delegados representantes das categorias de pescadores artesanais e aquicultores de todas às federações dos estados brasileiros.

Após a realização do primeiro evento, a liderança da Prainha, que está à frente da Presidência do MONAPE, concluiu: “Eu tenho certeza que estão muito felizes aqueles companheiros que há mais de vinte anos começaram a lutar pelos nossos problemas”. E assim as lideranças da Prainha avançam com seu movimento social local, articulando-se e também fazendo parte do MONAPE, não se acomodando diante de seus problemas e desafios, recebendo e assimilando bem suas críticas e/ou sugestões, organizando e gestando um movimento diferenciado, concretizando a realização de sonhos daqueles que acreditaram e nunca desistiram dessa luta; sonhos que tentaremos resumir, no fechamento da redação desta tese, no próximo capítulo.

¹⁸⁵ O evento em apreço foi a 1ª Conferência Nacional da Pesca Artesanal, realizada em Brasília, de 28 a 30/09/2009, organizado unicamente pelas bases da categoria e seus órgãos representativos. Nesse sentido, a Conferência foi um marco histórico para a categoria e uma amostra da descrença do evento oficial – 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. Segundo seus organizadores, o evento reuniu cerca de mil participantes, representando 15 estados da Federação, mais o DF. A Conferência também funcionou como um protesto contra a apatia do Governo Federal (MPA) para colocar em prática as propostas e decisões coletivas apresentadas durante as conferências oficiais realizadas em 2003 e 2006, pela então SEAP/PR, que antecedeu a criação do MPA.

6 CONCLUSÕES: A Concretização de Sonhos

Eu tenho um sonho maior; eu acho que o movimento, apesar de toda a dificuldade, pode começar a trazer pra sala de aula das comunidades do litoral, o tema pesca. Se não puder entrar como uma 'matéria', mas ele pode entrar como um informativo e que em alguns momentos poderá haver a provocação de pequenos debates e de pequenos esclarecimentos ou de pequenas palestras.

Pescador (34 anos).

Na observação do testemunho introdutório deste segmento final do trabalho, verificamos que, nele, o protagonista apresenta e demonstra todo o processo educativo gestado no seio do movimento social, em curso na Prainha do Canto Verde. O narrador mostra um conhecimento e reconhecimento da ação, comprovando o resultado, quando identifica a escola como uma ferramenta indispensável nesse processo construtivo, o que procuramos demonstrar durante todo o transcorrer do capítulo anterior, que sumariamos doravante.

A Pedagogia Libertadora de Paulo Freire utilizada pela professora Inez e seus assessores do CDPDH, no início da formação do movimento social local, foi a pedra fundamental, a mola mestra, determinante na consolidação do sonho, na conquista da luta, na composição da história vivida por mulheres e homens que acreditaram na possibilidade de um mundo mais justo e bonito. Da mesma forma, concorreram para tal a mobilização e a organização comunitária, tendo como base de sustentação principal a estrutura familiar trabalhada sob a forma de grupos, como demonstramos nas diversas narrações apresentadas.

Na análise do decurso da construção histórica do movimento social da Prainha, confirmamos que a mobilização e o exercício de participação ultrapassam a barreira do limitado nível de escolaridade de toda uma geração, a qual, ironicamente, atingiu um grau de articulação e politização impulsionada pela luta da terra, pela coragem de enfrentar agentes externos em defesa do local herdado onde vivem e do qual dependem para a sua sobrevivência e de suas futuras gerações. Suas atuais lideranças destacam-se não somente no cenário local, mas, principalmente, nos panoramas de articulação de outros movimentos sociais, como o MONAPE, por exemplo.

Verificando as falas e narrativas dessas lideranças que se destacam e que foram apresentadas, é notável, sobretudo, o grau de “politicidade”, de cidadania a que chegaram esses protagonistas da comunidade, tudo adquirido por meio do processo educativo, concebido através do movimento social local. Assim, o processo de conscientização desses sujeitos, que levou em conta a natureza política da educação, implementado durante o trabalho de formação inicial do movimento, mediante uma autêntica relação dialógica, foi fundamental para afirmar e consolidar a formação dessas lideranças. O resultado desse trabalho é a solidez de seu movimento e, por consequência, da organização da comunidade.

Observamos que foram de suma importância o apoio e a ajuda dos sujeitos externos na elaboração e aprovação de projetos e iniciativas de cunho socioeconômico e produtivo para o desenvolvimento da comunidade e, por consequência, do fortalecimento do movimento local. Assim, para o período do início do movimento, identificamos, além da CDPDH, a CARÍITAS, a CERIS, o CPP e a EACR, todas vinculadas à Igreja Católica. Já a partir de 1993, surgem o Instituto Terramar, os “Amigos da Prainha”, as Fundações ABRINQ e AVINA, as Cooperativas Migros e CIPAT, o CEBRAE e diversas ONGs internacionais como, a *ICCO's* e a *Vliegende Gänse*, a *Konrad - Adenauer - Stiftung*, dentre outras. Também destacamos os intercâmbios e assessorias das Universidades Federal e Estadual do Ceará.

Nesse sentido, também concordamos com outros pesquisadores, quanto ao apoio e à articulação de recursos financeiros e humanos, tanto internos quanto externos, para que os movimentos sociais se organizem, se estruturem e se tornem forças populares na luta para alcançar seus objetivos. Assim sendo, observamos que o movimento social da Prainha funciona como dependente e refém dessas articulações e do ambiente externo. Vamos mais adiante, todavia, o movimento da Prainha mostrou-nos que, após esse período e o aprendizado internalizado por meio do seu processo educativo, suas lideranças tornam-se capazes de, com sua organização e forças internas, inovar, buscar soluções e parcerias independentes para atingir seus objetivos. Observamos isso mediante várias ações e práticas assumidas por suas lideranças, as quais foram apresentadas neste trabalho.

No caso específico do movimento da Prainha, a comunidade já possuía uma organização antes da “instalação” do suíço René Schärer, em 1992; ele que percebeu a necessidade de uma nova dinâmica, uma nova visão para a continuida-

de do Movimento, focada mais no produto e na produção. Pareceu evidente, entretanto, a enorme necessidade da formação de novas lideranças, articuladas e sintonizadas com o mundo globalizado. Da mesma forma, as melhorias do nível educacional e da qualificação profissional de membros da comunidade constituíram estratégias fundamentais para que se garantisse sua independência com relação a agentes e sujeitos externos e a sustentabilidade do processo.

Observamos nos escritos dos itens da conquista da cidadania na Prainha, e nos discursos dos narradores da pesquisa, que a comunidade, nos últimos 25 anos, experimentou e passou por verdadeira mudança em todos seus aspectos e setores. Identificamos, também, o fato de que todas essas modificações nas estruturas, formas, hábitos e conceitos dos comunitários resultam do papel do movimento social local, colaborando como um todo na construção do processo educativo de sua população. Assim, foram apresentadas as principais mudanças ocorridas em todos os seus setores, observando suas trajetórias e conquistas.

O conhecimento da história de lutas da comunidade, de sua realidade socioeconômica, cultural, físico-espacial e político-organizacional, ou seja, a compreensão do território herdado, ajuda-nos na interpretação da dinâmica da mobilização e organização social, que diferencia e marca a Prainha da maioria das demais comunidades litorâneas por meio dos modelos de aprimoramento do processo educacional e turístico comunitário em implantação no litoral do Estado cearense.

No concernente à educação, verificamos que a escola da Prainha está à frente das demais existentes em comunidades tradicionais pesqueiras litorâneas e até de municípios (sedes) tradicionais. Trata-se de um espaço público no qual a comunidade dialoga com outras e por onde os movimentos sociais semelhantes encontram condições para refletir sobre suas identidades, podendo, também, estabelecer acordos e pautas específicas. Essa escola apresenta-se como um espaço aberto, como local de um processo educacional socialmente integrador; como um refúgio de sua sociedade e do movimento social local na busca da construção de uma identidade e novos referenciais políticos para reconstituição de valores democráticos de seus cidadãos que potencializam esse espaço.

Nessa escola, observamos, ainda, ações e projetos que procuram formar cidadãos éticos, ativos, participativos, com responsabilidade diante do outro, priorizando a mobilização e a participação da comunidade, envolvendo seu quadro docen-

te, na formação das novas gerações. Ações que se fazem presentes nos projetos emancipatórios e que possuem como prioridade a mudança social, qualificando seu sentido e significado, pensando e questionando atos na direção de um modelo econômico não excludente, privilegiando valores locais em que o nativo se encontra no centro das atenções e não apenas o mercado, o lucro, o poder, o *status* político e social de suas lideranças. Uma escola que procura, por meio desses projetos e ações, utilizando os princípios da educação popular, uma articulação da educação formal com a não formal, buscando viabilizar mudanças significativas na educação e escolarização do local; ações que valorizam e enaltecem esse segmento social da comunidade, como aquele que mais se transformou e se destacou, com base no movimento local, segundo também a percepção da maioria (89,65%) dos protagonistas da pesquisa. Observamos, finalmente, que toda essa evolução apresentada na escola é fruto da organização da comunidade, da qual a escola participou e transforma sua realidade.

Semelhante ao setor da educação, foi fundamental para a comunidade da Prainha, primeiro, ter a oportunidade de dizer; que “este turismo nós não queremos!”, um modelo que transformaria seu território conquistado num local de exploração turística (casas de veraneio, hotéis, *resorts*, parques aquáticos e outros) em virtude da especulação imobiliária, que expulsaria seus nativos; um modelo depreciativo das comunidades (subemprego, insegurança, prostituição, drogas) e que acabaria degenerando sua identidade, prejudicando, portanto, o processo educativo em andamento. Para, depois disso, expressar propositivamente a definição e afirmar qual “o turismo que queremos”. Mediante a escolha do turismo comunitário, podemos observar que a comunidade da Prainha e suas famílias avançaram culturalmente, modificando o seu jeito de ser e perceber o mundo, recebendo seus visitantes.

O processo histórico de participação, luta e resistência dentro do movimento local fortaleceu o capital social dessa comunidade, que foi se acumulando e se consolidando progressivamente. Enfrentar desafios, retroceder e avançar representaram razões para o fortalecimento da autoestima pessoal e coletiva dos moradores da Prainha. Esse capital social resultou na criação de um modelo turístico que se apresenta como a expressão do desejo de seus habitantes, denominado por muitos como “nosso turismo”. Os moradores da Prainha não são apenas habitantes do local herdado, mas sim seus “construtores”. Eles não são apenas sujeitos sociais, mas,

também, sujeitos que atuam como autores de seu destino, do seu movimento e do processo educativo em andamento, pois criam, escrevem, roteirizam e atuam na sua história.

Quando se participa da vida cotidiana da comunidade, observam-se seus conflitos, a heterogeneidade de seus membros, como também se identifica atitudes que frequentemente expressam a estima e a confiança, além da certeza de que a comunidade alcançará suas demandas, os resultados esperados, traçados de forma coletiva, mesmo não possuindo o apoio efetivo das instituições governamentais e da limitada disponibilidade de recursos financeiros. Assim, a comunidade da Prainha se torna o real sujeito de sua história, pela consolidação de seu movimento; sujeito em todos os setores sociais expressos na comunidade.

Da mesma forma que os setores anteriores, foram importantes para a comunidade da Prainha as mudanças ocorridas no setor produtivo e, principalmente, comercial, da pesca artesanal local. A quebra do monopólio na intermediação da produção foi fundamental nesse segmento. Nesse sentido, o projeto do entreposto de pescado, ao lado das ações de fomento às pescarias de peixes e lagostas, trouxe um legado histórico e educativo para a categoria dos pescadores profissionais e, especificamente, para seu movimento social. O preço do pescado ficou estabilizado e regularizado, não somente no período de vigência do entreposto, mas também após seu fechamento; estabilização que se refletiu para as demais comunidades do FPPLC.

Desde então, as ações coletivas do grupo de pescadores dessa comunidade passaram a repercutir em todo o litoral do Estado, estabelecendo uma articulação entre suas lideranças, tecendo um movimento nos planos municipal e estadual. Dentre as ações apresentadas, destacamos: a conquista da CPP do Ceará; a viagem de protesto da jangada comunitária SOS Sobrevivência; a implantação dos Arrecifes Artificiais; a criação do Fórum do Litoral Leste e do Litoral Oeste, fundindo-se no FPPLC; a conquista do COMPESE; a participação de suas lideranças no MONAPE e no CGSL; e recentemente (08/06/2009), a conquista da RESEX da Prainha do Canto Verde.

Com a conquista da RESEX, os desafios desse grupo de pescadores e do movimento local se ampliaram para com as demais parcerias da comunidade. Mediante as trocas de experiências nesses espaços apresentados, o movimento se am-

pliou, articulando-se no Estado e no País, voltando-se, fundamentalmente, para as questões de sustentabilidade da pesca e do combate à pesca predatória, bandeiras fundamentais desse segmento. A pesquisa observou, ainda, que as ações desse grupo, também são reflexos do trabalho organizativo da comunidade, que repercute diretamente entre aqueles que fazem a maioria da classe produtiva da população.

A articulação do movimento local da Prainha com o movimento social dos pescadores artesanais, em seus níveis de representações estadual e nacional, ficou clara nos depoimentos apresentados, possuindo como sujeitos coadjuvantes¹⁸⁶ o Instituto Terramar e a figura do Sr. René Schärer. Com a colaboração deles, o movimento local viabilizou a participação de suas lideranças na direção do MONAPE, no plano nacional. O fato comprova a importância da presença dos sujeitos externos na participação da base de um movimento social dessa natureza. Essa articulação também foi testemunhada por lideranças fora desse setor, por intermédio das narrativas apresentadas.

Já no setor da saúde, o destaque ficou por conta do trabalho no combate à mortalidade infantil, como uma condição básica da sobrevivência humana. Em 1993, a comunidade possuía um índice de 35% de óbitos nos nascimentos até o primeiro ano de vida. Após um diagnóstico realizado no setor e a implantação do Projeto de Planejamento Familiar e Aleitamento Materno, que distribuiu cestas de alimentação de 15 em 15 dias entre as parturientes, durante cinco anos, esse índice caiu para 0%, em 1995 e seguiu reduzido nos exercícios subsequentes.

O quem também “caiu por terra” foi a esperança da Imobiliária Henrique Jorge, com a vitória definitiva, em 3ª instância, no Superior Tribunal de Justiça, da ação rescisória contra o processo de usucapião que eles moviam, objetivando a posse das terras da comunidade. Foram 25 anos de lutas enfrentando esse problema da terra, especificamente. Os nativos da Prainha, além de terem conquistado sua Terra, também adquiriram o direito de possuir uma moradia própria, definitiva, podendo ser documentada, alcançando mais cidadania. Nesse decurso da luta, de busca por justiça e pela afirmação de sua comunidade, o movimento social da Prainha enseja mais um processo educativo no sentido da formação de sua identidade, tornando-se um traço, uma marca constitutiva dessa comunidade, do papel do seu movimento.

¹⁸⁶ Também concorreu para a consolidação desse processo a Pedagogia Libertadora, de Paulo Freire, utilizada pela professora Inez e seus assessores do CDPDH, na implantação desse movimento.

Conforme os achados desta pesquisa, podemos admitir que o movimento social em curso na Prainha, se caracteriza por sua persistência, organização e capacidade de impulsionar uma luta em torno de uma questão fundamental para as populações tradicionais litorâneas: a conquista e afirmação de seu território. Assim, a mobilização de recursos, das ações e estratégias utilizadas são coerentes e compatíveis com a capacidade de assimilação de seus habitantes, da condição das gestões dialógicas de suas lideranças, promovendo o fortalecimento de sua organização comunitária local, traço evidente de sua identidade, de seu movimento.

Outra característica marcante desse movimento foi o investimento, o trabalho incessante estabelecido por seus assessores e lideranças, na formação humana (capacitação, qualificação, instrução, treinamento, aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos) daqueles que se envolveram (vivenciaram), direta e indiretamente, em todos os seus segmentos. Para isso, tanto na primeira fase – que vai até a saída da professora Inez da comunidade – quanto nessa última, a cooperação e a participação dos parceiros desse movimento foram fundamentais na consolidação desse processo, que reflete positivamente em seu caráter educativo.

No cerne do processo educativo que esse movimento deixa como exemplo e legado para os comunitários da Prainha e de outras comunidades tradicionais que se espelham nela, estão as lições de vida e as visões de mundo apreendidas na participação das etapas do movimento. Assim sendo, entendemos que essas lições e visões podem ser compreendidas como uma **educação popular** que emerge do processo educativo e da cultura desse movimento, as quais são forjadas e estabelecidas com o enfrentamento (retrocedendo e avançando) de seus desafios e lutas, executados durante sua formação.

Nos desafios dessas lutas sociais, existe um cotidiano produzindo cultura, educando homens e mulheres que assumiram a tarefa de construir um mundo mais humano e justo, fixando nele as marcas de suas histórias. Existe um processo educativo em curso, com o emprego de uma pedagogia que vai além da escola, que escreve e roteiriza sua história, na práxis produtiva e política do seu dia a dia. Essa educação não formal¹⁸⁷ se torna um espaço valioso para reivindicação de demandas

¹⁸⁷ Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a educação formal é aquela oferecida somente pelos sistemas formais de ensino em escolas, faculdades, universidades e outras instituições. Já a educação não formal pode ocorrer dentro de instituições educacionais, ou fora delas, e pode atender a pessoas de todas as idades. Suas atividades ou programas são

que fortaleçam as próprias lutas dessas comunidades tradicionais, objetivando a transformação de suas realidades sociais.

Nessa direção, observamos que o movimento social da Prainha, além dos cinco conselhos locais, ajudou a constituir outro canal de participação, que foi; o FPPLC, como também contribuiu para a institucionalização de espaços públicos importantes, tais como os diferentes conselhos criados nas esferas municipais, estadual e até nacional. Participar desses colegiados e espaços é uma necessidade perseguida pelas lideranças locais que estão sempre se aperfeiçoando e preparando-se por meio de capacitações e atividades de ação e reflexão. Eles demonstram conhecer a importância da educação não formal na consolidação de uma sociedade mais justa e democrática.

Até aqui apresentamos várias passagens que nos esclarecem o modo como o movimento da Prainha constrói sua identidade e a de seus sujeitos. Também identificamos, nos vários testemunhos reproduzidos no decorrer do trabalho, essas principais identidades, inclusive aquelas que consideramos coletivas. Caminhamos com Alberto Melucci, quando observamos e verificamos que a conquista das identidades coletivas no movimento social da Prainha é também um processo educativo, de aprendizagem e lições do sistema de relações e representações que compõem as ações coletivas desse movimento. Nessa perspectiva, existe uma autorreflexão sobre o significado das ações incorporadas à práxis desse coletivo, promovendo um fortalecimento de sua organização social local.

Na seção seguinte, aduzimos as principais relações e articulações que os protagonistas da pesquisa estabeleceram e realizaram com o movimento local, em seus diversos níveis. Restou evidente que o movimento local da Prainha possui momentos históricos distintos e, para esses, apresentaram sujeitos específicos, a saber: o início do movimento foi relacionado às pessoas da professora Inez e do Cardeal Arcebispo Dom Aluísio Lorscheider; internamente, relacionaram à família do Pilé, com destaque para sua matriarca, “Dona Veíinha”. Já para o segundo período (após 1990), a pessoa destacada foi o Sr. René Schärer, apesar de seus opositores. Institucionalmente, a relação estabelecida foi com o CDPDH para o início e o Instituto Terramar com a segunda fase do movimento.

organizados fora do sistema regular de ensino, com objetivos educacionais bem definidos. As expressões, “educação informal” e “educação popular” foram definidos no capítulo 2 e item 5.1, respectivamente.

Concluindo a apresentação dos resultados desta pesquisa, foram mostrados os principais problemas, conflitos e demandas que desafiam as atuais lideranças desse movimento. Em resumo, após o problema gerador ter sido solucionado, outros foram despontando como desafios a serem resolvidos por esse coletivo, a saber: problema da comunicação entre os diversos setores e o conjunto da comunidade; o problema interno do ordenamento da terra, as construções, as divisões entre familiares, a comercialização de terrenos e habitações; a pesca predatória de lagostas, que é extensiva às demais comunidades litorâneas; a concentração de atividades da gestão e poder nas mãos do presidente e tesoureiro da Associação; o problema da renovação de lideranças; e um problema novo, decorrente das inovações tecnológicas, que diz respeito à utilização do GPS na marcação de pesqueiros.

Alguns desses problemas ensejam conflitos internos de maior ou menor intensidade, uns que já vinham sendo trabalhados, como o problema interno da terra, outros se tornam desafios por nunca terem sido pensados entre eles – o caso do GPS. Também aparecem conflitos externos enfrentados pelas lideranças do movimento local e aquelas que deveriam representar bem a categoria dos pescadores artesanais, com presteza, moralidade e posições ideológicas coerentes com suas realidades. Nessa direção, as lideranças da Prainha avançam com relação a essas outras no que diz respeito à visão de desenvolvimento comunitário. Uma visão embasada nos referenciais de sustentabilidade e preservação do meio ambiente; visão forjada na luta do movimento, nas capacitações, nas trocas de experiências e vivências de suas lideranças. Eis mais um resultado do processo educativo consumado ao longo desse movimento, mediante a busca e o enfrentamento de seus problemas e demandas.

Tais demandas, no início do movimento, eram praticamente duas – a questão da terra e da pesca. Atualmente, elas dizem respeito a várias questões, como educação, saúde, saneamento, perspectivas para juventude, qualificação, turismo, questão das drogas, entre outras; uma complexidade que chega sem o devido incremento de lideranças, tornando-se mais um desafio nessa etapa do movimento. Desafio do qual as lideranças atuais estão cientes e já estão enfrentando com a execução do projeto “Geração Muda Mundo”; lideranças que herdaram a garra de seus pais, que não se acomodam, que não possuem medo de ousar e avançar, de buscar soluções e propor novas ideias.

Observamos isso recentemente (10/10/2009) quando da posse da nova Diretoria da Associação local, em um evento que mobilizou a comunidade para comemorar os 20 anos da entidade. Naquele momento, essas lideranças realizaram a recuperação histórica do movimento¹⁸⁸, homenageando suas principais figuras, mostrando os resultados e conquistas, apresentando os novos desafios, convocando os jovens a se engajarem na luta desse movimento exitoso. “Eles não têm medo de avançar, eles estão construindo uma Prainha diferente”, ressaltou uma das homenageadas que observava atenta todos os fatos ali expostos e narrados por personagens que vivenciaram aqueles momentos.

A observação dos últimos fatos ocorridos em nosso mundo globalizado, tendo como foco a crise econômica, irrompida em setembro de 2008 e seus desdobramentos, mostrou-nos que o problema das comunidades tradicionais, em países menos favorecidos, não decorre da ausência de investimentos e/ou de capital financeiro. Essa crise revelou-nos que ele existe, e em grande escala, principalmente quando há necessidade de se resolver problemas provocados pela especulação desse mesmo capital. Não faltaram recursos nem vontade de todos os governantes, de todos os continentes, para resolver tais problemas. Essa realidade mostrou-nos que, se houvesse vontade e políticas públicas direcionadas para aquelas populações e comunidades mais necessitadas, seus problemas e anseios seriam atacados e solucionados com presteza.

Nesse sentido, verificamos que, existindo políticas públicas para o setor, boa vontade dos governantes, objetivos definidos e investimentos específicos, o movimento social em curso na comunidade da Prainha nos serve como exemplo de um investimento social que é capaz de mudar a história de vida de uma população/comunidade por completo. Assim sendo, esse trabalho poderá ultrapassar seus objetivos acadêmicos e tornar-se um contributo à elaboração de políticas públicas voltadas para a organização de comunidades tradicionais. Trabalhos dessa natureza servem de grande contribuição para a nova realidade dos novos movimentos sociais; neste caso, em especial com ênfase para o movimento dos pescadores artesanais em todos os seus níveis, tão esquecidos pelos teóricos sociais dessa temática.

¹⁸⁸ Estávamos diante de mais um processo educativo que fortalece a organização comunitária local e que acontecia perante todos os segmentos representativos daquela população.

No decorrer desta pesquisa, pudemos verificar que existe certa extrapolação, por parte de alguns teóricos, em ir além de suas experiências e vivências nas pesquisas realizadas com os movimentos sociais urbanos, para conceitos e caracterizações de movimentos sociais no campo, sem maior aprofundamento dos problemas específicos e das condições desses movimentos. Verificamos o fato quando comparamos e acompanhamos o movimento social em andamento na Prainha com os conceitos e as caracterizações teóricas formuladas, e comprovamos o que esses mesmos teóricos afirmam: tais conceitos que os sustentam não estão suficientemente claros.

Nessa direção, a prática resultante de nossa vivência na execução deste estudo nos possibilitou identificar e apresentar mais uma das fontes do processo educativo que emerge dos movimentos populares, nesse caso, rural, complementando as demais já identificadas por Gohn (2005, p. 50-51), destacadas em nosso referencial (pg. 66). Assim sendo, incorporamos; **da aprendizagem gerada na participação e vivência da execução de projetos produtivos e sociais**. Trata-se do saber popular apreendido mediante as das práticas estabelecidas pela participação coletiva dos sujeitos, direta e indiretamente beneficiados pela aplicação daqueles programas e projetos bem-sucedidos em sua proposta social.

Outra contribuição que trazemos com a conclusão desta pesquisa está também direcionada ao processo educativo concebido no âmbito do movimento. Desta vez, diz respeito ao plano e à dimensão onde este se estabelece. Conforme caracterização de Gohn (2005, p.17-21), o caráter educativo dos movimentos sociais se constrói em três dimensões, também destacadas neste trabalho (pg. 45). A experiência observada no estudo do movimento social da Prainha nos permite acrescentar outra – **a dimensão da instrução e formação humana**.

Trata-se da consciência produzida e adquirida por meio da participação nos processos de instrução e formação humana (capacitação formal e não formal), mediante os elementos que a podem compor, como a qualificação, instrução, treinamento, aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos, que estão no processo como um todo, que se faz necessário e está presente em todas as fases do Movimento. O conhecimento se constrói com suporte na agregação de informações provenientes de várias fontes e etapas contidas em cada evento participado, como um

processo *continuum* para formação, resgate e valorização das lideranças locais. Estamos diante de algo não ocorrente por espontaneidade e que necessita da participação de outros sujeitos externos, assessores, universidades etc.; processo que inclui um conhecimento mais sistematizado, que deve percorrer os caminhos da prática, tornando-se indispensável à luta popular para facilitar a aplicação e execução dos programas de ação popular, como nos adverte Paulo Freire. Detalhes dessa dimensão, encontram-se discutidos no item **5.3.1**, desta pesquisa.

Aprendemos também com Paulo Freire que toda prática educativa deve tomar como referência a história, a cultura, o 'saber da experiência feito', não para ficar apenas com este saber, mas para, com arrimo nele, superá-lo. Observamos isso nas diversas fases do movimento social da Prainha, que continua, mediante a práxis de suas novas lideranças, a nos brindar com suas vivências e experiências exitosas. Nesse sentido, a execução deste estudo que estamos concluindo nos concedeu um aprendizado ímpar, um avanço em direção ao *moto-continuo* de transformação e formação de nossa consciência crítica, tanto para a pesquisa quanto para o exercício da extensão e da docência.

Concebemos, ainda, que uma pesquisa de cunho social em comunidades tradicionais pesqueiras deverá ser precedida de uma avaliação, de um levantamento da área e realidade local, para que o pesquisador se certifique dos obstáculos e dificuldades que enfrentará na obtenção dos dados, sua natureza, limitações e necessidades que poderão surgir no desenvolvimento da pesquisa. Procedendo assim, poderá também realizar uma avaliação inicial da metodologia a ser utilizada.

Em síntese: com base nos achados da pesquisa e de nossas observações em campo, apresentamos os principais papéis desempenhados pelo movimento social da Prainha, no processo educativo de comunidades tradicionais pesqueiras litorâneas, a saber:

- construir o conhecimento, mediante de um processo educativo, não formal, envolvendo e abrangendo todos os segmentos da comunidade;
- funcionar como uma escola popular viva, no seio da comunidade, deixando lições e ampliando visões daqueles que fazem o movimento;
- contribuir com a firmação e afirmação do movimento social, na medida em que cria e promove espaços de formação e disseminação do saber popular;

- formar e estabelecer o exercício da cidadania entre os comunitários locais, contribuindo para o fortalecimento da organização social da comunidade;
- construir e consolidar as identidades coletivas da população/comunidade, fortalecendo seu processo educativo;
- facilitar parcerias institucionais, promover a articulação com outros movimentos sociais semelhantes/correlacionados, criando espaços públicos, canais de participação fora da comunidade, contribuindo para o fortalecimento do movimento e de sua identidade coletiva;
- contribuir com a população no enfrentamento dos problemas locais, reivindicando demandas sociais com órgãos públicos responsáveis, superando novos desafios; e
- servir como um laboratório vivo para as pesquisas sociais no tocante à temática focalizada.

Por intermédio das observações efetuadas em campo durante a realização deste estudo pudemos concluir que o movimento social da Prainha, atualmente, trata de vários temas, inclusive de assuntos contemporâneos, como o desenvolvimento local e a questão do meio ambiente. Também verificamos que suas lideranças possuem melhor capacidade em gestão, principalmente após a implantação do modelo de turismo comunitário (1998). Assim sendo, e com base em outras observações em todos os setores da comunidade, queremos contribuir com algumas sugestões às lideranças locais:

- ✓ resgatar, historicamente, mediante o espaço escolar, da discussão da cultura local e em datas e festejos comemorativos, o processo da luta e consolidação desse movimento exitoso;
- ✓ reavaliar e investir no processo de comunicação interna do movimento local, dos conselhos gestores, com a divulgação, de forma clara, precisa e direta, das decisões tomadas em todos os níveis da gestão, por meio de veículos (rádio comunitária e/ou TV comunitária) que atinjam a todos os habitantes do local, divulgando também todos os benefícios e responsabilidades com a conquista da RESEX; e
- ✓ incentivar, incrementar e fomentar, por intermédio dos parceiros do Movimento, o investimento na capacitação e formação de jovens lideranças locais.

Além das contribuições já apresentadas, questionamos os serviços oficiais de extensão pesqueira sobre o verdadeiro trabalho de assessoria às comunidades tradicionais litorâneas, no que tange aos serviços de orientação às suas lideranças comunitárias, tendo como referência as demandas sociais dessas populações e/ou de seus movimentos populares locais. Da mesma forma, aos coordenadores dos cursos de Engenharia de Pesca, quanto à formação desses profissionais, no

âmbito da dimensão social dos pescadores artesanais, “mola” propulsora desse segmento.

Essa questão torna-se mais significativa após a divulgação da necessidade de contratação de quatro mil¹⁸⁹ técnicos na área de extensão, pelo recém-criado (26/06/2009) Ministério da Pesca e Aquicultura. Assim sendo, faz-se necessário que a academia reconheça o seu papel como um dos agentes na formação e produção de conhecimentos para os profissionais da Engenharia de Pesca, principalmente no tocante àqueles que irão trilhar os caminhos da extensão pesqueira. Segundo nossa observação de campo e percepção como pesquisador desse segmento, existe certa dificuldade por parte daqueles profissionais egressos desse curso, no que diz respeito a compreender o caráter pedagógico do relacionamento técnico-pescador (aquicultor). Esses profissionais chegam a campo com uma concepção bancária da educação, sem compreender o verdadeiro caráter educativo da atividade de extensão – um processo educativo (concepção freireana) de caráter libertador. Salvo um melhor julgamento, é nessa área social onde se concentram as maiores deficiências na formação e na atuação (quando do extensionismo pesqueiro) desses profissionais.

A experiência adquirida com a realização deste estudo, também, nos fez observar que as comunidades tradicionais pesqueiras litorâneas possuem um potencial endógeno em seus movimentos sociais, ligado à sua dimensão social, ecológica e aos manejos agroecológicos de seus recursos naturais. Dessa forma, elas podem contribuir com a academia, por meio de seus conhecimentos nativos acumulados, para novas pesquisas na área da socioeconomia e da agroecologia como ferramentas teóricas para a formação de políticas de desenvolvimento local. Assim, queremos deixar, como sugestão para pesquisas, a seguinte questão: como o potencial endógeno existente nos movimentos sociais populares pode contribuir como uma ferramenta, uma estratégia no fortalecimento do desenvolvimento local de comunidades tradicionais pesqueiras?

¹⁸⁹ Essa informação foi colhida de um dos assessores do MPA, durante nossa participação no XVI Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca, realizado em Natal-RN, no período de 18 a 22/10/2009, quando de sua participação na Mesa Redonda “A Extensão Pesqueira e a Agroecologia na Pesca e Agricultura Familiar”.

FONTES

ENTREVISTADOS (Comunitários – Sujeitos Internos)

Antonio Aires Rodrigues de Alencar
Antônio Carlos de Lima Ribeiro
Francisco Carlos Rodrigues do Nascimento
Francisco da Rocha Filho
Francisco Fernandes de Lima
Francisco Marcio Félix Lima
Gerardo Ferreira
Irilene Fernandes da Silva
Jair Ribeiro Monteiro
João Fernandes Filho
José Alberto de Lima Ribeiro
José Firmino de Lima
José Maria Costa Ferreira
José Ramos de Lima
Júlia Pereira da Silva
Lindomar Fernandes de Lima
Luis Gama da Silva
Maria Apolônia Abreu da Rocha
Maria das Neves Lima de C. Ferreira
Maria de Lima Ribeiro
Maria Mirtes Dantas de Lima
Marlene Fernandes de Lima
Mauro Fernandes Filho
Pedro Dantas de Lima
Raimunda Ribeiro de Lima
René Schärer
Roberto Carlos de Lima Ribeiro

ENTREVISTADOS (Sujeitos Externos)

Francisco Silvino da Silva
Jefferson Souza da Silva
José Roberto Matos Cabral
Maria Inez de Lima Almeida

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

ALBERONI, Francesco. **Gênese**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

ALMEIDA, Henrique L.P.S. **Indicadores de qualidade de vida: instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais - o caso da Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE**. 2002. 223 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

ALMEIDA, M. Inez Lima. O caminho pedagógico da escola: da sala de aula para o projeto político local. In: Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire: globalização, educação e movimentos sociais, 6., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Instituto Paulo Freire (IPF), 2008. v.1, resumos, p.59-60. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/FPF2008/WebTrabalhoResumo?origem=TrabalhoMariainezLimaalmeida&inscr=MariainezLimaalmeida>, Acesso em: 23 abr. 2009.

ANDRÉ, Marli Eliza D.A. de. **Etnografia da prática escolar**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2004.

ASSOCIAÇÃO dos Moradores da Prainha do Canto Verde. **A história da luta dos pescadores do Ceará contra a pesca predatória da lagosta, de 1985 até 1996**. Prainha do Canto Verde, 1997(digitado).

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BEN-YAMI, M., ANDERSON, A.M. Community fishery centres: guidelines for establishment and operation. **FAO Fish.Tech. Pap**, Roma, n.264, p.94, 1985.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1986. (coleção primeiros passos, v.46)

BEZERRA, C.A.B. **Impacto social da pesca de Lagosta com compressor no distrito de Redonda, Icapuí-CE**. 1992. 68 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Pesca) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1992.

BOFF, Leonardo O.F. M. **E a Igreja se fez povo**. 3.ed. São Paulo: Circulo do Livro, 1991.

* De acordo com: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023 e; NBR 10520: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002/2005.

BOLFARINE, Heleno; BUSSAB, W. Oliveira. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Edgard Blücher: ABE - Projeto Fisher, 2005.

BOTTOMORE, Ton. **Dicionário do pensamento marxista**. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

BOURDIEU, Pierre, WACQUANT, Loic J. D. **Respuestas por una antropologia reflexiva**. Bracelona: Gribaldo, 1991.

BRANDÃO, C. Rodrigues (Org.) **Pesquisa participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRANDÃO, C. Rodrigues. Entrevista. **Habitus**. Goiânia, v. 5, n. 1, p. 253-264, jan./jun. 2007.

BRANDÃO, C. Rodrigues; STRECK, Danilo R. (Orgs.) **Pesquisa participante: o saber da partilha**. 2. ed. Aparecida - SP: Ideias & Letras; 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra: escola é mais do que escola**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. **Extensão rural: polissemia e memória**. Recife: Edições Bagaço, 2007.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

CARUSO, Raimundo C. **Aventuras dos jagadeiros do nordeste**. Florianópolis: Panam Edições Culturais, 2004.

CASTELLS, Manoel. **O Poder da Identidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. (A era da informação: economia, sociedade e cultura - vol. II)

CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou barbárie**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

CATÃO, Francisco A. C. **O que é teologia da libertação**. São Paulo: Brasiliense, v.83. 1986. (Coleção primeiros passos)

CHAFFE, C. ; PHILLIPS, B. **Pré-avaliação parcial da pesca da lagosta na comunidade da Prainha do Canto Verde - Brasil, para o MSC.** Marine Stewardship Council: World Wildlife Fund, Program of Community Based Certification. Relatório de Julho de 2000. 12p.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 8. ed. São Paulo, Cortez, 2006a.

_____. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis: Vozes, 2006b.

CHRISTOFFEL, Marialda Moreira. **Diagnóstico de saúde materno-infantil da comunidade de pescadores da Prainha do Canto Verde - Ceará.** 1994. 106 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Centro de Ciências da Saúde, Escola Paulista de Medicina, São Paulo 1994.

DAMASCENO, Maria Nobre. **Artesania do saber: tecendo os fios da educação popular.** Fortaleza: Editora UFC, 2005. (Coleção Diálogos Intempestivos, 26).

DIAS, Genebaldo F. **Educação ambiental: princípios e práticas.** 9. ed. São Paulo: Gaia Editora, 2004.

DIEGUES, Antonio C.S. **A pesca construindo sociedades.** São Paulo: NUPAUB-USP, 2004b.

_____. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras.** 2. ed. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

_____. **O mito moderno da natureza intocada.** 5. ed. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004a.

DIEGUES, Antonio C.S (Coord.). **Populações litorâneas, movimentos sociais e ecossistemas da costa brasileira.** São Paulo: CEMAR/USP, 1992.

_____. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

FALKEMBACH, Elza M. Fonseca. **Planejamento participativo e movimentos sociais.** Ijuí (RS): Ed. Liv. UNIJUÍ, 1987, 69p. (cadernos de planejamento participativo; v.5)

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática pedagógica do MEB - Movimento de Educação de Base, 1961-1966.** Campinas: Autores Associados, 2006.

FERRARI, A. Trujillo. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

FLICK, Uwe, **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed,/ Bookman. 2009.

FONTELES-FILHO, A. A., CASTRO, M.G.G.M. Plano de assistência técnica à pesca artesanal marítima do estado do Ceará (Brasil). **Bol. Ciên. Mar.** Fortaleza, n.37, p.1-26. 1982.

FOUCAULT, Michel; MACHADO, Roberto. **Microfísica do poder**. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FOWERAKER, Joe. **Theorizing Social Movements**. Boulder, Colorado (EUA), Pluto Press, 1995.

FRANCO, M. A. Santoro. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

FRANCO, Maria L. P. B. Questões metodológicas e o papel do sujeito-pesquisador. In: TRINDADE, Vítor; FAZENDA, Ivani; LINHARES, Célia; (Orgs.). **Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional**. 2. ed. rev. e ampl. Campo Grande: Ed. UFMS, p. 207-221. 2001.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006a.

_____. **Conscientização - teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2006b.

_____. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 34-41.

_____. **Extensão ou comunicação**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura), 2004.

_____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer**: teoria e prática em educação popular. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO E PESQUISA (FUNDEP). **Coragem de educar**: uma proposta de educação popular para o meio rural. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

GADOTTI, M.; FREIRE, Paulo; GUIMARAES, Sergio. **Pedagogia**: diálogo e conflito. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GALDINO, J. Wilson. Aspectos socioeconômicos da pesca de lagostas em Redonda, Icapuí(CE). In: Workshop Internacional sobre a Pesca Artesanal, 1996, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Fonteles-Filho, A.A.(ed.), 1997. p. 85-97

_____. **A intermediação e os problemas socioeconômicos no defeso da pesca de lagostas em Redonda, Icapuí (CE)**. 1995. 134 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - CCA, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1995.

_____. A renda média do pescador artesanal de lagosta em Redonda (Icapuí-CE). In: Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca, 12., 2001, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: CONBEPE (CD eletrônico), 2001. v. 1, resumos, p. 131.

GALDINO, J. Wilson; IGARASHI, M. A. Características da pesca artesanal de lagosta no Ceará. In: Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca, 11., 1999, Recife. **Anais...** Recife: CONBEPE, 1999. v. 2, p. 922-934.

GAUTTARI, Felix. As novas alianças: movimentos sociais e movimentos alternativos. Revista **Desvios** Rio de Janeiro: Paz e Terra, n.5. 1986.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 3. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2003a.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (questões da nossa época; v.5).

GOHN, M. da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

GOHN, M. da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007a.

_____. Movimentos sociais, políticas públicas e educação. In: ALMEIDA, M. de Lurdes; JEZINE, Edineide; (Orgs.). **Educação e movimentos sociais: novos olhares**. Campinas, SP: Ed. Alínea, p. 33-54, 2007b.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**: 2. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2009.

_____. **Sem-terra, ONGs e cidadania**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003b.

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Ed. Alínea, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de lá acción comunicativa I: racionalidad de la acción y racionalizacion social**. 5. ed. Madri: Taurus, 2005.

HAGUETTE, T. Maria Frota. Dialética, dualismo epistemológico e pesquisa empírica. In: HAGUETTE, André et al. **Dialética hoje**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IANNI, Octavio. **Formação do estado populista na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

IANNI, Octavio (Org.) **Karl Marx: Sociologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1992.

IBAMA. Diretoria de Incentivo à Pesquisa e Divulgação. Lagosta, caranguejo uçá e camarão do nordeste. Relatório do GPE da lagosta/91. Brasília, **Série Estudos - Pesca**, n.10, p.11-106, 1994a.

IBAMA. **Estatística da pesca 2004**: Brasil - grandes regiões e unidades da federação. Coordenação Geral de Gestão de Recursos Pesqueiros - CGREP. Brasília-DF, dezembro de 2005.

_____. **Estatística da pesca 2007**: Brasil - grandes regiões e unidades da federação. Coordenação Geral de Gestão de Recursos Pesqueiros - CGREP. Brasília-DF, dezembro de 2007.

_____. **Plano de gestão para o uso sustentável de lagostas no Brasil: *Panulirus argus* (LATREILLE, 1804) e *Panulirus laevicauda* (LATREILLE, 1817)**. Brasília-DF: Edições IBAMA, 2008.

_____. **Relatório da reunião do grupo permanente de estudos de lagostas: GPE de lagosta/1994**. Tamandaré-PE: CEPENE, 1994b.

IPLANCE. **Ceará em números**. Fortaleza: Fundação IPLANCE/SEPLAN, 2005.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

KADT, Emanuel de. **Católicos radicais no Brasil**. Brasília: UNESCO, MEC, 2007. (Coleção: educação para todos).

KLIKSBERG, Bernardo. **Capital social e cultura**: as chaves esquecidas do desenvolvimento. Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe – PREAL (série Preal - Debate Especial): Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2002.

KOOGAN, A.; HOUAISS, Antônio (Ed.). **Enciclopédia e dicionário digital**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Delta, 2007. 3 CD-ROMs.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LACLAU, Ernest. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.1, n.2, 1986.

LACLAU, Ernest; MOUFFE, Chantal. **Hegemony & socialist strategy: toward a radical democratic politics**. 3.ed. London/N. York: Verso, 1990.

LAGE, M. Campos; GODOY, A. Schmidt. O uso do computador na análise de dados qualitativos: questões emergentes. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 75-98, mai./jun. 2008.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. 21ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2009.

LAUDO AMBIENTAL, SOCIO-ECONÔMICO E CULTURAL: **Proposta de criação de uma unidade de conservação, reserva extrativista marinha-costeira da Prainha do Canto Verde – litoral leste do Ceará**. Fortaleza, (digitado), dezembro/2005.104p.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

LIMA, Maria do C.; TUPINANBÁ, S.V. O papel da organização comunitária na gestão ambiental. In: Workshop Internacional sobre a Pesca Artesanal, 1996. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Fonteles-Filho, A.A. (ed.), 1997. p. 43-50.

LOURAU, René. Análise institucional e práticas de pesquisa. In: RODRIGUES, H. B. C. (org.). **René Lourau na UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993. p. 07-114.

LOUREIRO, V. Refkalefssky. **Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia**. Belém: CNPq/MPEG, 1985.

LÜDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1988. (Coleção temas básicos de educação e ensino)

MACHADO, Ozeneide V. de Mello. Pesquisa qualitativa: modalidade fenômeno situado. In: BICUDO, Maria A. V.; ESPOSITO, Vitória H. C. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico**. Piracicaba: Ed. Unimep, 1994. p. 35-46.

MAKARENKO, A. **Poema pedagógico**. São Paulo: Brasiliense, 1985. v.1.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos de Nova Guiné Melanésia**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANCE, Euclides C. **Globalização dependência e exclusão social: o caso brasileiro**. Curitiba: IFIL, 1999. (mimeo)

MARINE STEWARDSHIP COUNCIL (MSC). **Certificação de Pescarias Sustentáveis: documento informativo**. Londres: MSC, 1998.

MARQUES, J.G.W. **Pescando pescadores**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

MARTINS, G. de Andrade. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital.** 4. ed. São Paulo: Global, 1987. (Coleção bases, 27)

MATURANA, Humberto, REZEPKA, S. Nisis de. **Formação humana e capacitação.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

McGOODWIN, James R. **Crisis in the world's fisheries: people, problems, and policies.** California: Stanford University, 1990.

_____. **Redes de colaboração solidária:** aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis: Vozes, 2002.

MELLO, Leonel I. Almeida. O imperialismo e a América Latina. In: **Brasil-Estados Unidos: relações históricas e novos desafios.** Coleção Documentos, v.8 - série política. São Paulo: IEA-USP, 1998.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. **Novos Estudos**, São Paulo, CEBRAP, n. 40, p. 152-166, 1994.

_____. Um Objeto para os Movimentos Sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p.49-66, jun. 1989.

MENDONÇA, Tereza C. de Miranda. **Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde, a “canoa” que não quebrou e a “fonte” que não secou?** 2004. 192 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MONITORAMENTO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO LITORAL DO BRASIL: Relatório técnico final. Brasília: SEAP/PROZEE/IBAMA, 2006.

MORE, Thomas. **A utopia.** São Paulo: Martin Claret, 2004. (Coleção: a obra-prima de cada autor-40).

MÜLLER, Mauro Marques. A transição ideológica para o neoliberalismo no Brasil contemporâneo (1979-1994). **Revista do Centro de Ciências Humanas e Sociais**. Santa Maria-RS, n.1, v. 16, p. 21-32, 2003.

MUNCK, Gerardo L. Formação de atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais do estudo dos movimentos sociais. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, n. 1, v. 40, IUPERJ, 1997.

NUD*IST 4.0. **User Guide**. Sidney: QSR, 1996.

OFFE, Claus. **Partidos políticos y nuevos movimientos sociales**. Madri: Ed. Sistema, 1988.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Iniciativas voluntárias para o turismo sustentável**. Departamento de Desenvolvimento do Turismo Sustentável São Paulo: Editora Roca, 2005.

_____. **The present historical transition and some basic design options for societal institutions**, Brasília: Ministério da Administração e da Reforma do Estado. *Paper* apresentado no seminário *Sociedade e Reforma do Estado*, em São Paulo, 26-29 de Março de 1998.

OLIVEIRA, D. Rosiska; OLIVEIRA, D. Miguel. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C. Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 15-41.

RAMALHO, Cristiano W. N. **Ah, esse povo do mar!**: um estudo sobre o trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES, 2006.

REGISTRO GERAL DA PESCA: Resultados do recadastramento nacional dos pescadores do Brasil. Brasília: SEAP/PR, 2006.

RIBEIRO, Marlene. O caráter pedagógico dos movimentos sociais. **Serviço social e sociedade**, São Paulo, n. 58, ano XIX, p. 41-72, nov. 1998.

_____. Luta de classes: um conceito em *estado prático* para leitura dos movimentos sociais. In: FERRARO, Alceu Ravello; RIBEIRO, Marlene. **Movimentos Sociais: revolução e reação**. Pelotas/RS: Educat, 1999. p. 137-174.

RIBEIRO, Marlene. Trabalho cooperativo no MST e ensino fundamental rural: desafios à educação básica. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 17, ANPED, jul./set. 2001.

RIBEIRO-NETO, J. **A pesca e os pescadores de Beberibe**: natureza, especialização e conflito. 1993. 156 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1993.

RICCI, Rudá. Os movimentos Sociais Rurais nos anos 90. **Cadernos de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, v.7, n.10, p.47-74, jul. 2000.

_____. **Terra de ninguém**: representação sindical rural no Brasil. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

RIECHMANN, J.; BUEY, Fernández. **Redes que dan libertad**: introducción a los nuevos movimientos sociales. Barcelona: Paidós, 1999.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SADER, Emir (org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SCHÄRER, René. Turismo sustentável: um estudo de caso sobre a experiência da comunidade de Prainha do Canto Verde no Litoral do Ceará. **Passos**, [online – www.pasosonline.org], v. 1, n. 2, p. 231-242, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial. In: SCHERER-WARREN, Ilse; FERREIRA, J. M. C. (Orgs.). **Transformações sociais e dilemas da globalização**: um diálogo Brasil/Portugal. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. “O caráter dos novos movimentos sociais”. In: SCHERER-WARREN, Ilse, & KRISCHKE, Paulo (Org.). **Uma revolução no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 35-53.

_____. **Redes de movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SEVERINO, Antônio J. Problemas e dificuldades na condução da pesquisa no curso de pós-graduação. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. p. 27-34.

SILVA, J. Souza da. **Análise das transformações estruturais e sociais, ocorridas na comunidade pesqueira de Paracuru-CE, decorrentes da exploração do turismo.** 1993. 79 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Pesca) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1993.

_____. **A “extensão pesqueira” no desenvolvimento das comunidades litorâneas no Estado do Ceará.** 2003. 134 f. Dissertação (Mestrado PRODEMA - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

SINGER, Paul; BRANT, V. C. (Orgs.) **São Paulo: o povo em movimento.** Petrópolis: Vozes, 1983.

SOUZA, J. Francisco de. Educação popular enquanto uma pedagogia, movimentos sociais populares *lócus* educativo. In: ALMEIDA, M. de Lurdes; JEZINE, Edineide; (Orgs.). **Educação e movimentos sociais: novos olhares.** Campinas, SP: Ed. Alínea, p. 123-153, 2007.

SOUZA, J. Ribamar F. de.; FURTADO, E. Dayse. **A Intervenção participativa dos atores - INPA: uma metodologia de capacitação para o Desenvolvimento Sustentável.** Brasília: IICA, 2000.

_____. **(R)evolução no desenvolvimento rural: território e mediação social: a experiência com quilombolas e indígenas no Maranhão.** Brasília: IICA, 2004.

SUDEPE. **PESCART: documento básico.** Brasília: Gráfica Gutemberg, 1974.

TARROW, Sidney. **Power in movement: social movements and contentious politics.** 2. ed. New York: Cambridge University, 2003.

TEIXEIRA, A. Niche; BECKER, Fernando. Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS. **Sociologias** [online], Porto Alegre, n.5, p. 94-113, jan./jun. 2001.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã.** São Paulo: Cortez, 2001.

TEIXEIRA, Vera N.R. de C. **Estrutura e potencialidades do comércio exterior de lagosta no Brasil.** 1992. 94 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1992.

TIMM, J.U.C. de S. **A crise da pesca brasileira.** Palestra apresentada no VIII CONBEPE.- Aracaju, 09/1993.

TIMM, J.U.C. de S. **Plano de assistência à pesca artesanal no Brasil (PESCART):** a experiência do crédito educativo. Brasília: MCW Composer, 1990.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes, In: ALBUQUERQUE, J.A.G.(Org.). **Classes médias e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Palavra e sangue:** política e sociedade na América Latina. Campinas: Ed. UNICAMP, 1989.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

TUAN, Yi-Fu; OLIVEIRA, Livia de. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUPINAMBÁ, Soraya V. **Do tempo da captura à captura do tempo livre. Terra e mar: caminhos da sustentabilidade.** 1999. 183 f. Dissertação (Mestrado PRODEMA - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

VASCONCELOS, Marcelo; DIEGUES, A. Carlos; SALES R. Ribaven de. **Diagnóstico da pesca artesanal no Brasil como subsídio para o fortalecimento institucional da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.** Brasília: PNUD/SEAP, 2005.

WIGGERSHAUS, Rolf. **Escola de frankfurt:** história, desenvolvimento teórico, significação política. Rio de Janeiro: Difeel, 2003.

WWF-INTERNATIONAL, Julho 2001. Directrices para el desarrollo del turismo comunitário. Disponível em: http://www.panda.org/resources/publications/sustainability/indigenous/Guidelines_sp.pdf, Acesso em: 17 fev. 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZECHNER, T. Cristina; HENRÍQUEZ, Christian; SAMPAIO, C. A. Cioce. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. In: Seminário Internacional de Turismo Sustentável, 2., 2008, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Instituto Terramar e Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará, 2008. p. 3-23.

APÊNDICES

E

ANEXOS

APÊNDICE 1: períodos que estivemos presente na Prainha

Levantamento das datas/períodos que estivemos presente na comunidade da Prainha do Canto Verde, após início do Doutorado (2004.2).

Em 2004: (6 visitas=17 dias)

- 17/03/04⇒ Acompanhar a instalação do Projeto Estaleiro Escola;
- 15 a 17/04/04⇒ Participar do Seminário Educação dos Povos do Mar;
- 03 a 07/09/04⇒ Visita de observação e contatos;
- 08 a 12/10/04⇒ Visita de observação e contatos;
- 12 a 15/11/04⇒ Visita de observação e contatos;
- 10 a 12/12/04⇒ Visita de observação e estudo; conclusão da disciplina “produção textual”; lançamento do primeiro catamarã construído pelo “Estaleiro Escola”

Em 2005: (6 visitas=19 dias)

- 04 a 09/02/05⇒ Visita de observação e repouso (carnaval);
- 24 a 27/03/05⇒ Visita de observação e meditação (semana santa);
- 01 a 03/04/05⇒ à convite, representando a Incubadora de Cooperativas da UFC (+Aerson), num encontro local com o Conselho de Turismo, para assessorar na decisão da institucionalização da Coopercantur ou fortalecimento da associação
- 01 a 03/07/05⇒ Visita de acompanhamento e observação (Conselho de Turismo);
- 08 a 11/09/05⇒ Visita de observação e intercâmbio;
- 16 a 18/12/05⇒ Visita de observação e contatos;

Em 2006: (12 visitas=38 dias)

- 24/02 a 01/03/06⇒ Visita de observação e repouso (carnaval);
- 13 a 16/04/06⇒ Visita de observação e repouso/meditação (semana santa);
- 28 a 30/07/06⇒ Visita de observação e contatos – acertamos o **aluguel da casa**, de pouxada, para apoio aos trabalhos de campo;
- 11 a 13/08/06⇒ Visita de observação e inserção na comunidade: a partir dessa data realizamos, em nosso diário de campo, anotações daquelas observações mais pertinentes à nossa questão de pesquisa;
- 24 a 27/08/06⇒ Visita de observação e inserção na comunidade;
- 06 a 10/09/06⇒ Visita de observação e inserção na comunidade;
- 28/09 a 01/10/06⇒ Visita de observação e inserção na comunidade: realizamos contato com uma equipe de alunos/professor do curso de Geografia e Geologia da UFC, em visita de estudos de extensão na comunidade;
- 11 a 15/10/06⇒ Visita de observação e inserção na comunidade;
- 27 a 29/10/06⇒ Visita de observação e inserção na comunidade: realizamos contato com uma equipe de alunos/professor do curso de Arquitetura da UFC, em visita de estudos de extensão na comunidade;
- 02 a 05/11/06⇒ Visita de observação e inserção na comunidade;
- 23 a 26/11/06⇒ Visita de observação e inserção na comunidade: outra vez estivemos com uma equipe de alunos/professor (40 graduação e oito da Pós) do curso de Medicina da UFC, em visita de estudos de extensão na comunidade;
- 14 a 17/12/06⇒ Visita de observação e inserção na comunidade;

APÊNDICE 1: períodos que estivemos presente na Prainha

Em 2007: (23 visitas=73 dias)

- 05 a 07/01/07⇒ Visita de observação, contatos e inserção na comunidade: participamos da consulta pública convocada pelo IBAMA, para criação da Reserva Extrativista da Prainha de Canto Verde - RESEX.
- 25 a 28/01/07⇒ Visita de observação e inserção na comunidade;
- 15 a 21/02/07⇒ Visita de observação, inserção e repouso (carnaval);
- 15 a 18/03/07⇒ Visita de observação e inserção na comunidade;
- 04 a 08/04/07⇒ Visita de observação e repouso/meditação (semana santa);
- 19 a 22/04/07⇒ Visita de observação e inserção na comunidade;
- 10 a 13/05/07⇒ Visita de observação, contatos e inserção na comunidade;
- 31/05 a 03/06/07⇒ Visita de observação e inserção na comunidade: participamos de um evento sobre Avaliação da Ação Comunitária, juntamente com representantes de todos os grupos (cinco Conselhos + Adm. da Associação) que constituem a organização da sociedade comunitária local e técnicos do Terramar. Após esse evento, decidimos como estratificar e escolher os protagonistas/sujeitos de nossas entrevistas.
- 07 a 10/06/07⇒ Visita de observação e inserção na comunidade: nesse período levamos a comunidade o Sr. Tony, liderança do movimento estudantil, denominado de “Coração de Estudante” – PRECE, que proferiu palestra para alunos, professores e outras lideranças locais, a respeito de como teve início esse movimento e como eles estão trabalhando/inserindo novos grupos de jovens a participarem dessa iniciativa; - após essa visita defendemos nosso projeto em 1ª qualificação (13/06/07);
- 12 a 15/07/07⇒ Visita de observação e inserção na comunidade;
- 10 a 12/08/07⇒ Visita de observação e inserção na comunidade: participamos de um encontro na comunidade, com representantes de diversa OGNs e algumas Associações locais, para juntos, pensarem na redação de um manifesto que foi lido e entregue num fórum nacional, promovido pelo FAO sobre sustentabilidade em projetos da Aquicultura Nacional.
- 16 a 19/08/07⇒ Visita de observação e inserção na comunidade: participamos de reunião com o grupo de Jovens que fazem parte do Projeto “Geração Muda Mundo” (**GMM**), que está sendo implantado na comunidade;
- 30/08 a 02/09/07⇒ Visita de observação, inserção e aplicação de entrevista: participamos de reunião na sede da Escola local com a Diretoria, o Sr. René e outras lideranças, tratando da formatação de projeto p/educação e organização do projeto “**GMM**”, em implantação. Durante a visita realizamos nossa **primeira entrevista**, testamos nosso roteiro e nosso equipamento de gravação;
- 11 a 14/09/07⇒ Visita de observação e aplicação de entrevistas: participamos de mais duas reuniões na comunidade, uma com os jovens do projeto “**GMM**” e outra com os pescadores do Conselho de pesca (33 presentes);
- 18 a 23/09/07⇒ Visita de observação e aplicação de entrevistas: outra vez participamos de uma reunião com os jovens do projeto “**GMM**” e, no domingo(23/09), estivemos presente na Assembleia Geral que elegeu a nova Diretoria da Associação dos Moradores
- 27 a 30/09/07⇒ Visita de observação e aplicação de entrevistas: antes de nos deslocarmos para a comunidade, estivemos na sede da EDISCA, acompanhando o grupo de 68 jovens da comunidade no lançamento do projeto “**GMM**”;
- 04 a 06/10/07⇒ Visita de observação e aplicação de entrevistas: realizamos mais três entrevistas;

APÊNDICE 1: períodos que estivemos presente na Prainha

- 19 a 21/10/07⇒ Visita de observação, aplicação de entrevistas: participação na oficina de Planejamento Estratégico da AMPCV. Acompanhamos uma avaliação do movimento e o planejamento para enfrentar seus novos desafios;
- 25 a 28/10/07⇒ Visita de observação e aplicação de entrevistas: participamos de uma Assembleia extraordinária da Capatazia local com o Presidente da Federação, da Colônia, o Superintendente da SEAP-PR do Ceará e o Secretario municipal de Pesca e Agricultura de Beberibe;
- 01 a 04/11/07⇒ Visita de observação e aplicação de entrevistas;
- 14 a 18/11/07⇒ Visita de observação e aplicação de entrevistas: realizamos nossa última entrevista na comunidade, desta vez com o Sr. René;
- 22 a 25/11/07⇒ Visita de observação e contatos na comunidade: transcrevendo as entrevistas; (dia 27/11/07, realizei cirurgia de três hérnias abdominais)
- 28 a 30/12/07⇒ Visita de observação e contatos na comunidade: regata “ecológica” de jangadas na comunidade;

Em 2008: (11 visitas=37 dias)

- 17 a 20/01/08⇒ Visita de observação na comunidade: contatando aqueles que precisavam ser **reentrevistados**;
- 31/01 a 06/02/08⇒ Visita de observação e repouso (carnaval): contatando lideranças;
- 19 a 23/03/08⇒ Visita de observação e meditação (semana santa): realizamos dois retornos de entrevistas;
- 17 a 21/04/08⇒ Visita de observação e contatos na comunidade: realizamos mais dois retornos de entrevistas;
- 01 a 04/05/08⇒ Visita de observação e contatos na comunidade: participamos de reunião com o presidente da Associação e uma equipe de alunos/professor do curso de Geografia da UFRN, em visita de estudos de extensão na comunidade;
- 21 a 25/05/08⇒ Visita de observação e contatos: realizamos mais dois retornos de entrevistas, desta vez com o Antônio Aires, como presidente da Associação;
- 26 a 29/06/08⇒ Visita de observação e contatos com lideranças da comunidade;
- 28 a 30/07/08⇒ Visita de observação e contatos com lideranças da comunidade;
- 02 a 04/08/08⇒ Visita de observação e contatos com lideranças da comunidade; **entregamos o imóvel** que estávamos locando para os trabalhos de campo na comunidade;
- 05 a 07/09/08⇒ Visita de observação e contatos com lideranças da comunidade: levantamento dos eventos educativos ocorridos a partir de 1998; contato com uma equipe de professores e estudantes de pós-graduação da UFC e da Universidade de Barcelona (apresentamos nosso trabalho de pesquisa);
- 26 a 28/12/08⇒ Visita de observação e contatos com lideranças da comunidade: levantamento dos eventos educativos ocorridos, com base nos certificados dos participantes (Jarli, Antônio Aires; e Beto); orientamos a Jovem Michele (2º Grau), para continuar esse trabalho junto às demais lideranças indicadas. Participamos da XIV Regata Ecológica da Prainha, financeiramente, com presença na Reunião de prestação de contas e acertos para o evento, bem como documentamos através de fotografia e pequenas filmagens. A TV Diário realizou a cobertura do evento. Nessa visita nosso Orientador esteve presente na Comunidade.

Em 2009: (05 visitas=14 dias)

- 13 a 15/02/09⇒ Visita de observação na comunidade: contatando com lideranças (várias) para confirmação de datas de eventos históricos ocorridos na comunidade que estavam divergindo com documentos colhidos anteriormente;

APÊNDICE 1: períodos que estivemos presente na Prainha

- 27 a 29/03/09⇒ Visita de observação e contatos: com lideranças (Veíinha e Pilé; René; Mirtes; Apolônia; Marlene; Beto; Antônio Aires; Dedé), fechamento do levantamento dos eventos educativos ocorridos, mediante os certificados dos participantes (Beto). Reconhecimento de Fotos antigas do local;
- 24 a 26/04/09⇒ Visita de observação e contatos: com lideranças (Lindomar; Veíinha e Pilé; René; Apolônia; Marlene; Beto e Antônio Aires.), fechamento do levantamento dos eventos educativos ocorridos, mediante os certificados dos participantes (Lindomar). Com a Marlene entregamos parte da redação de nosso texto de tese que diz respeito à escola e escolarização da comunidade durante o movimento. No domingo, participamos de reunião com o presidente da Associação, do Conselho de Turismo e uma equipe de professor/alunos do curso de Turismo da UFPE em visita de estudos de extensão na comunidade (apresentamos nosso trabalho de pesquisa);
- 22 a 24/05/09⇒ Visita de observação e contatos: com lideranças (Antônio Aires; Lindomar; Jairzinho; Maria Félix de Lima; René e a Diretora da Escola; prof^o Marlene). Com a Marlene retornamos discussão sobre dados da escola e cronologia. Com o Jair conversamos a respeito de datas do entreposto. Com a prof^o Maria da Penha conversamos sobre o trabalho dela junto com a prof^a Inez. Com Lindomar e Aires, conversamos sobre organização e documentação da Associação. No domingo, participamos de Assembleia da Associação local (pauta: o monitoramento do volume d'água na lagoa do Jardim, a mesma que destruiu a comunidade no inverno de 1974);
- 16 a 19/07/09⇒ Visita de observação e contatos: com lideranças (Antônio Aires; Jairzinho; René; Zé Ramos; Bibiu; Murilo e Marlene), a respeito da organização de documentação da Associação, dados da frota pesqueira, eventos educativos, RESEX e organização do planejamento para elaboração do Plano de Gestão e Utilização da Área. No domingo, participamos de Reunião com Dirigentes da Associação;
- 09 a 12/10/09⇒ Visita de observação, contatos e fechamento da pesquisa de campo: estivemos com lideranças; (Antônio Aires; Beto; René; Marlene; Paíinho; João e Inez). Realizamos levantamento dos últimos eventos ocorridos na comunidade e a participação de lideranças em eventos fora dela. Participamos das comemorações dos 20 anos de fundação da Associação dos Moradores e posse de sua 10^a Diretoria tendo como Presidente, o Beto.

Balço das atividades: até a data de 12 de outubro de 2009.

Foram realizadas **64** visitas/viagens à comunidade que representaram **212** dias de presença nas ações de observação, inserção, contatos, pesquisa, entrevistas e participações em **14** reuniões, **04** assembleias, **05** eventos locais e proferimos **02** palestras; com comunitários/protagonistas, sujeitos de nossa pesquisa acadêmica.

Também nesse período, realizamos **31** entrevistas com os sujeitos da tese (**27** na comunidade e **04** fora dela), perfazendo um total de **1.760** minutos de gravações (média de **57** minutos por entrevista). Também realizamos alguns trechos de gravações em três eventos na comunidade - **268** minutos; mais **90** minutos em duas palestras que participamos e; **130** minutos em eventos (Congresso – Manaus; um Seminário-Recife) fora da comunidade, pertinentes ao tema abordado na pesquisa.

APÊNDICE 2: Termo de Compromisso

Identificação do responsável pela pesquisa:

Nome: José Wilson Galdino

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Rua Dr. José Victor, 65 - Aptº 1102 - Fátima

Telefones p/contato: (85)3226-9469 // 9932-3607

TERMO DE CONSENTIMENTO

Tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre minha participação nesse estudo, autorizo a publicação de meu nome na tese acadêmica de Doutorado intitulada; *Educação e movimentos sociais na pesca artesanal: o caso da prainha do Canto Verde no litoral cearense*, de autoria do Engenheiro de Pesca José Wilson Galdino, sob a supervisão do professor Dr. José Ribamar Furtado de Souza.

Nome: Maria Inez de Lima AlmeidaIdentificação: Doc./tipo; Identidade; Nº 2004015130065 2ª vi.Assinatura: Maria Inez de Lima Almeida

Fortaleza, julho de 2008

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo; dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisas da Universidade Federal do Ceará

Rua Coronel Nunes de Melo, 1127 - Rodolfo Teófilo

Telefone: (85)3366-8338

APÊNDICE 3: Roteiros das entrevistas realizadas na Pesquisa de Campo

Roteiro das Questões para Entrevistas (semiestruturadas) na PCV - Comunitários -

Data: _____/_____/2007

Obs: Não se esquecer da apresentação, explicando qual o objetivo da pesquisa e como as informações da entrevista serão tratadas.

I - IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Seu Nome: _____

Nasceu na Prainha? _____. Se NÃO, onde: _____

Há quanto tempo reside na comunidade? _____

Quer declarar sua idade: _____

Qual sua ocupação principal na comunidade; (hoje) _____.

É filho(a) de pescador? Sim() Não()

II – SOBRE O MOVIMENTO SOCIAL NA PRAINHA

1. Você faz parte de algum movimento associativo na comunidade? () Não
Associação de moradores (); Conselho de Educação (); Conselho de Turismo ();
Conselho de Saúde (); Conselho de Ética (); Conselho de Pesca (); Capatazia ().
2. Você participa das Reuniões e Assembleias?. Se **SIM**; Como acontece essa participação?
3. Você morava na Prainha quando o movimento foi iniciado? Sim() Não()
4. Com era, como estava a comunidade, antes desse movimento da Associação?
5. Se você lembrar, me fala: como, quando, e porquê, teve início esse movimento da Associação de Moradores aqui na PCV? O que motivou o início desse movimento?
**** Observar durante à resposta se surgirão informações sobre:**
- Principais demandas da comunidade/dificuldades de Ontem e de Hoje?
- Lutas/conflitos gerados/mobilização/trajetórias do movimento, etc. etc.
6. Como foi a participação da comunidade nesse movimento?
7. Apareceu ajuda ou cooperação de alguém, de algum órgão ou instituição que estivesse ao lado da comunidade nessa vontade/luta de vocês para construir esse movimento?
Obs: Quem ajudou, como, de que maneira.
8. Com a chegada/implantação da Associação e dos Conselhos Comunitários ocorreram modificações/mudanças na comunidade?
9. O que você destacaria como a principal mudança/modificação na Vida dos comunitários, ou da comunidade, a partir desse movimento.

III – SOBRE OUTRAS QUESTÕES SOCIAIS

1. Você já participou de algum curso/seminário/treinamento na comunidade ou fora dela?
Obs: Se Sim (); quantos () e quais? Sabe dizer quem patrocinou/financiou?
- Terramar (); Associação (); Universidade (); CEBRAE (); Outros (); especificar!
2. Esses cursos/seminários/treinamentos foram importantes para sua formação/sua vida?
Obs: Se Sim; de que forma eles contribuíram para essa formação.

APÊNDICE 3: Roteiros das entrevistas realizadas na Pesquisa de Campo

3. É verdade que a “vida” nos ensina a *viver*? Então me fala: O movimento comunitário tem deixado “*lições de vida*” aos moradores da PCV.
4. Você deixaria a PCV para morar em outro lugar. Por quê?
5. Em sua opinião, existe “futuro” para um “filho da PCV” seguir a profissão de pescador artesanal aqui na comunidade; Sim(); Não(); Por que?
6. Hoje, como você observa e entende o “mundo”, tem algo a ver com o movimento dos moradores da comunidade; ou esse movimento não influenciou em nada?

Obs: Se influenciou; como, em que sentido? Se Não; porquê?

7. As comunidades de pescadores desse litoral são iguais ou diferentes. Por quê?
8. O que significa ser um morador/comunitário (cidadão) da PCV.
- *Se a Escola não tiver sido mencionada durante as respostas anteriores, questionar:**
9. Você percebeu modificações ou alterações nas escolas e/ou nos alunos, ocorridas a partir do movimento comunitário. Se Sim; quais?
10. Você teria alguma sugestão/conselho para que se pudesse melhorar: A associação; O conselho comunitário/capatazia do qual o Sr(a) participa.
11. Você vê/relaciona o movimento social comunitário na PCV com algum órgão ou pessoa, especificamente?
12. Existe alguma coisa que não apareceu na nossa conversa que você gostaria de acrescentar?
 - 12.1 - Agradecer e deixar o entrevistado a vontade para realizar qualquer esclarecimento, sugestão e/ou opinião que julgar oportuno a respeito do que lhe foi perguntado.
13. Comentários, do entrevistador, relevantes à pesquisa. _____

APÊNDICE 3: Roteiros das entrevistas realizadas na Pesquisa de Campo

Roteiro das Questões para Entrevistas (semiestruturadas)

- Prof^a Inez -

Data: _____/_____/2007

Obs: Não se esquecer da apresentação, explicando qual o objetivo da pesquisa e como as informações da entrevista serão tratadas.

I - IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Seu Nome: _____

Onde a Sra. nasceu: _____

Quanto tempo residiu na comunidade? _____

Qual sua principal ocupação, (hoje) _____.

II – SOBRE O MOVIMENTO SOCIAL NA PRAINHA

1. Como você chegou até a Prainha?
2. Se você lembrar, me responde: quando você passou a morar na prainha, como era a comunidade daquele período?
3. Como iniciou o movimento, o processo de mobilização da comunidade?
 - 3.1 - Como era/aconteceu a participação da comunidade, nesse período?
- ** Observar durante à resposta se surgirão informações sobre:**
 - Principais demandas da comunidade/dificuldades daquele período?
 - Lutas/conflitos gerados/mobilização/trajetórias do movimento, etc. etc.
4. Apareceu ajuda ou cooperação de alguém, de algum órgão ou instituição que estivesse ao lado da comunidade nessa vontade/luta para consolidar esse movimento?

Obs: Quem ajudou, como, de que maneira.
5. Qual a última vez que você visitou a PCV? – Com que frequência você visita a comunidade? Você acompanha o movimento comunitário/social da PCV?
6. Hoje, como você observa, avalia o movimento social na PCV?
7. O que você destacaria como a principal mudança/modificação na Vida dos comunitários, ou da comunidade, a partir desse movimento.

III – SOBRE OUTRAS QUESTÕES SOCIAIS

1. Você observa/observou alguma relação/influência entre o movimento social na PVC, os pescadores, a pesca, e a comercialização do pescado.

Obs: Se existe; de que forma e em que sentido?
2. O movimento comunitário deixou “lições de vida” para você e os moradores da PCV?
 - 2.1 - Como você vê isso?
- 3 Em sua opinião, existe “futuro” para um “filho da PCV” seguir a profissão de pescador artesanal na comunidade; Por que?
- *Se a Escola não tiver sido mencionada durante as respostas anteriores, questionar:**
4. Você percebeu modificações ou alterações na escola e/ou nos alunos, ocorridas a partir do movimento comunitário? Se **Sim**; quais?
5. Você teria alguma sugestão/conselho para que se pudesse melhorar o movimento social comunitário na PCV?

APÊNDICE 3: Roteiros das entrevistas realizadas na Pesquisa de Campo

6. Você vê/relaciona e o movimento social comunitário na PCV com algum órgão ou pessoa, especificamente?
7. Existe alguma coisa que não apareceu na nossa conversa que você gostaria de acrescentar?
 - 7.1 - Agradecer e deixar o entrevistado a vontade para realizar qualquer esclarecimento, sugestão e/ou opinião que julgar oportuno a respeito do que lhe foi perguntado.
8. Comentários, do entrevistador, relevantes à pesquisa. _____

Questões para Entrevistas (semiestruturadas) na PCV - Intermediários -

Data: _____ / _____ / 2007

Obs: Não se esquecer da apresentação, explicando qual o objetivo da pesquisa e como as informações da entrevista serão tratadas.

I - IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Seu Nome: _____
 Nasceu na Prainha? _____. Se NÃO, onde: _____
 Há quanto tempo reside na comunidade? _____
 Qual sua ocupação principal na comunidade; (hoje) _____.
 É filho(a) de pescador? Sim() Não()

II – SOBRE O MOVIMENTO SOCIAL NA PRAINHA

1. Você fez/faz parte de algum movimento associativo na comunidade? () Não
 Associação de moradores (); Conselho de Educação (); Conselho de Turismo ();
 Conselho de Saúde (); Conselho de Ética (); Conselho de Pesca (); Capatazia ().
2. Você participa das Reuniões e Assembleias?. Como acontece essa participação?
3. Você morava na prainha quando a Associação foi formada? Sim() Não()
4. Com era, como estava a comunidade, antes desse movimento da Associação?
5. Se você lembrar, me fala: como, quando, e porquê, teve início esse movimento da Associação de Moradores aqui na PCV? O que motivou o início desse movimento?

**** Observar durante à resposta se surgirão informações sobre:**

- Principais demandas da comunidade/dificuldades de Ontem e de Hoje?
- Lutas/conflitos gerados/mobilização/trajetórias do movimento, etc. etc.

APÊNDICE 3: Roteiros das entrevistas realizadas na Pesquisa de Campo

6. Apareceu ajuda ou cooperação de alguém, de algum órgão ou instituição que estivesse ao lado da comunidade nessa vontade/luta para construir esse movimento?

Obs: Quem ajudou, como, de que maneira.

7. Com a chegada/implantação da Associação ocorreram modificações/mudanças na comunidade?

8. O que você destacaria como a principal mudança/modificação na Vida dos comunitários, ou da comunidade, a partir desse movimento.

III – SOBRE OUTRAS QUESTÕES SOCIAIS

1. O movimento comunitário na PCV, trouxe modificações/benefícios para os pescadores; para a pesca e a comercialização do pescado? E para vocês, intermediários!!

Obs: Se modificou/influenciou; de que forma e em que sentido? Se **Não**; porquê?

2. Você já participou de algum curso/seminário/treinamento na comunidade ou fora dela?

Obs: Se Sim (); quantos () e quais? Sabe dizer quem patrocinou/financiou.

3. Esses cursos/seminários/treinamentos foram importantes para sua formação/sua vida?

Obs: Se Sim; de que forma eles contribuíram para essa formação.

4. É verdade que a “vida” nos ensina a *viver*? Então me fala: O movimento comunitário tem deixado “*lições de vida*” aos moradores da PCV.

5. Você deixaria a PCV para morar em outro lugar. Por quê?

6 Em sua opinião existe “futuro” para um “filho da PCV” seguir a profissão de pescador artesanal aqui na comunidade; Sim(); Não(); Por que?

7. As comunidades de pescadores desse litoral são iguais ou diferentes. Por quê?

8. O que significa ser um morador/comunitário da PCV.

***Se a Escola não tiver sido mencionada durante as respostas anteriores, questionar:**

9. Você percebeu modificações ou alterações na escola e/ou nos alunos, ocorridas a partir do movimento comunitário? Se **Sim**; quais?

10. Você teria alguma sugestão/conselho para que se pudesse melhorar: A associação; a Capatazia?

11. Você vê/relaciona o movimento social comunitário na PCV com algum órgão ou pessoa, especificamente?

12. Agradecer e deixar o entrevistado a vontade para realizar qualquer esclarecimento, sugestão e/ou opinião que julgar oportuno a respeito do que lhe foi perguntado.

13. Comentários, do entrevistador, relevantes à pesquisa. _____

APÊNDICE 3: Roteiros das entrevistas realizadas na Pesquisa de Campo

Roteiro das Questões para Entrevistas (semiestruturadas) na PCV

- Sujeitos Externos -

Data: _____ / _____ / 2007

Obs: Não se esquecer da apresentação, explicando qual o objetivo da pesquisa e como as informações da entrevista serão tratadas.

I - IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO E SUA REPRESENTAÇÃO

Nome: _____

Entidade que representa: _____

Sua função principal na Entidade: _____

Sabe informar qual o principal Objetivo/Missão da Entidade:

II - SOBRE A RELAÇÃO DA ENTIDADE COM A PRAINHA

1. Há quanto tempo a entidade trabalha com a comunidade da PCV, e quais as principais atividades/programas e projetos desenvolvidos na comunidade.
2. Sobre a mobilização dos comunitários para as práticas das ações da entidade no local.
 - ** Observar durante à resposta se surgirão informações sobre:**
 - Demandas da comunidade/dificuldades de Ontem e de Hoje.
 - Lutas/dificuldades/conflitos gerados/trajetórias do movimento, etc.
3. A comunidade participa do Planejamento de Ações na qual ela está envolvida? Como?
4. Existe avaliação das ações e/ou práticas aplicadas/desenvolvidas na comunidade. (Tipo)
5. Qual a qualificação dos técnicos e agentes envolvidos nessas ações?
6. Quem financia e apoia essas ações?
7. Com a implantação de ações/práticas e intervenções desenvolvidas pela entidade, ocorreram modificações/mudanças na comunidade? Quais?
8. O que você destacaria como a principal mudança/modificação na Vida dos comunitários, ou da comunidade, a partir dessas ações e intervenções.
9. Hoje como você observa, avalia o movimento social na PCV?

III - SOBRE OUTRAS QUESTÕES SOCIAIS

1. O movimento social na PCV, a pesca, os pescadores e a comercialização do pescado.

Obs: Se influenciou; de que forma e em que sentido?

2. Como melhorar a atuação do movimento comunitário na PCV?

***Se a Escola não tiver sido mencionada durante as respostas anteriores, questionar:**

3. A partir da intervenção dessa entidade no movimento comunitário, ocorreram modificações ou alterações na escola e/ou no comportamento dos alunos?
4. Você relaciona o movimento social comunitário na PCV com algum órgão ou pessoa, especificamente?
5. Agradecer e deixar o entrevistado a vontade para realizar qualquer esclarecimento, sugestão e/ou opinião que julgar oportuno a respeito do que lhe foi perguntado.
6. Comentários, do entrevistador, relevantes à pesquisa. _____

APÊNDICE - 4

Principais “pontos”/temas/categorias utilizados na formação da “Árvore de Raízes” do programa Nud*Ist, para as entrevistas na PCV.

Nódulos Principais – Tree Nodes (7ª aproximação)

- 1 – Envolvimento Social
- 2 – Participação Reuniões/Assembleias
 - 2.1 - Sim/Como?
 - 2.2 - Não/Por quê?
- 3 – Comunidade-Antes
 - 3.1 - Histórico
 - 3.2 - Demandas
- 4 – O porquê do MCP
 - 4.1 - Histórico/Origens
 - 4.2 - História/Lutas/Demandas
- 5 – Participação Comunitária
 - 5.1 - Organização
 - 5.2 - Mobilização
- 6 – Cooperação/Ajuda Institucional
- 7 – Mudanças na Comunidade
 - 7.1 – Após início Movimento
 - 7.2 – Destaque das Mudanças
- 8 – Processo Educativo
 - 8.1 - Escolarização/Ed. Formal
 - 8.2 - Escolarização/Projetos Especiais
 - 8.3 - Educação Popular/Lições de Vida
 - 8.4 - Influência do Mov. na visão de Mundo
 - 8.5 - Capacitações/Cursos
 - 8.5.1 - Sim/Quais/Como?
 - 2 - Não/Por quê?
 - 3 - Quem Financiou?
 - 4 - Importância da Capacitação
- 9 – Sent. Pertença/Espírito Comunitário
- 10 – Cidadania/Cultura local
 - 10.1 - Ser morador é...
- 11 – Diferenças entre Comunidades
- 12 – O MCP e suas relações
 - 12.1 - Relação Pessoal/Local
 - 12.2 - Relação Institucional
 - 12.3 – Com o René
- 13 – Conflitos
 - 13.1 - Internos
 - 13.2 - Externos
- 14 – O MCP e suas Articulações; Local/Estadual/Nacional
- 15 – O MCP na Pesca
 - 15.1 - Entrepasto e o Movimento
 - 15.2 - Reserva Marinha-RESEX
 - 15.3 - Fórum dos Pescadores
 - 15.4 – Futuro na Pesca?
 - 15.4.1 - Sim/Por quê?
 - 2 - Não/Por quê?
 - 3 - Depende/Por quê?
- 16 – Demandas/Problemas Atuais
- 17 – Desafios do Movimento
- 18 – Sugestões/Soluções
- 19 – Avaliação do Movimento

APÊNDICE 5: cronologia dos principais fatos da história da Prainha

Cronologia dos principais fatos da história da comunidade da Prainha (1860 - 2009) que se relacionam ao seu movimento popular comunitário.

Ano	Fatos Históricos
1860	- Segundo narrativa dos moradores mais antigos da localidade, de dados postados na cartilha historiada da Prainha, intitulada: <i>A História da Prainha do Canto Verde</i> – Beberibe-CE (1870-2004), que serve como livro de estudo, orientação e pesquisa aos alunos da escola local, os primeiros habitantes da área, começaram a chegar ao seu território ainda no século XVIII, no período da libertação dos escravos procurando a sobrevivência na pesca.
1870	- As primeiras famílias foram formadas pelos casais: Joaquim Fernandes do Nascimento Girão - “Caboclo” (1853-1949) que esposou Maria da Conceição “Filismina” e o “Zé Cariri” que se casou com a Sra. “Chica Benvinda”, irmã do Joaquim Caboclo. Juntos eles construíram a primeira habitação do local, que foi habitada pelos doze filhos gerados pelo primeiro casal que ajudaram a compor a base da árvore genealógica da comunidade.
1928	- A comunidade virou notícia (Jornal <i>O Povo</i> – quarta feira, 29/08/1928) pela primeira vez em agosto/1928, quando três de seus bravos pescadores, Bernardino Fernandes do Nascimento - mestre (considerado a primeira liderança, posto que fosse o Presidente da Colônia, construtor de jangadas, e líder que articulou a viagem para Belém. Diz a “Dona Belina” que ele era autodidata, e levava a cartilha do ABC para o mar no chapéu), filho do Zé Cariri; José Izidoro dos Santos (Deca), e Joaquim Fernandes do Nascimento, partiram no dia 24/08/1928, do porto de Barrinhos, com destino à cidade de Belém no Pará. A viagem da jangada de piúba, denominada de “Sete de Setembro”, navegou durante quinze dias, após três paradas, até chegar ao seu destino. O desembarque da tripulação aconteceu exatamente no dia da comemoração dos festejos da Independência do País. Também foi notícia no “Vida Praiana” e no Jornal do Norte (Belém).
1963	- Nessa década a diversão da comunidade era na barraca “Mazagão” do Doutor Quinim. O nome da barraca era homenagem a uma música da época. Era lá onde funcionavam as “quermesses” e todo sábado tinha muita animação. “Dois cordões faziam uma fila de moças. Tinha as baianas, o pastoril, uma delas puxava na frente, era a Maria Pimenta lá do Fortim. Me lembro das cantigas como se fosse hoje”. (Veíinha; Líder comunitária).
1974	- O forte inverno desse ano produziu o transbordamento da Lagoa do Jardim que, no trajeto em direção ao Mar, destruiu as casas da Prainha antiga que se localizava onde hoje existe o bairro da Caucaia. Após o evento os moradores passaram a construir suas casas no local chamado de Barro Vermelho.
1976	- O famoso grileiro de terras do litoral Sr. Antônio Sales Magalhães, inicia suas visitas à região da comunidade comprando algumas propriedades (Campestre da Penha), duas glebas de marinha (Prainha), aliciando e arregimentando alguns moradores que futuramente participariam, até como testemunhas, em processo de usucapião. Neste episódio ele estava a serviço do Sr. Henrique Jorge de Oliveira Pinto, maior loteador de áreas do litoral leste, que financiava esse seu “projeto”.
1979	- Em 20/04 , O Sr. Antônio Sales Magalhães, faz juntada de documentação, inclusive de alguns documentos assinados pelos proponentes, “em branco”, e propõe Ação Ordinária de Usucapião para regularização de 749,44 hectares, uma área que envolve toda a região onde habitavam os comunitários da Prainha. Quando os moradores souberam da verdade, pelos assessores da CDPDH, faltavam poucos dias para o transitio em julgado da ação. Houve apelação, mas fora do prazo legal. - Até o final da década de 1970 , a principal liderança da comunidade era focada na pessoa do Capataz da praia, que também era “cabo eleitoral” e ajudante do grileiro. Era na Capatazia, ou onde essa determinasse que funcionava a única sala de aula da comunidade.
1980	- Na Escola, junto com a professora Vilanir, a comunidade inicia um processo de conhecimento e resistência ao ataque dos grileiros de terras do litoral cearense. - Em dezembro a professora Inez chega à comunidade para observar a escola local e tomar conhecimento dos trabalhos executados por sua irmã, com os alunos adultos da turma do MOBREAL.

APÊNDICE 5: cronologia dos principais fatos da história da Prainha

1981	<p>- A Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes, de ensino fundamental, inicia suas atividades e inaugura o primeiro prédio público na comunidade com apenas duas salas de aulas, uma cantina e banheiro.</p> <p>- Entra em cena na escola a professora Maria Inez de Lima Almeida. Ela vem substituir sua irmã, a professora Vilanir, que havia sucedido a professora Helena, que tinha substituído o senhor Zacarias, o primeiro professor da comunidade.</p> <p>- Na escola, nasce uma serie de reuniões e questionamentos que vão desembocar com o movimento social vivido por essa comunidade. A profª Inez aproveita-se de sua experiência com as CEBs, seu conhecimento do CDPDH e faz contato, solicitando ajuda e participação.</p>
1982	<p>- Em maio; foi criado o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos-CDPDH, do Ceará. Nesse ano seus assessores passam a visitar e pesquisar o caso da grilagem das terras da comunidade.</p>
1983	<p>- Por meio de um projeto de ação comunitária, o CDPDH constata a existência de 102 famílias residindo na comunidade.</p> <p>- Durante uma Assembleias Arquidiocesanas, a professora Inez, como companheira de pescador, promove um questionamento interno no evento, possibilitando reflexões que vão de encontro à necessidade de um trabalho da igreja junto aos pescadores artesanais do litoral. A partir desse conhecimento os setores organizados da Igreja passam a discutir a necessidade da mais nova Pastoral da Igreja, a dos Pescadores no Estado do Ceará.</p> <p>- A comunidade toma conhecimento do processo de usucapião em andamento na Comarca de Beberibe contra as terras onde estão localizadas suas moradias.</p> <p>- A grande estiagem vivida pelo Estado, repercute e agrava a situação da pesca artesanal. O peixe praticamente desaparece, não existindo à pesca não existe dinheiro e a maioria das famílias tomava somente chá pela manhã e no horário do almoço. Nesse tempo uma das crianças teve cegueira devido o alto grau de desnutrição (profª Inez).</p> <p>- Das caminhadas realizadas pela comunidade durante a mobilização para o movimento social local, uma teve grande significado. Foi uma visita de conhecimento de realidade vivida pelos moradores, à praia de Canoa Quebrada; uma das comunidades que passavam por processo semelhante de usurpação de suas terras e de seus direitos.</p>
1984	<p>- Em 24/01, terça-feira; o grileiro Antônio Sales ganhou sua primeira “parada”. O Juiz da comarca de Beberibe julgou procedente a ação de usucapião, mesmo o imóvel em questão possuindo áreas da União. O final da sentença ficou assim arrematado: “ressalvando os Direitos da União”. Foi o inicio de uma outra série de ações de defesa que deu continuidade à Luta.</p> <p>- Em fevereiro, uma equipe da BBC de Londres visitou a comunidade, como parte de uma reportagem de acompanhamento da problemática brasileira. A equipe cobriu uma visita de protesto que a comunidade realizou naquele período; foi apresentada em Londres, como exemplo da agressão que estão sujeitas as populações litorâneas, pobres, do Brasil.</p> <p>- Foi formada a mais nova Pastoral da Igreja Católica – no Ceará. O Conselho Pastoral dos Pescadores-CP; iniciativa de uma ação coletiva do grupo de pescadores da Prainha que passa a se articular com as demais comunidades vizinhas, estabelecendo um movimento regional até se estender ao plano nacional.</p> <p>- Teve inicio a construção do Centro Comunitário, financiado pela CÂRITAS com apoio da CERIS e assessoria do pessoal da CDPDH.</p> <p>- A assessoria Jurídica do CDPDH passa a assumir a defesa da comunidade no processo de contestação da ação de usucapião de suas terras.</p>
1985	<p>- Implantação do Projeto da primeira Jangada Comunitária;</p> <p>- De fevereiro a maio, a luta dos pescadores e labirinteiros da comunidade foi divulgada pela emissora estatal, BBC de Londres.</p> <p>- Em 02/05, quinta-feira; o Procurador da Republica, Dr. Meton V. Filho, encaminha petição ao Juiz da Comarca de Beberibe, solicitando a nulidade dos atos judiciais contidos na ação de usucapião promovida pelo Sr. Antonio Sales e sua esposa, bem como, solicita que seja reconhecida a incompetência daquele fórum para decidir sobre o assunto.</p> <p>- De 10 à 14 de setembro, foi realização do XIII Seminário Rural da Arquidiocese de Fortaleza, com a presença ativa do Cardeal Arcebispo Dom Aloísio Lorscheider, reunindo a maioria das Comunidades Eclesiais de Base do Ceará, além de representantes dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão.</p>

APÊNDICE 5: cronologia dos principais fatos da história da Prainha

1986	<ul style="list-style-type: none"> - Na escola, foram erguidas mais duas salas de aulas que, até aquele momento, abrigavam as quatro primeiras séries do ensino fundamental. - Foi concluída a construção do Centro Comunitário com a realização de procissão em homenagem a São Pedro, que saiu do pé do morro até o prédio novo. A celebração da missa foi realizada pelo Pe. Gerardo que esqueceu de trazer a imagem do Santo, de Beberibe. - Nasce a Comissão Pastoral da Terra-CPT do Ceará, a Prainha fazia parte dessa pastoral
1987	<ul style="list-style-type: none"> - Primeira visita de René Schärer, ex-executivo da <i>Swissair</i>, à Prainha do Canto Verde, como turista.
1988	<ul style="list-style-type: none"> - René participa de sua primeira reunião com membros da futura Diretoria da Associação dos Moradores da comunidade e passa a conhecer o José Roberto, o “Beto” do CDPDH. - Em dezembro, na cidade de Beberibe, a Imobiliária Henrique Jorge apresentou o projeto de loteamento “Porto das Jangadas”, que dividia as terras onde se situa a Prainha em 4.547 lotes, numa área de 321 hectares. O Prefeito Eduardo Queiroz no último dia de seu mandato assina a autorização.
1989	<ul style="list-style-type: none"> - Após assumir seu mandato, o novo Prefeito, Ednaldo Bessa, revoga o ato de seu antecessor que autorizava o projeto “Porto das Jangadas”. Essa documentação desapareceu do Cartório de Registro, Gerardo Facundo. - Em 23/01, segunda-feira; a comunidade recebe a presença do Cardeal Arcebispo Dom Aluísio Lorscheider, para uma visita pastoral e reunião com assessores do CDPDH. - Em 10/03, sexta-feira; acontece a “Demarcatória” das terras da Prainha com a participação da comunidade e assessores do CDPDH. - Em 16/04, domingo; é realizada Assembleia Geral de constituição da Associação dos Moradores da comunidade, com a ajuda dos assessores do CDPDH. - Em 03/08, quinta-feira; o Dr. Silvino da CDPDH, ajuizou uma Ação Rescisória contra a Ação de Usucapião, conseguida pelos opositores da comunidade. - Em 07/08, segunda-feira; foi expedida, através do processo nº 2423/89, a licença de implantação do loteamento “Porto das Jangadas”; entre suas decisões citava: “a população da aldeia de Canto Verde não poderia sofrer remoções, devendo ser doados aos moradores 22 lotes, do total aprovados”. - Em 25/11, sábado; dia de cadastramento da população da Prainha.
1990	<ul style="list-style-type: none"> - Em 14/08, terça-feira; através do Decreto municipal nº 364/90, foi oficialmente instalada a Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes. Deste período até 1996 a escola funcionou com muita precariedade de recursos e de pessoal até a construção da escola nova, em prédio novo, e a instalação do projeto criança construindo. - Em Assembleia Geral da Associação, com ampla maioria de seus moradores e a presença de autoridades (Prefeito e Secretário de Obras, representantes de ONGs, proprietário da Imobiliária e Advogado, Padre e Assessores da CDPDH) para discutir e ouvir a proposta de acordo com a Imobiliária. A comunidade, após a intervenção do educador social do CDPDH, Sr. José Roberto - “Beto”, decidiu NÃO aceitar a proposta oferecida pelos especuladores e ditos donos das terras da Prainha. Essa decisão irritou profundamente os proponentes que estavam cientes com a concordância da comunidade.
1991	<ul style="list-style-type: none"> - O Governo do Estado, através da Fundação de Assistência Social-FAS, representado na reunião da comunidade pela Sra. Renata Jereissati, 1ª Dama do Estado, concede recursos para aprovação de projeto para as Labirinteadas, Câmara Frigorífica e construção de 12 Jangadas. Os recursos só foram suficientes para construção de nove jangadas. O Prefeito Ednaldo Bessa e o Monsenhor Abelardo, representando a CDPDH, estiveram presentes. - Deste ano em diante, vários cidadãos suíços, empresários e amigos do Sr. René, passam ajudar, financeiramente, à comunidade criando um grupo “Amigos da Prainha do Canto Verde”. O grupo inicia seu apoio em dezembro, mediante aprovação do Projeto de Desenvolvimento Comunitário desenvolvido por René e aprovado em Assembleia local. - Acontece o acidente no mar com jangadeiros da comunidade e um barco “pirata” da pesca de lagosta. Um de seus tripulantes foi morto com tiro de escopeta. - Em 30/12, segunda-feira; a SEMACE realiza inspeção técnica na comunidade e constata um total de 738 habitantes em 168 famílias residentes.
1992	<ul style="list-style-type: none"> - Com apoio dos “Amigos da Prainha” começava a funcionar a creche “Peixinho Dourado”, um

APÊNDICE 5: cronologia dos principais fatos da história da Prainha

1992	<p>primeiro experimento que modificou e reestruturou toda educação na comunidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deste ano em diante, entre em cena a 1ª Toyota comunitária, adquirida pelo projeto de Desenvolvimento Comunitário. Ela transportava doentes, alunos, comunitários e servia ao entreposto de pescado no transporte da comercialização da produção e insumos da pesca. - A partir de maio, o René resolve adotar a localidade e estabelece sua residência. Desde então se instala na comunidade nova etapa na história de seu movimento. Anos depois casa-se com uma nativa. - Em 21/07, segunda-feira; acontece a visita de uma comitiva da COHAB na comunidade para estudar a possibilidade de projeto para construção de casas para os pescadores. - Ampliação do Centro Comunitário com recursos dos “Amigos da Prainha”, para construção de cozinha, banheiros para funcionamento da creche e quartos para hospedagem. - Comitiva de pescadores da Prainha se desloca até a comunidade de Redonda para prestar solidariedade a família do pescador que faleceu em virtude do conflito com os “cafanguistas”, no mar. - Em 03/11, terça feira; grupo de homens armados, a mando da Imobiliária Henrique Jorge, chegaram na madrugada e destruíram alicerces, paredes e madeiras da creche que a comunidade estava construindo com ajuda financeira dos “Amigos da Prainha”. Foi ameaça cumprida.
1993	<ul style="list-style-type: none"> - Em março o grupo “Amigos da Prainha” concede 12 bolsas-auxílio para complementação de estudo para alunos, nativos, concluírem o 2º grau e pedagógico, na cidade de Fortaleza e Rio de Janeiro. Numa segunda etapa foram concedidas mais três bolsas. - De 20/março a 10/abril, foi realizado um Diagnóstico da Saúde Materno-Infantil da comunidade (projeto acadêmico), com ênfase nas mulheres entre 15-49 anos e crianças menores de 5 anos. O estudo comprovou a precariedade da saúde da comunidade, principalmente com relação ao índice de mortalidade infantil, apontando que 35% das mulheres haviam perdido um ou mais filhos, e destes, 73,5%, tinham menos de um ano de idade. - Inicia-se a execução do projeto de Planejamento Familiar e Aleitamento Materno, financiado pelos “Amigos da Prainha”, que influenciou na diminuição do tamanho das famílias e reduziu as taxas de mortalidade infantil a índices “zero”. - Com a instalação do projeto anterior, teve início as atividades do Conselho de Saúde. - Em 04/04, domingo; após missa campal, inicia-se a viagem da “S.O.S. Sobrevivência¹⁹⁰”, como foi “batizada” à cidade do Rio de Janeiro. Teve como principal objetivo a denúncia da pesca predatória de Lagostas no litoral Cearense. Constituiu-se num ponto de partida para a deflagração de uma série de ações e atos que vieram movimentar e mobilizar a categoria dos pescadores artesanais do Estado. Até seu destino perduraram 74 dias, com a participação de 4 pescadores e 2 mulheres no apoio de terra. - Em abril e maio, enquanto a jangada SOS realizava sua missão, quatro seminários com a participação de pescadores, acadêmicos, técnicos, representantes de ONGs e intelectuais da UFC, eram realizados no auditório “Castello Branco”, da Reitoria, discutindo temas de protesto inerentes à pesca artesanal e ao turismo de massa. O resultado se transformou em propostas que foram encaminhadas ao Governo do Estado às autoridades do setor que não deram a devida atenção àquelas reivindicações. - Em abril foi implantado na comunidade da Prainha, o primeiro Arrecife Artificial (Atrator Artificial) da costa cearense direcionado para ser “colonizado” e se transformar num pesqueiro; uma parceria dos pescadores, do Instituto Terramar com apoio do Laboratório de Ciências do Mar (LABOMAR) da UFC. - Em 21/05, sexta-feira; é oficialmente instalado o Entreposto de Pesca Comunitário. - Em julho, tendo como base os objetivos da viagem da “SOS. Sobrevivência”, e após os resultados e discussões dos seminários, foi instalado o Instituto Terramar. Uma ONG pensada por iniciativas e demandas do movimento social na Prainha. - O TERRAMAR inicia suas atividades dentro da creche “Peixinho Dourado” que funcionava dentro do Centro Comunitário. Foi o primeiro projeto-ação dentro do setor de educação. - Em novembro, foi realizada a I Regata de Jangadas da Prainha do Canto Verde com o apoio do Hotel Praia das Fontes e do Sr. Tales Cavalcante. (Colégio Ari de Sá - Fortaleza).

¹⁹⁰ Para conhecer melhor sobre a história da viagem da SOS. Sobrevivência e seus desdobramentos, favor acessar; <http://www.ortalnet.com.br/~fishnet/princ.html> ou www.prainhadocantoverde.org

APÊNDICE 5: cronologia dos principais fatos da história da Prainha

1993	- No final desse ano iniciam-se, dentro da Associação, discussões sobre turismo na comunidade.
1994	<ul style="list-style-type: none"> - Foi instalado, experimentalmente, com financiamento dos Amigos da Prainha do Canto Verde, um projeto de Energia Solar. Os painéis solares foram colocados no Posto de Saúde (+ uma “bomba d’água” instalada pelo GTZ-Alemanha), no Centro Comunitário, no telefone público e na casa do René (particular). - Após a execução da Primeira Oficina de Turismo na comunidade, foi criado na Associação, um grupo de trabalho para discutir e debater propostas sobre o tipo de turismo a ser implementado na comunidade. Deste grupo nasce a primeira proposta para o projeto de Turismo de Base Comunitária no Ceará. - Desta Oficina, foi criado, em 28/Junho, terça-feira, o Conselho de Turismo comunitário, com uma missão de elaborar um projeto de turismo para a Prainha do Canto Verde. - inicia-se o projeto “Coral das Crianças”, junto à escola local, por iniciativa da Gigi Castro, da organização “Um Canto em cada Canto”. - Foi instalado o Conselho da Terra. - Foi criado o Conselho de Pesca. - Em julho, foi realizada pesquisa de campo, com aplicação de questionários, por quatro alunos da escola local, nas praias de Canoa Quebrada, Parajuru, Morro Branco, Praia das Fontes e na comunidade local, para diagnosticar e saber dos nativos sua percepção sobre o turismo, sua importância e o impacto provocado na vida dos comunitários, após sua chegada nessas localidades. - em dezembro, foi concluída a instalação dos “Recifes Artificiais”, projeto planejado e executado pelo Terramar com parceria da UFC. Foi o primeiro projeto dessa natureza no Nordeste do Brasil. Essa ação resultou no incremento da produção de peixes, o que ainda hoje vem refletindo na produção para o consumo da população local.
1995	<ul style="list-style-type: none"> - A partir desse ano a comunidade passa a apresentar índices de mortalidade infantil muito próximo a “Zero”. - É instalado o Conselho local de Educação, o primeiro do município de Beberibe. - Foi inaugurado o Posto de Saúde da Comunidade, construído pela Prefeitura Municipal. - Em 30/01, segunda-feira; a comunidade recebe a visita de técnico da Delegacia do Patrimônio da União-DPU, para vistoriar o local de construção da casa do pescador, Manuel Turico. Também esteve presente o advogado do Henrique Jorge, Dr. Hemetério, mas o técnico da DPU não aceitou a intervenção dele. - Em 15/02, quarta-feira; a DPU reconhece o direito do pescador Manoel Turico em construir sua residência à 60 metros da área de maré. Foi a primeira concessão sobre Terras da União (de marinha), na comunidade. - Em março, com ajuda dos pescadores da Redonda-Icapui, os pescadores locais aprendem a confeccionar “cangalhas”. O projeto “Amigos” financia as armadilhas para três jangadas da comunidade pescar, sem a interferência do atravessador; vendendo a produção da lagosta diretamente para a empresa exportadora. - Em 26/03, domingo; acontece uma Assembleia com pescadores e pescadoras de oito comunidades, para planejar a “caminhada” ao CAMBEBÁ, sede do Governo. Esse encontro foi o embrião que originou o Fórum dos Pescadores do Litoral Leste do Ceará. - Em 04/04, terça-feira; aniversário do protesto “SOS. Sobrevivência”; cerca de 500 pescadores e mulheres, acompanhados do Superintendente do IBAMA, marcharam em direção ao Cambeba; protestaram e reivindicaram apoio no combate à pesca predatória. O Governador Tasso Jereissati não os recebeu, mas as lideranças entregaram a “Carta da Prainha do Canto Verde” ao seu representante. Após o evento foi criado, por decreto (maio/95), o Comitê de Pesca do Estado do Ceará - COMPESCE. Em visita a Fortaleza, o Presidente do IBAMA, Dr. Raul Jungmann é confrontado com o problema e promete apoio. Em Julho o Comitê de Pesca apresenta o primeiro Plano de Ordenamento para a Pesca da Lagosta do Ceará (POPL). - Madrugada do dia 26/05, sexta-feira; vários homens fortemente armados, destrói alicerces de duas casas e colocam fogo em mais dois barracos, ameaçando família com uma grávida residente. O incidente torna-se manchete em jornais de Fortaleza; a Polícia Federal abre inquérito sobre o caso e o Sr. Henrique Jorge é convocado a depor. - Em mutirão, 14 a 16/07, vários voluntários de diversas comunidades juntaram-se, na reconstrução das casas destruídas, com o apoio financeiro dos “Amigos”.

APÊNDICE 5: cronologia dos principais fatos da história da Prainha

1995	<ul style="list-style-type: none"> - De 14 a 16/06, a Associação, o Terramar e o Fórum do Litoral, promovem na comunidade, o I Encontro do Fórum do Litoral e do Fórum dos Pescadores do Litoral Leste. Cerca de 100 representantes de comunidades e de 30 organizações, deputados estaduais e moradores locais discutiram os problemas sociais da categoria, o uso sustentável do litoral, como enfrentar a especulação imobiliária e o desenvolvimento do turismo. - Em julho, delegação do ICSF¹⁹¹ (Pierre Gilet, Vivekandan e Koba) visitam a Prainha para conhecer o trabalho da pesca na Comunidade. (Dr. Antônio C. Diegues-USP, já era membro do ICSF e deve ter recomendado a visita). - Iniciam-se as reuniões do grupo de trabalho, para discussão sobre a elaboração do regulamento de uso da terra. - Em 17/12, domingo; foi instalada a Fábrica de Gelo Eólica, no Entrepasto de Pesca.
1996	<ul style="list-style-type: none"> - Em 13/01, sábado; reunião com lideranças da comunidade e assessores da CDPDH, para discutir sobre o fundo de terras da Prainha. (Áreas dos poderes municipal, estadual e federal). - Inicia-se oficialmente a aquisição da produção de lagostas pelo Entrepasto de Pesca. - Deste ano em diante, entre em cena a 2ª Toyota comunitária, adquirida através de projeto do BNB que também financiou barco e jangadas. Ela realiza os mesmos trabalhos comunitários da anterior, além de servir como “Casa de Parto”, quando uma criança da comunidade nasceu num trajeto à cidade de Beberibe. - Deu-se início ao projeto de educação, “Criança Construindo”, que visou a realização de uma série de ações e atividades para a promoção e melhoria da escola local. Foi também iniciado o projeto de “Musicalização”, na escola, criando o Coral das Crianças. - Depois de resolvido os problemas com as baterias, funcionou, no primeiro trimestre, a Fábrica de Gelo eólica no entreposto de pesca. - No primeiro trimestre foi inaugurado o novo prédio da Escola e mais duas salas de aula; financiado pelos “Amigos da Prainha”, Embaixada da Suíça e Assembleia Legislativa do Estado de Basiléia - Suíça. Junto, foi instalação do projeto “Criança Construindo”. - A Associação dos Moradores junto com o Fórum dos Pescadores do litoral leste, por meio do COMPESE, conseguem que o governo abra inscrição para permissões de pesca da lagosta. A Prainha consegue a maioria das permissões de pesca para barcos a vela do Ceará (48). - Em 28/04, domingo; numa Assembleia Geral da Associação, foi aprovado o primeiro Regulamento sobre o Uso e Ocupação de Terra, na comunidade. - Durante este ano foi redigido o primeiro regulamento de pesca local e, junto com outras comunidades do litoral leste, os pescadores da Prainha começaram a participar da fiscalização, dando apoio a comunidade da Redonda na aquisição de um barco para fiscalização. - A Prainha com a comunidade da Redonda-Icapuí, implantaram os “Tribunais de Praia” com o propósito de julgar os infratores contra o regulamento de pesca aprovados por eles. - Em dezembro, numa reunião em Brasília, a proposta de ordenamento da pesca da lagosta (POPL), elaborada no COMPESE do Ceará (resultado da marcha dos pescadores) foi aprovada pelos representantes de todos os Estados brasileiros onde se pesca lagosta.
1997	<ul style="list-style-type: none"> - De 05 a 07/setembro, foi realizado, na cidade de Beberibe, o I Seminário Internacional sobre Pesca Responsável. Uma iniciativa do René com organização do Instituto Terramar, financiado pelos “Amigos da Prainha”, do ICSF com apoio do IBAMA. - O ICSF realiza sua 2ª visita a Prainha do Canto Verde. - Em outubro, o Sr. René recebe o premio “Criança 1997”, da Fundação ABRINQ, na cidade de São Paulo, como mérito sobre o trabalho em defesa aos direitos (Saúde e Educação) da criança na comunidade. - de 06 a 07/dezembro, foi realizado no Centro Comunitário, o seminário “Escola e Vida no Litoral”, promovido pelo Terramar e Escola local com apoio da Fundação ABRINQ e Natura Cosméticos.
1998	<ul style="list-style-type: none"> - De março a abril, o Instituto Terramar, IBAMA e COMPESE colocam em prática uma proposta do René, e organizam a “Caravana da Lagosta” em todo o território do litoral do Ceará. Por intermédio de encontros e oficinas, houve a participação de pescadores, armadores, empresários e representantes do Poder Público, com o fim de conscientizar a todos para

¹⁹¹ ICSF, *International Collective in Support of Fishworkers* = CIAPA, Coletivo Internacional de apoio a Pesca Artesanal. Foi criado em 1984 em evento paralelo à reunião do COFI da FAO, que não admitia pescadores.

APÊNDICE 5: cronologia dos principais fatos da história da Prainha

1998	<p>a pesca responsável da lagosta. O evento terminou na Praia do Presido com Assembleia de delegados de seis regiões onde, pela primeira vez, os pescadores do Ceará tiveram o direito de votar sobre portarias do IBAMA –um caminho para a gestão compartilhada –. A Caravana foi financiada pelos “Amigos”, ICSF, IBAMA e COMPESECE.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em 15/05, sexta-feira; a Associação registra pedido para regularização das terras da União, com apoio do Governador do Estado (Tasso Jereissati), do Senador Lúcio Alcântara, de Dom Aloísio Lorscheider, do Prefeito e do Embaixador da Suíça. O IDACE e o DPU acatam o pedido para realizar a demarcação. - Em 29/maio, sexta-feira; é instalada a rede elétrica na comunidade, um projeto que teve apoio da Associação dos Moradores com financiamento do Governo do Estado via Banco Mundial (PCPR – Projeto São José). - Em setembro, René, a convite do WWF, participa da Oficina sobre Certificação de Pesca do <i>Marine Stewardship Council</i> em <i>Seattle, Washington</i>, E.U.A., com mais dez comunidades tradicionais de pescadores visando avaliar o potencial para certificação da pesca artesanal. - De 29 a 30/10, foi realizado o Seminário de Ecoturismo Comunitário, patrocinado pelos “Amigos da Prainha” com o apoio técnico do Instituto Terramar. Foi aprovado o projeto de Turismo Comunitário da Prainha. - Em novembro, René participa da Assembleia Geral do ICSF em <i>Trivandrum</i>, Índia, substituindo o Prof. Dr. Antônio C. Diegues. No evento, foi aceito como membro associado da organização. - Em dezembro, Beto, René e o Jefferson do Terramar, participam do II Encontro Internacional dos Povos do Mar e da Mata Atlântica, em Caraguatatuba - SP, com a participação do Prof. Dr. Antônio C. Diegues e Amyr Klink.
1999	<ul style="list-style-type: none"> - De <u>janeiro a dezembro</u> foi realizado o primeiro Curso de Formação Lideranças do Litoral, em seis módulos. (35 alunos) - Em junho, a Imobiliária Henrique Jorge acata um acordo financeiro realizado para reparar as famílias, de pescadores, prejudicadas pela destruição de suas residências em, em 1995. - Em agosto, o novo Juiz de Beberibe, Dr. Whosemberg, finalmente, dá andamento a Ação Rescisória ajuizada pela comunidade em agosto de 1989. - Em outubro, inicia-se uma serie de capacitações para o Conselho de Turismo, pela Incubadora de Cooperativas da UFC (fomos instrutor de um desses cursos). - Em 28/novembro, domingo; acontece a IV Regata Ecológica, dedicada a certificação da pesca de lagosta, com apoio do MSC e WWF dos Estados Unidos - Ampliação da Escola com a construção de mais três salas de aula. O material foi fornecido por convênio entre a SEDUC e a Prefeitura de Beberibe, com apoio financeiro dos “Amigos” e com o trabalho de mutirão de pais e jovens da escola.
2000	<ul style="list-style-type: none"> - De <u>janeiro a dezembro</u> é realizado o segundo Curso de Formação Lideranças do Litoral, em seis módulos. (35 alunos) - Unificação dos fóruns do litoral leste e oeste no: “Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense”. - Em março a comunidade recebe o prêmio <i>To Do! 1999</i>, durante a 34ª Feira Internacional de Turismo, em Berlim-Alemanha – maior Feira de Turismo da Europa - Em março, a comunidade tem seu acesso asfaltado através do Projeto FUNGETUR (Fundo Geral de Turismo - Governo Federal). - Em abril, chegou o primeiro dos catamarãs construídos no Maranhão, financiado pelos “Amigos” da Suíça. - Em abril, a Imobiliária Henrique Jorge tenta conter o avanço das dunas, plantando salsa e aguando sua superfície, tentando fixá-las – querendo mostrar ocupação de “sua área”. Não houve êxito em seu intento. - Em abril, são concluídas as capacitações para o Conselho de Turismo, pela Incubadora de Cooperativas da UFC. - Em maio, foi realizada pelo <i>Marine Stewardship Council</i> - MSC (Conselho de Manejo Marinho), uma pré-avaliação das condições da Pesca da Lagosta no Ceará, para futura certificação. A Prainha foi escolhida para servir como projeto piloto para esse evento, devido à participação do René na oficina do MSC em setembro/1998 em Seattle. Devido, também, ao trabalho social da comunidade e de suas campanhas contra a pesca predatória e do seu esforço

APÊNDICE 5: cronologia dos principais fatos da história da Prainha

2000	<p>para o ordenamento da pesca responsável.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em junho, aconteceu o <i>Workshop</i> Latino Americano de Gênero nas Comunidades Pesqueiras do ICSF, na Prainha do Canto Verde, com participantes de dez países da América Latina, Canadá, Bélgica e Índia (estávamos presente a este evento). - Em outubro, foi oficialmente institucionalizada a Associação Filantrópica “Amigos da Prainha do Canto Verde”, composta por cidadãos suíços que apoiam e financiam projetos de cunho socioeconômico na Prainha e outras comunidades do litoral do Ceará. - Em 08/11, quarta-feira; caminhão da Imobiliária chega à comunidade com estacas de concreto para demarcar aquela que seria sua propriedade particular, a área de seu loteamento. Nesse mesmo mês eles impendem à construção de mais uma moradia. - Em dezembro, a Procuradoria Geral de Justiça do Ceará emite parecer favorável a Ação Rescisória contra a usucapião dos grileiros. No mesmo mês, sem acordo com a Imobiliária, os moradores exigem o embargo de obras e solicitam a retirada das estacas irregulares. - A comunidade recebe o Prêmio <i>TOURA D’OR 2000</i> para melhor filme documentário sobre Turismo Sustentável, concedido a projetos socialmente responsáveis, em Berlim, Alemanha.
2001	<ul style="list-style-type: none"> - Em janeiro, a Prainha encontra-se cercada e intimada por homens da Imobiliária. A comunidade, por meio da Associação, ajuíza mais uma ação no Ministério Público de Beberibe. - Em janeiro, o Conselho de Turismo inicia experiência de transformação do grupo que passa a admitir uma gestão Cooperativa e fica com o nome de Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde - COOPERCANTUR. A nova formação não foi institucionalizada. - Em fevereiro o cercamento da comunidade continua. Durante os dias 08 a 10, a Prainha recebe vários visitantes, por ocasião do curso de Formação de Lideranças, além de representantes de grupos indígenas do Ceará. Com o apoio de todo esse pessoal a cerca da Imobiliária NÃO resiste e amanhece no chão, no domingo, dia 11/02/2001. - Em abril, após examinar o processo da Ação Rescisória, oito desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, por unanimidade, reconhecem como ato de grilagem, a compra de terrenos pelo Sr. Antônio Sales. Confirmam a incompetência de Juízes estaduais no julgamento de processo de usucapião que envolva terras da União. Em 31/08, os autores do usucapião entram com embargo declaratório contra a sentença. - Em setembro, após várias discussões em assembleias de comunidades do município, foi solicitado ao CNPT-IBAMA, a criação e demarcação de Reserva Extrativista de Marinha (RESEX), em defesa da pesca predatória e para a melhor gestão dos recursos marinhos na área do município. - A partir de outubro foi iniciado o terceiro curso de formação de lideranças do litoral. - Em dezembro, por decisão judicial, a imobiliária Henrique Jorge fica proibida de realizar qualquer alteração, remoção e/ou construção, na área de conflito. - O CDPDH deixa oficialmente os trabalhos na comunidade.
2002	<ul style="list-style-type: none"> - De janeiro a dezembro foi concluído o terceiro Curso de Formação Lideranças do Litoral, em seis módulos. (30 Alunos). - Em fevereiro, os desembargadores rejeitam a argumentação do embargo declaratório contra o julgamento e competência da Ação Rescisória. No dia 25/02, os autores do embargo recorrem à sua última instância, o Superior Tribunal de Justiça - Brasília. - Em 25/02, segunda-feira; instala-se o projeto, “Escola dos Povos do Mar”, uma iniciativa que partiu do grupo de pescadores dessa comunidade com o objetivo de formar lideranças no setor pesqueiro para elaboração de propostas sustentáveis nas comunidades litorâneas. Uma escola diferenciada, com currículo diferenciado e horário compatível com os alunos especiais; pescadores e aprendizes de pescadores. O projeto executado pelo Instituto Terramar foi financiado pelos “Amigos” e a Assembleia Legislativa de Basiléia na Suíça.
2003	<ul style="list-style-type: none"> - De 10 a 13/04, no Centro Comunitário foi realizada a “I Oficina de Turismo Rural”, promovida pelo Terramar e os “Amigos da Prainha”, com apoio da EMATERCE, UECE-NETUR, do CEFET-CE e da Fundação Suíça para Solidariedade no Turismo (SST). - Em maio, a Escola passou a ser credenciada no Conselho Estadual de Educação. - De 06 a 11/05, foi realizado, na Prainha, oficinas preparatórias com a participação de diversas comunidades do município e do interior do Estado, para o I Seminário Internacional de Turismo Sustentável, que foi realizado em Fortaleza, de 12 a 15/05/03. - No período de 21 a 23/08, no Centro Comunitário, foi realizado um Seminário de Planeja-

APÊNDICE 5: cronologia dos principais fatos da história da Prainha

2003	<p>mento Estratégico para traçar novas metas e estratégias de atuação do Turismo Comunitário até 2007. Além da comunidade também foram convidados a participar do evento alguns representantes das comunidades da rede de turismo comunitário do Ceará, membros de ONG's como o Terramar; Fórum Cidadania e Lixo, as instituições de ensino: UECE, Escola Técnica Federal-CEFET, UNIFOR e UFC, representada pela Incubadora de Cooperativas, onde estivemos como representante da entidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em 21/08, quinta-feira; mais um conflito, e o pessoal da Imobiliária derruba cerca de vazante de nativo. Novamente, moradores e participantes do evento local, levantam a cerca da vazante derrubada (23/08). - Em setembro, René participa do I FITS - Fórum Internacional de Turismo Solidário, na França, representando a COOPERCANTUR e TURISOL (Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário - a Prainha faz parte da "rede" - http://turisol.wordpress.com/). - Em 22/10, o processo da Ação Rescisória é registrado sob nº 589970 no STJ e o Ministro Antônio Pádua de Ribeiro é designado como relator. Em 21/11, foi encaminhado para o Ministério Público para emissão de parecer. - Em outubro, o René participou do III Encontro da Rede de Turismo Comunitário da América Latina REDTURS, em São José, Costa Rica. A Prainha também é membro da Redturs (http://www.redturs.org/). - De 13 a 20/novembro, o Lindomar (MONAPE), representa a Prainha no "VI Congresso Latino Americano de Globalização", em Santiago-Chile. - Em novembro, o Turismo Comunitário recebeu menção honrosa do Prêmio de Turismo para o Futuro; da <i>British Airways</i> (<i>British Airways Tourism for Tomorrow Awards</i>).
2004	<ul style="list-style-type: none"> - Instalam-se os projetos; "ArteEscola", para resgatar e consolidar o fazer artístico artesanal despertando a curiosidade de crianças e adolescentes, desenvolvendo grupos produtivos e reciclagem de resíduos sólidos de matérias da região, e o "Bolsa de Estudos", para professores se graduarem. - De 16 a 21/janeiro, Ely Fernandes de Lima representa a comunidade no debate sobre Turismo Comunitário no IV encontro do Fórum Social Mundial, em Mumbai-Índia. - Em março, foi concluída a primeira turma da "Escola dos Povos do Mar", uma iniciativa piloto que se espera seja reproduzida como exemplo em outras regiões do litoral cearense e nordestino. Durante dois anos, alfabetizou vários pescadores e formou uma turma de 25 alunos. - Em 17/03, foi instalado o projeto, "Estaleiro Escola", que teve como objetivo capacitar carpinteiros artesanais do Estado do Ceará para construir protótipos de catamarãs destinados à pesca artesanal, visando possibilitar melhores condições de trabalho para aqueles que vivem da pesca. Capacitou oito carpinteiros e construiu cinco catamarãs de diferentes tamanhos. Foi uma iniciativa do Instituto Terramar e do FPPLC, com apoio dos "Amigos" e da Fundação da Holanda "Vliegende Gänse". - Em abril, foi instalado do projeto SODIS, para desinfecção de água com energia solar em parceria com a UFC - Departamento de Engenharia Ambiental, Ceará Periferia e, CARITAS; financiado pelos "Amigos" e a Fundação Stanley Johnson, da Suíça. - Em julho, a Prainha foi vencedora do Prêmio Super Ecologia 2004, da revista Superinteressante, na categoria Comunidade - ONG. - Em 12/dez., domingo; Projeto Estaleiro Escola, da Prainha, realizou a primeira saída do primeiro catamarã construído por um grupo de carpinteiros das praias do litoral cearense. - Em dezembro, mediante a Portaria nº 83, de 23/12 do IBAMA, foi criado o Comitê da Gestão de Uso Sustentável de Lagosta - CGSL. O René representa o TERRAMAR e o Beto participa como representante do MONAPE. O CGSL se reúne 2-3 vezes por ano em Brasília para subsidiar as decisões do governo sobre a pesca da lagosta, até 2009.
2005	<ul style="list-style-type: none"> - De 24 a 31/janeiro, Lindomar Fernandes representa a comunidade na Mesa IV, Turismo Comunitário como instrumento de redução de pobreza e inclusão social, na V edição do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre-RS. - Foi criado o grupo Amigos da Escola, para incentivar o voluntarismo e a participação de moradores e visitantes na Escola. - De 01 a 03/abril, a convite, estivemos representando a Incubadora de Cooperativas da UFC (com o Sr. Aerson), num encontro local com representantes do Conselho de Turismo, para assessorar na decisão da institucionalização da Coopercantur ou fortalecimento da Associação;

APÊNDICE 5: cronologia dos principais fatos da história da Prainha

2005	<p>- Em Novembro o René participa de uma oficina em San Andrés, Colômbia sobre a unificação do tamanho da lagosta <i>panulirus argus</i>, a convite do GCFI - <i>Gulf and Caribbean Fisheries Institute</i>, com apoio do NOAA e <i>Red Lobster</i>, cadeia de restaurantes nos EUA.</p> <p>- Em novembro, René, Jefferson e Rodrigo do Terramar, e Martilene do FPPLC, participaram da oficina do ICSF sobre Direitos dos Pescadores Artesanais e Pesca Sustentável, em Santa Clara, Argentina.</p> <p>- De 21 a 25/novembro, Lindomar, representando a COOPERCANTUR, participa no IV Encontro da “<i>La red de Turismo Comunitário Sostenible de America Latina-REDTURS</i>”, no Panamá.</p>
2006	<p>- Durante o ano foram iniciadas oficinas de sensibilização com oito comunidades do litoral de Beberibe para implantação de uma Área Marinha Protegida-AMP.</p> <p>- Em Janeiro, por meio dos representantes da comunidade no CGSL, apresentou-se a proposta para implantar uma AMP para toda a costa dos 54 km, de Beberibe, com 25 km em direção ao mar aberto. Com o MONAPE, a CPP e o TERRAMAR defendendo, conseguiu-se que o Subcomitê Científico elaborasse um estudo e o CGSL aprovasse a proposta.</p> <p>- De 25 a 27/janeiro, foi realizado na cidade de Fortaleza, o II Seminário Internacional sobre Pesca Responsável; uma iniciativa do René com organização do Instituto Terramar e FODZCC, financiado pelos “Amigos da Prainha”, FAO e a Fundação AVINA.</p> <p>- Em 02/02, quinta-feira; implantado o projeto CVD (Canto Verde Digital) com apoio da SEAP; Prefeitura e dos “Amigos da Prainha”. O objetivo foi instalar um sistema de informática e comunicação de última geração para o uso da Escola, das organizações comunitárias e de todos os moradores.</p> <p>- De 23 a 26/março, René participa do II FITS - Fórum Internacional de Turismo Solidário em Chiapas, México representando a COOPERCANTUR e a TURISOL (Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário - a Prainha faz parte da “rede” - http://turisol.wordpress.com/).</p> <p>- Em 14/03, terça-feira, os Juízes da 3ª turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conheceu do recurso especial impetido pela Imobiliária Henrique Jorge; a comunidade, definitivamente, ganha a questão da luta pela terra.</p> <p>- De 18 a 20/maio, René participa da III reunião da RECOPEDES (<i>Red de Comunidades de Pescadores Artesanales para el Desarrollo Sostenible</i>), na cidade de Paraná, Entre Ríos, Argentina, a convite, representando a comunidade da Prainha.</p> <p>- Em Julho, o ICSF celebrou a sua Assembleia Geral em Fortaleza com participantes de mais de 20 países da FAO e de representantes do FPPLC, FODZCC e outras ONG’s brasileiras; após o evento, vários participantes passaram alguns dias na Prainha para intercâmbio.</p> <p>- Em setembro o René participou da Oficina da FAO sobre a lagosta <i>panulirus argus</i> em Mérida, México. Foi a primeira participação de uma comunidade neste tipo de oficina técnica, anteriormente reservado a cientistas, governos e empresas de pesca. René apresentou uma declaração em apoio à participação da pesca artesanal.</p>
2007	<p>- Em 07/01/2007, domingo; aconteceu na comunidade a Consulta Pública para criação da Reserva Extrativista da Prainha de Canto Verde - RESEX. No evento estiveram presentes o Superintendente do IBAMA-CE e representantes do IBAMA/DISAM-Brasília, da SEAP-Ceará, da Prefeitura de Beberibe, do Sindicato dos Pescadores, do Fórum em Defesa da Zona Costeira, do Instituto Terramar, da Colônia de Pescadores Z11, da Federação dos Pescadores do Ceará, do MONAPE e das comunidades de Morro Branco, Praia das Fontes, Barra de Sucatinga e Parajuru.</p> <p>- Em maio, a comunidade consegue, junto a SEAP, 61 permissões de pesca da lagosta.</p> <p>- Em maio, com o apoio da prefeitura de Beberibe e financiamento dos “Amigos da Prainha”, instalou-se o programa da Gestão Comunitária da Coleta de Lixo. A partir da escola procurarse-ou criar na população uma consciência para a redução, reaproveitamento e reciclagem do lixo para facilitar a coleta por pessoas da comunidade, preservando-se a beleza do ecossistema local e melhorando a qualidade de vida na comunidade.</p> <p>- Em outubro, instala-se o projeto Geração Muda Mundo, para fomentar o empreendedorismo social nos jovens de 14 a 24 anos, investindo em sua capacidade de criar empreendimentos com impacto social positivo; Também para formar uma rede diversificada de jovens empreendedores sociais, integrada num movimento em escala nacional. O projeto é financiado pelos “Amigos da Prainha” e a Fundação Stanley Johnson, com apoio da Fundação Ashoka Empreendedores Sociais, uma organização mundial.</p>
2008	<p>- A Associação entra na Justiça contra a SEAP para conseguir mais oito permissões para</p>

APÊNDICE 5: cronologia dos principais fatos da história da Prainha

2008	<p>pesca da lagosta, para jangadas da comunidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em fevereiro, cria-se um Fundo de Educação para fornecimento de Bolsas de Estudo para cursos de nível superior e técnico, em escolas públicas. As bolsas são disponíveis para professores, alunos e ex-alunos da Escola Bom Jesus dos Navegantes. - Em maio, Terramar e FODZCC organizou o II Seminário Internacional de Turismo Responsável, em Fortaleza, com importante participação de moradores da Prainha. Teve financiamento dos “Amigos”, da Fundação Suíça para Solidariedade no Turismo e AVINA. - Em junho, foi protocolado o pedido de implantação de uma Área de Marinha Protegida no Instituto Chico Mendes, do MMA. - De 04 a 08/agosto, Beto (MONAPE), representa a Prainha no “<i>Taller Latinoamericano de La Pesca Artesanal</i>”, em Valparaíso – Chile. - Em outubro, Roberto Carlos R. de Lima e René participaram do Encontro da <i>Red de Comunidades de Pescadores Artesanales para el Desarrollo Sostenible</i> - RECOPADES, em Vigo, Galícia- Espana junto com pescadores de España, Argentina, Uruguay e Chile, visitando projetos de áreas marinhas protegidas e comercialização de pescado. - De 13 a 17/outubro, René participou da 4ª Conferência Internacional da Pesca Artesanal em Bangkok, organizado pela FAO, com participação de mais de 100 representantes de comunidades e movimentos de pescadores dos cinco continentes. - Em 30/outubro, René participou, como membro do GT - Recursos Marinhos da Frente Parlamentar Ambientalista, de audiência com o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. O Ministro se comprometeu a dar prioridade para implantação de áreas marinhas protegidas reivindicadas pelo grupo, entre elas, a RESEX da Prainha do Canto Verde. - Em novembro, o René participou do VI Encontro da “<i>La red de Turismo Comunitario Sostenible de America Latina-REDTURS</i>”, em La Paz, Bolívia, representando a comunidade que é membro da Rede (http://www.redturs.org/).
2009	<ul style="list-style-type: none"> - De 29 a 31/janeiro, René participou do Fórum Social Mundial, em Belém do Pará, apresentando palestra no Seminário “Outro Turismo é Possível” sobre o tema Turismo, Território e Especulação. - Em 19/02, quinta-feira; Assembleia Geral, da COOPERCANTUR, resolve deliberar sobre o retorno do grupo à formatação anterior de “Conselho de Turismo”. - De 01 a 05/março, René participou da Conferência dos Ministros de Pesca – COFI, como membro da delegação do ICSF que apresentou as demandas elaboradas na Conferência de Bangkok de 2008 a favor da pesca de pequena escala. - Em março, novamente a comunidade é agraciada com o prêmio <i>To Do! 2008</i>, durante a 43ª <i>International Tourism Exchange</i> - Feira Internacional de Turismo; em Berlim-Alemanha – desta vez por ser membro da Rede de Turismo Comunitário TUCUM. - Em abril, implantou-se no Estaleiro Escola o projeto Marcenaria, com inscrições para 15 jovens do projeto Geração Muda Mundo e dez vagas para membros (adultos) da comunidade. - Em 05/junho, sexta-feira, dia do Meio Ambiente, o presidente Lula assinou decreto sancionado e criando a Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde, em Beberibe (CE), A RESEX é uma conquista histórica dos comunitários da Prainha que, desde a década de 1980, lutam contra a especulação imobiliária e pelo direito a terra.

Fonte: Organização e redação baseada em documentos e arquivos pesquisados em livros, atas, e relatórios contidos na Associação dos Moradores, Escola, Conselho de Turismo, CDPDH, *site* da comunidade, arquivos do René Schärer e nas entrevistas realizadas com os protagonistas que vivenciaram as ações da comunidade naquele período. A ocorrência e o período de cada evento foram verificados em pelo menos duas fontes.

APÊNDICE 6: Principais eventos educativos realizados na Comunidade da Prainha, desde 1997.

Principais eventos (Cursos, Seminários, Oficinas, Encontros etc.) educativos realizados na Comunidade da Prainha, desde 1997.
(informações coletadas dos **CERTIFICADOS** dos participantes, Livros da **COOPERCANTUR**, Arquivos **René Schärer** e Relatórios do **TERRAMAR**)

Nome do Evento	Executoror (es)	Período de realização	Carga Horária
	1997	1997	
Curso de Capacitação (P.E.): Escrita e leitura; Matemática e Educação Ambiental	TERRAMAR	22 a 23/02/1997 01 a 03/03/1997	40
Seminário Escola e Vida no Litoral	TERRAMAR/ABRINQ	06 a 07/12/1997	15
	1998	1998	
Dois Cursos; Capacitação e Aprofundamento para a Proposta Político Pedagógica (P.E.)	TERRAMAR	1998	48
Oficina sobre Sexualidade, Prevenção à Drogas, AIDS e DST	TERRAMAR/FASE	1998	12
Oficina de Construção de uma Brinquedoteca (P.E.)	TERRAMAR	1998	12
Capacitação para Professores	TERRAMAR	18/19 e 25/26/04/1998	24
Curso de Culinária	Amigos da Prainha	julho e agosto/1998	40
Capacitação(professores) "Planejamento e Vivência de Projetos"	TERRAMAR	19/20 e 26/27/09/1998	40
Seminário de Ecoturismo Comunitário	Associação/Terramar	29 a 30/10/1998	15
Oficina de Gênero (P.E.)	TERRAMAR – FASE	Outubro/1998	15
Curso, Fundamentos Básicos p/o Planejamento Turístico	EMBRATUR - SEBRAE	16 a 20/11/1998	20
Oficina de Gênero	TERRAMAR – FASE	28 a 29/11/1998	15
Curso de Artesanato	Amigos/COOPERCANTUR/Epifânio	Dezembro/1998	24
	1999	1999	
Curso de Formação de Lideranças – em seis módulos	TERRAMAR/AVINA/Amigos/GTZ	Jan.-dez./1999	264
Workshop sobre Formação para o Setor Pesqueiro	TERRAMAR	14 a 16/01/1999	24
Oficinas de Brinquedos Populares (P.E.)	TERRAMAR	8 quinzenas em 1999	64
Seminário da Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP)	Arquidiocese de Fortaleza	Abril/1999	-
Troca de experiência entre comunidades de Pesca do Ceará	TERRAMAR/IBAMA	julho/1999	-
Curso sobre Trilhas Ecológicas	"Amigos"/COOPERCANTUR/UFC	julho/1999	24
Oficina "Manual do Arquiteto Descalço"	TERRAMAR	12 e 17/07/1999	16
Curso, Hospedaria Domiciliar	Vento Leste	19 a 22/07/1999	24
Seminário Internacional sobre Sustentabilidade Socioambiental de Projetos em Comunidades Pesqueiras	TERRAMAR	26 a 28/07/1999	24
Curso de Artesanato	Amigos Prainha/COOPERCANTUR	agosto/1999	20

APÊNDICE 6: Principais eventos educativos realizados na Comunidade da Prainha, desde 1997.

II Seminário Escola e Vida no Litoral	TERRAMAR/ABRINQ	16 a 18/08/1999	32
Oficina de Gênero	TERRAMAR – FASE	30 a 31/09/1999	15
Capacitação em Educação Ambiental	TERRAMAR	04 a 08/10/1999	40
Capacitação(professores) "Leitura e Escrita - Educação Infantil"	TERRAMAR	04 a 08/10/1999	40
Oficina Brincar – o trabalho da Criança	TERRAMAR	09 a 10/12/1999	16
Curso, Associativismo nos Negócios Turísticos	FAT/SINE-CE/FIEC– IEL	16 a 17/12/1999	15
Curso Básico de Cooperativismo e Associativismo	Incubadora da UFC	out/99 a abril/2000	52
2000	2000	2000	
Curso de Formação de Lideranças – em seis módulos	TERRAMAR/AVINA/Amigos/GTZ	Jan.-dez./2000	264
Curso de Pintura em Tecido	Amigos Prainha/COOPERCANTUR	jan/fev/2000	24
Curso, Inglês para Hotelaria e Turismo	SEBRAE	24 a 28/01/2000	40
Curso de Capacitação em Trilhas	"Amigos"/COOPERCANTUR/UFC	fev./2000	40
Curso, Aperfeiçoamento para Cozinheiro	SEBRAE	02 a 06/02/2000	40
Workshop Latino Americano de Gênero nas Comunidades Pesqueiras	Terramar/lbama/DPA/Prorrenda	Junho/2000	12
Curso, Produtor de Hortaliças	CENTEC – CVT	31/07 a 04/08/2000	40
I Oficina sobre Área Reservada para a Pesca Artesanal	TERRAMAR	agosto/2000	8
Curso, Aproveitamento de Elementos Naturais da Paisagem	Sec. Trab. e Ação Social	15 a 28/08/2000	45
II Oficina sobre Área Reservada para a Pesca Artesanal	TERRAMAR	setembro/2000	8
III Oficina sobre Área Reservada para a Pesca Artesanal	TERRAMAR	setembro/2000	8
Encontro de Planejamento dos Projetos na Comunidade	Associação MPCV	14/09/2000	5
Oficina de Arte e Educação	TERRAMAR	28/10/2000	8
Oficina de Construção do Parque Infantil da Prainha	TERRAMAR	11-15/10 e 22-23/10/2000	28
2001	2001	2001	
Curso, Básico de Inglês para Turismo	Amigos da Prainha/SKY	08 a 12/01/2001	30
Curso, Qualidade em Serviços Turísticos	SEBRAE	22 a 26/01/2001	20
1ª Encontro Escola de pesca	TERRAMAR	28/01/2001	7
Capacitação e Planejamento da III Semana Pedagógica	TERRAMAR	05 a 10/02/2001	48
2ª Encontro Escola de Pesca	Terramar	03/06/2001	7
Curso, Inglês para Turismo – 2º módulo	Amigos da Prainha/SKY	02 a 06/07/2001	30
Oficina Prorrenda-Diagnostico organizacional participativo(DOP)	TERRAMAR	agosto/2001	8
Oficina Prorrenda-Diagnostico organizacional participativo(DOP)	TERRAMAR	setembro/2001	8
Curso de Formação de Lideranças – em seis módulos	TERRAMAR/AVINA/Amigos/GTZ	otu./2001-dez./2002	264
Oficina Prorrenda-Diagnostico organizacional participativo(DOP)	TERRAMAR	18/12/2001	8

APÊNDICE 6: Principais eventos educativos realizados na Comunidade da Prainha, desde 1997.

2002	2002	2002	
Curso, Inglês Básico para Turismo	Amigos da Prainha/SKY	jan/2001 a jan/2002	126
Planejamento Pedagógico na Escola	TERRAMAR - CVT	23 a 24/01/2002	16
Projeto "Escola dos Povos do Mar", aplicado na Escola local	Amigos/Terramar	Fev./2002 a abril/2004	690
Diagnóstico Socioambiental	TERRAMAR	27 a 28/07/2002	16
Curso, Condutor de Trilhas Ecológicas	"Amigos"/COOPERCANTUR/UFC	agosto/2002	8
III Seminário Escola e Vida no Litoral	TERRAMAR/Séc. Educ. Aracati	01 a 03/08/2002	24
2003	2003	2003	
Curso, Gestão de Restaurantes e Barracas de Praia	SEBRAE	20 a 24/01/2003	32
I Oficina de Turismo Rural	Terramar/Amigos/EMATERCE	10 a 13/04/2003	30
Oficina Rural Comunitária	TERRAMAR/AMIGOS	maio/2003	24
Seminário comunitário Brasil	TERRAMAR/AMIGOS	maio/2003	32
Oficina de Turismo Comunitário	TERRAMAR/Amigos da Prainha	07 a 11/05/2003	30
Seminário de Planejamento Estratégico e Desenv. Econ. Local	"Amigos"/COOPERCANTUR	21 a 23/08/2003	20
Curso de Guias de Trilhas	"Amigos"/COOPERCANTUR/UFC	setembro/2003	8
I Olimpíada Povos do Mar	TERRAMAR/Amigos da Prainha	11 a 12/10/2003	30
Atividades da Escola dos Povos do Mar (aulas; práticas; oficinas; seminários; etc.)	TERRAMAR/Amigos	Jan. a dez./2003	130
2004	2004	2004	
Curso de Compostagem	CENTEC/CVT de Beberibe	19 a 23/01/2004	20
Seminário Tecendo Resistência	TERRAMAR	03 a 05/03/2004	20
Seminário Educação dos Povos do Mar	Terramar/Konrad Adenauer	15 a 17/04/2004	20
Curso de Bio-Arquitetura	TIBÁ	24 a 27/05/2004	30
Seminário Estaleiro Escola	Terramar/Associação MPCV	11 a 13/09/2004	20
2º Encontro de Fellows da Ashoka na Prainha do canto Verde	ASHOKA	24 a 27/09/2004	30
2005	2005	2005	
Encontro de Planejamento Uso Estaleiro Escola e Catamarã	Terramar/Associação MPCV	01/12/2005	7
Encontro sobre Planejamento Cooperativo e Associativo	Associação e Coopercantur	01 a 03/04/2005	15
2006	2006	2006	
Encontro Conselho de Ética e Prefeitura de Beberibe	Associação MPCV	16/01/2006	7
Curso, Comunicação e Cultura	TERRAMAR/UECE	março/2006	24
Seminário sobre a REALCE-Rede de Apoio Ambiental	TERRAMAR	07/04/2006	8
Oficina sobre a REALCE-Rede de Apoio Ambiental	TERRAMAR	julho/2006	8
Oficina Área Marinha Protegida de Beberibe	Terramar/ Fórum dos PPLC	19 a 20/08/2006	14

APÊNDICE 6: Principais eventos educativos realizados na Comunidade da Prainha, desde 1997.

Curso de Fabricação de Bason (banheiro seco)	SODIS/TIBÁ	out/2006	16
2007	2007	2007	
Oficina Unidade de Conservação do Litoral Leste do Ceará	Terramar/ Associação MPCV	10 a 11/02/2007	14
Oficina Código de Conduta Pesca Artesanal	FAO	09 a 12/02/2007	24
Curso Básico de Informática	Escola local	Março a abril/2007	40
Oficina sobre Área de Marinha Protegida	TERRAMAR	01/04/2007	8
Encontro Lançamento do Projeto Geração Muda Mundo	Associação Moradores	11/05/2007	3
Seminário de Avaliação do Movimento Comunitário	TERRAMAR	31/05 a 02/06/2007	20
Encontro com Jovens do Projeto Geração Muda Mundo	Associação Moradores	11/07/2007	4
Encontro com Jovens do Projeto Geração Muda Mundo	Associação Moradores	27/07/2007	3
Encontro com Jovens do Projeto Geração Muda Mundo	Associação Moradores	18/08/2007	4
Seminário "Rede de Amigos"	Terramar/Amigos da Prainha	04 a 06/09/2007	20
Encontro com Jovens do Projeto Geração Muda Mundo	Associação Moradores	22/09/2007	4
Encontro com Jovens do Projeto Geração Muda Mundo	Associação Moradores	13/10/2007	4
Oficina de Planejamento Estratégico da AMPCV	Terramar/Associação MPCV	19 e 20/10/2007	12
Encontro Grupo Técnico AMP Beberibe	Terramar/ Associação MPCV	08 a 09/11/2007	12
Oficina Preparação AMP - AVINA	AVINA	09 a 10/11/2007	14
Encontro Grupo Técnico p/ Metodologia Consulta AMP Beberibe	Terramar/ Associação MPCV	25/11/2007	6
Encontro com Jovens do Projeto Geração Muda Mundo	Associação Moradores	27/11/2007	4
2008	2008	2008	
Curso Inglês para jovens (Geração Muda Mundo)	Amigos da Prainha	2007 - 2008	16 h/mês
Curso, Página da Internet – Web (quatro módulos)	Escola/Amigos/ FAE Informática	2007 - 2008	32
Encontro Meso-America da Rede AVINA	AVINA - RCMH	13 a 16/01/2008	30
Encontro da Rede TUCUM (suas lideranças)	Rede TUCUM	Janeiro/2008	20
Encontro Planejamento da Consulta Pública sobre AMP Beberibe	Terramar/ Associação MPCV	08/03/2008	4
1º Encontro das Artesã e Artesão da PCV	Arte Escola e Amigos da PCV	23/08/2008	4
2009	2009	2009	
I Encontro da Oficina Historiando – 20 partc.	Rede TUCUM	03 e 04/07/2009	12
I Seminário sobre a RESEX da Prainha – após aprovação	Associação Local	10/07/2009	6
Curso Gestão de Negócios no Turismo Comunitário – 25 partc.	Rede TUCUM	22 a 24/07/2009	20
II Encontro da Oficina Historiando – 20 partc.	Rede TUCUM	15 e 16/08/2009	12
III Encontro da Oficina Historiando – 20 partc.	Rede TUCUM	28 a 30/08/2009	18
IV Encontro da Oficina Historiando – 20 partc.	Rede TUCUM	25 e 26/09/2009	12
Encontro da Rede CEP - Educomunicação - 16 representantes	Comunicação e Cultura de Fort.	30/09 a 03/10/2009	24

APÊNDICE 7: Principais eventos educativos realizados por membros da Prainha, fora da Comunidade, desde 1996

Principais eventos (Cursos, Seminários, Oficinas, Encontros etc.) educativos realizados por membros da Prainha, fora da comunidade, desde 1996. (informações coletadas dos **Certificados** dos participantes, Arquivos de **René Schärer** e Relatórios do **TERRAMAR**)

Nome do Evento	Encaminhado por:	Quantidade participantes	Local do evento	Período de realização	Carga Horária
	1996-1998	1996-1998	1996-1998	1996-1998	
I Curso de Fiscais Colaboradores	IBAMA - Supes-CE	01	Icapui-CE	09 a 13/12/1996	40
I Seminário Internacional sobre Pesca Responsável	Associação - Amigos	05	Beberibe-CE	05 a 07/09/1997	20
Seminário sobre Ordenamento da Pesca de Lagosta	IBAMA - Terramar	02	Aquiraz-CE	02 a 03/04/1998	15
Curso de Microinformática Básica	Associação MPCV	03	Aracati - CE	Jun-Julho/1998	80
Assembleia Geral do ICSF	ICSF	01	Trivandrum-Índia	novembro/1998	-
2º Encontro Internacional dos Povos do Mar e da Mata Atlântica	NUPAUB - USP	03	Caraguatatuba - SP	09 a 12/12/1998	20
2000	2000			2000	
Curso Informática Básica	Iniciativa pessoal	01	Parajuru/Beb. - CE	julho/2000	80
I Encontro	Escola (coral inf.)	01	Fortaleza - CE	17 a 26/07/2000	30
Curso de Aproveitamento de Elementos Naturais da Paisagem	Associação MPCV	20	Fortaleza - Ceara	15 a 28/08/2000	80
Capacitação de Professores Orientadores	Escola	01	Beberibe	16 a 20/10/2000	40
2001	2001			2001	
Curso Produtos de Limpeza	Iniciativa pessoal	01	Beberibe	19/02 a 09/03/2001	40
I Encontro cultural dos Povos do Mar	Associação MPCV	5	Fortaleza-Ceará	30/11; 01-02/12/2001	20
2002	2002			2002	
Assembleia Geral do ICSF	ICSF	01	Moçambique	março/12002	-
III Seminário Escola e Vida no Litoral II Conferência Municipal de Educação	Associação MPCV	03	Aracati - CE	01 a 03/08/2002	20
VII Encontro dos Povos do Mar da Mata Atlântica	Associação MPCV	02	São Sebastião-SP	11 a 15/09/2002	30
II Encontro Cearense de Turismo Municipal	Associação MPCV	04	Fortaleza-Ceará	17 a 18/10/2002	10
Seminário Nacional de Extensão e o Novo Espaço Rural no Nordeste Brasileiro	Associação MPCV	01	Recife - PE	06 a 08/11/2002	20
2003	2003			2003	
Curso Básico em Informática	Iniciativa pessoal	01	Beberibe - CE	20/01 a 05/02/2003	40
Formação de Educadores do Projeto Escola e	Escola	04	Flecheiras/Tra. - CE	24 a 26/04/2003	24

APÊNDICE 7: Principais eventos educativos realizados por membros da Prainha, fora da Comunidade, desde 1996

Vida no Litoral					
I Seminário Internacional de Turismo Sustentável	Associação MPCV	10	Fortaleza-Ceará	12 a 15/05/2003	24
Formação Continuada em Ciências	Iniciativa pessoal	01	Beberibe - CE	03/06 a 03/10/2003	120
Seminário Terra e Vida na Zona Costeira	Associação MPCV	3	Fortaleza - CE	13 a 15/06/2003	20
Curso de Extensão em Educação Popular	Escola/Associação	2	Fortaleza - CE	28/07 a 01/08/2003	40
I FITS - Fórum Internacional de Turismo Solidário	Amigos/Terramar	01	França	setembro/2003	
II Encontro	Escola (coral inf.)	01	Fortaleza - CE	13 a 15/09/2003	30
1ª Conferência Estadual de Aquicultura e Pesca	Associação MPCV	03	Fortaleza - CE	15 e 16/09/2003	14
Conferência Estadual de Meio Ambiente	Associação MPCV	10	Fortaleza - CE	17 a 19/10/2003	20
III Encuentro de La red de Turismo Comunitario Sostentible de America Latina - REDTURS	Associação MPCV / OIT - ONU	01	São José-Costa Rica	26 a 29/10/2003	24
VI Congresso Latino Americano de Globalização (Alternativa e Experiências Proposta Frente a Globalização)	Associação MPCV	01	Santiago do Chile	13 a 20/11/2003	30
Oficina do "Global Fórum of Tourism Intervention"	Amigos - AMPCV	01	Hanover-Alemanha	novembro/2003	
1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca	SEAP/PR	02	Luziânia - GO	25 a 27/11/2003	20
2004	2004			2004	
IV Edição do Fórum Social Mundial	Amigos/Terramar	01	Mumbai-Índia	16 a 21/01/2004	24
V Encontro Estadual de Hotéis e Pousadas	Associação MPCV	05	Fortaleza - CE.	16/03/2004	6
Fórum dos Pescadores do Litoral do Ceará	Associação	02	Trairi-Guajiru-CE	27 a 28/03/2004	
Seminário; "Educação para a Sustentabilidade"	Associação AMPCV	01	Fortaleza - CE	30/março/2004	6
IV Congresso Mundial de Pesca	Fundação AVINA.	01	Vancouver-Canadá	maio/2004	-
Capacitação em Educação para o Desenvolvimento Humano	Escola / Ashoka	04	EDISCA	11/09 a 10/12/2004	102
Curso Profissionalizante de Informática	Escola	03	Paripueira-Beberibe	05/08 a 15/10/2004	88
2005	2005			2005	
V Edição Fórum Social Mundial	Terramar e AMPCV	01	Porto Alegre - RS	24 a 31/01/2005	24
Assembleia dos Movimentos Sociais da Zona Costeira	Fórum do Pescadores	02	Fortaleza - CE	24 a 26/02/2005	20
IV Salão de Turismo Sustentável	Associação MPCV	01	São Paulo -SP	06 a 09/06/2005	24
IX Encontro dos Povos do Mar e da Mata Atlântica	Associação MPCV	01	Salvador - Ba	10 a 12/06/2005	20
Workshop Estratégias e Ações para o Estabelecimento de Projeto de Microfinanciamento de Atividades Sustentável na Zona Costeira do Programa Nac. de Ação	Associação MPCV	02	Rio de Janeiro-RJ	7 a 8/07/2005	12
I Seminário; Técnica Alternativa de Saneamento Básico	Associação MPCV	12	Fortaleza-Ceará	13/09/2005	6
Dia Nacional de luta do Pescador e da Pescadora	Prefeitura - MONAPE	15	Fortaleza - CE	22/novembro/2005	5

APÊNDICE 7: Principais eventos educativos realizados por membros da Prainha, fora da Comunidade, desde 1996

IV Encuentro de La red de Turismo Comunitario Sostenible de América Latina - REDTURS	Associação MPCV / OIT - ONU	01	Rep. Panamá-PAN	21 a 25/11/2005	30
Programa Garagem Digital - 1	Escola	02	Beberibe	Jun-nov/2005	300
Oficina de preparação para o "II Encontro cultural dos Povos do Mar"	Associação MPCV	4	Fortaleza-Ceará	novembro/2005	8
Oficina do ICSF, sobre Direitos dos Pescadores Artesanais e Pesca Sustentável.	ICSF	01	Santa Clara – Argentina	Novembro/2005	-
II Encontro cultural dos Povos do Mar	Associação MPCV	5	Fortaleza-Ceará	02 a 04/12/2005	24
2006	2006			2006	
Seminário de Formação do Fundo de Apoio REALCE	Escola local	01	Fortaleza	(dois dias) 2006	12
Seminário de Pesca Artesanal do Litoral Leste	Associação MPCV	03	Beberibe - CE	21/janeiro/2006	6
II Seminário Internacional sobre Pesca Responsável no Brasil	Associação MPCV	03	Fortaleza-Ceará	25 a 27/01/2006	20
Sea Food Summit	AVINA e SFCCI	01	Jacksonville-Florida	janeiro/2006	
Seminário de Pesca Artesanal do Ceará	Associação MPCV	03	Fortaleza - CE	13/fevereiro/2006	6
2ª Conferência Estadual de Aquicultura e Pesca	Associação MPCV	03	Fortaleza - CE	22 e 23/02/2006	15
II FITS - Fórum Internacional de Turismo Solidário	Amigos	01	Chiapas, México	23 a 26/03/2006	24
2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca	SEAP/PR	02	Luziânia - GO	14 a 16/03/2006	20
Seminário Educação Especial	Escola	01	Beberibe - CE	20/04/2006	8
III Reunião da RECOPADES (Red de Comunidades de Pescadores Artesanales para el Desarrollo Sostenible).	RECOPADES	01	Paraná - Entre Rios, Argentina	18 a 20/05/2006	18
Emerging Concerns of Fishing Communities	Terramar - ICSF	02	Fortaleza - CE	04 a 06/07/2006	20
Assembleia Geral do ICSF	ICSF	01	Fortaleza - CE	Julho/2006	
Seminário Manguezal e Vida Comunitária	Associação MPCV	03	Fortaleza - CE	21 a 24/08/2006	30
Oficina de avaliação e ordenamento da FAO sobre a lagosta <i>panulirus argus</i>	Terramar/FAO	01	Mérida, México	Setembro/2006	
IV Jornada de Catarinense de Turismo Rural e Participação Comunitária	Associação MPCV	01	Joinville - SC	8 a 9/11/2006	12
Encontro Nacional de Lideranças Comunitária das Reservas Extrativista	Associação MPCV	01	Brasília - DF	26/11 a 02/12/2006	40
2007	2007			2007	
Seminário Nacional: Política p/Formação Humana na Pesca Marinha, Continental e Aquicultura Familiar	SEAP/PR	01	João Pessoa - PB	22 a 24/05/2007	20

APÊNDICE 7: Principais eventos educativos realizados por membros da Prainha, fora da Comunidade, desde 1996

X Encontro Nacional de Turismo com Base Local	ENTBL	05	João Pessoa - PB	05 a 09/06/2007	30
Curso "Educação Ambiental, Patrimônio Cultural e Turismo Comunitário"	ENTBL	04	João Pessoa - PB	05 a 09/06/2007	20
Programa Garagem Digital 2	Escola	02	Beberibe	Jun-nov/2007	300
6ª Oficina para Inclusão Digital	Telecentro	01	Salvador	26 a 29/11/2007	30
Capacitação Empreendedorismo Social Geração Muda Mundo	Escola / Ashoka	12	Maracanaú	Novembro 2007	12
2008	2008			2008	
Campus Party Brasil	Telecentro	01	São Paulo	11 a 17/02/2008	40
Conferencia Especial por la Soberanía Alimentaria por los Derechos y por La Vida	IICA - MONAPE	01	Brasilia - DF	10 a 13/04/2008	24
30ª Conferencia Regional da FAO para América Latina y el Caribe	IICA - MONAPE	01	Brasilia - DF	14 a 18/04/2008	30
II Seminário Internacional de Turismo Sustentável	Associação MPCV	10	Fortaleza-Ceará	12 a 15/05/2008	24
III Curso de Capacitação de Líderes em Gestão Compartilhada no Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros no Brasil	Associação MPCV	02	Tamandaré-PE	30/03 a 05/04/2008	40
IV Fórum de Diálogo das Comunidades e Povos Tradicionais e Extrativismo	Coord. de Agro Extrativismo/MMA	01	Imperatriz-MA	01 a 03/08/2008	15
Taller Latinoamericano de La Pesca Artesanal	MONAPE	01	Valparaíso - Chile	04 a 08/08/2008	30
Encontro Rumo e Ventos (Construção Plano Trienal - Terramar para os próximos 3 anos)	Associação MPCV	02	Fortaleza-Ceará	17 a 18/09/2008	15
Encontro da RECOPADES - Red de Comunidades de Pescadores Artesanales para el Desarrollo Sostenible	RECOPADES	02	Vigo - Galicia - España	outubro/2008	-
VI Conferencia Internacional da Pesca de Pequena Escala (Pesca Artesanal) da FAO	FAO	01	Bangkok-Tailândia	13 a 17/10/2008	24
Curso, "Fortalecendo o Turismo Comunitário no Diálogo com a Socioeconomia Solidária"	Rede TUCUM	02	Fortaleza	21 a 23/11/2008	24
VI Encuentro de La red de Turismo Comunitario Sostenible de América Latina-REDTURS	Associação MPCV / OIT - ONU	01	La Paz - Bolívia	novembro/2008	24
Reunião da Diretoria e do Conselho Deliberativo do MONAPE	MONAPE	02	Olinda - PE	09 a 12/12/2008	30
Capacitação e Gestão do Agente do CIPAR	Associação	01	Recife - PE	13 e 14/12/2008	15

APÊNDICE 7: Principais eventos educativos realizados por membros da Prainha, fora da Comunidade, desde 1996

2009	2009			2009	
IX Edição Fórum Social Mundial	Terramar e AMPCV	02	Belém - PA	27/01 a 01/02/2009	24
Conferência do Comitê de Pesca da FAO	FAO	01	Bangkok-Tailândia	01 a 05/03/2009	24
Seminário Cadeia Produtiva da Lagosta	SEAP-CE	03	Fortaleza-Ceará	07 a 09/04/2009	20
Enc. Nac. de Análise Pol. Pub. p/Pesca Artesanal	MONAPE/ CPP	03	Olinda - PE	12 a 14/05/2009	15
3ª Conferencia Estadual de Aquicultura e Pesca	MPA-CE	03	Fortaleza-Ceará	01 e 02/07/2009	18
Encontro da Rede de Educação Popular - RECIDE	RECIDE	01	Fortaleza-Ceará	14 A 15/08/2009	12
I Seminário Nac. da Confederação Nacional dos Sindicatos da Pesca Artesanal	CONFESPA	01	Teresina - PI	27/08 a 01/09/2009	24
3ª Assembleia Nacional do MONAPE	MONAPE	03	Fortaleza - CE	02 a 03/09/2009	10
12ª INTECLESIAL das CEBs	Diocese de Fortaleza	01	Porto Velho - RO	12 a 15/09/2009	20
1ª Conferência Nacional da Pesca Artesanal	MONAPE / CPP	01	Brasília	28 a 30/09/2009	15
3ª Conferencia Nacional de Aquicultura e Pesca	MPA	02	Brasília	29/09 a 02/10/2009	20

APÊNDICE 8: Percentuais e frequência, encontrados para o cruzamento entre algumas categorias destacadas na pesquisa
Valores (casos positivos), frequência e percentuais encontrados nos “cruzamentos” entre algumas categorias destacadas na pesquisa, na opinião de 27 dos sujeitos entrevistados.

	razãodo	orgacom	obsmud	edudest	procede	proceli	procevi	capacit	impocap	sentper	difecom	relamov
pmc	24 (88,9%)	23 (85,2%)	24 (88,9%)	19 (70,4%)	22 (81,5%)	22 (81,5%)	20 (74,1%)	23 (85,2%)	22 (81,5%)	23 (85,2%)	23 (85,2%)	23 (85,2%)
razãodo	–	25	27	22	25	25	20	24	24	26	26	25
orgacom	92,6%	–	25	20	24	24	19	23	23	24	24	24
obsmud	100%	92,6%	–	22	25	25	20	24	24	26	26	25
edudest	81,5%	74,1%	81,5%	–	21	20	15	19	19	21	21	20
procede	92,6%	88,9%	92,6%	77,8%	–	24	18	22	22	24	24	23
proceli	92,6%	88,9%	92,6%	74,1%	88,9%	–	19	22	22	25	25	23
procevi	74,1%	70,4%	74,1%	55,6%	66,7%	70,4%	–	19	18	20	20	19
capacit	88,9%	85,2%	88,9%	70,4%	81,5%	81,5%	70,4%	–	23	23	23	23
impocap	88,9%	85,2%	88,9%	70,4%	81,5%	81,5%	66,7%	85,2%	–	23	23	23
sentper	96,3%	88,9%	96,3%	77,8%	88,9%	92,6%	74,1%	85,2%	85,2%	–	26	24
difecom	96,3%	88,9%	96,3%	77,8%	88,9%	92,6%	74,1%	85,2%	85,2%	96,3%	–	24
relamov	92,6%	88,9%	92,6%	74,1%	85,2%	85,2%	70,4%	85,2%	85,2%	88,9%	88,9%	–

Legenda: **pmc**=participação no movimento comunitário

razãodo=conhece o "por quê" do movimento comunitário na PCV

orgacom=conhecimento da organização/mobilização da comunidade

obsmud=observou mudanças na comunidade após o movimento

edudest=citou/apontou a educação como o destaque do MCP

procede= o conceito/a prática da educação/escolarização formal, foi citado; entendido.

proceli=lição de vida/mundo apreendida com a participação no MCP

procevi=visão de mundo trazida pela participação no MCP

capacit=processo de capacitação formal

impocap=vê/observou importância no processo de capacitação

sentper=manifestou o sentimento de pertencimento em seus relatos

difecom=diferencia a Prainha de outras, através/por causa do movimento

relamov=estabeleceu relação do MCP com pessoa(s)/instituições, etc.

Fonte: Dados protocolizados pela pesquisa; processados no SPSS, versão 8.0.

Anexo 1

Informativo Mensal da Confederação das Colônias de Pescadores do Pará.

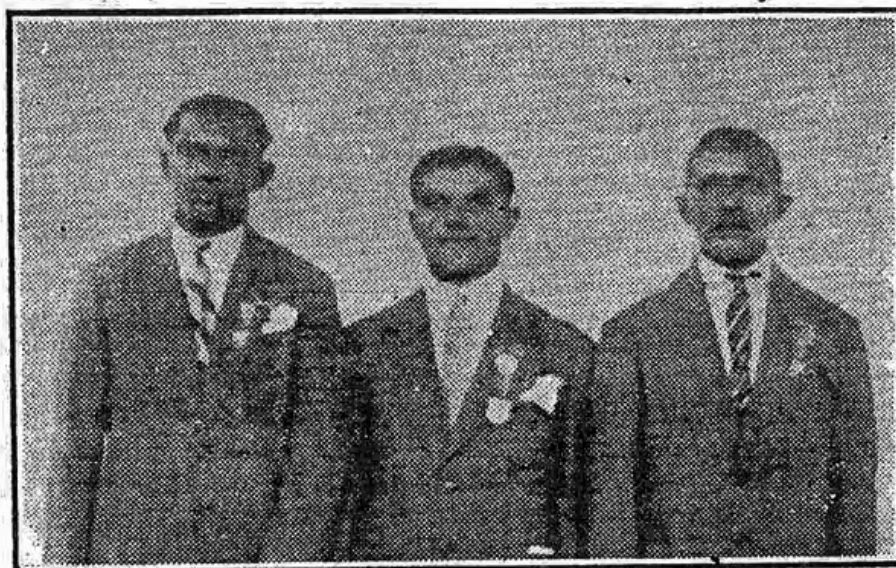
VIDA PRAIANA

7

Da "Terra da Luz" às águas guajarinas

A sete de setembro corrente, a alma colectiva da cidade reviu a bravura enesquecível do «Dragão do Mar», no arrojo nordestino dos pescadores Bernardino Fernandes do Nascimento e seus companheiros de interpeza, no «raid» que intentaram de Aracaty á Belem, em jangada, a embarcação predilec-

da boa gente praiana, que, de quando em quando, sabe renovar as demonstrações de que possui e é dotada de elevados sentimentos moraes, atravessando a vida num esquecimento injusto por parte dos cidadãos, esquecimento que só desaparece nos rapidos instantes da evidencia ephemera pro-



Os tripulantes, da jangada. Ao centro, Bernardino, chefe do «raid»; á esquerda José Izidro e á direita Joaquim Fernandes

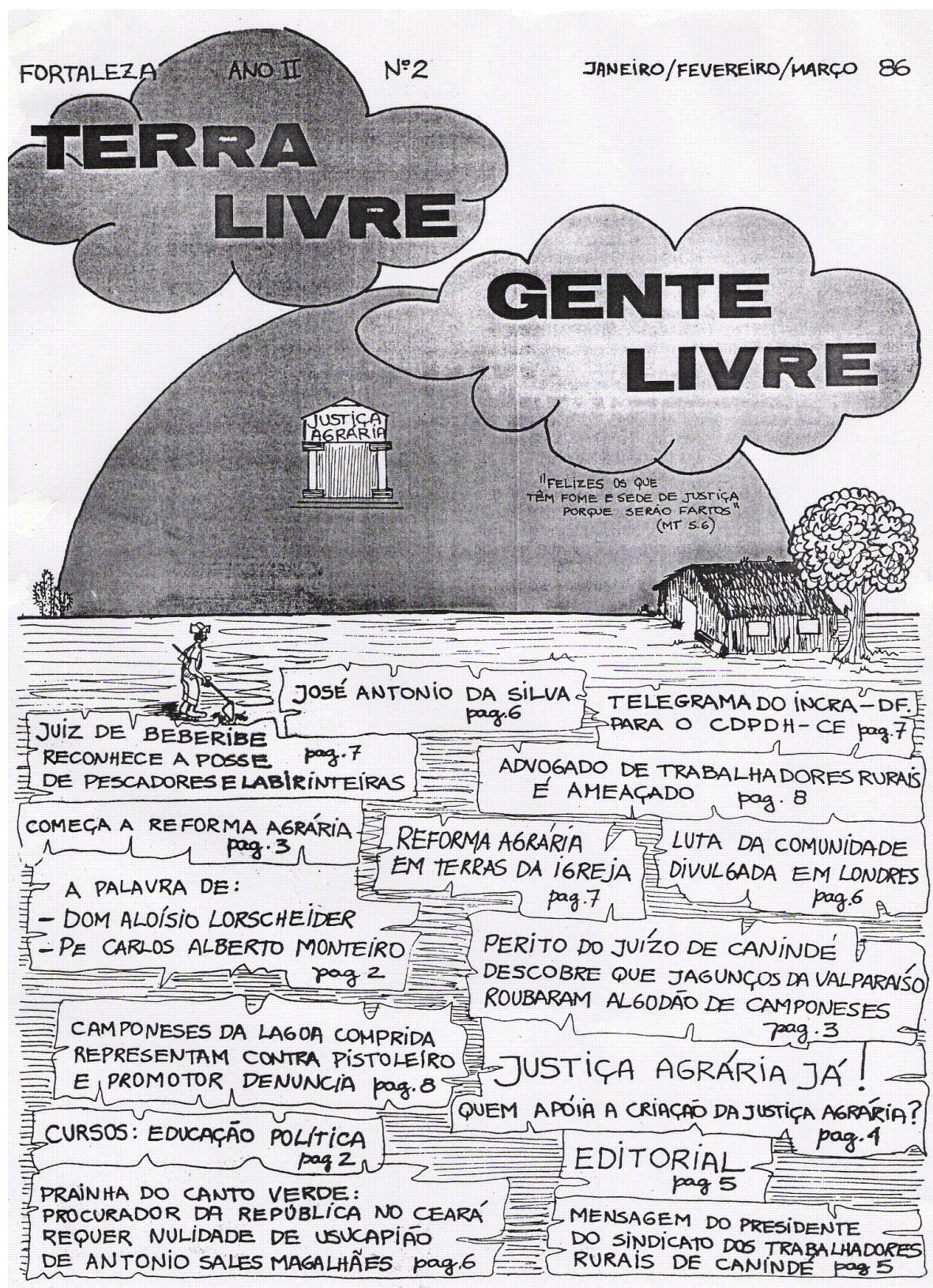
ta da gente praieira do meio norte, e que salpica o oceano de pontos brancos nos dias serenos, pescando, ao rythmo compassado das ondas verdes.

O feito dos valorosos pescadores, se bem que não offereça a sensação dos espectaculos ineditos, é, entretanto, uma affirmação do valor e da coragem

duzida por uma attitude destacada dos olvidados. Estão ahí os «raids» de 1922, quando a nação commemorava o centenario de sua emancipação politica, feitos por pescadores filhos de outros estados do nordeste. Ainda vivem na memoria de todos os gestos de abnegação e desprehendimento dos cabo-

Anexo 2

Jornalzinho "Terra Livre-Gente Livre", capa do exemplar Nº 2, Ano II



Fonte: Acervo do CDPDH – Observem que o exemplar trazia três matérias sobre a Prainha.

Anexo 4

Plano Diretor; Regulamento para uso da Terra–Prainha do Canto Verde

(proposta final aprovada pela Assembleia Geral da Associação dos Moradores)

1. USO DA TERRA PARA MORADIA

- a) Cada família tem direito a uma moradia.
- b) Filhos (as) de 18 anos morando na Prainha do Canto Verde tem o direito de construir uma moradia, sem precisar comprovar necessidade. Filhos (as) com menos de 18 anos que se casar ou juntar tem o direito de construir uma moradia.
- c) Filhos (as) nativos (as) de moradores da Prainha do Canto Verde que venham a morar definitivamente e de forma continua tem o direito de construir uma moradia.
- c) a - Se tiver construído uma moradia e decide de deixar de morar na comunidade só poderá vender a casa para moradores da comunidade.
- c) b - Se, uma vez construído a casa; ele (ela) não ocupar a casa, poderá passar a casa para um membro da família imediata (pais, irmãos) que tiverem o direito a uma moradia de acordo com parágrafo a) e b) acima.
- c) c - Se não tiver ninguém da família em condições de ocupar a moradia, ela será colocado a disposição da Associação dos Moradores para fins comunitários.
- c) d - Quem tiver começado a construir alicerce e num prazo de um ano não continue a obra, terá que entregar o canto para qualquer morador que estiver com direito a construir casa e desejando aquele lugar, negociando o custo de material do alicerce.
- d) Não é permitido reservar canto com cercas, plantio de coqueiros ou outras benfeitorias na área da comunidade.
- e) O tamanho de terrenos incluindo moradia e quintal é limitado a uma área máxima de 12 metros por 25 metros. (300 m²)
- f) Quem já tiver mais de uma moradia, deverá passar uma delas para filhos que tem o direito (veja parágrafo b+c deste regulamento). A venda é permitido só com autorização da Associação dos Moradores.
- g) Qualquer morador que pensa em construir uma moradia, deverá procurar de construir a casa em fila para permitir o uso ordenado do espaço.
- h) Quem vende a moradia não terá direito a outra posse na área da Prainha do Canto Verde.
- i) Para qualquer construção é obrigatório solicitar alvará de construção através da Associação dos Moradores de Prainha do Canto que fará o encaminhamento para Prefeitura.

Definição:"Necessidade de construir uma moradia existe quando um nativo(a), precisa de casa para ele (ela) ou a família imediata (mulher, marido e filhos) morar na comunidade de forma continua."

2. USO DA TERRA PARA QUARTO DE PESCA

- a) O tamanho dos quartos de pesca será limitado a uma área total de 6 metros por 8 metros (48 m²).
- b) É permitido um quarto de pesca por dono de embarcação.
- c) Os quartos de pesca deverão ser localizados na praia.

Anexo 4

Plano Diretor; Regulamento para uso da terra–Prainha do Canto Verde

3. USO DA TERRA PARA CASA DE COMERCIO (incluindo restaurantes, pousadas, bodegas, etc.)

- a) Todos os moradores tem o direito de construir uma casa de comercio. A comunidade deverá autorizar através da Assembleia Geral o alvará para este fim.
- b) A proposta para construção de casa de comercio deverá ser acompanhado por um projeto simples mostrando claramente o fim do comercio e as fontes de financiamento quando houver alguma duvida que a construção poderia ser para terceiros.
- c) Não esta permitido o uso de casas de comercio para atividades que lesam a moral publica, por exemplo: casas de jogo, cabaré, motel etc. Qualquer morador tem o direito de denunciar abusos contra a moral publica.
- d) O estabelecimento comercial não poderá ser vendida ou alugado sem autorização da Assembleia Geral;
- e) Quem já tiver mais de uma propriedade, deverá usar uma delas para casa de comercio, não tendo direito a outra construção.

4. USO DA TERRA PARA VAZANTES E COQUEIRAIS (benfeitorias)

- a) Vazantes são áreas comunitárias. Moradores que quisessem fazer usufruto temporário deverão pedir autorização da Diretoria da Associação dos Moradores.
- b) Áreas de vazantes, coqueirais e outras benfeitorias não podem ser vendidos.

5. USO DA TERRA PARA AREAS COMUNITÁRIAS

- a) A Diretoria fica encarregada de propor á Assembleia Geral a indicação de áreas para uso comunitário a ser aprovado pelos moradores.
- b) Consideram se áreas comunitárias: Igreja, escola, creche, pousada comunitária, camping comunitário, área de esporte e lazer, praça publica, posto de telefone e de correio, escritório da Associação, chafariz publico, entreposto, fabrica de gelo, garagem comunitária, casa de cultura, museu, posto de policia etc.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- a) Construções na Comunidade de Prainha do Canto Verde são limitadas ao andar térreo e o 1º. andar, não sendo permitido construções de dois andares.
- b) Qualquer autorização emitido pela Diretoria deverá ser afixado em lugar publico para conhecimento dos moradores e com um prazo de 30 dias para entrar em vigor.
- c) Qualquer morador da Prainha do Canto Verde que se sentir lesado por uma decisão da Diretoria da Associação dos Moradores com respeito ao uso da terra, tem o direito de recorrer a Assembleia Geral dentro de um prazo de 1 mês a partir da decisão da Diretoria.

Prainha do Canto Verde, 28 de abril de 1996